

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₃

EDIÇÃO N.º 30/2024

Unidade: Reitoria

Publicado em 22 de março de 2024



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Getúlio Marques Ferreira

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Pierlângela Nascimento da Cunha

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 781, de 20 de março de 2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 781, de 20 de março de 2024.

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando o constante no processo 23231.000345.2023-40, e a decisão do colegiado tomada na 1ª sessão plenária extraordinária, realizada em 12 de março de 2024,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), conforme anexo da resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, 20 de março de 2024.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP/IFRR

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 20/03/2024 16:03:00.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/03/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 268148

Código de Autenticação: 2c7a4ead30



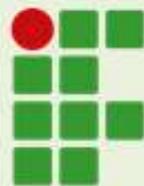


2024
2028



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

IFRR



**INSTITUTO
FEDERAL**
Roraima

Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

Boa Vista-Roraima, 26 de dezembro de 2023.

ADMINISTRAÇÃO DO IFRR

Reitora

Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino

Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão

Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração

Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Adnelson Jati Batista

Diretora de Gestão de Pessoas

Gessika Paz Alencar Costa

Diretor de Tecnologia da Informação

Diogo Rocha Ferreira Maia

Diretoria de Políticas de Educação a Distância

Solange Almeida Santos

Diretor-Geral do *Campus Amajari*

Pierlangela Nascimento da Cunha

Diretora-Geral do *Campus Boa Vista*

Joseane de Souza Cortez

Diretor-Geral do *Campus Boa Vista Zona Oeste*

Isaac Sutil da Silva

Diretora-Geral do *Campus Novo Paraíso*

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora do *Campus Avançado Bonfim*

Maria Eliana Lima dos Santos

PORTARIA 1885/2022 - GAB/IFRR, de 1/12/2022

Comissão Central responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 – 2028 do IFRR

PORTARIA Nº 2448/GAB-REITORIA/IFRR, DE 06 DE AGOSTO DE 2023

Comissões Temáticas responsáveis pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024 – 2028 do IFRR

COMISSÃO TÉCNICA

Responsável pelo apoio à Comissão Central na logística e manutenção dos registros/arquivos do PDI, deixando-os organizados e atualizados; na elaboração e divulgação de documentos, convites, avisos, atividades e eventos; e na consolidação, revisão, formatação e diagramação do documento final.

Servidores	Setor/Unidade
Adnelson Jati Batista (presidente)	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Sofia Rodrigues Lampert	Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
Fábio Rodrigues dos Santos	Diretoria de Tecnologia da Informação
Giovani Calerri dos Santos Pena Junior	Gabinete da Reitoria

COMISSÃO CENTRAL

Adnelson Jati Batista	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Adriene Silva do Nascimento	Departamento de Governança e Gestão de Riscos
Aline Cavalcante Ferreira	Pró-Reitoria de Ensino
Andressa dos Santos Pereira	Departamento Técnico de Engenharia e Obras
Antonio Evaldo Soares	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Cleiton de Paula Soares	<i>Campus</i> Novo Paraíso
David Ricardo de Sousa Silva	Pró-Reitoria de Administração
Diogo Rocha Ferreira Maia	Diretoria de Tecnologia da Informação
Diogo Saul Silva Santos	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Emilio Luiz Faria Rodrigues	<i>Campus</i> Boa Vista
Gessika Paz Alencar Costa	Diretoria de Gestão de Pessoas
Letícia de Oliveira Lima Vilar	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Lucas Eduardo Comassetto	<i>Campus</i> Amajari
Marcele Marília Costa de Brito	Pró-Reitoria de Extensão
Romildo Nicolau Alves	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Sofia Rodrigues Lampert	Assessoria de Comunicação Social e <i>Marketing</i> Institucional
Solange Almeida Santos	Diretoria de Políticas de Educação a Distância

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 1

Responsável pelo perfil institucional; pelo processo de monitoramento, controle e revisão do PDI; e pela governança, compliance e gestão de riscos.

Orientadores da Comissão

Adnelson Jati Batista, Diogo Saul Silva Santos e Adriene Silva do Nascimento

Servidores	Setor/Unidade
Moacir Jose Rossetti Junior (presidente)	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Raildo Barros Rodrigues	Coordenação de Controle de Informações Institucionais
Aline Cavalcante Ferreira	Pró-Reitoria de Ensino
Amarildo Ferreira Junior	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Roseli Bernardo Silva dos Santos	Pró-Reitoria de Extensão
Emanuel Alves de Moura	Pró-Reitoria de Administração
Nielson Honório Caires	Diretoria de Políticas de Educação a Distância
Diogo Rocha Ferreira Maia	Diretoria de Tecnologia da Informação
Gessika Paz Alencar Costa	Diretoria de Gestão de Pessoas
Adriene Silva do Nascimento	Departamento de Governança e Gestão de Riscos
Jorgehanny Barroso Tocantins	Departamento de Governança e Gestão de Riscos
Maria Eliana Lima dos Santos	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Pierlangela Nascimento da Cunha	<i>Campus</i> Amajari
Joseane de Souza Cortez	<i>Campus</i> Boa Vista
Ananias Noronha Filho	<i>Campus</i> Boa Vista
Isaac Sutil da Silva	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Vanessa Rufino Vale Vasconcelos	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Gabriel Cabral dos Santos Oliveira Miranda	<i>Campus</i> Novo Paraíso

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 2

Responsável pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI); pela Organização Didático-Pedagógica; pelo Plano de Oferta de Cursos e Vagas; e pela Política de Atendimento aos Estudantes.

Orientadores da Comissão

Aline Cavalcante Ferreira, Romildo Nicolau Alves, Marcele Marília Costa de Brito e Solange Almeida Santos

Servidores	Setor/Unidade
Solange Almeida Santos (Presidente)	Diretoria de Políticas de Educação a Distância
Thays Cristine Soares de Carvalho	Pró-Reitoria de Ensino/Dipden
Andreia Pereira da Silva	Pró-Reitoria de Ensino/Dipae
Juliana Dantas Rocha	Pró-Reitoria de Ensino
Luana Firmino Lobo	Pró-Reitoria de Ensino
Romildo Nicolau Alves	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Juliana Rosa Lira	Pró-Reitoria de Extensão
Francimeire Sales de Souza	Pró-Reitoria de Extensão
Karla Santana Moraes	Agência de Inovação
Maria José Oliveira da Silva Bezerra	Diretoria de Políticas de Educação a Distância
Fabiano Siqueira Almeida	Coordenação de Relações Internacionais
Claudete Correa dos Santos	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Raphael Henrique da Silva Siqueira	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Ana Maria Alves de Sousa	<i>Campus</i> Amajari
Jucimara Felix dos Santos	<i>Campus</i> Amajari
Ananias Noronha Filho	<i>Campus</i> Boa Vista
Marilda Vinhote Bentes	<i>Campus</i> Boa Vista
Lívia Rodrigues da Silva	<i>Campus</i> Boa Vista
Maria Betania Gomes Grisi	<i>Campus</i> Boa Vista
Rosemere Lopes dos Santos	<i>Campus</i> Boa Vista
Isabela do Couto Torres	<i>Campus</i> Boa Vista
Ligia da Nobrega Fernandes	<i>Campus</i> Boa Vista
André Maia Lima	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Clarice Goncalves Rodrigues Alves	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Rafaela dos Santos Morgade	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Elisangela Monção Mine	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Marta Silva Sousa	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Luciene Santos Elias	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Edileusa de Jesus dos Santos	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Luan Ícaro Freitas Pinto	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Cleiton de Paula Soares	<i>Campus</i> Novo Paraíso

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 3

Responsável pelo Plano Diretor de Infraestrutura e Instalações Acadêmicas.

Orientadora da Comissão
Andressa dos Santos Pereira

Servidores	Setor/Unidade
Deybe José Viriato Carvalho (presidente)	Departamento Técnico de Engenharia e Obras
Ana Kelle Neves Mesquita	Departamento Técnico de Engenharia e Obras
Renato Fonseca de Assis Cunha	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Marcelo Figueira Pontes	<i>Campus</i> Amajari
Paula Lima Garcia	<i>Campus</i> Boa Vista
Rodrigo Campos Morais	<i>Campus</i> Boa Vista
Tiago de Oliveira Lima	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Michel Lopes da Silva	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Juliano Jonas Sábio de Melo	<i>Campus</i> Novo Paraíso

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 4

Responsável pela Política de Comunicação Institucional.

Orientadora da Comissão
Sofia Rodrigues Lampert

Servidores	Setor/Unidade
Gildo Sousa dos Santos Júnior	Assessoria de Comunicação Social e <i>Marketing</i> Institucional
Jayne Castro Thomé	Assessoria de Comunicação Social e <i>Marketing</i> Institucional
Laura Patrícia Lopes Veras	Assessoria de Comunicação Social e <i>Marketing</i> Institucional
Sheneville Cunha de Araújo (presidente)	Assessoria de Comunicação Social e <i>Marketing</i> Institucional
Antonio Evaldo Soares	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Baronso Lucena Ferreira	<i>Campus</i> Boa Vista
Márcio Patrício dos Santos Mota	<i>Campus</i> Novo Paraíso

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 5

Responsável pela Política de Organização e Gestão de Pessoal.

Orientadora da Comissão

Gessika Paz Alencar Costa

Setor/Unidade	Servidores
Diretoria de Gestão de Pessoas	Susanna Alaíde Bacchus (Presidente)
Diretoria de Gestão de Pessoas	Elioenai Carneiro da Fonseca
<i>Campus Amajari</i>	Halyson David Bezerra Santos
<i>Campus Boa Vista</i>	Ivanir Silva Almeida
<i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	Enilde Lopes Satelles
<i>Campus Novo Paraíso</i>	José Edcarlos da Silva

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 6

Responsável pela demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI.

Orientador da Comissão

David Ricardo de Sousa Silva

Servidores	Setor/Unidade
Elizabeth Juliena Pereira da Silva (presidente)	Pró-Reitoria de Administração
Antonio Evaldo Soares	<i>Campus Avançado Bonfim</i>
Marcelo Figueira Pontes	<i>Campus Amajari</i>
Tatiane Cristina de Jesus	<i>Campus Boa Vista</i>
Caio Felipe Fonseca do Nascimento	<i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>
Oritha Andrea Moraes Cardoso	<i>Campus Novo Paraíso</i>

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 7

Responsável pela avaliação e pelo acompanhamento do desenvolvimento institucional, descrevendo os procedimentos realizados para o desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional.

Orientadores da Comissão

Emilio Luiz Faria Rodrigues

Servidores	Setor/Unidade
Antonia Valdirene Rabelo Costa (presidente)	Comissão Própria de Avaliação
Raimundo Almeida Pereira	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Patricio Ferreira Batista	<i>Campus</i> Amajari
Gracilene Felix Medeiros	<i>Campus</i> Boa Vista
Maria da Conceicao Moraes de Oliveira	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Caroline Pereira de Campos	<i>Campus</i> Novo Paraíso

COMISSÃO TEMÁTICA EIXO 8

Responsável pela elaboração da metodologia do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), considerando as diretrizes de diagnóstico, o planejamento e a gestão dos recursos e os processos de Tecnologia da Informação com o objetivo de atender às necessidades tecnológicas e de informação do IFRR.

Orientador da Comissão

Diogo Rocha Ferreira Maia

Servidores	Setor/Unidade
Jean Carlos Araujo Costa (presidente)	Diretoria de Tecnologia da Informação
Diogo Rocha Ferreira Maia	Diretoria de Tecnologia da Informação
Romero Gomes Da Silva	Diretoria de Tecnologia da Informação
Fabio Rodrigues Dos Santos	Diretoria de Tecnologia da Informação
Clinton Junior George	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Henrique Nattrodt Thome	<i>Campus</i> Amajari
Anderson Correa de Oliveira	<i>Campus</i> Boa Vista
Thiago dos Santos Cidade	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
Jelson de Sousa Oliveira	<i>Campus</i> Novo Paraíso
Karla Cristina Tabosa Machado	<i>Campus</i> Avançado Bonfim

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

A

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

B

BSC – *Balanced Scorecard*

C

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica

Cefet-RR – Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Conif – Conselho Nacional dos Institutos Federais

Coord. – Coordenação

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CSAs – Comissões Setoriais de Avaliação Locais

D

DOU – Diário Oficial da União

E

EAD – Educação a Distância

EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETFRR – Escola Técnica Federal de Roraima

F

FIC – Formação Inicial e Continuada

Forplan – Fórum de Administração e Planejamento do Conif

I

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

L

LAB – Laboratório

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

M

MEC – Ministério da Educação

N

Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

O

ONG – Organização não Governamental

P

PACQ – Plano Anual de Capacitação e Qualificação

Pass – Política de Atenção à Saúde e à Segurança dos Servidores

PAT – Plano Anual de Trabalho

Pbaex – Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão

PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PLOA – Projeto da Lei Orçamentária Anual

Pnaes – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual da União

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

Proeja – Programa de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos

R

RAP – Restos a Pagar

S

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRR

Siga-EPT – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

Simec – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Siop – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

T

TAM – Termo de Acordos de Metas e Compromissos

TED – Termo de Execução Descentralizada

TI – Tecnologia da Informação

U

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UG – Unidade Gestora

UGR – Unidade Gestora Responsável

Uned – Unidade de Educação Descentralizada

SUMÁRIO

A) APRESENTAÇÃO.....	22
1 PERFIL INSTITUCIONAL.....	25
1.1 MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES DO IFRR	27
1.1.1 <i>Missão</i>	27
1.1.2 <i>Visão de Futuro</i>	28
1.1.3 <i>Valores</i>	28
1.1.4 <i>Propósito</i>	30
1.2 REPRESENTAÇÃO TEMPORAL DAS CINCO ETAPAS DA HISTÓRIA DO IFRR	30
1.3 AS FINALIDADES, AS CARACTERÍSTICAS E OS OBJETIVOS DO IFRR	34
1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	36
1.5 FUNÇÃO SOCIAL.....	38
1.6 ÁREA DE ABRANGÊNCIA	39
1.7 A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESTADO DE RORAIMA	43
1.8 NATUREZA JURÍDICA	44
1.9 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	45
1.9.1 <i>Estrutura Organizacional</i>	45
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI).....	50
2.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	50
2.2 PASSOS DE CONSTRUÇÃO DOS ARTEFATOS ESTRATÉGICOS	52
2.2.1 <i>Utilização da Ferramenta Balanced Scorecard (BSC)</i>	53
2.2.2 <i>Cadeia de Valor</i>	56
2.2.3 <i>Painel de Indicadores e Metas</i>	58
3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)	129
3.1 CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	130
3.1.1 <i>Concepção de Educação</i>	132
3.1.2 <i>Concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)</i>	133
3.1.3 <i>Concepção de Currículo</i>	135
3.1.4 <i>Concepção de Avaliação</i>	137
3.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	141
3.2.1 <i>Organização Didática</i>	142
3.2.2 <i>Formas de Ingresso no Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	143
3.2.3 <i>Estímulo à Permanência e ao Êxito Educacional</i>	144
3.2.4 <i>Prática Profissional, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e Estágio</i>	145

3.2.5	<i>Inovações e Flexibilização dos Componentes Curriculares</i>	146
3.3	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: INDISSOCIABILIDADE	149
3.3.1	<i>Política de Ensino</i>	151
3.3.2	<i>Políticas de Extensão</i>	184
3.3.3	<i>Políticas de Pesquisa e Inovação</i>	190
3.4	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	196
3.4.1	<i>Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	196
3.4.2	<i>Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais</i>	201
3.4.3	<i>Núcleo de Assessoramento de Ações Afirmativas e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi)</i> 201	
3.4.4	<i>Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)</i>	202
3.4.5	<i>Política de Acompanhamento dos Egressos</i>	202
3.4.6	<i>Política de Assistência Estudantil</i>	203
3.5	POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	206
3.5.1	<i>Política de Internacionalização em Casa</i>	208
3.5.2	<i>Política linguística do IFRR</i>	209
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA	212
5	CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS (OCV)	214
5.1	DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA POR TIPO DE CURSO.....	215
5.2	DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA QUANTO À MODALIDADE DE ENSINO.....	215
5.2.1	<i>Oferta de Cursos na Modalidade Presencial</i>	215
5.2.2	<i>Oferta de Cursos na Modalidade Educação a Distância</i>	220
6	ESTRUTURA FÍSICA	226
6.1	ESTRUTURA ATUAL.....	227
6.1.1	<i>Ambientes e Instalações Gerais</i>	227
6.1.2	<i>Acessibilidade e Prevenção e Combate a Incêndio</i>	230
6.1.3	<i>Energias Renováveis</i>	233
6.1.4	<i>Laboratórios para Práticas Didáticas</i>	234
6.1.5	<i>Bibliotecas</i>	234
6.2	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	238
6.2.1	<i>Diretrizes Gerais</i>	238
6.2.2	<i>Diretrizes Específicas para as Bibliotecas</i>	239
6.2.3	<i>Diretrizes Específicas para Adequações de Acessibilidade Espacial</i>	242
6.3	CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	244
6.4	PLANO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.....	245
6.4.1	<i>Plano Quinquenal de Infraestrutura</i>	245

6.4.2	<i>Do Desenvolvimento do Plano Diretor de Obras</i>	249
7	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL	251
7.1	PERFIL DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	252
7.1.1	<i>Perfil do Corpo Docente</i>	252
7.1.2	<i>Perfil do Corpo Técnico-Administrativo</i>	257
7.2	CRITÉRIO PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E PROFESSORES	
SUBSTITUTOS	260	
7.3	PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE E DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	261
7.4	POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO IFRR	261
7.5	POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE E À SEGURANÇA DOS SERVIDORES DO IFRR	263
8	GOVERNANÇA	265
8.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NO IFRR	266
8.2	GESTÃO DE RISCOS	269
8.3	GESTÃO DA INTEGRIDADE	270
9	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DO IFRR	273
9.1	MATRIZ CONIF	273
9.2	ESTRUTURA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	274
9.3	O ORÇAMENTO DO IFRR	274
9.3.1	<i>Fontes Ordinárias de Financiamento</i>	274
9.3.2	<i>Fontes não Ordinárias de Financiamento</i>	275
9.4	METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS NO IFRR	275
9.5	EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO IFRR 2019-2023	278
9.6	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFRR PARA 2024-2028	280
10	ACOMPANHAMENTO E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	283
10.1	EIXOS E DIMENSÕES DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	285
10.2	INSTRUMENTOS	285
10.3	ETAPAS DO PROCESSO	286
10.4	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA	287
10.5	FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	288
11	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	291
11.1	ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	292
11.2	PROCESSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	294
12	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	297
12.1	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	299

12.2	PERSPECTIVA DE TRABALHO	300
C)	CONCLUSÃO	303
D)	APÊNDICES	306
E)	APÊNDICE I – LEGISLAÇÕES CONSULTADAS PARA ELABORAÇÃO DO PDI	306
F)	APÊNDICE II – LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DO IFRR	310
G)	APÊNDICE III – DETALHAMENTO DOS LABORATÓRIOS DOS <i>CAMPI</i>	321
H)	APÊNDICE IV – LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES DAS BIBLIOTECAS DO IFRR	327

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Representação dos Cinco <i>Campi</i> do IFRR e a Reitoria	25
Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco <i>Campi</i> do IFRR e os Polos de EAD	31
Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR	34
Figura 4: Roraima e Seus Limites Geográficos	39
Figura 5: Artefatos Estratégicos Construídos	53
Figura 6: Perspectivas Estratégicas	54
Figura 7: Mapa Estratégico do IFRR	55
Figura 8: Cadeia de Valor do IFRR	57
Figura 9: Unidades Atuais do IFRR	228
Figura 10: Infraestrutura de Acessibilidade e Prevenção de Combate a Incêndio dos <i>Campi</i> do IFRR	231
Figura 11: Estrutura Interna de Governança do IFRR	268
Figura 12: Categorização dos Objetivos de TIC em Pessoas, Processos e Tecnologia	293

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Demografia de Roraima (Censo 2022-IBGE)	40
Gráfico 2: Participação das Atividades Econômicas no PIB de Roraima (%) em 2020.	40
Gráfico 3: Participação das Atividades Econômicas no PIB de Roraima (%), IBGE-2026-2020.	41
Gráfico 4: Participação dos Estoques de Emprego por Setor de Atividade Econômica em Roraima (%)	41
Gráfico 5: Quantitativo dos Cursos do IFRR em 2022	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Arranjos Produtivos Locais Distribuídos por Polo em Roraima	42
Quadro 2: Dimensões Estratégicas do IFRR.	52
Quadro 3: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Ensino	59
Quadro 4: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	74
Quadro 5: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Extensão	84
Quadro 6: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Educação a Distância	91
Quadro 7: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	96
Quadro 8: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Governança	109
Quadro 9: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Tecnologia da Informação	114
Quadro 10: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Gestão Administrativa	118
Quadro 11: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Gestão de Pessoas	122
Quadro 12: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Comunicação Institucional	124
Quadro 13: Unidades Existentes do IFRR	227
Quadro 14: Idade Estimada dos Prédios Principais dos <i>Campi</i> do IFRR	229
Quadro 15: Questionário Aberto sobre Acessibilidade Aplicado nas Capnes	231
Quadro 16: Eficiência Energética do IFRR	233
Quadro 17: Unidades com Previsão de Instalação de Usinas Fotovoltaicas em 2024	233
Quadro 18: Número de Servidores nas Bibliotecas	237
Quadro 19: Critérios Norteadores para o Planejamento da Infraestrutura no IFRR	245
Quadro 20: Plano Quinquenal de Obras e Serviços de Infraestrutura dos <i>Campi</i> e da Reitoria do IFRR	246
Quadro 21: Perfil do Corpo Docente Efetivo por Regime de Trabalho	252
Quadro 22: Qualificação do Corpo Docente Efetivo	253

Quadro 23: Síntese da Qualificação do Corpo Docente Efetivo	253
Quadro 24: Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente Efetivo	253
Quadro 25: Perfil do Corpo Docente Substituto por Regime de Trabalho de 20 horas	255
Quadro 26: Perfil do Corpo Docente Substituto por Regime de Trabalho de 40 horas	256
Quadro 27: Qualificação do Corpo Docente Substituto	256
Quadro 28: Composição do Corpo Técnico-Administrativo	257
Quadro 29: Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo	258
Quadro 30: Síntese da Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo	258
Quadro 31: Quantitativo de Servidores por Jornada de Trabalho	259
Quadro 32: Acréscimo de Percentual sobre a Remuneração do Servidor	260
Quadro 33: Dimensões do Processo de Autoavaliação	285
Quadro 34: Perspectiva de Trabalho	301
Quadro 35: Síntese das Legislações que Foram Consultadas para Elaboração do PDI 2024-2028	306
Quadro 36: Levantamento de Área do <i>Campus</i> Avançado Bonfim	310
Quadro 37: Levantamento de Área do <i>Campus</i> Amajari	310
Quadro 38: Levantamento de Área do <i>Campus</i> Boa Vista	312
Quadro 39: Levantamento de Área do <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	316
Quadro 40: Levantamento de Área do <i>Campus</i> Novo Paraíso	317
Quadro 41: Levantamento de Área da Reitoria	319
Quadro 42: Laboratórios do <i>Campus</i> Amajari	321
Quadro 43: Laboratórios do <i>Campus</i> Boa Vista	321
Quadro 44: Laboratórios do <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	325
Quadro 45: Laboratórios do <i>Campus</i> Novo Paraíso	326
Quadro 46: Laboratórios do <i>Campus</i> Avançado Bonfim	326
Quadro 47: Dados da Estrutura, do Acervo e dos Serviços das Bibliotecas do IFRR	327

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição Total de Ofertas de Vagas em Cursos Técnicos, de Graduação e de Pós-Graduação	215
Tabela 2: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no <i>Campus Amajari</i>	215
Tabela 3: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no <i>Campus Avançado Bonfim</i>	216
Tabela 4: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no <i>Campus Boa Vista</i>	216
Tabela 5: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no <i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	217
Tabela 6: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no <i>Campus Novo Paraíso</i>	217
Tabela 7: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no <i>Campus Amajari</i>	218
Tabela 8: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no <i>Campus Avançado Bonfim</i>	218
Tabela 9: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no <i>Campus Boa Vista</i>	218
Tabela 10: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no <i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	219
Tabela 11: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no <i>Campus Novo Paraíso</i>	219
Tabela 12: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação Presenciais no <i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	220
Tabela 13: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação Presenciais no <i>Campus Novo Paraíso</i>	220
Tabela 14: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos a Distância no <i>Campus Amajari</i>	221
Tabela 15: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos a Distância no <i>Campus Avançado Bonfim</i>	221

Tabela 16: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos a Distância no <i>Campus</i> Novo Paraíso	221
Tabela 17: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no <i>Campus</i> Amajari.	222
Tabela 18: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no <i>Campus</i> Avançado Bonfim	222
Tabela 19: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no <i>Campus</i> Boa Vista	222
Tabela 20: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no <i>Campus</i> Novo Paraíso	223
Tabela 21: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no <i>Campus</i> Amajari	223
Tabela 22: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no <i>Campus</i> Avançado Bonfim	223
Tabela 23: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no <i>Campus</i> Boa Vista	224
Tabela 24: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no <i>Campus</i> Novo Paraíso	224
Tabela 25: Orçamento do IFRR nos Exercícios de 2018 a 2023	279
Tabela 26: Projeção Orçamentária para os anos de 2024 a 2028 no IFRR281	
Tabela 27: Levantamento das Produções Realizadas pela Equipe de Comunicação do IFRR	298

A) APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ora apresentado, é um instrumento fundamental de orientação e direcionamento das ações estratégicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) para o próximo quinquênio. Tem como principal objetivo traçar um panorama claro dos objetivos, dos macroprocessos, das metas e das diretrizes institucionais, estabelecendo as bases para o crescimento sustentável e a excelência acadêmica ao longo desse período.

A elaboração deste PDI foi impulsionada pela necessidade de proporcionar uma visão estratégica e integrada para o desenvolvimento do IFRR no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

Foram consideradas para a elaboração do documento as mudanças ocorridas no cenário educacional, a crescente demanda por inovação e qualidade, bem como a importância do alinhamento de nossas práticas com as expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Ele reflete não apenas os desafios e oportunidades identificados, mas também as capacidades e os valores que moldam a comunidade acadêmica da instituição. Ao articular de forma clara as estratégias a serem adotadas, serve como um guia para a consolidação da excelência dos serviços educacionais e administrativos prestados pelo instituto.

Além disso, foram delineados neste PDI objetivos que abrangem a definição de metas claras e indicadores de desempenho que possibilitam o monitoramento e a avaliação do progresso da instituição. O plano contempla também a inovação nos métodos de ensino, assim como no desenho curricular, para atender às demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais, bem como expandir a internacionalização do IFRR e fortalecer os laços com a comunidade local integrando ensino, pesquisa e extensão.

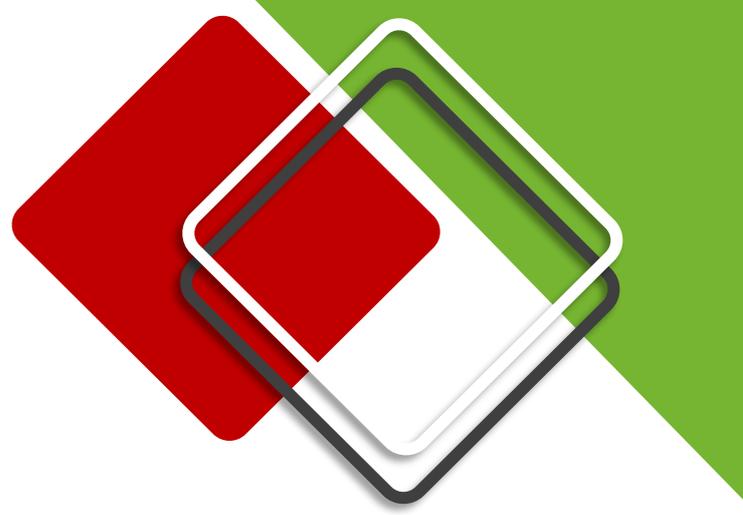
Para tanto, os temas estão ancorados em questões como identidade institucional, que é a recondução da missão, da visão de futuro e dos valores institucionais, e diagnóstico institucional, que é a análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que embasaram as decisões estratégicas. Além das

questões relacionadas às metas e às ações estratégicas, buscou-se estabelecer metas realistas e ações específicas para o atingimento dos objetivos estratégicos propostos.

Outra questão importante que permeou toda a construção do PDI foi a gestão democrática e participativa, em que se buscou delinear ações que propiciassem e incentivassem a participação ativa de toda a comunidade acadêmica na construção e, posteriormente, na execução do plano. Nesse sentido, o trabalho abrangeu todos os setores e segmentos da instituição, garantindo a representatividade e as contribuições de todas as partes interessadas: docentes, técnicos administrativos, estudantes e demais *stakeholders*.

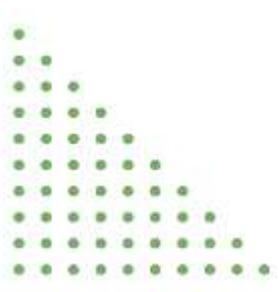
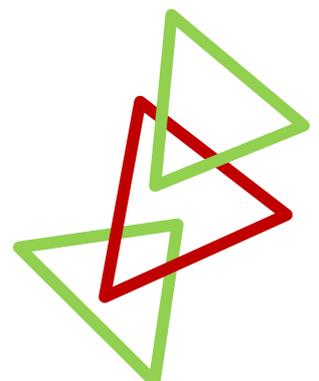
O documento terá vigência no período de 2024 a 2028, com possibilidade de revisão e atualização anual, proporcionando, caso necessário, a adaptação a eventuais mudanças no cenário educacional, nos arranjos produtivos, sociais e culturais, bem como a continuação do processo de desenvolvimento institucional.

Com efeito, ao assumir esse desafio, o IFRR planeja não apenas o futuro da instituição, mas também reafirma o compromisso com a excelência acadêmica, com a inovação e com o impacto positivo de suas ações na sociedade. Este PDI será, pois, a bússola que guiará a instituição na jornada de crescimento e de realização de sua missão institucional.



1

**PERFIL
INSTITUCIONAL**



1 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada em ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRR é vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e classificado na tipologia 1 (até nove *campi*). É composto por 1 unidade administrativa (Reitoria) e 5 *campi*, representados na figura 1.

Figura 1: Representação dos Cinco *Campi* do IFRR e a Reitoria



Os *campi* são situados em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima, distinguindo-se pela capilaridade e interiorização. Dois *campi* estão localizados na capital, o *Campus* Boa Vista e o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, sendo o primeiro o mais antigo, com 30 anos de atuação. Outros dois são agrícolas, o *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari, e se encontram, respectivamente, no sul e no norte de Roraima. Há também uma unidade de ensino instalada na região de fronteira com a Guiana: o *Campus* Avançado Bonfim.

Essa localização estratégica do IFRR leva-o a atender a diferentes realidades produtivas, sociais e culturais locais, alcançando aqueles que jamais

havia tido acesso à educação profissional, pública e de qualidade. Dessa forma, a instituição tem estudantes de 8 etnias de Roraima, Ingarikó/Patamona, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Ye´kuana/Maiongong, Saporá, Wapixana e Yanomami, e de 2 etnias do Amazonas: Baré e Tikuna. Contempla, além disso, ribeirinhos, trabalhadores camponeses da agricultura familiar, extrativistas com viés ecológico e demais populações amazônicas de pertencimento etnoterritorial sustentável.

Com o planejamento do desenvolvimento institucional e da oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades, o IFRR alinha ensino, extensão, pesquisa e inovação a fim de atender às especificidades e demandas das comunidades, contribuindo com o desenvolvimento desses arranjos, principalmente, onde não estão consolidados.

A gestão democrática, característica do IFRR, é praticada de forma paritária, considerando os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e compõem as principais instâncias colegiadas e os fóruns consultivos e deliberativos. Os planejamentos institucionais são construídos com a participação da comunidade acadêmica, e as decisões orçamentárias realizadas de forma colegiada pelo Comitê Orçamentário, respeitando-se rigorosamente os princípios da administração pública.

No IFRR, a dimensão ensino é orientada filosoficamente pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e operacionalizada por meio da Organização Didática (OD). Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é entrelaçada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões devem promover transformação social, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos, socioeconômicos e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa engloba a inovação e busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, é produzido mediante a interação dialógica com as comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado às atividades de ensino e extensão.

A extensão se consolida mediante a articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, constituindo-se num processo educativo e investigativo que possibilita a inserção no território, a integração com o mundo do trabalho e com

os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias socialmente referenciadas e contribuindo com produção de conhecimento a partir do vínculo entre o saber acadêmico e o saber popular. A extensão também revela a prática social por meio de projetos e programas, com acesso mediante editais, publicados anualmente, beneficiando alunos com bolsas custeadas com orçamento institucional, além de projetos de fluxos contínuos sem auxílio de bolsas.

A pesquisa e a extensão são potencializadas pela Agência de Inovação do IFRR, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias por intermédio da articulação entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras voltadas à economia popular e solidária, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e à produção cultural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento integrado e sustentável de Roraima.

1.1 MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES DO IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Por isso, ressalta-se a importância de sua inclusão no perfil institucional.

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação. Segue-se a declaração do instituto:

1.1.1 Missão

A missão é a declaração que expressa a razão de existir do IFRR. Mais que isso, ela deve estar traduzida nas pessoas, no trabalho que realizam na instituição e no porquê o fazem.

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nessa linha de pensamento, a missão, acima descrita, busca fortalecer e orientar a ação dos principais atores institucionais.

1.1.2 Visão de Futuro

A visão de futuro reflete a transformação que o IFRR deseja alcançar no cumprimento de sua missão. Assim, no fim do quinquênio 2024-2028, a instituição pretende:

Ser excelência, na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse sentido, a visão de futuro, estabelecida acima, tem as seguintes características: transmitir uma noção de direção, apresentar uma noção de destino, ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável, e ser compartilhada e apoiada por todos.

1.1.3 Valores

Os valores são convicções e premissas dominantes da organização que formam o seu código de conduta. Portanto, devem inspirar o comportamento das pessoas e nortear a gestão estratégica. Assim, os valores que foram definidos para este quinquênio e que deverão ser compartilhados pela instituição são:

- Inclusão Social
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão Democrática
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana.

Seguem-se as interpretações gerais desses conceitos:

Inclusão Social:

Criar condições equitativas para que o público-alvo tenha acesso às oportunidades disponibilizadas pela instituição, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas, culturais ou físicas, promovendo a diversidade e mitigando as barreiras que possam excluir determinados grupos.

Ética e Transparência:

Atuar com princípios morais e comportamentos corretos e justos, assim como prestar informações relevantes, de forma clara e acessível, garantindo que as ações e as decisões sejam compreendidas pelo público, construindo a confiança, promovendo a responsabilidade e mantendo padrões elevados de conduta.

Responsabilidade Socioambiental:

Incluir, nas vivências do instituto, práticas que promovam a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o respeito às comunidades locais, buscando equilibrar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, praticando a gestão responsável dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da instituição.

Gestão Democrática:

Promover práticas administrativas e de tomadas de decisão que envolvam a participação ativa e representativa de diversos membros da comunidade acadêmica, incluindo seus diferentes atores, nos processos decisórios, garantindo que a gestão seja realizada de maneira colaborativa e justa.

Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana:

Comprometer-se com o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, opiniões e características individuais, preservando a dignidade

humana, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, justiça e respeito, independentemente de suas diferenças.

1.1.4 Propósito

Outro elemento norteador que fará parte das práticas de gestão do IFRR é o propósito institucional. A declaração do propósito, que vem a seguir, é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo:

Formar pessoas e disseminar inovação e tecnologia para transformar a sociedade de forma inclusiva e sustentável.

1.2 REPRESENTAÇÃO TEMPORAL DAS CINCO ETAPAS DA HISTÓRIA DO IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 institutos federais, incluindo o IFRR, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Ao longo de 30 anos de existência, o IFRR tem sua trajetória marcada por várias mudanças, que agregaram aprendizagens importantes para o desenvolvimento institucional, tornando-o referência na oferta de educação pública gratuita de qualidade em todos os rincões do Estado de Roraima, promovendo a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação e qualificação profissional.

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD



Fonte: IFRR

A figura 2 apresenta a localização estratégica das seis unidades do IFRR ao longo do território roraimense. O texto a seguir traz, de forma resumida, a história da instituição ao longo de 30 anos de contribuição. Ela se divide em cinco etapas:

Etapa 1: Escola Técnica de Roraima Integrante da Rede de Ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começa suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e

Edificações, com 70 estudantes. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Etapa 2: Escola Técnica de Roraima Integrante do Sistema de Ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o Regimento Interno desta e as grades curriculares dos dois cursos técnicos ofertados por ela, validando todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Etapa 3: Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1.º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos, distribuídos em seis turmas. Em 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Etapa 4: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna

prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à de transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de unidades descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do estado.

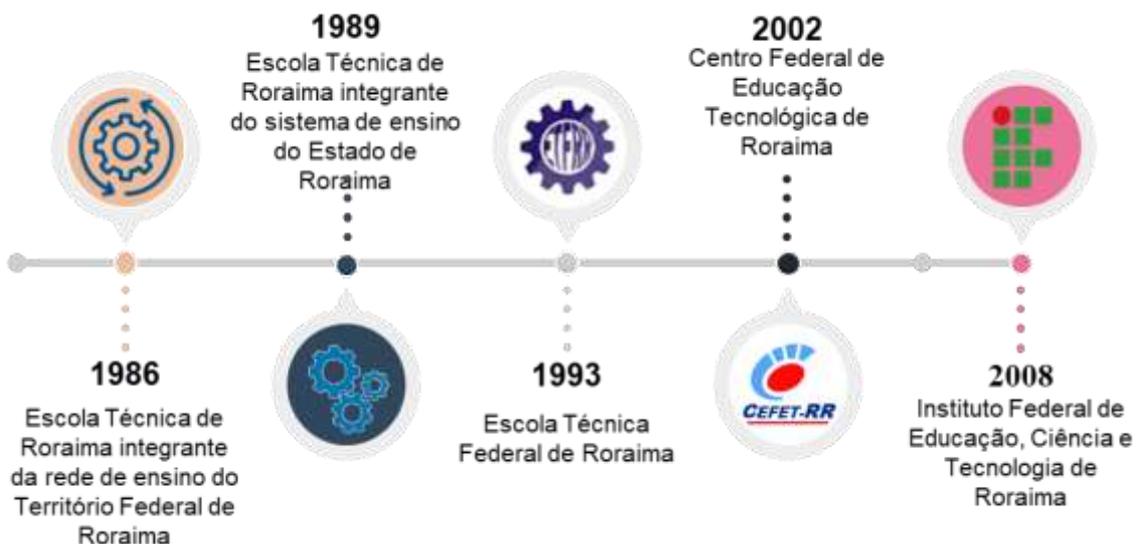
Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma do Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

Etapa 5: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sanciona a Lei 11.892, criando 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na Capital. O último a ser implantado foi o *Campus* Avançado Bonfim, cuja autorização para funcionamento se deu em 2015. As cinco etapas descritas acima estão representadas na figura 3:

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.



Fonte: IFRR

1.3 AS FINALIDADES, AS CARACTERÍSTICAS E OS OBJETIVOS DO IFRR

As finalidades e as competências institucionais estão definidas na Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no País. São elas:

I – Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com

base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A Lei de criação dos institutos federais define ainda, em seu artigo 7.º, os objetivos da instituição. São eles:

I – Ministrando educação profissional e tecnológica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;

II – Ministrando cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e as finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI – Ministrando em nível de educação superior:

- cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- cursos de licenciatura, assim como programas especiais de formação pedagógica, tendo em vista a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- cursos de Bacharelado em Engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e das áreas do conhecimento;
- cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, objetivando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, tendo em vista o processo de geração e inovação tecnológica.

1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O IFRR é uma instituição de educação superior, básica e profissional especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, cujos cursos ofertados atendem a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento, seja na modalidade presencial, seja na modalidade a distância. A instituição oferta cursos técnicos de nível médio integrados, subsequentes e educação básica na forma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em nível de educação superior, são ofertados cursos de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, além de cursos de pós-graduação *lato* e *strictu sensu*.

Com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade, a instituição também oferta cursos de formação inicial e continuada. Com a proposta de verticalização das diversas modalidades e níveis de ensino, possibilitando a formação profissional, tanto de nível técnico quanto de nível superior, o IFRR, no processo de criação de cursos superiores de tecnologia, fundamenta-se no mesmo eixo tecnológico do curso de nível médio.

As ofertas abrangem os seguintes eixos tecnológicos no IFRR:

Amajari:

Recursos Naturais
Produção Alimentícia

Novo Paraíso

Recursos Naturais
Produção Alimentícia

Avançado Bonfim

Gestão e Negócios
Informação e Comunicação
Recursos Naturais
Desenvolvimento Educacional e Social

Boa Vista

Ambiente e Saúde
Controle e Processos Industriais
Gestão e Negócios
Informação e Comunicação
Infraestrutura
Turismo, Hospitalidade e Lazer

Boa Vista Zona Oeste

Gestão e Negócios
Produção Cultural e Design

Além disso, a Lei n.º 11.892/2008 estabelece que a instituição deve garantir o percentual mínimo de 50% de suas ofertas para a educação profissional técnica de nível médio. Ainda de acordo com a lei, a instituição deve garantir o percentual mínimo de 20% de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como para programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional.

Outra exigência legal é o Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006, o qual estabelece que a instituição deve garantir o percentual mínimo de 10% do total de suas vagas de ingresso no Proeja, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior.

Além do ensino, o IFRR realiza pesquisa, extensão e inovação, que são indissociáveis, voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

1.5 FUNÇÃO SOCIAL

A função social está relacionada com o papel que a instituição desempenha na sociedade. Nesse sentido, o IFRR tem a seguinte função social:

Ofertar educação profissional e tecnológica comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

A busca pela competência técnica permeia todos os níveis de ensino oferecidos, desde a formação inicial e continuada até à formação profissional de nível médio e superior.

São diretrizes da Responsabilidade Social do IFRR:

- Promover o acesso ao ensino gratuito e de qualidade em todos os seus níveis e modalidades;
- Contribuir para a minimização das desigualdades sociais de gênero, econômicas, étnicas, religiosas, culturais, de localidade, entre outras, a partir do atendimento igualitário e ético;
- Garantir condições de acesso, permanência e atuação de qualidade nas atividades educacional e profissional, por meio de condições estruturais, técnicas e atitudinais adequadas, às pessoas com deficiência ou necessidades específicas;
- Assistir os jovens e adultos em situação de risco social – baixa renda e escolaridade –, objetivando sua inclusão no mundo do trabalho por meio do Proeja;
- Promover ações de sensibilização sobre responsabilidade ambiental por intermédio da atuação cotidiana na instituição e na comunidade;
- Realizar as ofertas educacionais, a partir de estudos das demandas oriundas dos arranjos produtivos locais e sociais, incentivando o empreendedorismo;
- Realizar audiências públicas nas comunidades do entorno dos *campi* do IFRR, visando conhecer as expectativas dos sujeitos e obter subsídios, os quais, amalgamados aos estudos de demandas voltados aos arranjos produtivos locais, irão orientar melhor as definições de cursos;

- Oferecer oportunidade de acesso às políticas de assistência estudantil, visando garantir o ingresso, a permanência e o êxito de estudantes que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

1.6 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Situado no extremo norte do Brasil, o Estado de Roraima faz fronteira com dois países: a Venezuela, no norte e no noroeste; e a República Cooperativista da Guiana, no leste. Quanto às divisas, o estado está ligado ao Estado do Amazonas, pelo oeste e pelo sul, e ao Pará, pelo sudeste (ver figura 4).

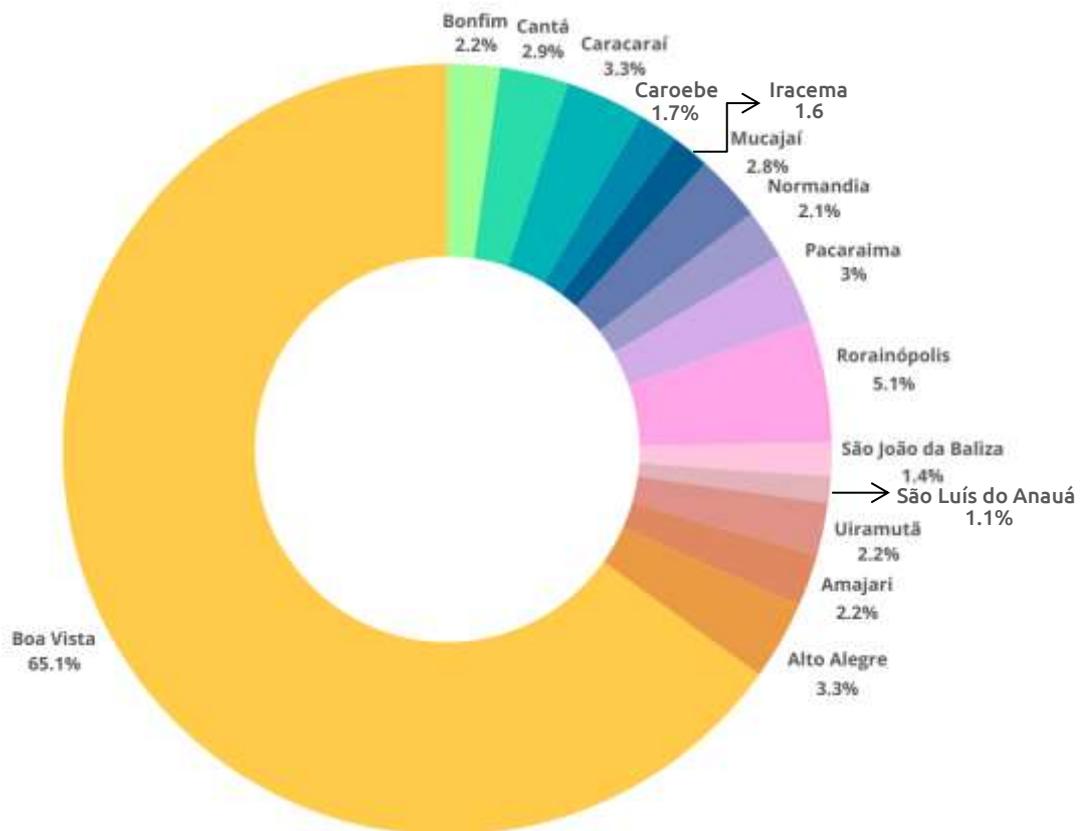
Figura 4: Roraima e Seus Limites Geográficos



Fonte: IBGE (2022)

Com 224.300,8 km² de área, o território roraimense é formado por 15 municípios. De acordo com a prévia do Censo 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Roraima cresceu 40,60% no número de habitantes em pouco mais de uma década e agora, com a população indígena contabilizando 97.320 pessoas, o estado totaliza 634.805 habitantes. Mesmo com essa porcentagem de crescimento alta, ainda é o estado menos populoso do Brasil. O gráfico 1 apresenta a demografia de Roraima conforme o Censo 2022 do IBGE.

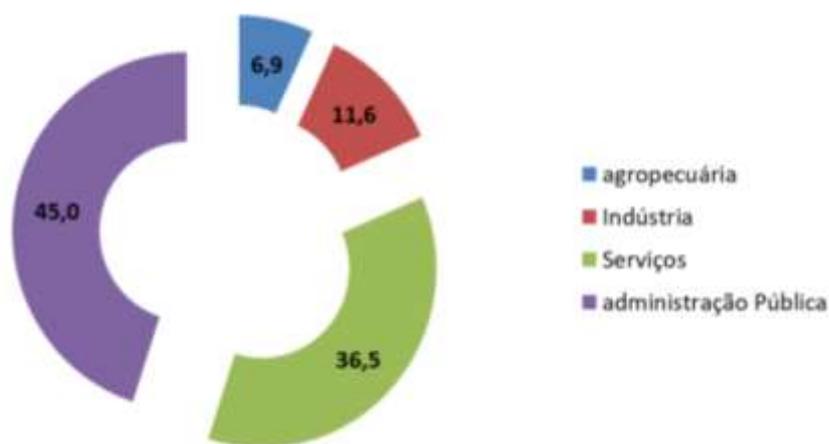
Gráfico 1: Demografia de Roraima (Censo 2022 do IBGE)



Fonte: IBGE (2022)

O PIB do Estado de Roraima em 2020 totalizou 16,02 bilhões de reais. O gráfico 2 mostra o retrato da economia de Roraima pela ótica do Produto Interno Bruto – PIB.

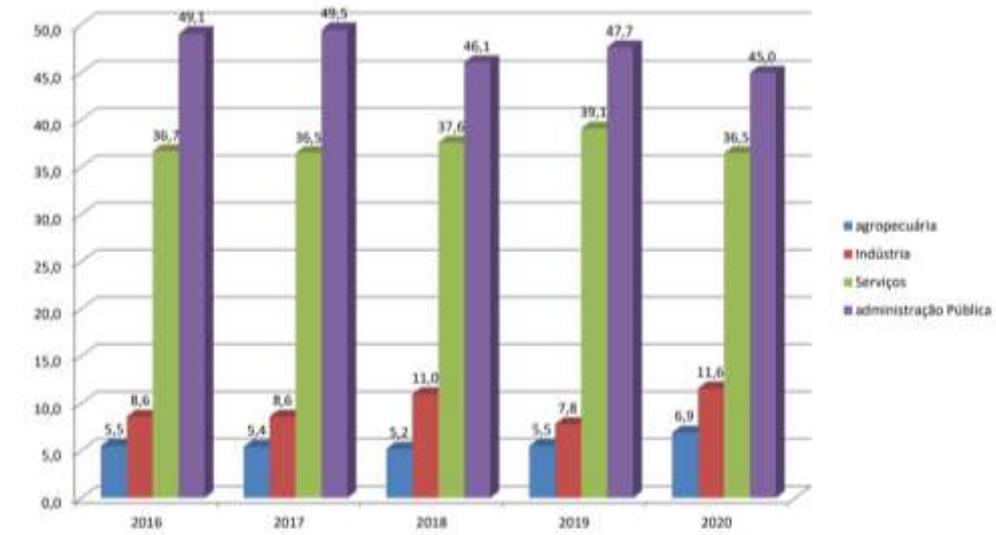
Gráfico 2: Participação das Atividades Econômicas no PIB de Roraima (%) em 2020



Fonte: IBGE (2020)

O gráfico 3 apresenta a participação das atividades econômicas no Produto Interno Bruto (PIB) de Roraima no período 2016-2020.

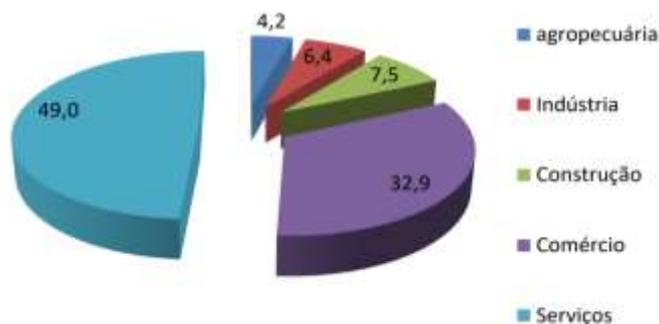
Gráfico 3: Participação das Atividades Econômicas no PIB de Roraima (%), IBGE 2016-2020



Fonte: IBGE (2020)

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi criado pela Lei n.º 4.923, de 23 de dezembro de 1965, como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O Novo Caged é a geração das estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas dos sistemas eSocial, Caged, empregador e Web. O gráfico 4 apresenta a participação em porcentagem dos estoques de emprego por setor de atividade econômica em Roraima.

Gráfico 4: Participação dos Estoques de Emprego por Setor de Atividade Econômica em Roraima (%)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged (2023)

Os arranjos produtivos locais distribuídos por polo em Roraima podem ser conferidos no quadro 1:

Quadro 1: Arranjos Produtivos Locais Distribuídos por Polo em Roraima

Ordem	Nome	Municípios
1	Agricultura	Boa Vista, São Luiz, São João da Baliza, Rorainópolis, Pacaraima, Normandia, Mucajaí, Iracema, Caroebe, Caracarái, Cantá, Bonfim, Amajari, Alto Alegre e Uiramutã.
2	Apicultura	Amajari, Uiramutã, São Luiz, São João da Baliza, Rorainópolis, Cantá, Normandia, Mucajaí, Iracema, Caroebe, Boa Vista, Caracarái, Bonfim e Pacaraima.
3	Artesanato	Caracarái.
4	Fruticultura	Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracarái, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz, Uiramutã, Caroebe e Amajari.
5	Fruticultura	Alto Alegre, Iracema, Caroebe, Caracarái, Cantá, Bonfim, Boa Vista, Amajari, Uiramutã, São João da Baliza, Rorainópolis, Pacaraima, Normandia, Mucajaí e São Luiz.
6	Grãos	Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Cantá, São Luiz, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis, São João da Baliza, Amajari e Caracarái.
7	Madeira e Móveis	Boa Vista.
8	Pecuária	Alto Alegre, São Luiz, Amajari, São João da Baliza, Cantá, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia e Boa Vista.
9	Piscicultura e Pesca	Amajari, Rorainópolis, Uiramutã e Caracarái.

Fonte: Pinto, Reis e Amaral (2023)

Roraima tem ainda duas áreas de livre comércio: uma em Boa Vista e outra no Bonfim. Para que as demandas produtivas de Roraima sejam atendidas e o IFRR possa cumprir com seu propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural local, a instituição se faz presente com estrutura física de *campus* em quatro dos 15 municípios. A escolha das localidades onde os *campi* foram instalados se deu para que estes pudessem atender a todo o estado, estendendo sua atuação aos municípios do entorno.

1.7 A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO ESTADO DE RORAIMA

De acordo com o Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2021), desde 2015 Roraima vem recebendo um fluxo volumoso de imigrantes que fogem da crise econômica, social e política que vem ocorrendo na Venezuela, país vizinho. A fronteira localizada na cidade de Pacaraima é a principal via de entrada de venezuelanos no Brasil, com uma estimativa de fluxo diário, em 2018, de, aproximadamente, 500 pessoas.

Conforme estimativa publicada em 29 de agosto de 2018 pelo IBGE, em 2015 havia cerca de 1.000 venezuelanos morando no Brasil, número que cresceu para 30,8 mil no período de divulgação dessa mesma pesquisa. Destes, 99% se encontravam em Roraima, principalmente nos Municípios de Pacaraima e Boa Vista. O IBGE estimou para 2019 a entrada de mais 15,6 mil venezuelanos no Brasil e previu que, somente a partir de 2020, essa imigração efetivamente começaria a minguar.

Segundo a Polícia Federal, no primeiro semestre de 2018 foram recebidos 16.953 pedidos de refúgio em Roraima, sendo 97% de venezuelanos. Isso representa 20% a mais do total de pedidos recebidos em 2017, quando foram recebidos 13.583 pedidos de venezuelanos. Outros dados apontam 2.048 pedidos em 2016 e 253 em 2015.

No entanto, nem todos os que passaram pela fronteira permaneceram em Roraima. Muitos seguiram para o Estado do Amazonas, e alguns foram levados para outros estados por meio do programa de interiorização dos imigrantes venezuelanos, deflagrado pelo governo federal. Houve também aqueles que retornaram para seu país de origem. Mesmo assim, os 13 abrigos abertos no estado para atender os imigrantes se encontram lotados, e o número de venezuelanos que esperam por vagas para serem atendidos está crescendo.

Esse movimento migratório gerou impactos significativos no Estado de Roraima, os principais, de acordo com o relatório supracitado (IPEA), dividem-se em categorias que seguem a lógica do maior para o menor impacto em áreas setoriais selecionadas que devem ser priorizadas no que tange à elaboração de políticas públicas: saúde, segurança, trabalho, educação, moradia, mobilidade, comércio e energia.

No que diz respeito à educação, o IFRR tem recebido bastante imigrantes venezuelanos nos seus diversos cursos e modalidades. Uma das dificuldades que limitam a entrada desses estudantes nos *campi* da instituição é a exigência do histórico escolar para filhos de refugiados. Outra limitação é a língua para que esses imigrantes consigam emprego ou se comuniquem de forma mais efetiva. Nesse sentido, alguns *campi* do instituto têm ofertado cursos de português para imigrantes, além de garantir outras atividades como espaços para o esporte, a cultura e o lazer.

1.8 NATUREZA JURÍDICA

O IFRR tem personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Tem também quadro de pessoal próprio composto por servidores técnico-administrativos e docentes, sujeitos ao Regime Jurídico Único, disposto na Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987, que estabelece o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Unidades Federais de Ensino.

A instituição é constituída pelas seguintes unidades:

- **Reitoria**

CNPJ: 10.839.508/0001-31

Endereço: Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá,

Boa Vista-RR, CEP 69303-220

Telefone: (95) 3624-1224

E-mail: gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

- **Campus Amajari**

CNPJ: 10.839.508/0004-84

Endereço: Rodovia Antonino Menezes da Silva (antiga RR 342), vicinal que liga a balsa de Aparecida à Vila Brasil, Km 03, Amajari-RR, CEP 69343-000

E-mail: gabinete.amajari@ifrr.edu.br

- **Campus Boa Vista**

CNPJ: 10.839.508/0002-12

Endereço: Avenida Glaycon de Paiva, n.º 2.496, Pricumã, Boa Vista-RR,
CEP 69304-340

Telefone: (95) 3621-8000

E-mail: gabinete.boavista@ifrr.edu.br

- **Campus Boa Vista Zona Oeste**

CNPJ: 10.839.508/0005-65

Endereço: Rua Prof. Nonato Chacon, n.º 1.976, Laura Moreira, Boa Vista-RR, CEP 69318-060

Telefone: (95) 3625-4527

E-mail: gabinete.cbvzo@ifrr.edu.br

- **Campus Novo Paraíso**

CNPJ: 10.839.508/0003-01

Endereço: BR 174, Km 512, Vila Novo Paraíso,
Caracaraí-RR, CEP 69365-000

Telefone: (95) 3532-4100

E-mail: gabinete.novoparaíso@ifrr.edu.br

- **Campus Avançado Bonfim**

CNPJ: 10.839.508/0001-31

Av. Tuxaua de Faria, s/n, Bairro 13 de Maio,
Bonfim-RR, CEP 69380-000

E-mail: gabinete.bonfim@ifrr.edu.br

1.9 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa compreende uma estrutura de órgãos colegiados, executivos, de controle e de assessoramento, resumidamente apresentados a seguir.

1.9.1 Estrutura Organizacional

O IFRR está estruturado em formato *multicampi* e tem a administração central exercida pela Reitoria. Sua estrutura organizacional, abaixo enumerada, está definida nos termos da Lei n.º 11.892/2008, em seu Estatuto e em seu Regimento Geral.

- **Órgãos Colegiados:**
 - Conselho Superior; e
 - Colégio de Dirigentes.

- **Órgãos Executivos:**
 - Reitoria;
 - Pró-Reitorias;
 - Diretorias Sistêmicas;
 - Direção-Geral dos *Campi*; e
 - Direção de *Campus* Avançado.

- **Órgãos de Controle:**
 - Procuradoria Federal; e
 - Auditoria Interna.

- **Órgãos de Assessoramento:**
 - Conselho Gestor de *Campus*;
 - Comitês; e
 - Comissões Permanentes.

1.9.1.1 Órgãos Colegiados

O **Conselho Superior (Consup)** é o órgão máximo do IFRR, de caráter consultivo e deliberativo, com estrutura, atribuições e funcionamento definidos na Lei n.º 11.892/2008, no Estatuto do IFRR e complementados no Regimento Interno.

Presidido pelo reitor, o órgão é composto por 2 representantes eleitos de cada segmento da comunidade interna (docente, discente e técnico administrativo); 2 representantes dos egressos; 6 representantes da sociedade civil; 1 representante

do MEC; e 2 representantes do Colégio de Dirigentes. São membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-reitores do IFRR, mas sem direito a voto.

Entre as competências do Consup, destacam-se estas: aprovar os regimentos internos, a Organização Didática e normas disciplinares; apreciar as contas do exercício financeiro e o Relatório de Gestão Anual; e aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O **Colégio de Dirigentes**, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com estrutura, atribuições e funcionamento definidos na Lei n.º 11.892/2008, no Estatuto do IFRR e complementadas no Regimento Interno.

Presidido pelo reitor, o órgão é composto pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais e pelo diretor de *campus* avançado que integram a estrutura organizacional do IFRR. Entre as suas competências, destacam-se as seguintes: assessorar o reitor em assuntos administrativos; apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento da Reitoria e dos *campi*.

1.9.1.2 Órgãos Executivos

O principal órgão executivo do IFRR é a **Reitoria**. Ela é composta por pró-reitorias, diretorias sistêmicas, assessorias e órgãos de apoio.

São estas as **pró-reitorias**: Administração; Desenvolvimento Institucional; Ensino; Extensão; e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Elas se subdividem em diretorias e coordenações.

Já as **diretorias sistêmicas** são a Gestão de Pessoas; a Tecnologia da Informação; e as Políticas de Educação a Distância, que se subdividem em coordenações.

As **assessorias** são as seguintes: Relações Internacionais; Comunicação e *Marketing* Institucional; Mobilidade e Frota; e Legislação e Normas.

Os **órgãos de apoio** da Reitoria são o Gabinete e a Ouvidoria.

Para fins de legislação educacional, os *campi* do IFRR são considerados sedes. Eles são administrados por diretores-gerais, escolhidos e nomeados de

acordo com o que determina a Lei n.º 11.892/2008, e têm seu funcionamento estabelecido pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da instituição.

1.9.1.3 Órgãos de Controle

É órgão de controle do IFRR a **Auditoria Interna**, é responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações de controle institucional.

1.9.1.4 Órgãos de Assessoramento

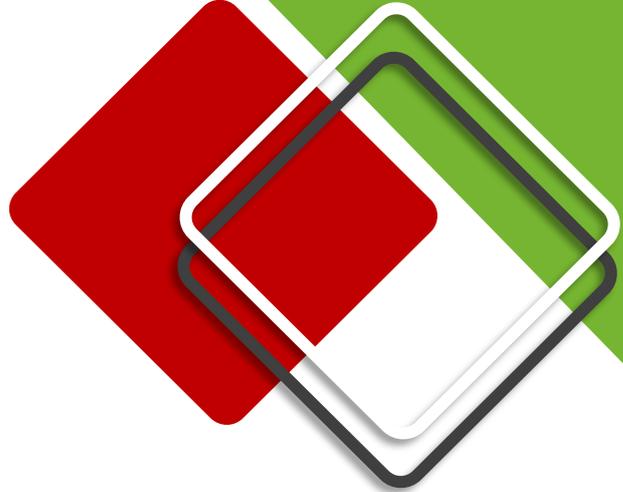
Constituem órgãos de assessoramento do IFRR os **conselhos gestores dos campi**, os **comitês** e as **comissões permanentes**.

Os **conselhos gestores dos campi** são órgãos consultivos que têm por finalidade assessorar as respectivas Direções-Gerais e colaborar para o aperfeiçoamento dos processos educativo e administrativo, assim como zelar pela correta execução das políticas do IFRR nessas unidades.

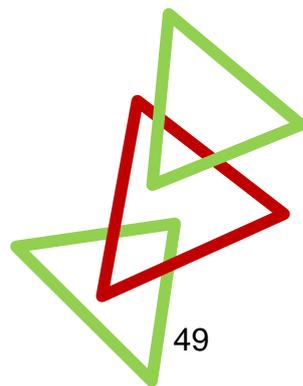
Já os **comitês** são órgãos responsáveis por realizar atividades especiais sobre temas importantes da gestão. Em sua composição, é garantida a participação de diversas áreas/órgãos institucionais, inclusive a representatividade da sociedade civil organizada, quando possível. São instituídos pelo reitor, e sua organização e funcionamento definidos em regimento próprio.

As **comissões permanentes**, de caráter independente, são responsáveis por realizar atividades especiais sobre temas importantes da gestão. São constituídas por servidores designados pelo reitor, e sua organização e funcionamento definidos em regimento próprio.

O organograma das unidades que compõem o IFRR está disponível no *site* institucional, [ver](#).



2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI)

O planejamento estratégico é um processo organizacional que envolve a definição de metas e a formulação de estratégias para atingi-las. Ele é projetado para orientar uma organização na direção desejada, considerando fatores internos e externos que podem influenciar seu desempenho. Esse processo geralmente abrange a análise do ambiente, a identificação de recursos disponíveis, a definição de objetivos de longo prazo e a criação de planos de ação para alcançá-los.

Como uma instituição pública, o IFRR precisa observar o Plano Plurianual e os dispositivos normativos para sua elaboração. Seguindo essa lógica é que o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do IFRR foi construído para o quinquênio 2024-2028.

2.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A metodologia estabelecida para o processo de construção do Plano Estratégico do PDI-IFRR para o ciclo 2024-2028 considerou a edição do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Ademais, foram considerados os seguintes dispositivos legais de orientação à elaboração de PDI: Lei n.º 9.394/1996 (LDB), Lei n.º 10.861/2004, Decreto n.º 2.494/1998, Decreto n.º 5.224/2004, Portaria MEC n.º 1.466/2001, Portaria MEC n.º 2.253/2001, Portaria MEC n.º 3.284/2003, Portaria MEC n.º 7/2004, Portaria MEC n.º 2.051/2004, Portaria MEC n.º 4.361/2004, Portaria Normativa n.º 1/2007, Portaria Normativa n.º 2/2007, Resolução CES/CNE n.º 2/1998, Resolução CNE/CP n.º 1/1999, Resolução CES/CNE n.º 1/2001, Resolução CP/CNE n.º 1/2002 (art.7.º) e Parecer CES/CNE n.º 1.070/1999. Outrossim, no APÊNDICE I – LEGISLAÇÕES CONSULTADAS PARA ELABORAÇÃO DO (PDI) – constam as demais legislações consultadas.

Além disso, realizou-se uma análise documental no PDI-IFRR 2019-2023, fez-se o *benchmarking* do PDI de outras instituições, o Relatório do Plano Anual de

Trabalho, o Plano de Melhorias, o Relato Institucional e o Relatório de Gestão. O objetivo dessa análise foi propiciar maior alinhamento entre a estratégia da instituição e o desdobramento de suas ações no plano tático-operacional, com uma visão de planejamento integrado e um olhar simultâneo de curto, médio e longo prazo.

Ademais, fez-se o uso da metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) adaptada para o público. Foi dada ênfase no delineamento e na análise dos fatores interno e externo, utilizando-se a Análise SWOT; a análise de sua missão, visão de futuro e valores, com consulta pública sobre essas temáticas, em vista da construção do novo mapa estratégico, com definição de objetivos, metas e indicadores.

Além do mais, pretende-se inovar o processo de cumprimento das metas, isto é, do plano operacional, com conceitos de uma abordagem inovadora de planejamento adotada pelo setor privado e recentemente incorporada pelo setor público, conhecida como *Objectives and Key Results* – OKR, que se traduz em objetivos e resultados-chave. O método propõe um modelo de gestão ágil de desempenho com foco em objetivos de curto prazo e resultados-chave. Pretende-se, com essa ferramenta, fortalecer a integração e o alinhamento entre estratégia e operação, além de ampliar a capacidade de adaptação do processo de planejamento a mudanças, tornando-o mais flexível e próximo da realidade institucional.

Essa ferramenta foi apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em reuniões de trabalho de uma das comissões temáticas do PDI 2024-2028. A partir daí, a Prodin, auxiliada pela comissão, se aprofundou no estudo da temática, decidindo implantar a nova metodologia por entender que favorecerá o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

No entanto, a OKR será adotada de forma gradativa pelas dimensões estratégicas, em razão de ser uma ferramenta disruptiva, que demanda testes e tempo de adaptação de todos os agentes envolvidos.

2.2 PASSOS DE CONSTRUÇÃO DOS ARTEFATOS ESTRATÉGICOS

É preciso, antes de tudo, ter clareza de nossos referenciais estratégicos, isto é, a Missão, a Visão de Futuro e os Valores (MVV), para poder, olhando para eles, traçar os **macroprocessos**, os **objetivos estratégicos**, os **indicadores** e as **metas**.

Para isso, a Comissão Central analisou os referenciais estratégicos dispostos no PDI 2019-2023 e abriu uma consulta pública para a revisão do MVV. A partir dessa consulta pública, foi mantido o texto do PDI anterior.

A **missão** é uma declaração concisa da razão de ser da organização, que expressa o que ela faz (produtos, serviços e valor), para quem faz (usuários, beneficiários e cidadãos) e, em alguns casos, de que maneira faz.

A **visão** é uma projeção da organização em uma situação futura madura e bem-sucedida.

Os **valores** são ideias fundamentais em torno das quais se constrói a organização. Eles representam as convicções dominantes e as crenças básicas subjacentes ao comportamento das pessoas.

A declaração do **propósito** é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo. Precisa ser simples e clara, executável, focada no efeito que provocará nos outros e expressa numa linguagem afirmativa que evoque suas emoções.

Para melhor gerenciar o alcance da **visão de futuro**, foi mantida a concepção das **dimensões estratégicas**, isto é, as grandes áreas da Instituição que são, como o nome já diz, estratégicas para a elaboração dos artefatos estratégicos, de sua tradução no planejamento operacional, de sua execução e monitoramento. Elas são conduzidas pelos setores sistêmicos (pró-reitorias, diretorias, departamentos e coordenações sistêmicas da Reitoria) e pelos respectivos setores de execução da política nos *campi* (unidades de ensino). São elas:

Quadro 2: Dimensões Estratégicas do IFRR

Dimensões Estratégicas do IFRR
Ensino
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Extensão
Educação a Distância

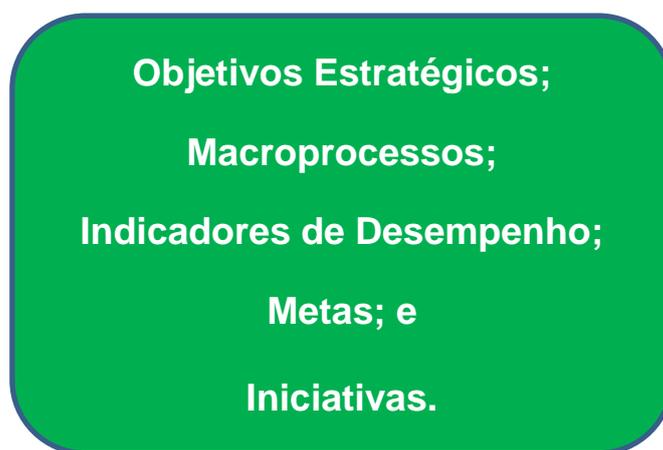
Dimensões Estratégicas do IFRR
Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Governança
Tecnologia da Informação
Gestão Administrativa
Gestão de Pessoas
Comunicação Institucional

Fonte: Prodin (2023)

Há que se destacar que foi criada a dimensão estratégica Comunicação Institucional.

A partir desses elementos, foram construídos os demais artefatos estratégicos, a saber:

Figura 5: Artefatos Estratégicos Construídos



Fonte: Prodin (2023)

Esses artefatos foram construídos pelas dimensões estratégicas, isto é, pelos setores sistêmicos e pelos *campi*, sob orientação da Prodin.

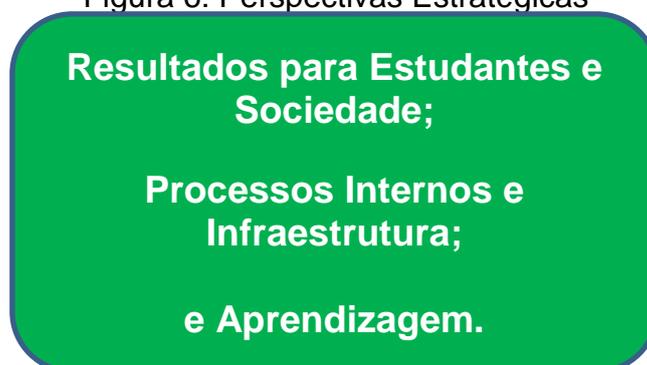
2.2.1 Utilização da Ferramenta *Balanced Scorecard* (BSC)

O *Balanced Scorecard* (BSC) é uma metodologia de gestão estratégica desenvolvida pelos professores Robert S. Kaplan e David P. Norton, da Harvard Business School. Bastante usado em organizações do setor privado e do setor público, o BSC é fundamentado em cinco princípios gerenciais: traduzir os referenciais estratégicos em termos operacionais; alinhar a organização à estratégia;

transformar a estratégia numa preocupação de todos; converter a estratégia em um processo contínuo; e mobilizar a mudança por meio da liderança executiva.

Para alinhar o BSC com as necessidades das organizações públicas, o Guia de Gestão Estratégica do Governo Federal orienta que o mapa estratégico esteja fundamentado em quatro perspectivas: resultados para a sociedade; resultados para clientes, usuários, beneficiários e partes interessadas; processos internos e infraestrutura; e aprendizagem. Adaptando à realidade do IFRR, como instituição de educação, ciência e tecnologia, chegou-se a três perspectivas estratégicas:

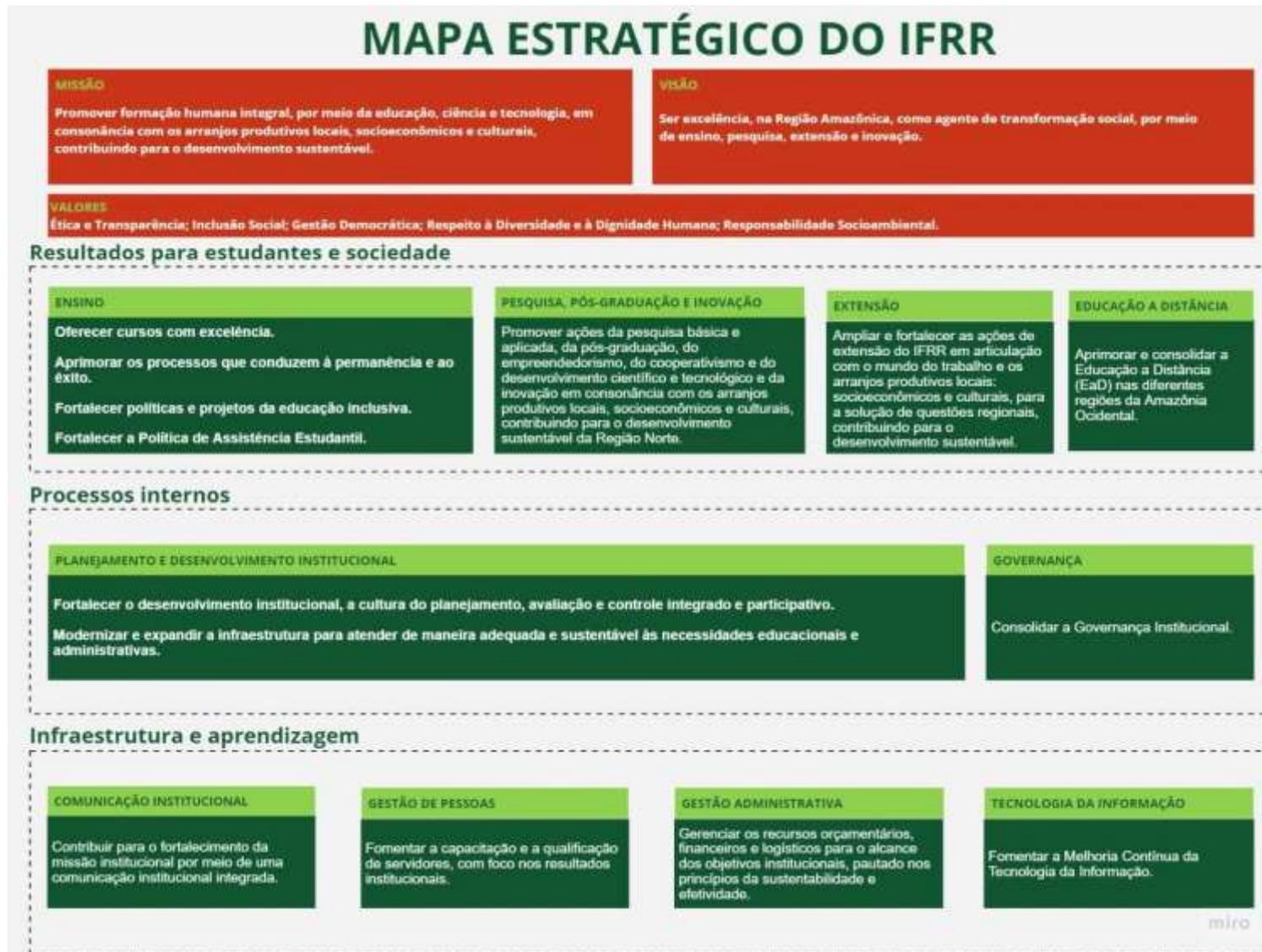
Figura 6: Perspectivas Estratégicas



Fonte: Prodin (2023)

Portanto, os nossos objetivos estratégicos foram agrupados nessas perspectivas, conforme demonstra o Mapa Estratégico (figura 7):

Figura 7: Mapa Estratégico do IFRR



Fonte: Prodin (2023)

2.2.2 Cadeia de Valor

A **Cadeia de Valor** é uma forma de representar uma determinada organização por meio de seus processos. Ela auxilia no entendimento do modelo de negócio organizacional, da sua rede de fornecedores e dos principais públicos que a organização atende.

A partir de uma **representação gráfica dos principais macroprocessos do IFRR**, buscou-se uma lógica para estruturar e comunicar interna e externamente o que e como se pretende agregar valor para seus beneficiários.

Trata-se de demonstrar os principais valores entregues pelo IFRR, a partir dos processos fundamentais, para o cumprimento da missão da organização, estabelecendo uma relação direta com seus clientes, ou seja, com os estudantes e, de forma mais ampla, com a sociedade.

Os **macroprocessos**, por sua vez, podem ser entendidos, conforme o TCU, como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou para o desempenho de uma atribuição da organização, ou ainda como grandes conjuntos de atividades por meio dos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente-cidadão-usuário. Ou ainda, podem ser entendidos como um conjunto de processos executados de forma ordenada, em uma ou mais unidades, para o cumprimento de objetivos e metas da organização, de acordo com a Enap.

O **macroprocesso**, portanto, traz a integração de vários processos alinhados entre si para alcançar um determinado resultado.

Com isso, chega-se à Cadeia de Valor do IFRR, conforme demonstra a figura 8:

Figura 8: Cadeia de Valor do IFRR

CADEIA DE VALOR DO IFRR



Fonte: Prodin (2023)

2.2.3 Painel de Indicadores e Metas

A construção de **indicadores** e **metas** para os objetivos estratégicos tem um forte componente político, que envolve decidir sobre quais aspectos da intervenção serão mensurados (indicadores) e em que medida a organização vai se comprometer com a entrega de resultados (metas). Esses indicadores e metas, que são a base dos sistemas de gestão de desempenho institucional e individual, servem para responsabilizar os gerentes e servidores públicos quando, injustificadamente, não alcançam os resultados pactuados.

Ao mesmo tempo, a construção de indicadores é uma atividade bastante técnica, que exige, além de conhecimento especializado, acesso a dados externos, de sistemas organizacionais e de gestão da organização.

De acordo com Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o **indicador** é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente a evolução do aspecto observado (ENAP, Apostila Elaboração de Indicadores de Desempenho, 2013).

São vários os tipos de indicadores que podem ser usados pela organização, todavia serão priorizados os **indicadores de desempenho**. Eles, por sua vez:

- Expressam o desempenho de um processo, em termos de eficiência, eficácia ou nível de satisfação, e, em geral, permitem o acompanhamento de sua evolução ao longo do tempo;
- São elaborados de forma não excessivamente complexa; e
- Têm seus dados de elaboração facilmente acessíveis, sem apresentar nenhum tipo de restrição.

A **linha de base** representa o nível inicial do indicador, ou seja, o valor de referência definido no momento do planejamento. A **meta** representa o valor ou nível do indicador que se deseja alcançar para o cumprimento do objetivo. Em outras palavras, **a linha de base é o ponto de partida, e a meta a linha de chegada**.

Seguem-se os quadros abaixo com os indicadores, as metas e as iniciativas que concorrerão para o alcance dos objetivos estratégicos e para a geração de valor.

Quadro 3: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Ensino

Dimensão: ENSINO					
Objetivos Estratégicos:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferecer cursos com excelência; 2. Aprimorar a permanência e o êxito; 3. Fortalecer políticas e projetos da educação inclusiva; e 4. Fortalecer a política de assistência estudantil. 					
Macroprocesso 1: Gestão do Ensino					
Meta 1					Indicador
Garantir o percentual legal mínimo de 50% de matrículas equivalentes para os cursos técnicos de nível médio.					Taxa de Matrículas Equivalentes nos Cursos Técnicos de Nível Médio
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $P_{MeqCT} [\%] = (MeqCT / Meq) \times 100$
50%	50%	50%	50%	50%	
Iniciativas: – Serão inseridas no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: Percentual de Matrículas Equivalentes nos Cursos Técnicos (PMeqCT): representa a taxa de matrículas equivalentes nos cursos técnicos.
					Matrículas Equivalentes nos Cursos Técnicos (MeqCT): representa a quantidade de matrículas equivalentes nos cursos técnicos no período.
					Matrículas Equivalentes (Meq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.

Meta 2					Indicador
Garantir o percentual legal mínimo de 20% de matrículas equivalentes para os cursos de licenciatura (formação inicial) e de formação de professores.					Taxa de Matrículas Equivalentes nos Cursos de Licenciatura (formação inicial) e de Formação de Professores
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
13%	14,75%	16,50%	18,25%	20%	$P_{MeqFP} [\%] = (MeFP / Meq) \times 100$
Iniciativas: – Serão inseridas no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula:
					Percentual de Matrículas Equivalentes nos Cursos de Licenciatura e de Formação de Professores (PMeqFP):
					representa a taxa de matrículas equivalentes nos cursos de licenciatura (formação inicial) e de formação de professores.
					Matrículas Equivalentes nos Cursos de Licenciatura e de Formação de Professores (MeqFP):
					representa a quantidade de matrículas equivalentes nos cursos de licenciatura (formação inicial) e de formação de professores.
					Matrículas Equivalentes (Meq):
					representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.

Meta 3					Indicador
Garantir o percentual legal mínimo de 10% de matrículas equivalentes para os cursos Proeja (FIC e técnico).					Taxa de Matrículas Equivalentes nos Cursos Proeja (FIC e técnico)
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
2,50%	4,40%	6,30%	8,20%	10%	$P_{MeqCP} [\%] = (MeqCP / Meq) \times 100$
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					Variáveis da Fórmula:
					<p>Percentual de Matrículas Equivalentes nos Cursos Proeja (FIC e Técnico) (PMeqCP): representa a taxa de matrículas equivalentes nos cursos Proeja (FIC e técnico).</p>
					<p>Matrículas Equivalentes nos Cursos Proeja (FIC e Técnico) (MeqCP): representa a quantidade de matrículas equivalentes nos cursos Proeja (FIC e técnico).</p>
					<p>Matrículas Equivalentes (Meq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.</p>
Meta 4					Indicador
Garantir o percentual mínimo de 15% de matrículas equivalentes para os cursos de graduação (tecnologia, bacharelado e engenharia).					Taxa de Matrículas Equivalentes nos Cursos de Graduação
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
15%	15%	15%	15%	15%	$P_{MeqCG} [\%] = (MeqCG / Meq) \times 100$
<p>Iniciativas:</p>					Variáveis da Fórmula:

<p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>	<p>Percentual de Matrículas Equivalentes nos Cursos de Graduação (PMeqCG): representa a taxa de matrículas equivalentes nos cursos de graduação.</p> <p>Matrículas Equivalentes nos Cursos de Graduação (MeqCG): representa a quantidade de matrículas equivalentes nos cursos de graduação.</p> <p>Matrículas Equivalentes (Meq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.</p>				
Meta 5					Indicador
<p>Atingir a relação de 20 alunos por docente.</p>					<p>Índice Relação Aluno-Professor (RAP)</p>
<p>2024</p>	<p>2025</p>	<p>2026</p>	<p>2027</p>	<p>2028</p>	<p>Fórmula de Cálculo:</p>
<p>16,04</p>	<p>17,04</p>	<p>18,04</p>	<p>19,04</p>	<p>20</p>	<p>$RAP = [(MeqCG \times 1,111) + MeqDC] / Deq$</p>
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Relação Aluno-Professor (RAP) – Índice que mede a relação entre a quantidade de matrículas equivalentes e a quantidade de docentes efetivos, ponderada pelo tipo de regime de trabalho.</p> <p>Matrículas Equivalentes em Cursos de Graduação (MeqCG): representa a</p>

					<p>quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência em cursos de graduação, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>Matrículas Equivalentes nos Demais Cursos, Exceto Graduação (MeqDC): representa a quantidade de matrículas que estiveram ativas em pelo menos um dia no ano de referência em todos os cursos, exceto os cursos de graduação, ponderada pelos fatores de equivalência previstos.</p> <p>Docentes Equivalentes (DEq): representa a quantidade de professores efetivos que atuam no regime de trabalho (RT) de 20h multiplicada por 0,5 e somada à quantidade de professores efetivos que atuam no RT 40h e no RDE.</p>
Meta 6					Indicador
Atingir a relação de atratividade em seis candidatos por vaga.					Índice de Relação de Inscritos por Vagas
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: RIV = I / V
4,50	5	5,50	6	6	
Iniciativas: – Serão inseridas no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: Relação de Inscritos por Vagas (RIV) –

	<p>Índice que mede a relação entre a quantidade de candidatos inscritos e a quantidade de vagas disponíveis.</p> <p>Inscritos (I): representa a quantidade de candidatos que concorreram às vagas disponíveis para a fase inicial dos cursos, em suas diversas formas de ingresso, no ano de referência.</p> <p>Vagas Disponibilizadas (V): representa a quantidade total de vagas disponíveis para a fase inicial dos cursos, em suas diversas formas de ingresso, no ano de referência.</p>
--	---

Macroprocesso 2: Permanência e Êxito

Meta 7					Indicador
Reformular 100% dos PPCs dos cursos técnicos integrados ao ensino médio objetivando adequá-los à Matriz Referência Institucional.					Taxa de PPCs dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Reformulados
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PPCTR = \frac{(PCTR / CT) * 100}{100}$
20%	40%	60%	80%	100%	
Iniciativas: – Serão inseridas no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: Percentual de PPCs dos Cursos Técnicos Reformulados (PPCTR): representa o percentual dos PPCs dos cursos técnicos integrados ao ensino médio que foram

					<p>reformulados.</p> <p>PPCs dos Cursos Técnicos Reformulados (PCTR): representa a quantidade dos PPCs dos cursos técnicos integrados ao ensino médio que foram reformulados.</p> <p>Curso Técnico (CT): representa a quantidade total de cursos técnicos integrados ao ensino médio.</p>
Meta 8					Indicador
Atingir o percentual de 25% de concluintes em relação ao número de matriculados.					Taxa de Estudantes Concluintes
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
18,30%	20%	21,70%	23,40%	25%	$PCC = (CC / MC) * 100$ Variáveis da Fórmula:
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					<p>Percentual de Concluintes no Ciclo (PCC): representa o percentual de concluintes em um ciclo de matrícula, sendo que, para esse cálculo, é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.</p> <p>Concluintes no Ciclo (CC): representa a soma entre a quantidade de alunos “formados” (alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares do curso no ano de referência, fazendo jus à certificação) e a quantidade de alunos “integralizados em fase</p>

					<p>escolar” (alunos que concluíram a carga horária das unidades curriculares, e ainda não podem receber a certificação por não terem concluído componentes como Estágio, TCC e Enade), considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência.</p> <p>Matrículas do Ciclo (MC): representa a quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.</p>
Meta 9					Indicador
Atingir no mínimo o percentual de 60% de eficiência acadêmica.					Taxa de Eficiência Acadêmica
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
58%	58,50%	59,00%	59,50%	60%	$PEA[\%] = PCC - \left[\frac{PCC}{PCC+PEVC} * PRC \right] * 100$
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Eficiência Acadêmica (PEA): representa o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso. São considerados apenas os alunos matriculados em ciclos</p>

					<p>de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência, sendo que, para esse cálculo, é empregado o conceito de matrícula, e não de matrícula equivalente.</p> <p>Percentual de Concluintes no Ciclo (PCC): representa o percentual de concluintes em um ciclo de matrícula, sendo que, para esse cálculo, é empregado o conceito de matrícula, e não de matrícula equivalente.</p> <p>Percentual de Evadidos no Ciclo (PEVC): representa o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que, para esse cálculo, é empregado o conceito de matrícula, e não de matrícula equivalente.</p> <p>Percentual de Retenção no Ciclo (PRC): representa o percentual de retidos em um ciclo de matrícula, sendo que, para esse cálculo, é empregado o conceito de matrícula, e não de matrícula equivalente.</p>
Meta 10					Indicador
Reduzir o índice de evasão de 9,85% para 8% até 2028.					Taxa de Evasão
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: PEVC = (EVC / MC) * 100
9,85%	9,35%	8,85%	8,35%	8%	

<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>	<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Evadidos no Ciclo (PEVC): representa o percentual de retidos em um ciclo de matrícula, sendo que, para esse cálculo, é empregado o conceito de matrícula, e não de matrícula equivalente.</p> <p>Evadidos no Ciclo (EVC): representa a quantidade de alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso, considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência.</p> <p>Matrículas no Ciclo (MC): representa a quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.</p>				
Meta 11					Indicador
Reduzir o índice de retenção de 9,14% para 7%, até 2028.					Taxa de Retenção
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
9,14%	8,64%	8,14%	7,64%	7%	PRC = (EC / MC) * 100
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Retenção no Ciclo (PRC): representa o percentual de retidos em um ciclo de matrícula, sendo que, para esse cálculo, é empregado o</p>

					<p>conceito de matrícula, e não de matrícula equivalente.</p> <p>Evadidos no Ciclo (EC): representa a quantidade de alunos que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso, considerando apenas as matrículas vinculadas a ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao ano de referência.</p> <p>Matrículas no Ciclo (MC): representa a quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.</p>
Meta 12					Indicador
Garantir até 2028 atendimento educacional especializado a 100% dos estudantes público-alvo da educação especial.					Taxa de Atendimento Especializado aos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo:</p> $PAE = (AE / MEEA) * 100$ <p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Atendimento Especializado (PAE): representa o percentual de atendimento especializado aos estudantes público-alvo da educação especial.</p> <p>Atendimento Especializado (AE): representa a quantidade de estudantes público-</p>
20%	40%	60%	80%	100%	
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					

					<p>alvo da educação especial atendidos.</p> <p>Matrículas de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (MEEA): representa a quantidade de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial.</p>
Meta 13					Indicador
Garantir até 2028 o êxito de 60% dos estudantes público-alvo da educação especial.					Taxa de Êxito de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo:</p> $PCEE = (CEE / MEEA) * 100$ <p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Concluintes que Pertencem ao Público-Alvo da Educação Especial (PCEE): representa o percentual de concluintes que pertencem ao público-alvo da educação especial.</p> <p>Concluintes que Pertencem ao Público-Alvo da Educação Especial (CEE): representa a quantidade de estudantes público-alvo da educação especial concluintes.</p> <p>Matrículas de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (MEEA): representa a quantidade de matrículas de</p>
20%	30%	40%	50%	60%	
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					

					estudantes público-alvo da educação especial.
Meta 14					Indicador
Garantir até 2028 o êxito de 60% dos estudantes cotistas.					Taxa de Êxito de Estudantes Cotistas
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PCCO = (CCO / MECO) * 100$
20%	30%	40%	50%	60%	
Iniciativas: – Serão inseridas no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: Percentual de Concluintes Cotistas (PCCO): representa o percentual de concluintes cotistas. Concluintes Cotistas (CCO): representa a quantidade de estudantes cotistas concluintes. Matrículas de Estudantes Cotistas (Meco): representa a quantidade de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial.
Meta 15					Indicador
Garantir até 2028 alimentação para 100% dos estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo.					Taxa de Atendimento Alimentar aos Estudantes com Baixa Renda Familiar
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PEAA = (EAA / MEBR) * 100$
20%	20%	20%	20%	20%	
Iniciativas: – Serão inseridas no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: Percentual de Estudantes Atendidos com Alimento (PEAA):

					<p>representa o percentual de estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo atendidos com alimentação.</p> <p>Estudantes Atendidos com Alimento (EAA): representa a quantidade de estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo atendidos com alimentação.</p> <p>Matrículas de Estudantes com Baixa Renda Familiar (MEBR): representa a quantidade de matrículas de estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo.</p>
Meta 16					Indicador
Garantir transporte para 100% dos estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo.					Taxa de Atendimento com Transporte aos Estudantes com Baixa Renda Familiar.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PEAT = (EAT / MEBR) * 100$
60%	70%	80%	90%	100%	
Iniciativas: – Serão inseridas no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: <p>Percentual de Estudantes Atendidos com Transporte (Peat): representa o percentual de estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo atendidos com transporte.</p> <p>Estudantes Atendidos</p>

					<p>com Transporte (EAT): representa a quantidade de estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo atendidos com transporte.</p> <p>Matrículas de Estudantes com Baixa Renda Familiar (MEBR): representa a quantidade de matrículas de estudantes com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo.</p>
Meta 17					Indicador
Garantir atendimentos biopsicossociais a 100% dos estudantes que necessitam de atendimento.					Taxa de Atendimentos Biopsicossociais aos Estudantes que Necessitam de Atendimento
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo:</p> $PEAB = (EAB / MEAP) * 100$ <p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Estudantes que Tiveram Atendimentos Biopsicossociais (PEAB) - Representa o percentual de estudantes que tiveram atendimentos biopsicossociais.</p> <p>Estudantes que Tiveram Atendimentos Biopsicossociais (EAB): representa a quantidade de estudantes que tiveram atendimentos biopsicossociais.</p>
20%	40%	60%	80%	100%	
<p>Iniciativas:</p> <p>– Serão inseridas no Plano Anual.</p>					

	<p>Matrículas de Estudantes Necessitam de Atendimentos Psicossociais (Meap): representa a quantidade de matrículas de estudantes que tiveram atendimentos biopsicossociais.</p>
--	--

Quadro 4: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Dimensão: PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO					
Objetivo Estratégico: promover ações da pesquisa básica e aplicada da pós-graduação, do empreendedorismo, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Norte.					
Macroprocesso 1: Promoção da Pesquisa					
Meta 1					Indicador
Alcançar 75% por ano de projetos de pesquisa aplicada.					Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de projetos de pesquisa aplicada desenvolvidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como pressupõe o inciso VIII do art. 6º da Lei n.º 11.892, que especifica como finalidade e característica dos institutos federais “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\%PPA = (NPPA/(NPPB+NPPA)) \times$
55%	60%	65%	70%	75%	

<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada – Docente (Pipad) [reformular]. – Edital: Fomento ao Desenvolvimento da Pesquisa Aplicada e da Inovação por meio de Grupos de Pesquisa (GP Inovação) [manter]. – Edital: Registro e Monitoramento de Projetos de Pesquisa ou Inovação Vinculados às Unidades do IFRR [manter]. 	<p>100</p> <p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Porcentagem de Pesquisa Aplicada (% PPA): representa a porcentagem de projetos de pesquisa aplicada.</p> <p>Número de Projetos de Pesquisa Básica (NPPB): representa o número de projetos de pesquisa básica desenvolvidos no IFRR.</p> <p>Número de Projetos de Pesquisa Aplicada (NPPA): representa o número de projetos de pesquisa aplicada desenvolvidos no IFRR.</p>				
Meta 2					Indicador
<p>Aumentar em dois pontos percentuais ao ano o índice de servidores envolvidos em projetos de pesquisa.</p>					<p>Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de servidores envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica) nas funções de coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado. Essa participação deverá ser contabilizada uma única vez, independentemente do quantitativo de projetos de que o servidor participe.</p>
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo:</p> <p>$\%NS = (NSSP/NS) \times 100$</p> <p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Porcentagem de Servidores Envolvidos em Projetos de Pesquisa Aplicada e Básica (% NS): representa a porcentagem de servidores envolvidos em projetos de pesquisa aplicada e básica no IFRR.</p> <p>Número Total de Servidores Envolvidos em Projetos de Pesquisa Aplicada e Básica (NSSP): representa o número total</p>
10%	12%	14%	16%	18%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada à Docência (Pipad) [reformular]. – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) [manter]. – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) [manter]. – Reformulação da Política Institucional de Iniciação Científica do IFRR. 					

					de servidores envolvidos em projetos de pesquisa aplicada e básica desenvolvidos no IFRR. Número Total de Servidores da Instituição (NS): representa o número total de servidores do IFRR.
Meta 3					Indicador
Aumentar em 0,5 ponto percentual ao ano o indicador de alunos envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no ano anterior.					Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de alunos do nível técnico (integrado, subsequente, concomitante), da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>) envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no ano anterior.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\%NAP = (NAPP/NA) \times 100$
2%	2,50%	3%	3,50%	4%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada à Docência (Pipad) [reformular]. – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) [manter]. – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) [manter]. – Reformulação da Política Institucional de Iniciação Científica do IFRR. 					Variáveis da Fórmula: Porcentagem de Estudantes da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa (% NAP): representa a porcentagem de estudantes do nível técnico (integrado, subsequente, concomitante), da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>) envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no IFRR no ano anterior. Números de Estudantes da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa Aplicada e Básica (Napp): representa o número de alunos do nível técnico (integrado, subsequente, concomitante), da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>) envolvidos em projetos de pesquisa aplicada e básica da instituição. Número Total de Estudantes da Instituição (NA): representa o número total de estudantes do nível

					técnico (integrado, subsequente e concomitante, da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu e stricto sensu</i>) da Instituição.
Meta 4)Indicador
Alcançar a participação de 10% dos estudantes provenientes de ações afirmativas em projetos de pesquisa, pós-graduação, inovação e empreendedorismo.					Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de alunos do nível técnico (integrado, subsequente e concomitante), da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu e stricto sensu</i>) provenientes das ações afirmativas da instituição envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no ano anterior.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
2%	4%	6%	8%	10%	$\%NTAFPP = (NTAFPP/NTAAA) \times 100$
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Formulação da Política Institucional de Ações Afirmativas na Pesquisa e na Pós-Graduação. – Programa de Incentivo à Pesquisa Aplicada à Docência (Pipad) [reformular]. – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) [manter]. – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) [manter]. – Reformulação da Política Institucional de Iniciação Científica do IFRR. 					Variáveis da Fórmula: Porcentagem de Estudantes da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa Básica e Aplicada Executados no Ano Anterior (%NTAFPP): representa a porcentagem de estudantes do nível técnico (integrado, subsequente e concomitante), da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu e stricto sensu</i>) provenientes das ações afirmativas da instituição envolvidos em projetos de pesquisa básica e aplicada executados no ano anterior. Número de Estudantes da Instituição Provenientes das Ações Afirmativas Envolvidos em Projetos de Pesquisa Aplicada e Básica (NTAFPP): representa o número de alunos do nível técnico (integrado, subsequente e concomitante) da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu e stricto sensu</i>) provenientes das ações afirmativas da instituição envolvidos

					em projetos de pesquisa aplicada e básica.
					Número Total de Estudantes da Instituição Provenientes de Ações Afirmativas (NTAAA): representa o número total de estudantes do nível técnico (integrado, subsequente e concomitante) da graduação e da pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>) da instituição provenientes de ações afirmativas.
Meta 5					Indicador
Aumentar em 10% ao ano a quantidade de publicações.					Este indicador tem como objetivo quantificar o número de artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos de congressos publicados pelos servidores no ano anterior como referência.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $NPB = (NAR + NL + NCL + NC)$
165	182	200	220	242	
Iniciativas: – Instituição do Conselho Editorial do IFRR. – Elaboração de trilhas formativas em produção editorial.					Variáveis da Fórmula: Número de Artigos, Livros, Capítulos de Livros e Trabalhos de Congresso Publicados pelos Servidores (NPB): representa o número de artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos de congressos publicados pelos servidores do IFRR. NAR: número total de artigos publicados com fator de impacto (JCR ou Qualis). NCL: número total de capítulos de livro publicado com registro ISBN ou Qualis Livros. NL: número total de livros publicados com registro ISBN ou Qualis Livros. NC: número total de trabalhos completos publicados em congressos internacionais, nacionais, regionais e locais.

Meta 6					Indicador
Destinar 2,20% do recurso anual para o investimento em pesquisa, pós-graduação e inovação.					Este indicador tem como objetivo mensurar o percentual de recurso financeiro investido, oriundo de custeio e capital, para o desenvolvimento de pesquisas aprovadas em editais institucionais, na pós-graduação e no ecossistema de inovação, em relação ao orçamento total de capital e custeio da instituição.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
2,20%	2,20%	2,20%	2,20%	2,20%	$\%TAFPPI = (TAFPPI/OCC) \times 100$
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Formalização de parcerias para qualificação de servidores; – Edital de fortalecimento da pós-graduação. 					Variáveis da Fórmula: Percentual de Recurso Financeiro Investido (%TAFPPI): representa o percentual de recurso financeiro investido, oriundo de custeio e capital, para o desenvolvimento de pesquisas aprovadas em editais institucionais, na pós-graduação e no ecossistema de inovação, em relação ao orçamento total de capital e custeio da instituição. TAFPPI: total de aporte financeiro institucional para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação. OCC: orçamento de capital e custeio institucional.
Macroprocesso 2: Promoção da Pós-Graduação					
Meta 7					Indicador
Alcançar 1% ao ano das matrículas de cursos de formação de professores por meio de cursos de pós-graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> .					Este indicador tem como objetivo mensurar o percentual de matrículas ativas em pelo menos um dia no ano de referência de cursos de pós-graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> vinculadas à formação de professores.

2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\% \text{MFPPGEq} = (\text{MFPPGEq}/\text{MEq}) \times 100$
1%	1%	1%	1%	1%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Criação do Programa Permanente de Formação de Especialistas; – Propiciação de Formação em Criação de Cursos de Pós-Graduação. 					Variáveis da Fórmula: Percentual de Matrículas ativas (% MFPPGEq): representa o percentual de matrículas equivalentes ativas em pelo menos um dia no ano de referência de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu vinculadas à formação de professores. Matrículas ativas (MFPPGEq): representa o número de matrículas equivalentes ativas em pelo menos um dia no ano de referência de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu vinculadas à formação de professores. Matrículas ativas (MFPPGEq): representa o número total de matrículas equivalentes ativas em pelo menos um dia no ano nos cursos do IFRR.
Meta 8					Indicador
Alcançar 15%, anualmente, do total das matrículas da instituição por meio de cursos de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> .					Este indicador tem como objetivo mensurar o índice de matrículas em cursos de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> da instituição em relação ao total de matrículas do IFRR.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\% \text{MPPGEq} = (\text{MPPGEq}/\text{MEq}) \times 100$
13,00 %	13,50%	14%	14,50%	15%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Criação do Programa Permanente de Formação de Especialistas. 					

Meta 9					Indicador
Reduzir para 4% o índice de evasão em cursos de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>					Este indicador tem como objetivo mensurar o índice de estudantes evadidos em relação à quantidade de matrículas na pós-graduação.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
4,50%	4,50%	4,50%	4,25%	4%	
Iniciativas: – Constituição do Comitê de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .					$\%Ev = (Ev/M) \times 100$
Meta 10					Indicador
Encaminhar três propostas de Termo de Execução Descentralizada (TED) ou de Projeto de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI) nos níveis de mestrado e doutorado.					Este indicador tem como objetivo indicar a quantidade de propostas de TED, Mestrado Interinstitucional (Minter) ou Doutorado Interinstitucional (Dinter) submetidas em busca de permitir a utilização da competência de programas de pós-graduação avaliados e consolidados, com base em formas bem estruturadas de parceria ou cooperação interinstitucional, para viabilizar a formação de mestres e doutores para atuação em docência e pesquisa, além de subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no IFRR, auxiliar no fortalecimento de grupos de pesquisa e promover a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: n.º de propostas submetidas
1	1	1	-	-	
Iniciativas: – Realização do Censo de Grupos de Pesquisa da Instituição; – Elaboração do Relatório do Perfil de Pesquisa Institucional.					

Meta 11					Indicador
Submeter duas Avaliações de Propostas de Cursos Novos (APCN) à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para criação de programas de pós-graduação correlatos aos eixos tecnológicos de atuação institucional.					Este indicador tem como objetivo indicar a quantidade de APCNs submetidas pela instituição à Capes.
2024	2025	2026	2027	2028	
1	1	-	-	-	
Iniciativas: – Realização do Censo de Grupos de Pesquisa da Instituição; – Elaboração do Relatório do Perfil de Pesquisa Institucional.					Fórmula de Cálculo: n.º de propostas submetidas
Macroprocesso 3: Promoção da Inovação					
Meta 12					Indicador
Alcançar cinco registros de propriedade intelectual no quinquênio.					Este indicador tem como objetivo quantificar o total de produtos e processos tecnológicos que geraram depósitos de patentes de inovação ou modelo de utilidade e registros de marca; desenho industrial; cultivar; topografia de circuitos; programa de computador; organismos geneticamente modificados.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $TPTPI = (PA + M + DI + C + TC + PC + OGM)$
1	1	1	1	1	
Iniciativas: – GP Inovação – Edital de financiamento de projetos; – Apresentação de projetos às empresas da Zona Franca de Manaus; – Submissão de projeto às agências de fomento nacionais (CNPq, Capes, Finep).					Variáveis da Fórmula: Total de Produtos e Processos Tecnológicos (TPTPI): representa o total de produtos e processos tecnológicos que geraram depósitos de patentes de inovação ou modelo de utilidade e registros de marca; desenho industrial; cultivar; topografia de circuitos; programa de computador; organismos geneticamente modificados. PA: Patente de Invenção (PI) e de

					<p>Modelo de Utilidade (PMU). M: Marca. DI: Desenho Industrial. C: Cultivar. TC: Topografia de Circuitos Integrados. PC: Programa de Computador. OGM: Organismos Geneticamente Modificados.</p>
Meta 13					Indicador
Alcançar um projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com fomento externo e um total de cinco projetos de PD&I aprovados.					Este indicador tem como objetivo mensurar a quantidade de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com fomento proveniente de parcerias público-privadas ou financiamento de agências de fomento.
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo: n.º de projetos de PD&I aprovados com fomento externo.</p>
1	1	1	1	1	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Apresentação de projetos às empresas da Zona Franca de Manaus; – Envio de projetos às agências de fomento nacionais (CNPq, Capes, Finep). 					
Meta 14					Indicador
Atender a cinco empreendimentos ao ano nos ambientes promotores de inovação do IFRR.					Este indicador tem como objetivo mensurar a totalidade de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos ambientes promotores de inovação (parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação) e de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos <i>habitats</i> de inovação (incubadoras, aceleradoras, espaços <i>makers</i> , <i>startups</i> , <i>spin-off</i> , espaço <i>coworking</i>).
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo: NEAHI = (NEGAPI + NEAAPI + NEGHI + NEAHI)</p>
5	5	5	5	5	
<p>Iniciativas:</p>					<p>Variáveis da fórmula: Total de Empreendimentos</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da parceria com o Sebrae; - Edital Acelera Koneka; - Edital para fortalecimento da equipe da Agência de Inovação. 	<p>Gerados e/ou Atendidos pelos Ambientes Promotores de Inovação (Neahi): representa a totalidade de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos ambientes promotores de inovação (parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação) e de empreendimentos gerados e/ou atendidos pelos <i>habitats</i> de inovação (incubadoras, aceleradoras, <i>espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking</i>).</p> <p>Negapi: número de instituições e empreendimentos GERADOS pelos ambientes promotores de inovação (parques, polos, cidades inteligentes, distritos de inovação).</p> <p>Neaapi: número de instituições e empreendimentos ATENDIDOS pelos ambientes promotores de inovação (exemplo: parques, polos, cidades inteligentes, distritos).</p> <p>Neghi: número de instituições e empreendimentos GERADOS pelos <i>habitats</i> de inovação (exemplo: incubadoras, aceleradoras, <i>espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking, etc.</i>).</p> <p>Neahi: número de instituições e empreendimentos ATENDIDOS pelos <i>habitats</i> de inovação (incubadoras, aceleradoras, <i>espaços makers, startups, spin-off, espaço coworking, etc.</i>).</p>
--	---

Quadro 5: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Extensão

<p>Dimensão: EXTENSÃO</p>
<p>Objetivo Estratégico: ampliar e fortalecer as ações de extensão do IFRR em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais (socioeconômicos e culturais) para a solução de questões regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>Foco estratégico: oferta de programas, projetos, eventos, cursos FIC e prestação de serviços de extensão em atendimento à comunidade externa e articulação com o mundo</p>

do trabalho, os arranjos produtivos locais (socioeconômicos e culturais) para a solução de questões regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Resultado esperado: ampliação e fortalecimento das ações de extensão do IFRR, por meio da oferta de programas, projetos, eventos, cursos FIC e prestação de serviços de extensão à comunidade externa em articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais (socioeconômicos e culturais) para a solução de questões regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Macroprocesso 1: Gestão de Programas, Projetos, Eventos, Cursos FIC e Prestação de Serviços de Extensão.

Meta 1					Indicador
Atingir 3% de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão.					Percentual de Recursos Financeiros do Orçamento Anual público Aplicados em Extensão (% OAE).
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\% OAE = \left(\frac{OAE}{OTI} \right) \times 100$
1%	1,50%	2%	2,50%	3%	
Iniciativas: – Promoção da alocação dos recursos da extensão e monitoramento da execução orçamentária visando ao atendimento das necessidades da comunidade externa, conforme previsto no PAT do exercício; – Mobilização dos servidores e dos estudantes para apresentação de propostas de projetos de extensão, conforme previsto no PAT do exercício, em observância ao atendimento das necessidades da comunidade externa; – Asseguramento da execução orçamentária dos recursos descentralizados pela Proex ao <i>campus</i> , visando ao atendimento das necessidades da comunidade externa, conforme previsto no PAT do exercício.					Variáveis da Fórmula: Percentual do Orçamento Anual Aplicado em Extensão (%OAE): representa o percentual de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão. Orçamento Anual Aplicado em Extensão (OAE): representa a quantidade de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão. Orçamento Total Anual da Instituição (OTI): representa a quantidade de recursos financeiros total do orçamento anual público do IFRR.
Meta 2					Indicador
Atingir 35% de estudantes envolvidos em ações de extensão.					Proporção de Estudantes Envolvidos em Extensão (% NEE)
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
31%	32%	33%	34%	35%	

<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estímulo à participação dos estudantes nos programas de extensão (Pbaex, Pipex, Proarc), editais de fluxo contínuo, assim como de outras ações relativas à política de extensão; – Fomento e acompanhamento da execução do Programa Institucional de Bolsa Acadêmica de Extensão – Pbaex; – Sensibilização dos estudantes para participação nas ações de extensão em observância ao atendimento das necessidades da comunidade externa; – Orientação às equipes extensionistas e acompanhamento dos projetos de extensão na execução do Programa Institucional de Bolsa Acadêmica de Extensão – Pbaex. 	$\% NEE = \left(\frac{NEE}{NTE} \right) \times 100$ <p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Estudantes Envolvidos em Ações de Extensão (% NEE): representa o percentual de estudantes envolvidos em ações anuais de extensão.</p> <p>Estudantes Envolvidos em Ações de Extensão (NEE): representa a quantidade de estudantes envolvidos em ações anuais de extensão.</p> <p>Número Total de Estudantes (NTE): representa o número total de estudantes da instituição.</p>										
Meta 3	Indicador										
Atingir 30% de servidores envolvidos com as ações de extensão.	Percentual de Servidores Envolvidos em Ações de Extensão (% NSE)										
<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td>2024</td> <td>2025</td> <td>2026</td> <td>2027</td> <td>2028</td> </tr> <tr> <td>10%</td> <td>15%</td> <td>20%</td> <td>25%</td> <td>30%</td> </tr> </table>	2024	2025	2026	2027	2028	10%	15%	20%	25%	30%	<p>Fórmula de Cálculo:</p> $\% NSE = \left(\frac{NDE + NTE}{NTS} \right) \times 100$
2024	2025	2026	2027	2028							
10%	15%	20%	25%	30%							
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estímulo à participação dos servidores nos programas de extensão (Pbaex, Pipex, Proarc), editais de fluxo contínuo, assim como de outras ações relativas à política de extensão; – Fomento e acompanhamento da execução do Programa Institucional de Incentivo a Projetos de Extensão (Pipex); – Sensibilização dos servidores para participação nas ações de extensão em observância ao atendimento das necessidades da comunidade externa; e – Orientação às equipes extensionistas e acompanhamento dos projetos de extensão na execução do Programa Institucional de Incentivo a Projetos de Extensão (Pipex). 	<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Servidores Envolvidos em Ações de Extensão (%NSE): representa o percentual de servidores envolvidos em ações de extensão.</p> <p>Docentes Envolvidos em Ações de Extensão (NDE): representa a quantidade de docentes envolvidos em ações de extensão.</p> <p>Técnico-Administrativos Envolvidos em Ações de Extensão (NTE): representa a quantidade de técnico-administrativos envolvidos em ações de extensão.</p> <p>Total de Servidores (NTS): representa a quantidade total de servidores do IFRR.</p>										

Meta 4					Indicador
Atingir 15.000 pessoas atendidas pelas ações de extensão.					Quantidade de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão – PAAE
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: PAAE = (NAPP + NACE + NAPS)
11.000	12.000	13.000	14.000	15.000	
Iniciativas: – Estímulo ao atendimento à comunidade externa por meio dos programas de extensão (Pbaex, Pipex, Proarc), editais de fluxos contínuos, cursos FIC, IF Comunidade, assim como de outras ações relativas à política de extensão; – Estímulo e apoio para a realização de atividades de esporte, recreação e lazer à comunidade externa; – Promoção da IV edição do concurso de Arte e Cultura no âmbito do Proarc em articulação com a Proen, a Propesq, a DGP e os <i>campi</i> ; – Promoção de ações de atendimento à comunidade externa por meio dos programas de extensão (Pbaex, Pipex, Proarc), editais de fluxos contínuos, cursos FIC, IF Comunidade, assim como de outras ações relativas à política de extensão; – Promoção de atividades de esporte, recreação e lazer à comunidade externa; – Apoio à divulgação da IV edição do concurso de Arte e Cultura no âmbito do Proarc em articulação com o ensino, a pesquisa e a gestão de pessoas do <i>campus</i> .					Variáveis da Fórmula: Pessoas Atendidas em Ações de Extensão (PAAE): representa a quantidade de pessoas atendidas em ações de extensão. Pessoas Atendidas por Programas e Projetos (Napp): representa a quantidade de pessoas atendidas em ações de extensão por meio de programas e projetos. Pessoas Atendidas por Cursos e Eventos (Nace): representa a quantidade de pessoas atendidas em ações de extensão por meio de cursos e eventos. Pessoas Atendidas por Prestação de Serviços (Naps): representa a quantidade de pessoas atendidas em ações de extensão por meio de prestação de serviço.
Meta 5					Indicador
Atingir 80% de ações de extensão destinadas à inclusão de população vulnerável.					Percentual de Ações de Extensão Destinadas à Inclusão de População Vulnerável (% AEV)
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\% AEV = \left(\frac{NAEV}{NAE} \right) \times 100$
70,00%	73,00%	75,00%	78,00%	80,00%	
Iniciativas: – Estímulo, orientação e acompanhamento dos <i>campi</i> na realização de ações de					Variáveis da Fórmula: Percentual de Ações de Extensão a Vulneráveis (% AEV): representa o percentual de ações de extensão destinadas

<p>extensão destinadas à inclusão de população vulnerável; – Realização de ações de extensão destinadas à inclusão de população vulnerável.</p>					<p>à inclusão da população vulnerável.</p> <p>Número de Ações de Extensão a Vulneráveis (Naev): representa a quantidade de ações de extensão destinadas à inclusão da população vulnerável.</p> <p>Número de Ações de Extensão (NAE): representa a quantidade de ações de extensão realizadas no ano.</p>				
Meta 6					Indicador				
Reduzir o índice de evasão dos cursos FIC em até 20%					Taxa de Evasão dos Cursos FIC				
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:				
24,20%	23,20%	21,20%	20,60%	20%	%ECF = (MEqCF/MEqF) x 100				
<p>Iniciativas:</p> <p>– Estímulo e acompanhamento da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) em atendimento às demandas da comunidade externa, visando à permanência e êxito dos estudantes por meio do acompanhamento das taxas de eficiência acadêmica, evasão e retenção; – Oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) em atendimento às demandas da comunidade externa, visando à permanência e êxito dos estudantes por meio do acompanhamento das taxas de eficiência acadêmica, evasão e retenção.</p>					<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Evadidos nos Cursos FIC (% ECF) – Representa o percentual de matrículas equivalentes evadidas nos cursos FIC.</p> <p>Matrículas Equivalentes dos Cursos FIC (MeqECF): representa a quantidade total de matrículas equivalentes evadidas nos cursos FIC.</p> <p>Matrículas Equivalentes Evadidas dos Cursos FIC (MeqECF): representa a quantidade total de matrículas equivalentes nos cursos FIC.</p>				
Macroprocesso 2: Articulação com o Mundo do Trabalho									
Meta 7					Indicador				
Atingir 20% de ações de extensão com parcerias institucionais.					Percentual de Ações de Extensão com Parcerias Institucionais Vigentes (% AEP).				
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:				
10%	13%	15%	18%	20%	$% AEP = \left(\frac{NACCA}{NAE} \right) X 100$				

<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estímulo à previsão de parcerias institucionais com instituições externas nas proposições de ações de extensão (projetos, eventos e cursos FIC); – Promoção de propostas de ações de extensão (projetos, eventos e cursos FIC) que contemplem parcerias institucionais com instituições externas. 	<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Ações de Extensão com Parcerias (% AEP): representa o percentual de ações de extensão com parcerias institucionais vigentes.</p> <p>Número de Ações Contratos, Convênios e Acordos (Nacca): representa a quantidade de ações de extensão executadas por contratos, convênios e acordos no ano.</p> <p>Número de Ações de Extensão (NAE): representa a quantidade total de ações de extensão em execução no ano.</p>
---	---

Meta 8					Indicador
Celebrar 30 (trinta) parcerias institucionais sem repasse de recursos.					Quantidade de Parcerias Institucionais
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo: $PI = (NPAC + NPCE)$</p>
15	18	22	26	30	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Estímulo e acompanhamento das parcerias institucionais com instituições externas sem repasse de recursos; – Proposta e acompanhamento das parcerias institucionais com instituições externas sem repasse de recursos. 					<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Parcerias Institucionais sem Repasse (% PI): representa o total de parcerias institucionais sem repasse de recursos.</p> <p>Número de Parcerias por Acordo (NPAC): representa a quantidade total de parcerias formalizadas por acordos no ano.</p> <p>Número de Parcerias de Convênio de Estágio (NPCE): representa a quantidade de parcerias de convênio de estágio no ano.</p>
Meta 9					Indicador
Atingir 30% de iniciativas de parcerias voltadas à inserção de estudantes no mundo do trabalho.					Percentual de iniciativas de parcerias voltadas à inserção de estudantes no mundo do trabalho.
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo:</p> $\% EMT = \left(\frac{NPIEMT}{PI} \right) \times 100$
10%	15%	20%	25%	30%	

<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Possibilidade de iniciativas de parcerias para inserção de estudantes em estágio; – Promoção do encontro anual de estágio; – Mapeamento de campos de estágio nas áreas das ofertas realizadas pelos <i>campi</i> e proposição de parcerias com potenciais locais de estágio; – Apoio à promoção do encontro anual de estágio. 	<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Estudantes no Mundo do Trabalho (% EMT): representa o percentual de iniciativas de parcerias voltadas à inserção de estudantes no mundo do trabalho.</p> <p>NPIEMT: representa o número de parcerias voltadas à inserção de estudantes no mundo do trabalho.</p> <p>PI: representa a quantidade de parcerias institucionais.</p>					
Meta 10	Indicador					
<p>Atingir 70% de egressos inseridos no mundo do trabalho.</p>	<p>Percentual de Egressos Inseridos no Mundo do Trabalho</p>					
<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td>2024</td> <td>2025</td> <td>2026</td> <td>2027</td> <td>2028</td> </tr> </table>	2024	2025	2026	2027	2028	
2024	2025	2026	2027	2028		
<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td>50%</td> <td>55%</td> <td>60%</td> <td>65%</td> <td>70%</td> </tr> </table>	50%	55%	60%	65%	70%	
50%	55%	60%	65%	70%		
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Fortalecimento do acompanhamento de egressos do IFRR, com base na política institucional; – Acompanhamento dos Planos Anuais de Acompanhamento de Egressos (PAAEs) dos <i>campi</i>; – Elaboração e execução do PAAE contemplando todas as formas e níveis de ensino; – Previsão no PAAE de indicadores e metas que visem ao cadastro do egresso, à aplicação da pesquisa, à orientação profissional, à formação continuada, à integração com a comunidade acadêmica, à manutenção do vínculo institucional e à inserção no mundo do trabalho; – Elaboração, com o Comitê Gestor Interno da Política de Acompanhamento de Egressos (CGipae), de instrumentos de mensuração dos indicadores e das metas previstos na PAAE; – Cumprimento dos prazos acordados no cronograma anual de execução do PAAE. 	<p>Fórmula de Cálculo:</p> $\% EIMT = \left(\frac{NEIMT}{NEPPAE} \right) \times 100$ <p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Egressos Inseridos no Mundo do Trabalho (% EIMT): representa o percentual de estudantes inseridos no mundo do trabalho.</p> <p>Número de Egressos Inseridos no Mundo do Trabalho (NEIMT): representa a quantidade total de egressos inseridos no mundo do trabalho.</p> <p>Número de Egressos Participantes da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (Neppae): representa o número total de egressos que participaram de pesquisa de acompanhamento de egressos da instituição.</p>					

Quadro 6: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Educação a Distância

Dimensão: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA					
Objetivo Estratégico: aprimorar e consolidar a Educação a Distância (EAD) nas diferentes regiões da Amazônia Ocidental.					
Foco estratégico: institucionalizar a EAD no âmbito do IFRR e ampliar a oferta de cursos e vagas.					
Resultado esperado: institucionalização e consolidação da EAD no âmbito do IFRR.					
Macroprocesso 1: Garantir a Continuação da Educação a Distância					
Meta 1					Indicador
Garantir o percentual mínimo de 10% de matrículas equivalentes para os cursos técnicos na modalidade EAD.					Taxa de Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos na modalidade EAD
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PMEqCTEaD [\%] = (MEqCTEAD / MEq) \times 100$
6%	7%	8%	9%	10%	
Iniciativas: – Busca de parcerias para financiamento de cursos técnicos de nível médio na modalidade EAD; – incentivo aos <i>campi</i> para oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade EAD.					Percentual de Matrículas Equivalentes de Cursos Técnicos em EAD (PMEqCTEAD) [%]: representa a porcentagem de matrículas equivalentes em cursos técnicos na modalidade EAD no período. Matrículas Equivalentes em Cursos Técnicos em EAD (MEqCTEAD): representa a quantidade de matrículas equivalentes em cursos técnicos na modalidade EAD no período. Total de Matrículas Equivalentes (MEq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.
Meta 2					Indicador
Garantir o percentual mínimo de 2% de matrículas equivalentes para os cursos de extensão (FIC) na modalidade EAD.					Taxa de Matrículas Equivalentes em Cursos de Extensão (FIC) em EAD

2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PMEqCEEaD [\%] = (MEqCEEaD / MEq) \times 100$
1,2 %	1,4%	1,6%	1,8%	2%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Busca de parcerias para financiamento de cursos de extensão (FIC) na modalidade EAD; – incentivo aos <i>campi</i> para oferta de cursos de extensão (FIC) na modalidade EAD. 					<p>Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos de Extensão (FIC) em EAD (PMEqCEEAD) [%]: representa a porcentagem de matrículas equivalentes em cursos de extensão (FIC) na modalidade EAD no período.</p> <p>Matrículas Equivalentes em Cursos de Extensão (FIC) em EAD (MEqCEEAD): representa a quantidade de matrículas equivalentes em cursos de extensão (FIC) na modalidade EAD no período.</p> <p>Total de Matrículas Equivalentes (MEq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.</p>
Meta 3					Indicador
Garantir o percentual mínimo de 6% de matrículas equivalentes para os cursos de graduação na modalidade EAD.					Taxa de Matrículas Equivalentes em Cursos de Graduação em EAD
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PMEqCGEaD[\%] = (MEqCGEaD / MEq) \times 100$
2,2%	3,5%	4,7%	5,7%	6%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Busca de parcerias para financiamento de cursos de graduação na modalidade EAD; – Incentivo aos <i>campi</i> para oferta de cursos de graduação na modalidade EAD. 					<p>Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos de Graduação em EAD (PMEqCGEaD) [%]: representa a porcentagem de matrículas equivalentes em cursos de graduação na modalidade EAD no período.</p> <p>Matrículas Equivalentes em Cursos de Graduação em EAD</p>

					<p>(MEqCGEAD): representa a quantidade de matrículas equivalentes em cursos de graduação na modalidade EAD no período.</p> <p>Total de Matrículas Equivalentes (MEq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.</p>
Meta 4					Indicador
Garantir o percentual mínimo de 5% de matrículas equivalentes para os cursos de formação de professores na modalidade EAD.					Taxa de Matrículas Equivalentes em Cursos de Graduação em Licenciaturas na Modalidade EAD
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo:</p> $PMEqCLFPEaD \quad [\%] \quad = \quad (MEqCLFPEaD / MEq) \times 100$ <p>Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos de Licenciatura e Formação de Professores em EAD (PMEqCLFPEAD) [%]: representa a porcentagem de matrículas equivalentes em cursos de licenciatura e de formação de professores na modalidade EAD no período.</p> <p>Matrículas Equivalentes em Cursos de Licenciatura e Formação de Professores em EAD (MEqCLFP EAD): representa a quantidade de matrículas equivalentes em cursos de licenciatura e de formação de professores na modalidade EAD no período.</p> <p>Total de Matrículas Equivalentes (MEq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.</p>
2%	3%	4%	4%	5%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Busca de parcerias para financiamento de cursos de licenciatura e de formação de professores na modalidade EAD; – Incentivo aos <i>campi</i> para oferta de cursos de licenciatura e de formação de professores na modalidade EAD. 					
Meta 5					Indicador

Garantir o percentual mínimo de 14% de matrículas equivalentes para os cursos de pós-graduação na modalidade EAD.					Taxa de Matrículas Equivalentes em Cursos de Pós-Graduação na Modalidade EAD
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
12,80%	13%	13,30 %	13,60 %	14%	$MEqCPEaD [\%] = (MEqCPEaD / MEq) \times 100$
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Busca de parcerias para financiamento de cursos de pós-graduação na modalidade EAD; – incentivo aos <i>campi</i> para oferta de cursos de pós-graduação na modalidade EAD. 					<p>Percentual de Matrículas Equivalentes em Cursos de Pós-Graduação em EAD (MEqCPEaD) [%]: representa a porcentagem de matrículas equivalentes em cursos de pós-graduação na modalidade EAD no período.</p> <p>Matrículas Equivalentes em Cursos de Pós-Graduação em EAD (MEqCPEaD): representa a quantidade de matrículas equivalentes em cursos de pós-graduação na modalidade EAD no período.</p> <p>Total de Matrículas Equivalentes (MEq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes no período.</p>
Macroprocesso 2: Aprimorar a EAD					
Meta 6					Indicador
Capacitar 30% do número de servidores e colaboradores externos para atuar na EAD.					Taxa de Servidores e Colaboradores Externos Capacitados em EAD
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
5%	10%	20%	25%	30%	$PSCECEaD (\%) = (SCECEaD / SCE) \times 100$
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Promoção de cursos de capacitação em EAD. – Divulgação dos cursos de capacitação em EAD. 					<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Servidores e Colaboradores Externos Capacitados (PSCECEAD)[%]: representa a porcentagem de</p>

	<p>servidores e colaboradores externos capacitados para atuar na EAD.</p> <p>Servidores e Colaboradores externos capacitados (SCECEaD): representa a quantidade de servidores e colaboradores externos capacitados para atuar na EAD por meio de pelo menos um curso de capacitação em EAD com carga horária mínima de 40h oferecido pelo IFRR no ano em questão.</p> <p>Servidores e Colaboradores Externos (SCE): representa a quantidade total de servidores e colaboradores externos do IFRR no ano em questão.</p>					
Meta 7	Indicador					
<p>Viabilizar 100% da avaliação dos recursos, das atividades, das videoaulas e dos demais materiais didáticos utilizados nos cursos de EAD.</p>	<p>Taxa de Cursos na Modalidade EAD com Materiais Didáticos Avaliados</p>					
<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td>2024</td> <td>2025</td> <td>2026</td> <td>2027</td> <td>2028</td> </tr> </table>	2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo:</p>
2024	2025	2026	2027	2028		
<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td>10%</td> <td>30%</td> <td>60%</td> <td>80%</td> <td>100%</td> </tr> </table>	10%	30%	60%	80%	100%	<p>$PCEaDMDA (\%) = (CEaDMDA / CEaD) \times 100.$</p>
10%	30%	60%	80%	100%		
<p>Iniciativas:</p> <p>– Criação, em parceria com a CPA, de uma pesquisa de avaliação obrigatória no Moodle para os alunos avaliarem os recursos didáticos utilizados no componente curricular dos cursos oferecidos na modalidade EAD.</p>	<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Percentual de Cursos em EAD com Materiais Didáticos Avaliados (PCEADMDA): representa a porcentagem de cursos na modalidade EAD que tiveram seus materiais didáticos avaliados pelos alunos.</p> <p>Cursos em EAD com Materiais Didáticos Avaliados (CEADMDA): representa a quantidade de cursos oferecidos na modalidade EAD que tiveram seus materiais didáticos avaliados.</p> <p>Cursos EAD do IFRR (CEAD):</p>					

					representa a quantidade total de cursos oferecidos na modalidade EAD no IFRR.
Meta 8					Indicador
Reduzir o índice de evasão para 12,5%.					Taxa de Evasão
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PECE (\%) = (MEqECEaD/NTACE) \times 100.$
13,80%	13,50%	13%	12,80%	12,50%	
Iniciativas: – Criação de metas, processos e métodos de acompanhamento para os professores mediadores realizarem nos cursos oferecidos na modalidade EAD.					Variáveis da Fórmula: Percentual de Evasão dos Cursos EAD (Pece): representa a porcentagem de evasão nos cursos do IFRR oferecidos na modalidade EAD. Matrículas Equivalentes Evadidas nos Cursos EAD (MEqECEAD): representa o número de matrículas equivalentes evadidas dos cursos oferecidos na modalidade EaD. Total de Matrículas Equivalentes dos Cursos EAD (MEq): representa a quantidade total de matrículas equivalentes dos cursos oferecidos na modalidade EAD no período.

Quadro 7: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Dimensão: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Objetivo Estratégico: fortalecer o desenvolvimento institucional, a cultura do planejamento, a avaliação e o controle integrado e participativo.
Foco estratégico: criar uma cultura organizacional em que o planejamento integrado e participativo seja o instrumento norteador e as tomadas de decisões baseadas na análise de informações consistentes e no comprometimento de todas as partes interessadas, promovendo a inovação na gestão, o engajamento responsivo dos servidores e a efetividade na implementação de objetivos estratégicos da organização.

Resultado esperado: tornar-se modelo de excelência, reconhecido por sua agilidade, adaptabilidade e capacidade de alcançar resultados excepcionais, proporcionando um ambiente de trabalho inspirador e oferecendo serviços de alta qualidade à comunidade, caracterizada por uma cultura de planejamento integrado, participativo e efetivo, com suas decisões consistentes baseadas em análises de informações concisas e na participação de todos.

Macroprocesso 1: Gestão do Planejamento Integrado e Participativo

Meta 1					Indicador
Alcançar, até o fim do quinquênio, taxa de sucesso de 100% na implementação dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico.					Taxa de Sucesso na Implementação dos Objetivos Estratégicos
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\%TEOA = \frac{\text{Número de Objetivos Estratégicos Alcançados (OEA)}}{\text{Número Total de Objetivos Estratégicos Definidos (OED)}} \times 100.$
80%	85%	90%	95%	100%	
Iniciativas: – Projeto de Desenvolvimento do Painel de Dados do IFRR (novo); – Implementação do Grupo de Pesquisa “Planejamento, Avaliação e Orientação por Dados” (GPlan) [novo]; – Projeto de Capacitação em Implementação e Monitoramento do Planejamento Estratégico; – Fórum de Desenvolvimento Institucional (Fordin) [retomar].					Variáveis da Fórmula: Taxa de Sucesso na Implementação dos Objetivos Estratégicos (% TEOA): representa a taxa de sucesso de implementação dos objetivos estratégicos no exercício. Número de Objetivos Estratégicos Alcançados (OEA): representa o número de objetivos estratégicos completamente alcançados no exercício. Número Total de Objetivos Estratégicos Definidos (OED): representa o total de objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico.
Meta 2					Indicador

Fomentar até o final do quinquênio 25 iniciativas inovadoras na gestão.					Iniciativas Inovadoras Implementadas
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: TIC
5	10	15	20	25	
Iniciativas: – Implementação do Grupo de Pesquisa “Planejamento, Avaliação e Orientação por Dados” (Gplan) [novo]; – Fórum de Desenvolvimento Institucional (Fordin) [retomar].					Variáveis da Fórmula: Total de Iniciativas Inovadoras (TIC): representa o número total de iniciativas inovadoras efetivamente implementadas no exercício.
Meta 3					Indicador
Elevar, até o fim do quinquênio, o nível de maturidade em gestão por processos para o de “Otimizado”.					Nível de Maturidade em Gestão por Processos
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: NMGP.
Nível Inicial	Nível Conhecido	Nível Padronizado	Nível Gerenciado	Nível Otimizado	
Iniciativas: – Programa Facilita [manter].					Variáveis da Fórmula: Índice de Desempenho do Processo Fórmula de Cálculo: preenchimento dos critérios estabelecidos para cada nível de maturidade em gestão por processos.
Meta 4					Indicador
Realizar anualmente 15 ações de melhorias e fortalecimento dos mecanismos/instrumentos de planejamento e controle institucionais.					Ações de Planejamento Realizadas
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: NAP.
15	15	15	15	15	
Iniciativas: – Elaboração e Monitoramento do Plano Anual de Trabalho;					Variáveis da Fórmula: Número de Ações de Planejamento Realizados (NAP): representa o número

<ul style="list-style-type: none"> – Relatório de Gestão; – Atualização do PDI; – Criação do Comitê de Gerenciamento Estratégico; – Relato Institucional; – Atualização da OCV; – Plano de Melhorias. 					total de ações de planejamento realizadas no exercício.
Meta 5					Indicador
Alcançar um percentual anual de 10% em projetos e ações de ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação, extensão e gestão vinculados à temática sustentabilidade.					Percentual de Projetos e Ações Vinculados à Temática Sustentabilidade.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\%PATS = QPAS/QPAI.$
10%	10%	10%	10%	10%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Realização de um diagnóstico sobre a gestão da sustentabilidade no IFRR; – Elaboração e implementação do Plano de Logística Sustentável (PSL); – Elaboração e distribuição do Manual Digital de Boas Práticas Sustentáveis; – Realização de um evento anual institucional para fomentar as boas práticas de sustentabilidade nas unidades do IFRR; – Reserva, nos editais de fomento financeiro às ações de ensino, pesquisa, inovação e extensão, publicados anualmente, de 10% das vagas para projetos que abordem a temática da sustentabilidade. – Criação e implementação da política institucional de descarte de resíduos sólidos e equipamentos eletrônicos. – Revisão de projetos pedagógicos dos cursos com a finalidade de inserir a temática sustentabilidade; – Implementação de programa permanente de capacitação em educação ambiental. 					Variáveis da Fórmula:
					Percentual de Projetos ou Ações Vinculadas à Temática Sustentabilidade (% PATS): representa o percentual de Projetos e Ações vinculados à temática Sustentabilidade realizada no exercício.
					Quantidade de Projetos ou Ações (QPAS): representa a quantidade de Projetos e Ações de ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação, extensão e gestão vinculadas à temática sustentabilidade.
					Quantidade de

	<p>Projetos ou Ações Institucionais (QPAI): representa a quantidade total de projetos e ações institucionais cadastrados no Suap.</p>
--	--

Macroprocesso 2: Garantia da Qualidade e da Confiança das Informações Institucionais, bem como da Conformidade com a Regulação Educacional.

Meta 6					Indicador
Manter 100% de conformidade com a legislação relacionada à avaliação e à regulação dos atos de avaliação do INEP, bem como aos censos da educação.					Índice de Conformidade com a Legislação de Avaliação e Regulação do Ensino
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo: Taxa de Conformidade (%) = (NRA/NTR) x 100</p>
100%	100%	100%	100%	100%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Atendimento à legislação educacional no que tange à avaliação e à regulação do ensino; – Cumprimento dos prazos de preenchimento dos censos da educação. 					<p>Variáveis da Fórmula:</p> <p>Número de Requisitos Atendidos (NRA): representa o número de requisitos legais e regulamentares que a instituição está cumprindo de acordo com a legislação educacional.</p> <p>Número Total de Requisitos (NTR): representa o número total de requisitos legais e regulamentares identificados que a instituição deve cumprir.</p>

Macroprocesso 3: Gestão do Processo de Autoavaliação Institucional em Conformidade com a Regulação Educacional

Meta 7		Indicador
Garantir até o final do quinquênio a participação de 90% da média dos estudantes e dos servidores respondentes no questionário de autoavaliação institucional.		Percentual Médio de Participação dos Respondentes no Questionário de Autoavaliação

					Institucional
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\%PQAI = \frac{((NER+NSR)/(NEM+NSA)) \times 100.}{}$
70%	75%	80%	85%	90%	
Iniciativas: – Gerenciamento dos coordenadores de cursos e dos líderes de turmas; – Sensibilização a partir de visitas às unidades para realizar reuniões e palestras; – Sensibilização com lançamentos de mídias digitais: <i>cards</i> , vídeos, panfletos, cartazes, <i>folders</i> , banners, faixas, matérias jornalísticas. – Curso de 40 horas “CPA: a Teoria Colocada em Prática”.					Variáveis da Fórmula: Percentual Médio de Participação dos Respondentes no Questionário de Autoavaliação Institucional (%PQAI): representa a média de participação dos estudantes e servidores respondentes no questionário de autoavaliação institucional.
					Número de Estudantes Respondentes (NER): representa a quantidade de estudantes matriculados no exercício.
					Número de Servidores Respondentes (NSR): representa a quantidade de servidores ativos no exercício.
					Número de Estudantes Matriculados (NEM): representa a quantidade de estudantes matriculados no exercício.
					Número de Servidores Ativos (NSA): representa a

					quantidade de servidores ativos no exercício.
Meta 8					Indicador
Envolver, até o fim do quinquênio, 90% da média de estudantes e servidores na participação do processo de autoavaliação institucional.					Percentual Médio de Participação dos Estudantes e dos Servidores no Processo de Autoavaliação Institucional
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\%PPAI = \frac{((NEP+NSP)/(NEM+NSA)) \times 100.}{}$
70%	75%	80%	85%	90%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Produção de materiais publicitários; – Realização de ações de divulgação do processo de autoavaliação institucional e de atualização do <i>link</i> da CPA na página institucional; – Organização do processo de autoavaliação institucional: sensibilização, devolutiva, aplicação do instrumento e construção do relatório; – Plano de Melhorias. 					Variáveis da Fórmula: Percentual Médio de Participação dos Estudantes e Servidores no Processo de Autoavaliação Institucional (% PPAI): representa a média de participação de estudantes e servidores respondentes no questionário de autoavaliação institucional. Número de Estudantes Participantes (NEP): representa a quantidade de estudantes matriculados no exercício que participaram nas ações da CPA. Número de Servidores Participantes (NSP): representa a quantidade de servidores ativos no

					<p>exercício que participaram nas ações da CPA.</p> <p>Número de Estudantes Matriculados (NEM): representa a quantidade de estudantes matriculados no exercício.</p> <p>Número de Servidores Ativos (NSA): representa a quantidade de servidores ativos no exercício.</p>
Meta 9					Indicador
Realizar anualmente seis eventos de capacitação sobre a avaliação institucional.					Eventos de Capacitação sobre a Avaliação Institucional Realizados
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: NATS.
6	6	6	6	6	
iniciativas: – Curso de 40 horas “CPA: a Teoria Colocada em Prática”.					Variáveis da Fórmula: Número de Capacitação com a Temática Avaliação Institucional (NCTAI): representa o número total de capacitações sobre avaliação institucional realizadas no exercício.
Objetivo Estratégico: modernizar e expandir a infraestrutura para atender, de maneira adequada e sustentável, às necessidades educacionais e administrativas.					
Foco estratégico: orientar as ações e decisões pertinentes à melhoria da infraestrutura física e a gestão integrada das bibliotecas, garantindo que sejam alinhadas com os objetivos gerais da instituição, ou seja, promover a excelência na educação e na prestação de serviços aos estudantes, professores e demais servidores.					

Resultado esperado: tornar-se um modelo de excelência como instituição de ensino, reconhecida por sua agilidade, adaptabilidade e capacidade de alcançar resultados excepcionais, proporcionando um ambiente de trabalho inspirador e oferecendo serviços de alta qualidade à comunidade, caracterizada por uma cultura de planejamento integrado, participativo e eficaz, com suas decisões consistentes baseadas em análises de informações concisas e na participação de todos.

Macroprocesso 4: Gestão Integrada das Bibliotecas

Meta 10					Indicador
Expandir em 25% o acervo bibliográfico.					Taxa de Expansão do Acervo Bibliográfico
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $EAB\% = (TEA/TEE) \times 100.$
5%	5%	5%	5%	5%	
Iniciativas: – Desenvolvimento de estratégias para identificar ou monitorar as necessidades da instituição.					Variáveis da Fórmula: Taxa de Expansão do Acervo Bibliográfico % (EAB%): representa a taxa de expansão do acervo bibliográfico no exercício, atinente à aquisição, atualização e inovação. Total de Exemplares Adquiridos (TEA): representa o total de exemplares adquiridos no exercício. Total de Exemplares Existentes (TEE): representa o total de exemplares existentes em 2023.
Meta 11					Indicador
Garantir 2% do orçamento de investimento do exercício para inclusão e fortalecimento das bibliotecas.					Taxa de Investimentos para Inclusão nas Bibliotecas.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $TOI\% = (OIE/OIA) \times 100$
2%	2%	2%	2%	2%	

<p>Iniciativas:</p> <p>– Investimento do exercício para inclusão e fortalecimento das bibliotecas.</p>	<p>Variáveis da Fórmula: Taxa de Investimentos para Inclusão nas Bibliotecas % (TIB%): representa a taxa de investimento disponível para inclusão nas bibliotecas.</p> <p>Orçamento de Investimento Empenhado (OIEIB): representa o valor global do investimento no exercício disponível para inclusão nas bibliotecas.</p> <p>Orçamento de Investimento Anual (OIA): representa o crédito disponibilizado do orçamento anual de investimento.</p>
---	---

Macroprocesso 5: Gestão de Obras e Serviços de Engenharia

Meta 12					Indicador
Entregar, até o fim do quinquênio, 100% dos projetos básicos de obras e serviços de engenharia previstos na lista de prioridades de obras e serviços de engenharia.					Taxa de Projetos Básicos de Obras e Serviços Concluídos
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PBC\% = \frac{QPBC}{QOP} \times 100.$
20%	20%	20%	20%	20%	
<p>Iniciativas:</p> <p>– Plano Quinquenal de Obras e Serviços de Infraestrutura dos <i>Campi</i> e da Reitoria do IFRR; – Plano Diretor de Obras.</p>					<p>Variáveis da Fórmula: Taxa de Projetos Básicos de Obras e Serviços Concluídos % (PBC%): representa a taxa de projetos básicos de obras e serviços de engenharia</p>

					<p>concluídos no exercício.</p> <p>Quantidade de Projetos Básicos de Obras e Serviços de Engenharia Concluídos (QPBC): representa a quantidade de projetos básicos de obras e serviços de engenharia concluídos no exercício.</p> <p>Quantidade de Obras e Serviços de Engenharia Planejados (QOP): representa a quantidade de obras e serviços de engenharia planejados para o quinquênio.</p>
Meta 13					Indicador
Entregar, até o fim do quinquênio, 100% dos projetos básicos de acessibilidade previstos na lista de prioridades de obras e serviços de engenharia.					Taxa de Projetos Básicos de Acessibilidade Concluídos
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PBAC\% = \frac{QPBC}{QOP} \times 100.$
20%	20%	20%	20%	20%	
Iniciativas: – Capacitação dos servidores para atender à demanda.					Variáveis da Fórmula: Taxa de Projetos Básicos de Acessibilidade Concluídos (PBAC%): representa a taxa de projetos básicos de acessibilidade concluídos no exercício. Quantidade de Projetos Básicos de Acessibilidade Concluídos (QPBC): representa a quantidade de projetos

					<p>básicos de acessibilidade concluídos no exercício.</p> <p>Quantidade de Obras e Serviços de Acessibilidade Planejados (QOAP): representa a quantidade de obras de acessibilidade planejadas para o quinquênio.</p>
Meta 14					Indicador
Entregar, até o fim do quinquênio, 100% dos projetos básicos de obras de prevenção de combate a incêndio e pânico previstos na lista de prioridades de obras e serviços de engenharia.					Taxa de Projetos Básicos de Projetos de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico Concluídos
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo: $PCIC\% = \frac{QPCIC}{QPCIP} \times 100.$</p>
20%	20%	20%	20%	20%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Plano Quinquenal de Obras e Serviços de Infraestrutura dos <i>Campi</i> e da Reitoria do IFRR; – Plano Diretor de Obras. 					<p>Variáveis da Fórmula: Taxa de Projetos Básicos de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico Concluídos (%) (PCIC%): representa a taxa de projetos básicos de projetos de prevenção de combate a incêndio e pânico concluídos no exercício.</p> <p>Quantidade de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico Concluídos (QPCIC): representa a quantidade de projetos básicos de projetos de prevenção de combate a incêndio e pânico concluídos no exercício.</p> <p>Quantidade de Obras</p>

					<p>de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico Planejados (QPCIP): representa a quantidade de obras de prevenção de combate a incêndio e pânico planejadas para o quinquênio.</p>
Meta 15					Indicador
Realizar, até o fim do quinquênio, a contratação de 100% da lista de prioridades de obras e serviços de engenharia.					Taxa de Obras e Serviços de Engenharia Contratados
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo: $OSC\% = \frac{QOSC}{QOSP} \times 100.$</p>
20%	20%	20%	20%	20%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Plano Quinquenal de Obras e Serviços de Infraestrutura dos <i>Campi</i> e da Reitoria do IFRR; – Plano Diretor de Obras. 					<p>Variáveis da Fórmula: Taxa de Obras e Serviços de Engenharia Contratados (OSC%): representa a taxa de obras e serviços de engenharia contratados no exercício.</p> <p>Quantidade de Obras e Serviços de Engenharia Contratados (QOSC): representa a quantidade de obras e serviços de engenharia contratados no exercício.</p> <p>Quantidade de Obras e Serviços de Engenharia Planejados (QOSP): representa o somatório de todas as obras e serviços de engenharia planejados para o quinquênio.</p>

Meta 16					Indicador
Realizar, até o fim do quinquênio, a execução de 100% da lista de prioridades de obras e serviços de engenharia.					Taxa de Obras e Serviços de Engenharia Executados
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $OSE\% = \frac{(QOSE/QOSP)}{100} \times 100.$
20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
Iniciativas: – Plano Quinquenal de Obras e Serviços de Infraestrutura dos <i>Campi</i> e da Reitoria do IFRR; – Plano Diretor de Obras.					Variáveis da Fórmula: Taxa de Obras e Serviços de Engenharia Executados (OSE%): representa a taxa de obras e serviços de engenharia executados no exercício. Quantidade de Obras e Serviços de Engenharia Executados (QOSE): representa a quantidade de obras e serviços de engenharia executados no exercício. Quantidade de Obras e Serviços de Engenharia Planejados (QOSP): representa o somatório de obras e serviços de engenharia planejados para o quinquênio.

Quadro 8: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Governança

Dimensão: GOVERNANÇA
Objetivo Estratégico: consolidar a governança institucional
Macroprocesso 1: Governança

Meta 1					Indicador
Elevar todos os índices de governança do levantamento do TCU para o nível "Intermediário" em cinco anos.					Nível de Evolução dos Índices de Governança
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\frac{\text{n.º de índices no nível intermediário}}{\text{n.º de índices}} * 100$
38%	18%	25%	12%	7%	
Iniciativas: – Estímulo à adoção de boas práticas do TCU; – Monitoramento dos índices do TCU por meio do Mago; – Realização de treinamento anual sobre governança para a alta administração do IFRR; – Elaboração e solicitação de aprovação do calendário de reuniões do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; – Realização de reunião trimestral das instâncias internas de apoio à governança.					Variáveis da Fórmula:
Macroprocesso 2: Gestão de Riscos					
Meta 2					Indicador
Gerenciar os riscos de todos os macroprocessos das dimensões estratégicas constantes no PDI em cinco anos.					Percentual de Macroprocessos com Riscos Gerenciados
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\frac{\text{(n.º de macroprocessos com riscos gerenciados)}}{\text{n.º de macroprocessos do PDI}} * 100$
20%	20%	20%	20%	20%	
Iniciativas: – Realização de treinamento em gestão de riscos por meio do programa Facilita; – Monitoramento dos Planos de Implementação de Controles das Dimensões Estratégicas.					Variáveis da Fórmula:
Macroprocesso 3: Gestão da Integridade					
Meta 3					Indicador
Adotar todas as boas práticas do Roteiro de Atuação do sistema e-Prevenção em cinco anos.					Percentual de Boas Práticas do Sistema e-Prevenção Adotadas
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $(\text{n.º de boas práticas adotadas})$

55%	24%	9%	6%	6%	boas práticas adotadas/n.º de boas práticas do Roteiro de Atuação) * 100 Variáveis da Fórmula:
Iniciativas: – Estímulo à adoção das boas práticas do Roteiro de Atuação do Sistema e-Prevenção; – Elaboração e monitoramento da execução das ações previstas no Plano de Integridade do IFRR; – Realização de treinamento sobre Gestão de Riscos para Integridade; – Realização do evento Mês da Integridade no IFRR; – Elaboração de vídeos quadrimestrais informativos sobre integridade.					
Macroprocesso 4: Avaliação da Gestão de Riscos					
Meta 4					Indicador
Realizar anualmente 100% dos serviços de auditoria planejados.					Percentual de Auditorias Realizadas
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: N.º de serviços realizados/N.º de serviços planejados * 100 Variáveis da Fórmula:
100%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Realização das avaliações previstas no Paint 2024; – Elaboração de instrumento de rodízio de ênfase dos trabalhos a serem realizados sob a vigência do PDI 2024-2028.					
Macroprocesso 5: Monitoramento de Recomendações					
Meta 5					Indicador
Alcançar até 2028 o índice de 100% de atendimento das recomendações emitidas pela auditoria interna.					Percentual de Atendimento das Recomendações da Auditoria
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: N.º de recomendações atendidas/N.º de recomendações emitidas *
80%	85%	90%	95%	100%	

Iniciativas: – Monitoramento das recomendações por meio do Sistema e-Aud.					100
					Variáveis da Fórmula:
Meta 6					Indicador
Alcançar 100% dos benefícios não financeiros esperados no fim de cada serviço de auditoria.					Percentual de Benefícios Alcançados com o Serviço de Auditoria
2024	2025	2026	2027	2028	
100%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Elaboração de instrumento de quantificação de benefícios.					Fórmula de Cálculo: N.º de benefícios alcançados/N.º de benefícios previstos * 100 Variáveis da Fórmula:
Macroprocesso 6: Gestão Interna da Unidade de Auditoria Interna					
Meta 7					Indicador
Executar 100% do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna (PGMQ).					Percentual de Execução do PGMQ
2024	2025	2026	2027	2028	
50%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Elaboração dos instrumentos de avaliação.					Fórmula de Cálculo: N.º de avaliações dos serviços de auditoria/N.º de serviços de auditoria realizados * 100 Variáveis da Fórmula:
Macroprocesso 7: Atendimento ao Cidadão					
Meta 8					Indicador
Responder 100% das manifestações da ouvidoria dentro do prazo legal determinado.					Percentual de Atendimento da Ouvidoria dentro Prazo Legal
2024	2025	2026	2027	2028	
100%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Realização de ações de sensibilização com a alta					Fórmula de Cálculo: (n.º de respostas no prazo/n.º de manifestações)*100 Variáveis da Fórmula:

administração sobre o cumprimento dos prazos; – Criação da campanha de divulgação do papel e da importância da Ouvidoria para a instituição.					
Meta 9					Indicador
Responder a 100% das solicitações de informações no e-SIC dentro do prazo legal determinado.					Percentual de Atendimento do e-SIC dentro do Prazo Legal
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: (n.º de respostas no prazo/n.º de solicitações do e-SIC)*100 Variáveis da Fórmula:
100%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Realização das ações de sensibilização com a alta administração sobre o cumprimento dos prazos; – Criação de campanha de divulgação do papel e da importância da Ouvidoria para a instituição.					
Meta 10					Indicador
Alcançar 70% de êxito na avaliação de satisfação do atendimento ao cidadão pela Ouvidoria.					Percentual de Satisfação dos Atendimentos da Ouvidoria
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: (n.º de cidadãos satisfeitos/n.º de questionários da Ouvidoria preenchidos)*100 Variáveis da Fórmula:
60%	65%	70%	70%	70%	
Iniciativas: – Divulgação [aos demandantes] da importância do preenchimento das avaliações; – Constituição do Conselho de Usuários para avaliação e melhoria dos serviços prestados pelo IFRR.					
Meta 11					Indicador
Alcançar 80% de êxito na avaliação da satisfação dos cidadãos atendidos pelo e-SIC.					Percentual de Satisfação dos Atendimentos do e-SIC
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: (n.º de cidadãos satisfeitos/n.º de questionários do e-SIC preenchidos)*100 Variáveis da Fórmula:
70%	75%	75%	80%	80%	
Iniciativas: – Divulgação [aos demandantes] da importância do preenchimento das avaliações; – Constituição do Conselho de Usuários para avaliação e melhoria dos serviços prestados pelo IFRR.					

Macroprocesso 8: Transparência					
Meta 12					Indicador
Publicar todos os itens de transparência ativa da Lei de Acesso à Informação (LAI).					Percentual de Publicação dos Itens da LAI
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: (n.º de itens de transparência ativa publicadas no site do IFRR /n.º de itens de transparência ativa)*100 Variáveis da Fórmula:
85%	90%	90%	95%	100%	
<ul style="list-style-type: none"> – Monitoramento da publicação e solicitação da atualização das informações institucionais em transparência ativa conforme prevê a LAI; – Monitoramento das ações do Plano de Dados Abertos. 					

Quadro 9: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Tecnologia da Informação

Dimensão: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
Objetivo Estratégico: fomentar a melhoria contínua da Tecnologia da Informação					
<p>Foco estratégico: fornecer soluções tecnológicas de TIC para dar suporte às atividades administrativas e educacionais da instituição, desempenhando um papel essencial no alcance dos objetivos estratégicos do IFRR.</p> <p>Resultado esperado: ser um agente de transformação na comunidade do IFRR, promovendo iniciativas de planejamento, gestão e busca por soluções de TIC de alta qualidade, confiáveis e seguras, contribuindo ativamente para o desenvolvimento e modernização da instituição.</p>					
Macroprocesso 1: Gestão da Tecnologia da Informação					
Meta 1					Indicador
Promover a modernização dos ativos de <i>software</i> que suportam os serviços essenciais de TI.					Percentual de Ativos de <i>Software</i> Atualizado
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: Onde:
70%	85%	90%	100%	100%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Realização de levantamento dos ativos de <i>software</i> contratados (com ou sem suporte) e necessários pela instituição; – Aquisição de ativos de <i>software</i> modernos 					$\frac{QSSA}{TSS} \times 100$ <p>QSSA – Quantidade de <i>Software</i> Suportado Atualizado</p>

e com suporte ativo do fabricante para áreas administrativas e pedagógicas; – Monitoramento dos ativos de <i>software</i> adquiridos.					TSS – Total de Software Suportado
Meta 2					Indicador
Promover a modernização dos ativos de <i>hardware</i> que suportam os serviços essenciais de TI.					Percentual de Ativos de Rede Atualizados
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\frac{NAA}{NA} \times 100$
60%	70%	80%	90%	100%	
Iniciativas: – Aquisição de ativos de <i>hardware</i> para otimizar e expandir a infraestrutura de redes; – Melhoria na conectividade de todas as unidades; – Centralização de serviços de rede no datacenter; – Aquisição de novos ativos de rede para o Datacenter.					Onde: NAA – Número de Ativos Atualizados NA – Número de Ativos
Meta 3					Indicador
Promover 100% de atualização da infraestrutura de cabeamento estruturado nas salas que necessitam deste.					Percentual de Salas com Cabeamento Estruturado Atualizado
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\frac{NPI}{NPP} \times 100$
30%	75%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Contratação de empresa especializada para planejamento e implantação da rede cabeada; – Melhoria da conectividade nas unidades; – Garantia de que todas as áreas administrativas estejam com cobertura de pontos físicos; – Expansão da cobertura de cabeamento para laboratórios.					Onde: NPI – Número de Pontos Instalados NPP – Número de Pontos Planejados
Meta 4					Indicador
Garantir redundância de <i>link</i> de internet em todas as unidades da instituição.					Percentual de Unidades com <i>Link</i> de Internet Redundante

2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de cálculo:
50%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas:					Onde:
<ul style="list-style-type: none"> – Contratação de empresa especializada no fornecimento de <i>links</i> de banda larga para todas as unidades do IFRR; – Contratação de empresa especializada no fornecimento de <i>links</i> de satélite para todas as unidades do IFRR; – Otimização do acesso à internet; – Gestão dos contratos de fornecimento de conexão. 					NUCLR – Número de Unidades com <i>Link</i> Redundante NU – Número de Unidades
Meta 5					Indicador
Migrar 100% dos serviços essenciais para infraestrutura de nuvem (IaaS).					Taxa de Serviços Essenciais Migrados para a Nuvem
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
0%	66%	100%	100%	100%	
Iniciativas:					Onde:
<ul style="list-style-type: none"> – Listagem dos serviços essenciais à instituição; – Elaboração de projeto para migração de sistemas; – Migração do Suap para a nuvem; – Migração do portal institucional para a nuvem; – Migração do Sistema Gerenciador de Certames (SGC) para a nuvem. 					NSEMN – Número de Serviços Essenciais Migrados para a Nuvem NTSE – Número de Serviços Essenciais
Meta 6					Indicador
Informatizar processos demandados pela gestão.					Taxa de Informatização de Processos de TI
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo:
3	4	0	0	0	

Iniciativas: – Padronização de processos; – Automatização de processos; – Informatização de processos; – Apoio à transformação digital de processos; – Iniciativas de automação robótica de processos (RPA).					PI – Processo Implantado PD – Processo Demandado
Meta 7					Indicador
Aprimorar os processos de governança e gestão de Tecnologia da Informação em 60%.					Indicador de Governança do SISP (iGOVSISP)
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\frac{NPC}{NP} \times 100$
20%	40%	50%	55%	60%	
Iniciativas: – Elaboração da Política de Governança de TIC; – Garantia de projetos de TI alinhados com os objetivos de negócio; – Medição da satisfação dos <i>stakeholders</i> internos e externos; – Fortalecimento dos Comitês de Governança e Segurança da Informação; – Apoio à implantação de controles de segurança da informação (PPSI); – Instituição do Plano de Continuidade dos Serviços de TIC; – Instituição do Processo de Compras de TIC; – Elaboração, atualização, monitoramento e publicação das normas internas de TI.					Onde: NPC – Número de Processos em Conformidade NP – Número de Processos
Meta 8					Indicador
Implantar 100% dos controles do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)					Percentual de Implantação dos Controles do PPSI
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $\frac{NCI}{NTCG1} \times 100$
30%	50%	70%	80%	100%	
Iniciativas:					

<ul style="list-style-type: none"> – Gestão da Segurança da Informação; – Gestão de ativos de <i>hardware</i>; – Gestão de ativos de <i>software</i>; – Gerenciamento de riscos de segurança; – Equipe de tratamento e resposta a incidentes (Etir); – Implantação de <i>backup</i> externo. 					<p>Onde:</p> <p>NCI – Número de Controle Implantados</p> <p>NTCG1 – Número Total de Controles do Grupo 1</p>
Meta 9					Indicador
Capacitar 100% a equipe de TI com habilidades e competências dedicadas à gestão, infraestrutura e serviços de TIC.					Percentual de Servidores de TIC Capacitados
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de cálculo:</p> $\frac{NSTICC}{NSTIC} \times 100$ <p>= Número de servidores de TIC Capacitados</p> <p>= Número de servidores de TIC</p>
30%	50%	70%	90%	100%	
<p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacitação os servidores de TIC em governança e gestão de TIC; – Capacitação da equipe de TIC em DevOps; – Capacitação dos servidores de TIC em <i>cloud computing</i>; – Realização de treinamentos em segurança cibernética para a equipe de TIC; – Capacitação da equipe de TIC em gestão ágil de projetos; – Capacitação da equipe em desenvolvimento de sistemas em <i>python/django</i>. 					

Quadro 10: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Gestão Administrativa

Dimensão: GESTÃO ADMINISTRATIVA	
Objetivo Estratégico: gerenciar os recursos orçamentários, financeiros e logísticos para o alcance dos objetivos institucionais pautados nos princípios da sustentabilidade e da efetividade.	
Macroprocesso 1: Manutenção e Funcionamento	
Meta 1	Indicador
Executar com efetividade 100% do orçamento de funcionamento priorizando os contratos continuados essenciais.	Taxa de Execução Orçamentária

2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $TEO\% = (OFE/CDOA) \times 100$ Variáveis da Fórmula: Taxa de Execução Orçamentária (%) (TEO%): representa a taxa de execução do orçamento do funcionamento no exercício. Orçamento de Funcionamento Empenhado (OFE): representa o valor global das despesas pagas no exercício. Crédito Disponibilizado do Orçamento Anual (CDOA): representa o crédito disponibilizado do orçamento anual de funcionamento.
100%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Fórum de Administração (FAD); – Comitê Orçamentário do IFRR (Coif). 					
Meta 2					Indicador
Destinar 10% de orçamento de investimento para viabilizar a aquisição ou manutenção de sistemas, equipamentos, mobiliários e acervos bibliográficos para atendimento dos ambientes administrativos e didático-pedagógicos.					Taxa de Orçamento de Investimento Disponível
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $TOI\% = (OIE/OIA) \times 100$ Variáveis da Fórmula: Taxa de Orçamento Investimento % (TOI%): representa a taxa de investimento disponível para viabilizar a aquisição ou manutenção de sistemas, equipamentos, mobiliários e acervos bibliográficos para atendimento de ambientes administrativos e didático-pedagógicos. Orçamento de Investimento Empenhado (OIE): representa o valor global do
10%	10%	10%	10%	10%	
Iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> – Fórum de Administração (FAD); – Comitê Orçamentário do IFRR (Coif); – Fórum de Desenvolvimento Institucional (Fordi). 					

					<p>investimento no exercício disponível para a meta em questão.</p> <p>Orçamento de Investimento Anual (OIA): representa o crédito disponibilizado do orçamento anual de investimento.</p>
Meta 3					Indicador
Reduzir em 80% os empenhos de custeio inscritos e/ou reinscritos em Restos a Pagar (RAP)					Taxa de Redução de Empenhos em RAP
2024	2025	2026	2027	2028	<p>Fórmula de Cálculo: $TRER\% = (VERP + VERC)/VER.$</p> <p>((valor dos empenhos RAP pago no exercício + valor dos empenhos RAP cancelado no exercício)/valor dos empenhos RAP no exercício)*100</p> <p>Variáveis da Fórmula: Taxa de Redução de Empenhos RAP % (TRER%): representa a taxa de redução de empenhos em RAP.</p> <p>Valor dos Empenhos em RAP Pagos (Verp): representa o valor dos empenhos em RAP pago no exercício.</p> <p>Valor dos Empenhos em RAP Cancelados (VERC): representa o valor dos empenhos em RAP cancelados no exercício.</p> <p>Valor dos Empenhos em RAP (VER): representa o valor dos empenhos em RAP no exercício.</p>
80%	80%	80%	80%	80%	
<p>Iniciativas:</p> <p>– Fórum de Administração (FAD).</p>					
Meta 4					Indicador

Realizar quatro ações anuais para otimização das boas práticas administrativas.					Taxa de ações realizadas.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: TAR % = (NAR/NAP) x 100. Variáveis da Fórmula: Taxa de Ações Realizadas % (TAR%): representa a taxa de ações realizadas. Número de Ações Realizadas (NAR): representa o número de ações realizadas. Número de Ações Previstas (NAP): representa o total de ações previstas no exercício.
4	4	4	4	4	
Iniciativas: – Proad Itinerante; – Fórum de Administração (FAD).					
Meta 5					Indicador
Atualizar e regularizar a situação patrimonial de 50% dos bens móveis permanentes do IFRR.					Taxa de Bens Permanentes Regularizados
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: TBR % = (NBPR/NBPI) x 100. Variáveis da Fórmula: Taxa de Bens Regularizados % (TBR%): representa a taxa de bens móveis permanentes regularizados. Número de Bens Permanentes Regularizados (NBPR): representa o número de bens móveis permanentes regularizados. Número de Bens Permanentes do IFRR (NBPI): representa o número de bens móveis permanentes do IFRR.
10%	20%	30%	40%	50%	
Iniciativas: – Capacitação para atender à meta; – Fórum de Administração (FAD).					

Quadro 11: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Gestão de Pessoas

Dimensão: GESTÃO DE PESSOAS					
Objetivo Estratégico: fomentar a capacitação e a qualificação de servidores, com foco nos resultados institucionais.					
Macroprocesso 1: Aperfeiçoamento e Desenvolvimento dos Servidores.					
Meta 1					Indicador
Proporcionar a capacitação anual de 30% dos servidores.					Taxa de Capacitação de Servidores
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: TCS% = (NCO/NTS) x 100.
30%	30%	30%	30%	30%	
Iniciativas: – Política de Capacitação.					Variáveis da Fórmula: Taxa de Capacitação de Servidores (%) (TCS%): representa a taxa anual de servidores capacitados no exercício. Número de Capacitações Ocorridas no Exercício (NCO): representa o total de capacitações ocorridas no exercício. Número Total de Servidores (NTS): representa o total de servidores ativos.
Meta 2					Indicador
Proporcionar a qualificação anual de 8% dos servidores.					Taxa de Qualificação de Servidores
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: TQS% = (NSQ/TQS)*100
8%	8%	8%	8%	8%	
Iniciativas: – Regulamento de afastamento para qualificação; – Proquali.					Variáveis da Fórmula: Taxa de Qualificação de Servidores % (TQS%): representa a taxa de qualificação anual de servidores. Número de Servidores Qualificados ou em Qualificação no exercício (NSQ): representa o

					número de servidores qualificados ou em qualificação no serviço.
					Número Total de Servidores (NTS): representa o total de servidores ativos.
Meta 3					Indicador
Atingir o índice 4,5 em relação à titulação do corpo docente					Índice de titulação do corpo docente.
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $ITD = ((G \times 1) + (A \times 2) + (E \times 3) + (M \times 4) + (D \times 5)) / (G + A + E + M + D)$
4,10%	4,20%	4,30%	4,40%	4,50%	
Iniciativas: - Serão inseridos no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: Índice de Titulação do Corpo Docente (ITD): representa o índice de titulação do corpo docente ativo no ano corrente. G: representa o total de docentes com titulação máxima em “graduação”. A: representa o total de docentes com titulação máxima em “aperfeiçoamento”. E: representa o total de docentes com titulação máxima em “especialização”. M: representa o total de docentes com titulação máxima em “mestrado”. D: representa o total de docentes com titulação máxima em “doutorado”.
Meta 4					Indicador
Contribuir anualmente para o alcance de um índice de 30% da participação dos servidores individualmente nas ações da CQVSS e da Cissp.					Índice de Participação dos Servidores

2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $PS \% = (NSA/NTS) \times 100.$
30%	30%	30%	30%	30%	
Iniciativas:					Variáveis da Fórmula: Índice de Participação dos Servidores (PS%): representa o índice de participação dos servidores NSA: número de servidores em participantes individualmente nas ações NTS: número total de servidores
					Meta 5
Atender 100% dos requerimentos de análise ergonômica do trabalho que necessitam de emissão de relatório.					Taxa de Atendimento dos Requerimentos
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $TAR \% = (NRE/NRR) \times 100.$
100%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Serão inseridos no Plano Anual.					Variáveis da Fórmula: Taxa de Atendimento dos Requerimentos (TAR%): representa a taxa de atendimento dos requerimentos de análise ergonômica. Número de Relatórios Emitidos (NRE): representa o número de requerimentos recebidos e com relatórios emitidos. Número de Requerimentos Recebidos (NRR): representa o número de requerimentos recebidos.

Quadro 12: Indicadores, Metas e Iniciativas Atinentes à Dimensão de Comunicação Institucional

Dimensão: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo Estratégico: contribuir para o fortalecimento da missão institucional por meio de uma comunicação institucional integrada.

Foco estratégico: implementar uma comunicação institucional sólida e eficiente.

Resultado esperado: tornar-se uma assessoria de comunicação integrada, com atendimentos mais eficientes, a partir de demandas mais adequadas, e alcance de resultados concretos perante o público, despertando maior interesse para as ações promovidas pelo instituto e contribuindo para a ampliação do ingresso de estudantes e para a formalização de novas parcerias.

Macroprocesso 1: Regulamentação das Atividades de Comunicação e *Marketing* Institucional

Meta 1					Indicador
Elaborar e implementar dois documentos de regulamentação das atividades de comunicação no IFRR.					Índice de Regulamentação das Atividades de Comunicação do IFRR
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $EC / NTDEI \times 100$ Variáveis da Fórmula: Etapa Concluída (EC): representa a etapa concluída do planejamento, elaboração e implementação durante o período. Número Total de Documentos Elaborados e Implementados (NTDEI):
33,33%	33,33%	11,11%	11,11%	11,11%	
Iniciativas: – Criação e implementação da Política de Comunicação do IFRR; – Criação e implementação do Plano Estratégico de Comunicação para a promoção e o fortalecimento da imagem institucional.					

Macroprocesso 2: Promoção/Fortalecimento da Identidade/Imagem do IFRR

Meta 2					Indicador
Execução de 65 ações de comunicação (estimativa) com vistas à implementação de ações estratégicas de promoção/fortalecimento da identidade/imagem do IFRR.					Índice de Ações Implementadas
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $NAR / NTA \times 100$ Variáveis da Fórmula: Número de Ações Realizadas (NAR):
20%	20%	20%	20%	20%	
Iniciativas:					

<ul style="list-style-type: none"> – Designação de profissional/equipe ou comissão para a criação do Plano Estratégico de Comunicação, voltado para a promoção e o fortalecimento da imagem institucional; – Iniciação do trabalho de criação do respectivo plano, com prazo de apresentação até o fim do primeiro semestre de 2024; – Busca do desenvolvimento de métodos para medir e avaliar a imagem e a reputação do IFRR. 	<p>representa o número de ações realizadas no ano.</p> <p>Número Total de Ações (NTA): representa o número total de ações previstas.</p>
--	---

Macroprocesso 3: Fortalecimento da Comunicação Interna

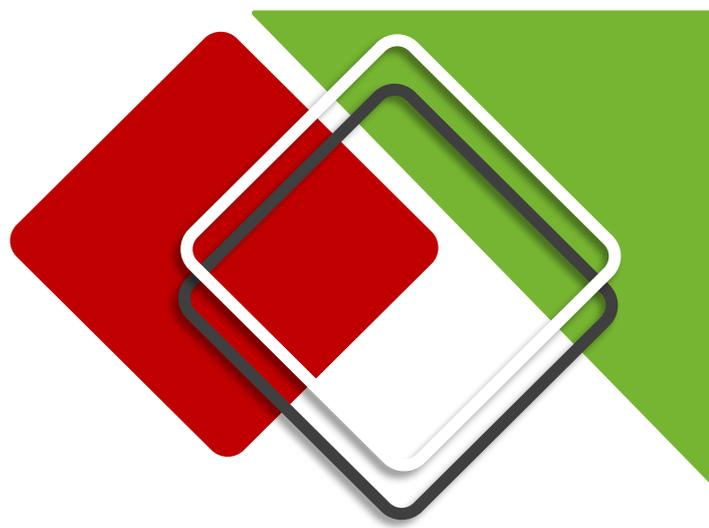
Meta 3					Indicador
Criar ações voltadas para a melhoria das ações de comunicação interna do instituto.					Índice de Ações de Comunicação Interna do Instituto
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $NAR / NTA \times 100$ Variáveis da Fórmula: Número de Ações Realizadas (NAR): representa o número de ações realizadas no ano. Número Total de Ações (NTA): representa o número total de ações previstas.
100%	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	
Iniciativas: – Ativação de canal no WhatsApp para a divulgação de ações de interesse do público interno do IFRR.					
Meta 4					
Investir em ações voltadas para a melhoria das ações de comunicação interna do instituto.					Índice de Ações de Divulgação do IFRR
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $NAR / NTA \times 100$ Variáveis da Fórmula: Número de Ações Realizadas (NAR): representa o número de ações realizadas no ano. Número Total de Ações (NTA): representa o número total de ações previstas.
100%	100%	100%	100%	100%	
– Fortalecer as ações de divulgação nas TVs corporativas da instituição.					

Macroprocesso 4: Realização de Ações de Aperfeiçoamento da Equipe da Ascom

Meta 5					Indicador
Criar condições para a execução de pelo menos cinco atividades anuais de aperfeiçoamento profissional, até 2028 (capacitação/atualização), distribuídas em pelo menos 90% das diferentes atribuições da Ascom.					Registros de Realização das Ações (imagens/certificados)
2024	2025	2026	2027	2028	
-	5	5	5	5	
Iniciativas: – Planejamento de ações de aperfeiçoamento da comunicação; – Promoção de atividades de capacitação/atualização para a equipe da Ascom e o envio de profissionais da equipe para ações de aperfeiçoamento.					Fórmula de Cálculo: N.º de Atividades

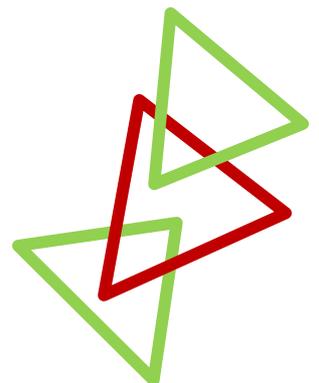
Macroprocesso 5: Fomento para a Consolidação dos Canais/Produtos de Comunicação Institucional e Criação de Novos Produtos

Meta 6					Indicador
Investir em cenários/equipamentos para a manutenção e a criação de novos canais/programas de comunicação do IFRR.					Melhoria Visual dos Canais/Programas de Comunicação e Veiculação de Novos Produtos
2024	2025	2026	2027	2028	Fórmula de Cálculo: $NAR / NTA \times 100$
100%	100%	100%	100%	100%	
Iniciativas: – Estruturação, a partir do recebimento de fomento, de cenários para novos produtos/programas; – Criação de pelo menos um novo produto de comunicação por ano.					Variáveis da Fórmula: Número de Ações Realizadas (NAR): representa o número de ações realizadas no ano. Número Total de Ações (NTA): representa o número total de ações previstas.



3

**PROJETO
PEDAGÓGICO
INSTITUCIONAL
(PPI)**



3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte constituinte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), define o ideal educativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) em termos de políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Trata-se, portanto, de um instrumento importante de gestão acadêmica, que expressa os princípios teórico-metodológicos e filosóficos, além de definir diretrizes para o desenvolvimento da práxis pedagógica e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a formação humana integral do estudante e o cumprimento da função social do instituto.

A educação que nos estimula é aquela que tem como propósito a construção da autonomia, ou seja, a formação de sujeitos capazes de assumir uma postura crítica, criativa e propositiva diante dos desafios do mundo contemporâneo, referenciados em valores e atitudes éticas para conviver em democracia. Assim, o IFRR assume o compromisso de ofertar uma educação pública comprometida com a sociedade, proporcionando escolarização e profissionalização, com vistas a uma formação humana integral, atrelada às necessidades do mundo do trabalho.

Ao assumir como função social a formação humana integral do estudante, por meio de uma gestão democrática, do compromisso social, do respeito aos valores éticos, à diversidade, à sustentabilidade e à justiça, mediante educação científica e tecnológica, o IFRR ofertará, como oportunidades educacionais, educação profissional técnica de nível médio, educação profissional de nível superior, formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), formação de professores e pós-graduação.

Para tanto, o Projeto Pedagógico do instituto assume como compromisso:

- Formar o cidadão crítico, responsável, ciente de seus direitos, deveres e papel histórico na sociedade;
- Colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, com uma distribuição equilibrada dos bens materiais e culturais;
- Compartilhar o conhecimento construído historicamente pelos sujeitos, a fim de que contribua para sua realidade social;

- Utilizar o trabalho como princípio educativo, isto é, fazer com que as atividades que permitem ao ser humano manter-se e desenvolver-se como membro de uma coletividade sejam as norteadoras de sua formação educacional.

Essas considerações devem nortear a reflexão acerca das conexões entre o discurso e a práxis desenvolvidos pelo IFRR. Sinalizam também a concepção de nossa função social como instituição pública profissionalizante, considerando seus objetivos educacionais e sua relação com a sociedade.

Logo, as propostas pedagógicas estão pautadas no comprometimento do processo educativo e no desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões, para que tenha capacidade de viabilizar caminhos coletivos que diminuam a imensa exclusão social do País por meio de práticas educativas que convirjam para o incentivo a novos modelos produtivos, pautados em arranjos produtivos locais, autonomia e uso de tecnologias aliadas às necessidades regionais.

Nesse sentido, o PPI do IFRR, ao pensar o indivíduo de maneira integral e relacional, bem como a sociedade e suas relações, preocupa-se em discutir a educação e pensar meios de torná-la melhor mediante o compromisso e a participação de todos, na perspectiva de uma educação libertadora, capaz de contribuir para que o estudante se torne sujeito do próprio desenvolvimento.

3.1 CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) constrói sua proposta de educação alicerçada em um conjunto de concepções e princípios que orientam as políticas institucionais formativas, tendo como referencial a formação humana integral como expressão para uma formação que permita a leitura e a intervenção no mundo, compreendendo as relações sociais e seu contexto histórico.

Nesse sentido, as concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos de diretrizes, políticas e projetos educativos que prezem pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o exercício da cidadania, a produção e socialização do conhecimento científico,

técnico, tecnológico, artístico-cultural, visando à transformação da realidade na perspectiva da justiça social, da igualdade e da emancipação humana, sem desconsiderar que o campo educacional é um espaço em constante disputa entre projetos socioeconômicos divergentes.

A construção da Proposta Pedagógica do IFRR tem sido um trabalho permanente e coletivo, que procura, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, superar a dualidade estrutural entre tecnicismo e academicismo, refletindo diretamente na relação entre trabalho e educação. Considerando os processos e as transformações iminentes da sociedade e, conseqüentemente, todas as dimensões que a compõem, é que se justifica a revisão deste documento a cada quatro anos como forma de abrir espaço entre a instituição de ensino e a comunidade para discutir, pensar e promover uma educação que dialogue com as necessidades atuais, sem perder do horizonte o compromisso como uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

A partir de 2008, com a criação dos institutos federais de educação, por meio da Lei n.º 11.892/2008, a educação profissional, científica e tecnológica se fortalece e expande-se mediante políticas educacionais voltadas para essa nova institucionalidade, caracterizada por uma organização pedagógica verticalizada, pluricurricular e *multicampi*.

Dadas as especificidades dessa nova institucionalidade, fez-se necessário repensar a organização pedagógica, seus currículos e espaços de forma a refletir não só os objetivos educacionais, mas também outras possibilidades de construção formativa, por exemplo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, definindo, assim, sua identidade mediante um projeto comprometido com a relação entre educação, ciência, trabalho e sociedade numa perspectiva emancipatória.

Os institutos federais de educação consideram o conhecimento em sua totalidade, articulando e integrando ciência, tecnologia, cultura e trabalho como princípio educativo, na perspectiva da formação humana integral, como dimensão ética necessária ao exercício profissional, contribuindo para a formação e a inserção dos cidadãos no mundo do trabalho.

3.1.1 Concepção de Educação

A educação é uma atividade complexa e contraditória, que envolve múltiplas dimensões e espaços. No entanto, a dimensão da educação tratada aqui é a da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Isso significa que, para chegar a uma concepção de educação que atendesse à diversidade e à realidade que se impõem ao contexto amazônico do extremo norte, margeado e influenciado por outros territórios, línguas e culturas, o IFRR buscou referenciar-se em teorias e fundamentos que se aproximassem e que considerassem os elementos socioculturais no desenvolvimento do processo educativo e na capacidade de dialogar com as diferentes formas de construção de suas identidades sem distinção ou valoração entre eles.

Essa concepção tem como objetivo principal transformar a realidade social em que a instituição está inserida por meio da educação e suas múltiplas formas. A escola, compreendida neste documento como um espaço formativo social que tem o papel de promover a socialização do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, relacionando-o com a realidade social dos estudantes, não deve apenas transmitir conhecimentos e habilidades técnicas, mas também desenvolver a consciência crítica dos estudantes, capacitando-os a compreender e transformar a realidade em que vivem. Isso implica uma educação que valoriza a participação ativa dos estudantes, centrada nas relações, no diálogo contínuo, na reflexão crítica e em ações transformadoras.

Nesse sentido, a mediação didática a ser feita no processo de ensino-aprendizagem deverá ter caráter orientador, exigindo um ensinar e um aprender que não se centralizam na figura do professor, e sim nas situações de interação professor-estudante. O profissional da educação deve ser capaz não só de desenvolver um trabalho crítico-reflexivo-criativo, mas também de promover um fazer pedagógico que possibilite ao estudante a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, orientando-o à realização de múltiplas escolhas e à construção de caminhos para a produção da vida (RAMOS, 2008).

Aqui se entende a educação politécnica como projeto de formação humana que busca superar dialeticamente a educação estritamente técnica: "a educação

politécnica não é aquela que ensina várias técnicas, mas sim a educação que proporciona às pessoas o acesso ao conhecimento, aos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da produção moderna [...]” (RAMOS, 2021, p. 65 a 76). Portanto, a educação politécnica permite ao estudante ter domínio intelectual sobre a técnica, viabilizando a compreensão dos conhecimentos teóricos, científicos, tecnológicos e históricos da produção moderna e objetivando formar sujeitos autônomos, conscientes e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A formação omnilateral (multilateral e integral) questiona as dicotomias construídas historicamente entre trabalho manual e intelectual, entre formação profissional e geral, por meio de propostas formativas que visam tornar o ser humano capaz de compreender, discutir, produzir e usufruir da ciência, da arte, da técnica e da tecnologia. A omnilateralidade requer, portanto, o desenvolvimento humano em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas (MANACORDA, 2007).

Uma educação que tem como propósito a formação humana na sua integralidade precisa atentar-se ainda para as relações sociais e para os marcadores como gênero, sexualidade, raça, classe, fator geracional, entre outros, além da necessária conscientização acerca deles, viabilizando outros lugares de fala e encontros, a partir das experiências dos estudantes, sem perder de vista a necessidade de uma permanente atitude crítica para a compreensão dessas realidades.

Desse modo, a perspectiva de educação do IFRR tem como enfoque a formação integral dos estudantes mediante o desenvolvimento pleno das suas potencialidades, a aquisição, a ampliação, a discussão e a disseminação do conhecimento em suas múltiplas tessituras: científicas, tecnológicas, culturais, artísticas, entre outras.

3.1.2 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

De acordo com a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), artigo 39, a educação profissional é uma modalidade de educação que integra as dimensões do trabalho à

ciência e à tecnologia por meio de cursos de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL,1996).

Essa perspectiva tem como base a concepção de **politecnia**, que traz em seu bojo a concepção de uma formação **omnilateral**, que implica a relação trabalho-educação, ou, mais especificamente, a indissociabilidade entre processo formativo e trabalho produtivo.

A educação profissional e tecnológica (EPT), conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP n.º 01/2021), é uma modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e com as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e as normas vigentes.

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFRR sustenta-se em uma concepção de educação integral do estudante, considerando a totalidade como elemento fundamental para se pensar os processos educativos e suas possibilidades, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007). Nesse sentido, entende-se que o trabalho como princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p. 13), sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação integral do sujeito.

A concepção de educação profissional e tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

No IFRR, a formação profissional técnica de nível médio, compreendida como um direito do cidadão, pautada em processos formativos para a prática social que articula as atividades intelectuais e manuais de maneira crítica e dialógica, é ofertada, prioritariamente, na forma integrada, conforme preconizado na Lei n.º 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

Para além das exigências legais, essa escolha traduz o compromisso político e social assumido pelo IFRR de contribuir com a expansão da educação básica e com a qualificação profissional no Estado de Roraima. Corroborando, portanto, com a construção do projeto de desenvolvimento histórico da sociedade, oferecendo formação integral, pública, gratuita e verticalizada.

Desse modo, a EPT no IFRR é concebida como mecanismo que promove a formação integral e integrada com a prática social transformadora; proporciona a ampliação e aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos contemporâneos; articula a teoria com a prática para o domínio da técnica em nível intelectual e qualifica para a gestão e o mundo do trabalho.

3.1.3 Concepção de Currículo

O IFRR, ao conceber a educação como um processo transformador da realidade social, propõe um currículo que dialoga com a sociedade a partir das seguintes perguntas: que tipo de formação responde às necessidades individuais e sociais diante dos novos desafios mundiais, regionais e locais? Como integrar os diferentes campos do saber humano, científico, cultural e tecnológico a partir de uma perspectiva política e pedagógica emancipatória?

De acordo com Masetto (2012, p.77), o currículo é “um conjunto de conhecimentos, saberes [...], experiências, vivências e valores que os estudantes precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem”. Entende-se, assim, que o currículo deve estar pautado na flexibilidade e no respeito à formação integral do sujeito, garantindo o incentivo e o aprofundamento do conhecimento, além da visão de trabalho, como princípios educativos de intervenção na realidade social.

O currículo apresenta duas dimensões: a formal, na qual se encontra o acordo estabelecido entre a comunidade acadêmica durante o processo de

elaboração curricular, e a do currículo vivido, que recebe grande influência cotidiana. Ambas constituem um ambiente simbólico, material e humano, em permanente reconstrução que envolve questões de ordem técnica, política, ética e estética.

Por ser um documento de trabalho em permanente elaboração, o currículo só se torna possível com o rompimento de processos uniformes e estandardizados de decisão curricular. Deve ser formulado e desenvolvido de maneira flexível, interdisciplinar, que atenda ao desenvolvimento dos conhecimentos traçados a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais, promovendo a socialização dos saberes, superando a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e percebendo o estudante como uma totalidade. E, nessa perspectiva política, é importante saber quem é o público-alvo a quem o conhecimento se destina, qual o objetivo desse conhecimento e o que deve ser ensinado e aprendido, pois é por meio do currículo que se promove o delineamento da ação educativa de forma integrada e abrangente.

Essa noção de currículo inscreve-se nas teorias contextuais, ligadas à teoria de ação do sujeito, aos modelos abertos e a uma abordagem dinâmica e processual que resulta da inter-relação das expectativas coletivas, intenções curriculares e realidade curricular, objetivando responder a situações concretas.

Em suma, o IFRR propõe a construção de um currículo respaldado em valores e práticas democráticas, que leve em conta a dinâmica e as contradições do mundo do trabalho; os contextos econômicos, políticos, sociais e ambientais; as transformações técnicas e organizacionais; os saberes gerados nas atividades de trabalho; os laços coletivos e de solidariedade, os valores, as histórias e os saberes da experiência adquiridos ao longo da vida.

O currículo no IFRR consiste em um conjunto de atividades que visam à construção do conhecimento, da aprendizagem e da interação do sujeito com a sociedade, preparando-o para a vida produtiva e para o exercício da cidadania, observando-se os seguintes princípios:

I – Integração de diferentes formas de educação para o trabalho, a ciência e a tecnologia;

II – Organização curricular pautada no trabalho e na pesquisa como princípios educativos;

III – Organização por eixos tecnológicos/áreas do conhecimento, observando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais, adotando-se como base o estudo do perfil profissional e os conhecimentos necessários ao exercício da profissão;

IV – Construção do conhecimento, incorporando, em todos os níveis, estratégias de aprendizagem do mundo do trabalho, por meio de atividades práticas, visitas técnicas, estágios e outros instrumentos;

V – Avaliação dos programas e conteúdos dos cursos ofertados, visando à melhor sintonia entre o IFRR e o ambiente socioeconômico.

Nesse sentido, a instituição compreende que as práticas pedagógicas multidisciplinares, pluridisciplinar, interdisciplinares e transdisciplinares devem ser contempladas na execução dos planos de aula, nas sequências didáticas ou nos projetos e constituir os processos metodológicos que compõem os cursos a serem ofertados, desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFRR opta por um currículo inclusivo, que acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. Também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o ingresso e a permanência do estudante na instituição e o acesso ao conhecimento. Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do estudante e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por diferentes abordagens metodológicas, a fim de obter êxito no trabalho desenvolvido.

3.1.4 Concepção de Avaliação

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem no IFRR tem como parâmetros os princípios dispostos na LDBEN, na função social, nos valores, na missão, na Organização Didática e no perfil de conclusão de cada curso da instituição. De acordo com Vasconcelos (2005), avaliar é parte integrante do processo de desenvolvimento da aprendizagem. É uma atividade que busca a melhoria do aprendizado do estudante.

No que tange a esse aspecto do processo de ensino-aprendizagem, a instituição assume a concepção humanizadora da avaliação, como uma ação de transformação e de promoção social, em que se valorizam os aspectos qualitativos

sobre os quantitativos. Desse modo, abaliza as dificuldades, as conquistas e as possibilidades dos estudantes em seu percurso formativo. Nesse sentido, compreende o processo de avaliação de forma polidimensional, que inclui avaliação da aprendizagem do estudante, avaliação das estratégias de ensino e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para a ressignificação do processo educacional.

A avaliação da aprendizagem do estudante deve ser entendida como um meio para o acompanhamento dos níveis de assimilação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades conforme o perfil profissional do curso. A avaliação do ensino, por sua vez, compreende o acompanhamento pedagógico da prática docente para identificar os meios, os instrumentos e as estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem. Já a avaliação do PPC é entendida como um processo contínuo de monitoramento e/ou de reformulação deste, a partir das necessidades do mundo do trabalho, do processo de ensino-aprendizagem e da avaliação do curso.

Como ação de transformação e de promoção social, a avaliação da aprendizagem escolar dá significado ao processo de ensino-aprendizagem e à relação professor-estudante. Sua finalidade é promover a melhoria da realidade educacional do estudante, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, tanto individual quanto coletivamente, pois, como entende Hoffmann (1996, p. 49), “a avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhoria da aprendizagem”.

A avaliação é um subsídio, um mecanismo de acompanhamento da ação pedagógica. Deve, pois, permitir que ocorra a aprendizagem. Deve se dar em função da inclusão, da formação humana, e não da exclusão, da seletividade. Abordando o tema, Libâneo (1994, p.195) afirma que:

[...] é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

Nesse contexto, deve-se pensar a avaliação numa perspectiva democrática, que rompa com os paradigmas da lógica de classificação, de exclusão social para que, dessa forma, o educador não mais reproduza desigualdade social. Ao garantir a

aprendizagem no ato avaliativo, o professor se põe a serviço da transformação social à medida que percebe que avaliar é auxiliar o estudante na construção do conhecimento. Portanto, deve considerar que a avaliação concentra, de modo integrado, múltiplas funções: dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa.

A avaliação, como função dialógica, serve a um projeto pedagógico comprometido tanto com as variáveis do meio sociocultural no qual o estudante se insere quanto com aquelas que determinam o seu modo de ser, a fim de possibilitar a emancipação do sujeito e, ao mesmo tempo, do seu meio (LUCKESI, 2008). Nesse sentido, a avaliação deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para o estudante quanto para o professor.

Como função diagnóstica, a avaliação serve para identificar o nível de conhecimento do estudante em relação aos conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal, a fim de detectar erros e corrigi-los, considerando estes como ponto de partida para a evolução da aprendizagem do discente. Não se avalia, portanto, para, tão somente, registrar o baixo desempenho do aluno.

Em relação à função processual, reconhece-se que a aprendizagem não ocorre de forma pontual, estática, mas em um constante movimento. A avaliação, sob essa perspectiva, busca priorizar a qualidade e a evolução processual da aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante ao longo do período letivo, conforme orienta a LDBEN. Essa avaliação não se restringe apenas a uma prova ou trabalho no fim do processo, pois adotar a postura de avaliar o estudante apenas por meio de um instrumento com caráter de avaliação classificatória seria um ato reducionista do processo de ensino-aprendizagem.

Na função formativa, a avaliação objetiva possibilitar que o estudante vivencie a tomada de consciência da atividade que desenvolve. Trata-se da tomada de consciência tanto do próprio processo de construção do conhecimento quanto dos objetivos da aprendizagem, podendo o aluno, de forma consciente, participar da regulação da atividade, segundo estratégias metacognitivas. Ele pode expressar seus erros, considerando que se encontra situado em um processo de construção do conhecimento elaborado, além de suas limitações, uma vez que se encontra

situado em um processo contínuo de acesso aos saberes, arquitetando, assim, alternativas na (re)significação do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, na função somativa da avaliação, o resultado do desempenho do estudante é expresso durante o desenvolvimento das unidades do período letivo, utilizando-se de instrumentos que possibilitem a mensuração da aprendizagem dos conteúdos específicos de cada componente, seguindo os critérios orientados pela Organização Didática da instituição.

Avaliar relaciona-se, pois, com a busca de uma aprendizagem com sentido para o estudante e também para o professor, uma vez que este deve estar, constantemente, avaliando sua prática pedagógica. Nesse processo, o estudante tem o direito de saber os conteúdos que são focados nos ambientes da aprendizagem escolar, os objetivos do estudo desses conteúdos, as estratégias necessárias para superar as dificuldades apresentadas e os critérios de avaliação que serão considerados.

Assim, é de suma importância que o professor utilize instrumentos diversificados, indo além dos testes e das provas, por exemplo, pesquisas, relatórios, seminários e trabalhos em grupo. Esses recursos possibilitam ao professor identificar o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas e tomar decisões. Possibilitam, sobretudo, reorientar o estudante a partir das dificuldades identificadas, em um constante processo de ação-reflexão-ação, considerando as orientações constantes nos regulamentos dos cursos, a natureza e as especificidades de cada área. Reafirma-se, portanto, o pressuposto de que é a avaliação, conforme Libâneo (1994, p.195),

uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos estudantes são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos e dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos estudantes.

Em se tratando de desempenhar a função de diagnosticar e de analisar o processo de ensino-aprendizagem em uma perspectiva de transformar a realidade educativa, percebe-se que a avaliação é um mecanismo a ser, necessariamente, dotado de criatividade, de autonomia e de criticidade. Assim sendo, os critérios e os

instrumentos de avaliação no IFRR devem ser discutidos e ressignificados, coletiva e permanentemente, no âmbito das práticas pedagógicas.

3.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O IFRR, em atendimento aos seus objetivos e finalidades, visa cumprir com sua missão institucional, consolidando uma política de ensino, pesquisa e extensão. A atuação acadêmica da instituição envolve prioritariamente a oferta dos seguintes cursos:

I – Na área da educação básica: cursos técnicos nas formas integrado ao ensino médio, concomitante e subsequente;

II – Na área da educação profissional: cursos de formação, atualização e qualificação nos três níveis (formação inicial e continuada, formação técnica de nível médio e superior), além da prestação de serviços, assessorias e consultorias;

III – Na educação superior: cursos na área de licenciaturas, tecnologias, bacharelados, programas especiais de formação pedagógica e segunda licenciatura;

IV – Na área da extensão: programas, projetos, cursos de formação inicial e continuada, eventos e a prestação de serviços de extensão, por meio do envolvimento direto dos estudantes em processo de formação com estabelecimento de vínculo entre o IFRR e outros setores da sociedade em atendimento à comunidade externa;

V – Na área da pesquisa e da inovação: apoio à gestão da inovação, com a finalidade de fomentar, buscar apoio financeiro, orientar e coordenar as ações institucionais a serem desenvolvidas por estudantes, técnicos administrativos e docentes, seja em função do desenvolvimento do ensino ou no contexto de alguma ação específica;

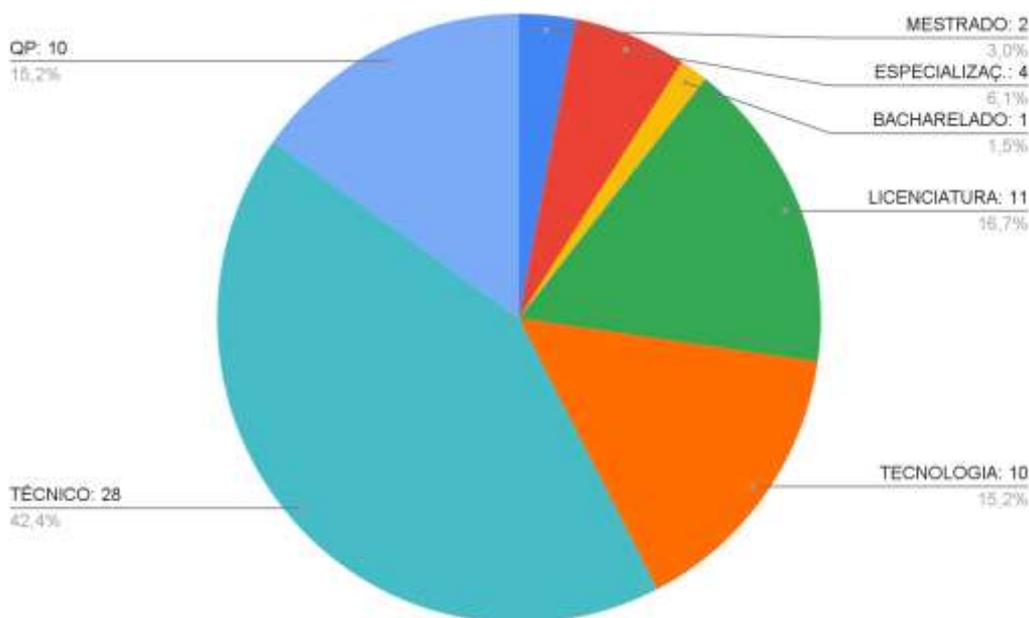
VI – Na área da pós-graduação: organização, implantação, manutenção e expansão de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Os cursos do IFRR, nos diferentes níveis e modalidades, estão organizados em conformidade com os princípios, fins e critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica

de Nível Médio, nas Diretrizes Nacionais para Elaboração dos Cursos de Licenciatura, nas Diretrizes para os Cursos de Bacharelados e Cursos Superiores de Tecnologia, nas orientações e especificações contidas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, nas Diretrizes para Oferta de Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, nas Normas para Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, nos decretos, nas portarias e nas demais normativas nacionais e institucionais vigentes.

De acordo com dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, O IFRR, tendo como ano base 2022, tem 66 cursos, distribuídos conforme o gráfico 5:

Gráfico 5: Quantitativo dos Cursos do IFRR em 2022



Fonte: IFRR (2023)

3.2.1 Organização Didática

A Organização Didática do IFRR, fundamentada nas leis e nas demais normas educacionais do sistema federal de ensino, mantém estrita consonância com a missão do instituto. É apresentada em documento específico que regula todos os

processos e atividades acadêmicas da instituição (Resolução do Consup/IFRR n.º 716, de 4 de janeiro de 2023).

3.2.2 Formas de Ingresso no Ensino, Pesquisa e Extensão

O ingresso nos diversos cursos ofertados pelo IFRR se dá de acordo com as legislações e políticas educacionais vigentes, obedecendo-se a regulamentos e aos trâmites processuais estabelecidos nos editais de seleção para cada nível e forma de ensino, respeitando-se, sempre, as reservas de vagas das ações afirmativas e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No IFRR, o ingresso nos cursos, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, dá-se por meio de edital, que determinar o número de vagas e os critérios de seleção, obedecendo-se ao disposto na Organização Didática, por meio das seguintes formas: exame de vestibular; prova de seleção; sorteio; análise curricular; Sistema de Seleção Unificado (Sisu), do Ministério da Educação; reintegração; transferência interna por reopção de curso; transferência externa de outras instituições devidamente credenciadas pelo MEC; seleção para portador de diploma de cursos superiores de graduação em áreas afins e intercâmbios/convênios.

O acesso de estudantes à pesquisa no IFRR é garantido por meio da realização de processos de seleção de propostas ou de projetos de pesquisa, sejam de iniciação científica, sejam de pesquisa aplicada, obedecendo-se a editais, nos quais são determinados recursos disponíveis, número de propostas/projetos a serem contemplados, critérios de seleção e processos de avaliação.

No que concerne à política de extensão, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), em sua criação, por meio da Lei 11.892/2008, estabeleceu, em seu art. 6º, inciso VII, o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, reforçando em seu art. 7.º os seguintes incisos:

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Nesse contexto legal, a extensão é entendida como atividade fim e será desenvolvida a partir de programas, projetos e atividades de extensão com ações integradoras do currículo que construam o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O acesso de estudantes à extensão no IFRR é garantido por meio da realização de processos de seleção de propostas ou de projetos de extensão, obedecendo-se a editais e/ou sendo submetidos ao setor de extensão dos *campi* para aprovação.

3.2.3 Estímulo à Permanência e ao Êxito Educacional

Nas ações desenvolvidas como estímulo à permanência e ao êxito educacional no âmbito do IFRR, os estudantes são amparados pela Organização Didática, Capítulo VI, Seção VII – Dos Estudos de Recuperação, que dispõe as seguintes ações: I – Aulas de reforço; II – Aulas de revisão de estudos; III – Aulas de recuperação; IV – Atendimento individualizado ao estudante; V – Realização de trabalhos em grupos e individuais, pesquisas, experimentos, desenvolvimento de projetos a partir de situações-problema e outros, além de ações realizadas cotidianamente como atendimento psicossocial; serviço de orientação educacional; encaminhamento médico e odontológico; atividades esportivas e culturais; projeto de fortalecimento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes); apoio a projetos de pesquisa e extensão; acesso a laboratórios e bibliotecas equipados com recursos multimídias; e encaminhamento ao mundo de trabalho por meio da integração escola-empresa-comunidade.

Nesse contexto, o IFRR, para alcançar o objetivo proposto no Plano Estratégico de Permanência e Êxito, vem consolidando este a partir das propostas das cinco unidades de ensino. Traz como objetivo geral propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, implementando políticas e ações

administrativas e pedagógicas de modo a ampliar a permanência e o êxito dos estudantes e, como objetivos específicos, apresentar o diagnóstico quantitativo e qualitativo de retenção e evasão dos estudantes, nos diversos níveis e modalidades de ensino, dos cursos ofertados no IFRR; atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção; acompanhar e avaliar as ações que estão sendo desenvolvidas em todos os *campi*; promover ações para permanência e êxito dos estudantes do IFRR; promover discussões de estratégias que garantam a permanência com êxito; e construir plano de ação para minimizar a retenção e a evasão no IFRR.

3.2.4 Prática Profissional, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e Estágio

A prática profissional no IFRR configura-se como um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes aprendidos, relacionando teoria e prática, a partir da atitude de construção, reconstrução e desconstrução do conhecimento, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano.

Seu planejamento, acompanhamento e avaliação serão realizados, conforme disposto na Resolução CNE/CP n.º 01/2021 e de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), podendo ser desenvolvidos por meio de diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês, investigação sobre atividades profissionais, projetos integradores, projetos de pesquisa acadêmico-científica e/ou tecnológica, projeto de intervenção, projeto de extensão, visitas técnicas, simulações, observações, entre outros, tendo a pesquisa como princípio pedagógico.

As atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs), também denominadas atividades complementares, fazem parte do processo de ensino do IFRR e constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos estudantes e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais de modo a potencializar a qualidade da ação educativa. Essas atividades devem promover e proporcionar a participação dos

estudantes em trabalhos de iniciação científica, projetos de ensino, visitas técnicas, oficinas, seminários, congressos, entre outros.

As AACCs, de acordo com a Resolução do Consup/IFRR n.º 434/2019, têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando as atividades de ensino e complementação da formação profissional, social, humana e cultural; as atividades de extensão comunitária e de interesse coletivo; as atividades de ciência, tecnologia e inovação; e as atividades de representação estudantil.

As AACCs serão desenvolvidas dentro do prazo de conclusão dos cursos, sendo obrigatória para a obtenção do diploma a validação do cumprimento da carga horária definida na estrutura curricular. Poderão ainda ser desenvolvidas nas modalidades presencial e/ou a distância no próprio IFRR, em organizações públicas ou privadas, que propiciem a complementação da formação do estudante.

O estágio curricular supervisionado no IFRR é atividade curricular com ênfase exclusiva didático-pedagógica, visando à preparação para o mundo do trabalho, a vida social e cultural de estudantes que estejam frequentando a educação profissional técnica de nível médio, os cursos de educação superior, inclusive nas modalidades de Educação Especial, Educação a Distância e Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com a Lei n.º 11.788/2008 e com a Resolução do Consup/IFRR n.º 292/2017, são finalidades do estágio curricular supervisionado proporcionar ao estudante, participação em situações de trabalho, experiências, ensino e aprendizagem, visando à complementação da educação profissional fundamentada no desenvolvimento de competências e habilidades do curso; promover a integração entre a realidade acadêmica e a realidade socioeconômico-política como forma de ampliar a qualificação do futuro profissional; possibilitar a vivência de conhecimentos teóricos e práticos relacionada à sua formação acadêmica; e promover a articulação do IFRR com o mundo do trabalho.

3.2.5 Inovações e Flexibilização dos Componentes Curriculares

O IFRR tem como princípio estimular a utilização de novas ferramentas e novas metodologias de ensino, em especial daquelas que permitam ao estudante desenvolver-se de forma autônoma, tornando-se sujeito principal do seu processo

educativo. Dessa forma, incentiva a utilização de estratégias que possibilitem a flexibilização curricular, respeitando-se as áreas e a viabilidade de cada curso, tais como:

I – Realização de atividades diversificadas, como visitas técnicas, eventos técnico-científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes;

II – Desenvolvimento de projetos integradores, buscando romper com os limites da disciplinaridade, estabelecendo conexões entre os diferentes saberes a fim de potencializar a capacidade dos estudantes de perceber, compreender e transformar a realidade;

III – Realização de práticas pedagógicas Inovadoras;

IV – Oferta de componentes curriculares optativos a serem escolhidos pelo estudante de acordo com a vocação e o interesse;

V – Desenvolvimento de atividades complementares, nomeadas também de atividades acadêmico-científico-culturais, que são práticas acadêmicas de múltiplos formatos, realizadas dentro ou fora da instituição, que se integram e contribuem para a formação do estudante por estarem relacionadas ao perfil e à área de formação;

VI – Desenvolvimento de atividades não presenciais, com o intuito de flexibilizar até 20% da carga horária, com o emprego das tecnologias, inclusive em ambiente virtual de aprendizagem, nos limites estabelecidos na legislação;

VII – Oferta de cursos técnicos em alternância: os estudantes utilizam o tempo de trabalho como parte da carga horária regular do curso quando a atividade estiver diretamente associada à formação. Por meio de atividades orientadas e acompanhadas pelo corpo docente, eles serão estimulados a aplicar as competências desenvolvidas em aula nas suas atividades profissionais, bem como trazer do mundo do trabalho os desafios para serem discutidos em sala de aula;

VIII – Harmonização de currículos, uma das expressões de identidade da instituição: um mesmo curso ofertado em diferentes *campi* terá o mesmo projeto pedagógico; peculiaridades locais serão respeitadas, mas o perfil de formação deverá ser o mesmo.

Para que essas possibilidades se concretizem, as estratégias devem estar especificadas nos projetos pedagógicos dos cursos e ser planejadas a cada período

letivo pelos docentes, no âmbito dos componentes sob sua responsabilidade, e pela gestão de ensino, no âmbito de cada curso e de cada unidade de ensino, sempre articulando ensino com os setores de pesquisa e extensão, tendo seu desenvolvimento em consonância com as normativas vigentes.

O currículo dos cursos do IFRR não se restringe às experiências vividas pelo estudante em sala de aula, mas inclui o que ele vivencia em seu *campus* a título de formação acadêmica, política, artística, cultural, etc. Trata-se de atribuir uma nova lógica ao processo formativo, tendo em vista conceber o espaço e o tempo físicos e pedagógicos, os sujeitos envolvidos, bem como os conhecimentos e as práticas institucionais.

A proposta de flexibilização curricular adotada permite aos estudantes diferentes percursos curriculares, oferecendo-lhes alternativas de linhas de formação, possibilidades de escolha de programas/atividades optativos ou eletivos e de atividades curriculares, na perspectiva de atender as necessidades individuais, demandas sociais e adequação aos avanços científicos e tecnológicos. Nesse sentido, as atividades acadêmicas oferecidas permitem uma formação social e profissional diversificada, viabilizando também a consolidação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O IFRR tem incentivado, portanto, a construção de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) com currículos flexíveis, com atenção especial para a inclusão, por seu caráter formativo, das seguintes atividades: os estágios (obrigatórios e não obrigatórios), o trabalho de conclusão de curso e as atividades complementares. Os estágios são considerados como um importante ato educativo que visa à preparação do estudante, mais especificamente para o exercício profissional; o trabalho de conclusão de curso (TCC), como uma atividade curricular relevante para sintetizar e integrar conhecimentos, competências e habilidades adquiridos durante o curso; e as atividades complementares, como atividades significativas para o enriquecimento científico, profissional e cultural dos estudantes. Como incentivo à inclusão das atividades complementares nos currículos, para a integralização curricular, são oferecidos diversos programas e atividades especiais, tais como programas de monitoria, de iniciação científica e tecnológica, e de iniciação à docência.

Além desses programas e atividades especiais oferecidos pela instituição, há a possibilidade da realização de intercâmbio e de mobilidade acadêmica, que

permitem aos estudantes realizarem algumas atividades curriculares ou mesmo parte de seus cursos em outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras.

3.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: INDISSOCIABILIDADE

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se em um pilar democrático institucional e de fortalecimento da educação nacional. No IFRR representa um princípio fundamental, que deve estar presente nas atividades e nos projetos pedagógicos de cursos de maneira articulada. Trata-se de um tripé que coaduna saber, investigação e ação comunitária, interligando-os aos arranjos produtivos locais, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica.

O ensino refere-se aos conhecimentos e conteúdos escolares que devem ser proporcionados aos estudantes; a pesquisa envolve a produção do conhecimento, investigação científica e busca de soluções inovadoras para problemas sociais e questões relevantes; e a extensão consiste em levar o conhecimento produzido para a sociedade por meio de ações e projetos que beneficiem e transformem a realidade social, promovendo a inclusão e fomentando a cidadania.

Assim, a integração de ensino, pesquisa e extensão contribui para a formação integral e integrada, levando à superação da dicotomia teoria-prática, e estimula o estudante a pensar criticamente sua realidade e a realidade social, e a engajar-se na transformação responsável da sociedade.

É importante compreender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, dando, assim, mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

Para que a prática do ensino, da pesquisa e da extensão ocorra de modo articulado, é necessário criar condições objetivas, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão

restritas à sala de aula e que todos os profissionais da instituição poderão constituir-se extensionistas e pesquisadores. Nesse sentido, a relação entre ensino, pesquisa e extensão amplia o conceito de aula para além do espaço e do tempo formal na instituição, permitindo que a aula ocorra em outros espaços e tempos, dentro ou fora da instituição.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. É por meio dessa indissociabilidade que a instituição possibilita novas formas pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos, efetivando a interdisciplinaridade; a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua; bem como proporciona também a superação da dicotomia teoria-prática, sujeito-objeto, empiria-razão, constituindo outro fundamento epistêmico.

Nessa perspectiva, a articulação e a integração sinérgica entre o ensino, a pesquisa e a extensão devem ser uma preocupação constante no âmbito dos IFRR e estar presentes na implementação de um projeto educacional que tenha como fim a formação ampla e multilateral do indivíduo, em que se tome o trabalho como expressão do estágio de desenvolvimento das relações sociais contemporâneas em que a ciência se faz operativa e a técnica complexa, reunificando cultura e produção.

Nessa perspectiva, e sem estabelecer hierarquia ou precedência entre as dimensões das atividades produtoras do conhecimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima entende que o ensino, a pesquisa e a extensão são partes do processo de ensino-aprendizagem. O fazer pedagógico dos IFs, ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela a decisão dessas instituições de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (PACHECO, 2020).

Como pilares de sustentação do princípio educativo dentro da nova institucionalidade, ensino, pesquisa e extensão precisam desenvolver políticas e ações conjuntas, numa perspectiva dialética, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação, atentos aos processos de mudanças nos contextos político, econômico, cultural e social, peculiares ao Estado de Roraima, nos quais diariamente surgem novos fatores determinantes da nossa política educacional no que diz respeito à atenção aos processos produtivos e aos avanços tecnológicos.

3.3.1 Política de Ensino

A política de ensino no IFRR está diretamente vinculada ao princípio constitucional da educação como direito social, uma vez que oferta ensino público com qualidade. Vincula-se também com o princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentos essenciais para o desenvolvimento educacional, o qual exige gestão colegiada e ações acadêmicas que possibilitem ao educando formação acadêmico-científica significativa, posicionamento crítico e atuação política com compromisso ético para uma atuação cidadã.

Em razão disso, a instituição oferta cursos com um ensino integrador, com equilíbrio entre formação humana e formação profissional, propiciando a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos em ambiente acadêmico e na sociedade. Promove, dessa forma, a formação integral dos estudantes para atuarem no mundo do trabalho como cidadãos transformadores da sociedade.

No sentido de garantir os processos de ensino-aprendizagem no IFRR, é necessário retomar algumas propostas do Documento Base da Educação Profissional e Tecnológica (2007) que trazem importante reflexão para este projeto pedagógico institucional e que auxiliam na composição das diretrizes pedagógicas institucionais:

I – Não reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência, é importante considerar os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais, as tendências da dinâmica socioprodutiva local, regional, nacional e global.

II – Construir as estratégias acadêmico-científicas de integração, contando com a adesão de gestores e profissionais da educação ou professores educadores responsáveis pela formação geral e específica, bem como da comunidade em geral.

É preciso, pois, pensar e elaborar essas estratégias coletivamente. Tanto os processos de ensino-aprendizagem quanto os de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento por meio das disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento de aprendizagens que os ambientes de trabalho podem proporcionar, e que podem ser adquiridos por meio de visitas, estágios, entre outros.

III – Promover a articulação da instituição com familiares dos estudantes e com a sociedade em geral. As experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional. A escola deve levar em conta a visão que os estudantes têm de si mesmos; as possibilidades de inserção social e profissional e as modalidades formativas oferecidas pela escola. Isso exige um processo de diálogo e de conscientização dos discentes e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível realização.

IV – Considerar, em primeiro lugar, as necessidades materiais dos estudantes, bem como proporcionar condições didático-pedagógicas às escolas e aos professores. Os sistemas e as instituições não podem estar alheios às necessidades dos discentes para levar adiante um processo educacional dessa natureza, por exemplo, as necessidades para cumprir a jornada de estudos, em termos de locomoção, alimentação, renda mínima, para se manter e manter-se na escola; e a existência de instalações que ofereçam laboratórios, biblioteca, ateliês, espaços de lazer e oficinas, por meio dos quais possam aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso.

V – Transformar o projeto de formação integrada em uma experiência de democracia participativa e de recriação permanente. Ela não ocorre sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, interdisciplinar. Requer que os professores se abram à inovação, a temas e experiências mais adequados à integração. Há que se dar ao estudante horizontes de captação do mundo, além das rotinas escolares, dos limites estabelecidos e normatizados da disciplina escolar, para que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano.

3.3.1.1 Diretrizes para a Formação Inicial e Continuada

A formação inicial e continuada (FIC), com previsão de oferta pelos institutos federais no artigo 7.º, II, da Lei n. 11.892/2008, é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de jovens e trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho, para a elevação da escolaridade e para o aprimoramento, o aprofundamento e a atualização profissional.

No IFRR, os cursos podem resultar de iniciativas da própria instituição, de atendimento a programas e projetos específicos ou de acordos ou convênios firmados entre o instituto e outras entidades, tais como instituições públicas, empresas privadas, fundações, ONGs, entre outras, respeitando-se as normas e as legislações vigentes.

Conforme regulamento próprio, os cursos FIC objetivam:

I – Proporcionar aos trabalhadores o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social;

II – Promover a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – Qualificar e requalificar trabalhadores, preparando-os para que se dediquem a um tipo de atividade profissional e ingressem, reingressem ou permaneçam no mercado de trabalho;

IV – Ampliar as competências profissionais de trabalhadores;

V – Despertar nos cidadãos o interesse para o reingresso nos estudos, em cursos e programas que promovam a preparação para o mundo do trabalho.

Eles dividem-se em três categorias:

I – Formação Inicial, com carga horária igual ou superior a 160 horas, voltada para aqueles que buscam qualificação;

II – Formação Continuada, com carga horária mínima de 20 horas e máxima de 159 horas, voltada para aqueles que já possuem conhecimento e/ou atuação na área, mas buscam atualização e aperfeiçoamento profissional;

III – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos articulada à

Formação Inicial e Continuada (Proeja FIC): compreende a oferta de cursos que podem articular-se ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de acordo com o Decreto n.º 5.840/2006.

A oferta dos cursos pode ocorrer nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância, a qualquer tempo, durante o ano letivo, conforme as condições de oferta dos *campi*. Tal oferta se dará não somente nas unidades do IFRR, mas também em ambientes de parceiros ou de grupos demandantes, para melhor aproveitamento de infraestruturas, serviços de suporte e condições de acesso. Por se tratar de cursos transitórios, sua quantidade não é mensurável como previsão por período de oferta, exceto quando se trata de programas permanentes.

3.3.1.2 Diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Em conformidade com as políticas e os princípios que orientam suas ações, o IFRR defende que a educação profissional técnica deve articular, sob a perspectiva da totalidade, síntese de múltiplas relações, sem dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, os seguintes conceitos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

O trabalho é o elemento desencadeador da produção de conhecimento e de cultura que movimentam a sociedade humana. Deve ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes.

A ciência é a parte do conhecimento mais sistematizado e expresso na forma de conceitos, importantes para a reflexão sobre a realidade concreta. A tecnologia pode ser compreendida como a ciência apropriada a fins produtivos, sendo, por essa via, a educação profissional um canal confluyente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia.

Já a tecnologia pode ser compreendida como a mediação entre ciência e produção, contribuindo de forma significativa para o trabalho humano e sua produção material.

Por fim, a cultura deve ser compreendida no seu sentido mais amplo, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população

determinada. Uma formação integrada possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem como normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas.

Assim, compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo. E considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Desse modo, a educação profissional técnica de nível médio no IFRR fundamenta-se nos conceitos de politecnica e de omnilateralidade, que, imbricadas, consolidam o compromisso com a formação humana integral, não se configurando apenas como mera preparação para responder às necessidades imediatas do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, a educação técnica deve organizar-se por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos e promovendo a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

De acordo com a LDBEN (1994), a educação profissional técnica de nível médio deverá ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio e subsequente. Esta última, deve articular-se com cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. O art. 36-C da lei estabelece que a articulação seja desenvolvida das seguintes formas:

I – Integrada: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional e técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada discente;

II – Concomitante: oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a. Na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b. Em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; e
- c. Em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2008, p.2).

Entre as modalidades previstas na legislação, esta instituição optou pela formação técnica nas formas integrada e subsequente para a maioria dos cursos. Contudo, também tem previsão de ofertas na forma concomitante.

Dessa maneira, compromete-se a atuar regularmente na educação profissional técnica de nível médio, de acordo com as prerrogativas da lei dos institutos, que estabelece o atendimento de 50% das vagas à oferta de formação técnica. Para tanto, o principal caminho a se construir efetivamente reside na sistematização didática e nas definições de percursos metodológicos capazes de elucidar a integração da educação.

Além dos princípios da educação Profissional e tecnológica, a estruturação dos cursos da educação profissional técnica de nível médio, deve considerar:

I – A composição de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão;

II – Os elementos que caracterizam as áreas tecnológicas identificadas no eixo tecnológico ao qual corresponde o curso, compreendendo as tecnologias e os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que as alicerçam e a sua contextualização no setor produtivo;

III – A necessidade de atualização permanente da organização curricular dos cursos, estruturada com fundamento em estudos prospectivos, pesquisas, dados, articulação com os setores produtivos e outras fontes de informações associadas;

IV – A pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;

V – O diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação;

VI – Os elementos essenciais para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;

VII – Os saberes exigidos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária;

VIII – O domínio intelectual das tecnologias pertinentes aos eixos tecnológicos e às áreas tecnológicas contempladas no curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e de aprendizagem, promovendo a capacidade permanente de mobilização, articulação e integração de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, indispensáveis para a constituição de novas competências profissionais com autonomia intelectual e espírito crítico;

IX – A instrumentalização de cada habilitação profissional e respectivos itinerários formativos, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho; e

X – Os fundamentos aplicados ao curso específico, relacionados ao empreendedorismo, cooperativismo, trabalho em equipe, tecnologia da informação, gestão de pessoas, legislação trabalhista, ética profissional, meio ambiente, segurança do trabalho, inovação e iniciação científica.

O IFRR tem ainda, conforme determinação legal, a responsabilidade de contemplar nas suas políticas da EPTNM o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que tem como objetivo elevar a escolarização de jovens e adultos por meio da formação pessoal e profissional, respeitando-se as suas realidades e especificidades.

3.3.1.2.1 Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EJA-EPT) é uma política inovadora na história da educação brasileira, que traz como concepção estratégias de inclusão e a expansão da oferta de cursos de formação profissional.

No IFRR, a EJA-EPT se coaduna com a política nacional para a educação de jovens e adultos, trazendo uma proposta educacional na perspectiva da inclusão social emancipatória, que não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral. Nesse sentido, a premissa pedagógica traz os seguintes postulados: reconhecimento, respeito e diálogo com o saber do estudante trabalhador; respeito ao tempo e espaços de aprendizagem diferenciados; e contínua construção coletiva de conhecimentos.

Os cursos da EJA-EPT no IFRR serão planejados de modo a conduzir o estudante a uma habilitação profissional que lhe possibilitará a inserção no mundo do trabalho e a continuação de estudos. Serão organizados em regime semestral ou modular, em segmentos e etapas, com possibilidade de flexibilização do tempo para o cumprimento da carga horária exigida, sendo que, para cada segmento, haverá uma correspondência nas etapas da educação básica e carga horária específica, conforme estabelecem as resoluções vigentes.

Para a EJA-EPT, admitem-se como diretrizes:

I – Promover o acesso com qualidade, o respeito às diferenças na construção do currículo e a igualdade de oportunidade de estudos;

II – Capacitar os docentes e os demais servidores em diferentes campos do conhecimento que podem gerar e gerir novas alternativas e ações para a EJA-EPT;

III – Dotar o IFRR com as condições necessárias para a oferta de cursos da EJA-EPT, observando-se os aspectos de ensino, pesquisa e extensão;

IV – Fomentar as estratégias de atendimento às demandas dos diversos segmentos da sociedade e difundir a importância das diferentes experiências que podem subsidiar os componentes das propostas pedagógicas;

V – Desenvolver estudos e viabilizar condições para a ampliação de número de vagas e a criação de novos cursos na modalidade EJA-EPT;

VI – Promover programas de formação docente, com currículos adequados às necessidades, interesses e peculiaridades da clientela da EJA-EPT;

VII – Promover a construção de processos pedagógicos inovadores e importantes para uma educação voltada para a realidade da EJA-EPT;

VIII – Estimular e acompanhar experiências nas áreas da pesquisa, extensão, inovação tecnológica e tecnologias sociais, sistematizando os seus resultados, divulgando-os, em âmbito nacional e internacional, e ampliando, assim, a capacidade de pesquisa e de difusão dos conhecimentos;

IX – Criar estratégias de atendimento descentralizado, atingindo polos e outros municípios por meio da formação inicial e continuada;

X – Sistematizar concepções político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuação do processo de formação inicial e continuada da clientela da EJA-EPT;

XI – Estabelecer as normas que orientem e determinem o acesso aos cursos da EJA-EPT, prioritariamente, para estudantes que ainda não concluíram o ensino médio;

XII – Estabelecer que a avaliação da clientela atendida nos cursos da EJA-EPT do IFRR utilizará múltiplas dimensões, tais como diagnóstica, processual, formativa e somativa. Entende-se que avaliar é reconhecer criticamente a razão da situação em que se encontra o estudante e os obstáculos que o impedem de ser mais. É necessário vencer a prescrição, a imposição de uma consciência sobre a outra, desocultando dos procedimentos avaliativos, o que Freire (1996) denomina de “consciência hospedeira” da consciência opressora;

XIII – Consolidar a educação profissional de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, atendendo à oferta determinada pela legislação vigente;

XIV – Referenciar a oferta dos cursos, nas áreas profissionais, que guardem maior sintonia com as demandas locais e regionais, e com a responsabilidade social do IFRR;

XV – Desenvolver mecanismos de articulação entre a Educação de Jovens e Adultos e a formação inicial e continuada de trabalhadores, no sentido de melhorar a escolaridade desse segmento;

XVI – Evitar o processo de aligeiramento da formação profissional, garantindo a formação integral dos estudantes na perspectiva da formação sustentável;

XVII – Garantir o respeito às particularidades, vinculando a escola à realidade dos estudantes;

XVIII – Integrar as diferentes ações do programa já implantadas (curso técnico e curso de especialização) e novas ações, como grupos de pesquisa, seminários e *workshops*, visando à sensibilização da comunidade e à ampliação do programa na instituição;

XIX – Garantir a participação de profissionais da área pedagógica na elaboração dos planos de curso e no acompanhamento dos cursos técnicos, além de realizar reuniões pedagógicas periódicas;

XX – Garantir, na elaboração dos planos de curso, que as especificidades desse segmento, bem como o tempo necessário para o nivelamento, sejam respeitados; e

XXI – Garantir o acesso dos estudantes aos laboratórios, para o desenvolvimento de projetos práticos, assessorados por um laboratorista ou docente.

As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

O IFRR, portanto, tem como propósitos ampliar cursos na modalidade EJA-EPT, possibilitar a permanência e a conclusão com êxito na formação profissional e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos estudantes.

3.3.1.2.2 Educação do Campo

O marco institucional da educação do campo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que dá à escola localizada no mundo rural o devido

respeito à diversidade dos povos do campo, assegurando-lhes princípios organizacionais ligados às atividades do trabalho e da vida do campo. Isso implica afirmar que as experiências ligadas à vida e ao trabalho são instrumentos de formação dos sujeitos do campo que, quando chegam à escola, trazem um somatório de experiências vividas nos diversos e diferentes espaços de sociabilidade e formas de trabalho.

Em seu artigo 28, a LDBEN dispõe que, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região, especialmente em relação aos conteúdos curriculares e às metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; a organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e a adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O IFRR, em conformidade com o que preconiza a LDBEN, compreende que a educação do campo deve contribuir para a memória coletiva e para o sentimento de pertencimento da coletividade onde está inserida, devendo a comunidade escolar repensar seu papel e direcionamento pedagógico, valorizando o saber social presente nesse espaço. De acordo com Paludo (2008, p.49), a educação do campo “é um marco ontológico, pois tem o ser humano como centro e considera todos os seres humanos construtores de saberes, valores e cultura”.

Nessa concepção, a educação recria o campo porque, por meio dela, renovam-se valores, atitudes, conhecimentos e práticas de permanência na terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas para o modelo de desenvolvimento rural vigente.

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, e, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo, e não quando reduzido meramente a espaço da produção econômica, como o lugar do atraso, da não cultura. O campo é, acima de tudo, o espaço da cultura.

A decisão de propor uma política nacional que apoie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de

reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil. As análises apontam para o fato de que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população. A maior evidência dessa afirmação é o aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas.

Nesse processo, a educação é compreendida como mediadora para o desenvolvimento territorial sustentável; é uma força mobilizadora capaz de articular as inovações que se pretendem para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

A identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores, famílias, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Assim, a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e nos saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais, em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

Nesse sentido, os *campi* que oferecem a educação no campo devem privilegiar um tipo de educação que prepare o estudante não como sujeito que se adapta, mas como alguém que se insere no mundo e o transforma, ou seja, como sujeito consciente do próprio inacabamento, mas capaz de ir além dele (FREIRE, 2013). Tendo em vista seu processo de aperfeiçoamento, o homem deve compreender a si mesmo e seu contexto histórico e social. Portanto, valorizar as produções humanas, seus saberes, suas práticas é uma ferramenta pedagógica importante. O poder da iniciativa, a cooperação e a participação coletiva devem ser incentivados para que os direitos do sujeito do campo sejam respeitados e para que não haja uma mera reprodução da educação urbana.

Dessa forma, o IFRR adota como princípios pedagógicos da educação do campo o papel da escola como formadora de sujeitos, articulada a um projeto de emancipação humana; a valorização dos diferentes saberes no processo educativo; os espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem; o lugar da escola

vinculado à realidade dos sujeitos; a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; e a autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

São diretrizes para a educação do campo:

I – Promover o acesso com qualidade, o respeito às diferenças regionais na construção do currículo, a igualdade de oportunidade de estudos e a equidade entre os gêneros;

II – Capacitar os servidores em diferentes campos do conhecimento que podem gerar e gerir novas alternativas e ações no campo, estabelecendo sempre a terra como mediadora desse conhecimento;

III – Dotar o IFRR com as condições necessárias para a oferta de educação do campo nas várias modalidades de ensino, pesquisa e extensão;

IV – Estimular e ampliar participação colegiada das comunidades do campo no direcionamento das atividades, na gestão e no controle social da qualidade da educação;

V – Fomentar as estratégias de atendimento às demandas dos movimentos sociais e das comunidades do campo, e difundir a importância das diferentes experiências que podem subsidiar os componentes da proposta pedagógica;

VI – Desenvolver estudos e viabilizar condições para a ampliação do número de vagas e criação de novos cursos;

VII – Promover programas de formação de educadores, com currículos adequados às necessidades, interesses e peculiaridades dos sujeitos do campo;

VIII – Promover a construção de processos pedagógicos inovadores e importantes para uma educação voltada para a realidade dos sujeitos do campo;

IX – Estimular e acompanhar experiências nas áreas da pesquisa, extensão, inovação tecnológica e tecnologias sociais, sistematizando os seus resultados, divulgando-os em âmbito nacional e internacional, ampliando, assim, a capacidade de pesquisa e de difusão dos conhecimentos;

X – Articular e atuar com os diferentes órgãos públicos e privados, movimentos sociais e ONGs, além de parceiros internacionais, visando à implementação da política da educação do campo.

3.3.1.2.3 Educação Indígena

No Brasil, as bases legais para a educação escolar indígena foram estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, a partir da instauração dos princípios de reconhecimento, valorização e manutenção do pluralismo cultural e linguístico, nas relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas.

Em relação à educação escolar, os direitos constitucionais consagrados são a garantia do uso das línguas indígenas no ensino fundamental e o reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem. Assim, tais direitos abrem espaço para o reconhecimento e valorização dos mecanismos de produção e reprodução sociocultural dos povos indígenas, com relevo para os recursos de memória oral em face das práticas letradas, que caracterizam o funcionamento institucional da sociedade nacional e a educação escolarizada.

Segundo a Resolução CNE/CEB n.º 5/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, a educação profissional e tecnológica na educação escolar indígena deve articular os princípios da formação ampla, sustentabilidade socioambiental e respeito à diversidade dos estudantes, considerando-se as formas de organização das sociedades indígenas e suas diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais, devendo:

I – Contribuir na construção da gestão territorial autônoma, possibilitando a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável e de produção alternativa para as comunidades indígenas, tendo em vista, em muitos casos, as situações de desassistência e falta de apoio para seus processos produtivos;

II – articular-se aos projetos comunitários, definidos a partir das demandas coletivas dos grupos indígenas, contribuindo para a reflexão e construção de alternativas de gestão autônoma dos seus territórios, de sustentabilidade econômica, de segurança alimentar, de educação, de saúde e de atendimento às mais diversas necessidades cotidianas;

III – proporcionar aos estudantes indígenas oportunidades de atuação em diferentes áreas do trabalho técnico, necessárias ao desenvolvimento de suas comunidades, como as da tecnologia da informação, saúde, gestão territorial e ambiental, magistério e outras.

Nesse sentido, a categoria Profissional ou Educação Profissional deve estar ligada aos projetos comunitários, definidos a partir das demandas coletivas dos grupos indígenas, contribuindo para a reflexão e a construção de alternativas de gestão autônoma dos seus territórios, de sustentabilidade econômica, de segurança

alimentar, de educação, de saúde e de atendimento a outras necessidades cotidianas.

Os projetos de educação profissional indígena devem expressar os interesses das comunidades, baseados em diagnósticos contextualizados em suas realidades e perspectivas, que valorizem seus conhecimentos tradicionais e projetos socioambientais.

Conforme a resolução citada, a educação profissional e tecnológica, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, deve ser realizada de acordo com a realidade de cada comunidade, sendo ofertada, preferencialmente, em terras indígenas.

As políticas mais recentes viabilizam novos horizontes para a atuação da educação técnica e profissional, contemplando a manutenção das culturas indígenas, ressignificando os arranjos produtivos locais e sustentáveis, garantindo as práticas interculturais interpretadas por meio da decodificação simbólica da língua originária. Nesse sentido, a escola atua como espaço de reconhecimento dos aspectos monolíngüísticos, bilingüísticos e plurlingüísticos de cada povo. Cabe, portanto, ao IFRR atuar e/ou acompanhar as políticas educacionais indígenas, uma vez que sua localização geográfica é comprometida com a diversidade cultural do norte amazônico.

A educação profissional integrada à educação indígena deve ser encarada como uma oportunidade para a reflexão e a ação relacionadas com a autonomia dos povos indígenas em setores essenciais à sua subsistência e para a sua continuação étnica. Não se trata apenas de dar acesso aos povos indígenas à modalidade de educação profissional, mas também de reinventar o processo, a fim de torná-lo mais aberto, revendo seus métodos e princípios, e realmente abraçando a sua construção de maneira dialógica e interessada no outro.

O IFRR, em sua proposta acadêmica para a educação indígena, tem como diretrizes:

I – Apoiar e/ou fomentar ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região, a partir do reconhecimento das potencialidades, para a criação de alternativas econômicas sustentáveis baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos, os quais podem

produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas;

II – Manter um relacionamento respeitoso com as comunidades indígenas, visando ajudá-las nas suas dificuldades e na defesa de seus interesses e direitos;

III – Demonstrar interesse pela inter-relação entre os saberes próprios referentes ao mundo social e natural e os saberes de outras culturas, para a valorização e ampliação de seu próprio universo cosmológico e de suas práticas culturais;

IV – Fomentar discussões e estudo acerca da construção da educação profissional integrada à educação indígena, considerando a necessidade de uma organização curricular específica e sua permanente avaliação, além da reflexão sobre questões variadas de natureza didática, que subsidiarão as múltiplas escolhas e definições possíveis para a formação de profissionais indígenas voltada para a vida social presente e futura de suas comunidades;

V – Observar os princípios da educação escolar indígena de respeito aos saberes indígenas, às suas especificidades linguísticas, aos processos indígenas próprios de aprendizagem e, sobretudo, à construção do projeto político-pedagógico com as comunidades indígenas;

VI – Expressar o interesse, como instituição de ensino representante do governo federal e do Ministério da Educação no Estado de Roraima, de fomentar e apoiar o processo de implantação e consolidação de educação profissional integrada à educação indígena;

VII – Participar, como instituição pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com os sistemas de ensino, da proposição de cursos de formação profissional integrada à educação indígena; e

VIII – Divulgar, convidar e estimular o debate amplo com os povos indígenas, a comunidade acadêmica, os sistemas de ensino e as organizações indígenas e de apoio aos povos indígenas.

Assim, o IFRR, integrado à rede de instituições federais de educação tecnológica, tem procurado seguir a recomendação de criar um campo de discussão, objetivando responder aos desafios da educação intercultural. Faz-se necessária a criação de núcleos de pesquisa e extensão para a educação intercultural, cuja

finalidade inicial seja a elaboração e a implementação de programa e/ou projeto de pesquisa e extensão, de forma que haja a real inserção nas realidades das comunidades indígenas.

A educação profissional e tecnológica, como modalidade, deverá estar integrada à educação escolar indígena de forma a assegurar, nos projetos político-pedagógicos, que as competências e habilidades da formação profissional venham ao encontro do desenvolvimento coletivo e da melhoria da qualidade de vida, respeitando e valorizando as especificidades sociais e culturais.

Logo, deve-se assegurar, no contexto da proposta curricular, a educação profissional associada à pesquisa e estabelecer critérios para o seu acompanhamento. A pesquisa é instrumento importante para a produção do conhecimento nas áreas definidas coletivamente e para a interação com os conhecimentos indígenas. Além disso, ela é o princípio para a construção da autonomia intelectual. É, portanto, princípio educativo. A formação em serviço, nessa modalidade, facilitará a consolidação da formação com a atuação do cursista no campo.

A situação vivenciada pelos povos indígenas nos tempos atuais requer da escola uma nova proposta pedagógica e curricular para atender aos diferentes anseios e necessidades de desenvolvimento econômico nos territórios, a fim de possibilitar a interação com a sociedade ocidental, garantindo, todavia, a diferença indígena. A escola tem sido para os povos indígenas o espaço necessário para a interação com o mundo externo.

3.3.1.3 Diretrizes para a Educação Superior dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação

As políticas da educação superior estabelecidas no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) fundamentam-se na compreensão de “[...] promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008, art. 6.º, inciso III).

Nessa perspectiva, entende-se que os cursos da educação superior do IFRR, inseridos em um contexto de desenvolvimento científico e tecnológico, têm como prerrogativa articular-se à pesquisa, à extensão e aos demais níveis e modalidades de ensino da instituição, com vistas à formação e à qualificação de profissionais cidadãos, conforme as potencialidades locais e regionais dos diferentes espaços do Estado de Roraima.

A instituição aspira responder à sua missão, além de contribuir para o conjunto do sistema educacional com uma produção acadêmica de qualidade; responder às exigências do mundo do trabalho, em constante transformação, que compreende a inserção profissional nos diversos campos de atuação; atender de forma ágil às demandas das tecnologias digitais de informação e comunicação e do estado de emergência climática global; propiciar a formação competente de quadros para o ensino básico e superior, importantes agentes multiplicadores; saber articular o fenômeno da globalização e da internacionalização da cultura à defesa das peculiaridades culturais e linguísticas; e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e equânime.

O ensino de graduação no IFRR é desenvolvido por meio da oferta de cursos superiores de licenciatura, bacharelado e tecnologia, em atendimento às diretrizes gerais emanadas do MEC, de modo a garantir conhecimentos gerais e específicos da área de formação, estabelecendo a relação destes com o mundo do trabalho, com vistas a proporcionar uma formação sólida no perfil de profissional:

I – Organização dos *campi* por foco tecnológico estratégico, respeitando os arranjos produtivos locais, com verticalização e em busca da consolidação de polos especializados;

II – Prioridade à verticalização dos estudantes egressos das licenciaturas com foco no respeito aos itinerários formativos;

III – Sintonia de ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação com o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico local e regional, conforme OS arranjos produtivos, culturais e sociais;

IV – Realização de parcerias com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada para ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação;

V – Articulação com os sistemas públicos de educação básica e superior na definição de ofertas educacionais;

VI – Desenvolvimento de política e programas de acompanhamento do estudante por equipe multiprofissional, para combate à evasão e à retenção, e incentivo à conclusão, respeitando-se o itinerário acesso-permanência-êxito;

VII – Inserção de temáticas relativas ao mundo do trabalho, incentivando-se o empreendedorismo, o desenvolvimento sustentável, a ciência e a tecnologia, e a inovação nos cursos de licenciatura;

VIII – Acompanhamento e avaliação sistemáticos da prática profissional e de estágios a partir de programas e ações orientados por setores específicos;

IX – Desenvolvimento de avaliação e acompanhamento do egresso, relativo à trajetória socioprofissional e educacional;

X – Vinculação das ações afirmativas aos programas e aos projetos de permanência do estudante na instituição;

XI – Articulação dos programas de assistência estudantil com as atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação;

XII – Manutenção dos processos seletivos diferenciados que destinam vagas para estudantes da rede pública, egressos e outras ações afirmativas, respeitando-se o levantamento de demandas e arranjos produtivos locais.

Desse modo, a oferta dos cursos de graduação ocupa no IFRR um lugar estratégico nas políticas públicas, não apenas em razão de seu valor instrumental para a formação acadêmico-profissional, mas, sobretudo, por orientar e contribuir para a concepção do pleno exercício da cidadania.

Para cada forma de oferta dos cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciatura, o IFRR adota diretrizes específicas, de acordo com a legislação em vigor.

3.3.1.3.1 Cursos de Licenciatura

Os cursos de licenciatura têm por objetivo formar professores para atuarem na educação básica, em diversas áreas. A Lei n.º 1.892/2008 determina a oferta de 20% do total de vagas em cursos de licenciatura e reforça a responsabilidade social do IFRR, que é contribuir para o desenvolvimento da educação básica de qualidade por meio da formação de professores.

Seguindo a lei, os institutos federais têm o compromisso de ofertar formação inicial e continuada de professores para a educação básica, por meio de ações/políticas que envolvem o ensino (licenciaturas, pós-graduações e projetos de ensino), a extensão (curso de formação inicial e continuada e projetos de extensão) e a pesquisa.

Portanto, os cursos de licenciatura ofertados pelo IFRR obedecem às Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, tendo em vista o preparo para o ensino, objetivando a aprendizagem do estudante; o acolhimento e o trato da diversidade; o exercício de atividades de enriquecimento cultural; o aprimoramento em práticas investigativas; a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; bem como o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Além do que determinam os dispositivos legais atinentes às licenciaturas, o IFRR preconiza, em seus cursos de formação de professores, o incentivo às práticas de intervenção na escola. A formação de professores desenvolvida pela instituição, visando à atuação deles nas diferentes etapas e nas modalidades da educação básica, observa os seguintes princípios norteadores para o preparo da atividade docente: a competência como concepção nuclear na orientação do curso; a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor; e a pesquisa com foco no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação quanto compreender o processo de construção do conhecimento.

Os projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores ofertados pelo IFRR, de acordo com sua concepção, desenvolvimento e abrangência, buscam considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional. Além disso, visam adotar essas competências como norteadoras tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação, levando em conta que:

I – A formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;

II – O desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;

III – A seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;

IV – Os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas (conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais e as das comunidades inclusas nas ações afirmativas);

V – A avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

A concepção de aprendizagem é orientada pelo princípio metodológico da ação-reflexão-ação. Considera-se a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas possíveis e privilegiadas a fim de construir essa concepção de aprendizagem. Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes são consideradas as seguintes competências: comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática; compreensão do papel social da escola; domínio dos conteúdos a serem socializados e de seus significados em diferentes contextos, além de sua articulação interdisciplinar e transdisciplinar; domínio do conhecimento pedagógico e do conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica; e gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição dessas competências, além da formação específica relacionada com as diferentes etapas da educação básica, propicia a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência. O IFRR, em sua organização institucional a serviço do desenvolvimento de competências para a formação de professores, considera que:

I – A formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura, numa estrutura com identidade própria aliada à identidade institucional;

II – Será mantida, quando couber, estreita articulação e parcerias com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

III – A instituição constitui diretorias e coordenações, núcleos docentes estruturantes e colegiados próprios, que formulam os próprios projetos pedagógicos, articulam as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomam as decisões sobre organização institucional e questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV – A instituição deve manter interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;

V – A instituição deve manter a integração entre as redes de educação básica e a articulação entre os cursos de licenciatura, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica, por meio do desenvolvimento de ações/projetos/programas de formação continuada;

VI – A formação continuada dos formadores será incluída na jornada de trabalho com tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;

VII – A garantia com qualidade e quantidade de recursos pedagógicos, como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologia da informação e da comunicação;

VIII – Serão adotadas iniciativas que garantam parcerias com instituições nacionais e internacionais para a promoção de atividades acadêmicas, científicas e culturais aos formadores e futuros professores.

A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que compõem a matriz curricular para a formação de professores são, desde o seu planejamento, o primeiro passo para a transposição didática, que visa à transformação dos conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, são expressos nos seguintes eixos, em torno dos quais se articulam as dimensões a serem contempladas:

- I – Eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- II – Eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- III – Eixo articulador entre disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
- IV – Eixo articulador da formação comum com a formação específica;
- V – Eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
- VI – Eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

O IFRR adota a prática docente, em seus cursos de licenciatura, desde a matriz curricular até a etapa final, permeando toda a formação do professor. Portanto, todas têm a sua dimensão prática, numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar. Logo, a prática é desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro, por exemplo, das observações realizadas e da resolução de situações-problema.

De acordo com a legislação vigente, o estágio curricular supervisionado, a ser realizado em escola de educação básica, é desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e avaliado conjuntamente pela escola formadora e pela escola-campo de estágio, respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, bem como as possibilidades de contemplar as demais atividades amparadas pela Lei n.º 11.788 (Lei do Estágio), de 25 de setembro de 2008, e pela Regulamentação de Estágio do IFRR.

Cabe a cada *campus* do IFRR estimular e valorizar a produção acadêmica nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando a pesquisa e a extensão como práticas permanentes e fontes de retroalimentação curricular e de articulação pedagógica, incentivando a aplicação dos saberes construídos nos cursos de formação de professores na própria instituição formadora, em atividades

integradas entre os diversos *campi*, privilegiando estágios e práticas de ensino correntes na formação do professor. Compete ainda a cada *campus*, em razão das suas especificidades locais, desenhar estratégias de formas de acesso que contemplem os egressos, como política de verticalização do ensino.

Portanto, os cursos de formação de professores no IFRR devem promover amplo debate para compreender e reafirmar a identidade da Rede Federal com a formação humana integrada e integral, pautada na ciência, cultura e tecnologia, focada no pleno desenvolvimento humano e fundamentada em conhecimentos socialmente referenciados, desenvolvendo o respeito aos direitos humanos, à diversidade e à realidade dos sujeitos e de suas culturas como direitos universais.

3.3.1.3.2 Cursos de Bacharelado

Os cursos superiores de bacharelado ofertados pelo IFRR obedecem às Diretrizes Nacionais. A organização curricular dos cursos de bacharelado visa à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e das áreas do conhecimento.

A duração, a carga horária e o tempo de integralização dos cursos de bacharelado no âmbito do IFRR obedecem à Resolução CES/CNE n.º 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e à duração dos cursos de graduação, de bacharelados, na modalidade presencial, além das demais legislações pertinentes.

Para o atendimento do art. 1º dessa resolução, deverá fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – A carga horária total dos cursos, ofertados sob o regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei n.º 9.394/1996, deverá ser dimensionada em no mínimo 200 dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – A duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo projeto pedagógico;

III – Os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos projetos pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e nos cenários apresentados no Parecer CNE/CES n.º 8/2007.

Portanto, os cursos de bacharelado são planejados e desenvolvidos a fim de promover o atendimento das demandas do mundo de trabalho e da sociedade, sendo a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em razão das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País.

3.3.1.3.3 Cursos de Tecnologia

Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação com características especiais e obedecem às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES n.º 436/2001, que dispõe sobre orientações acerca dos cursos superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogo.

No IFRR, os cursos de tecnologia, ao se integrarem às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetivam garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Para tanto, esses cursos são planejados e desenvolvidos com o objetivo de alcançar o atendimento das demandas dos cidadãos, do mundo do trabalho e da sociedade; a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino, quais sejam, sua vocação tecnológica e suas reais condições de viabilização; bem como a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em razão das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País.

A organização curricular dos cursos superiores de tecnologia contempla o desenvolvimento de competências profissionais, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia, e são formuladas em consonância com o perfil profissional

de conclusão do curso, o qual define a sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os respectivos estudantes e a sociedade.

Os cursos superiores de tecnologia poderão ser organizados por módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho, sendo concedido ao concluinte Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico.

São diretrizes para os cursos superiores de tecnologia:

I – Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

II – Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas aplicações no mundo do trabalho;

III – Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

IV – Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, da gestão e da incorporação de novas tecnologias;

V – Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior;

VI – Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e dos respectivos currículos;

VII – Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

3.3.1.3.4 Cursos de Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação, *lato sensu e stricto sensu*, são cursos de formação continuada abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e têm o objetivo de aprofundar conhecimentos, complementar a formação acadêmica e promover o aprimoramento da atuação no mundo do trabalho. Organizam-se como cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

Os objetivos gerais da pós-graduação no IFRR são ampliar e possibilitar a qualificação de profissionais a partir do conhecimento científico específico de

determinada área de atuação profissional; a qualificação para o exercício da docência nos diversos níveis de ensino; a produção e divulgação do conhecimento científico que vise à melhoria da qualidade do ambiente de vida da sociedade; e a formação de novos pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, os programas de pós-graduação devem manter articulação com a graduação especialmente por meio de políticas de pesquisa, de programas de iniciação científica, de mobilidade acadêmica e dupla diplomação, de inovação e extensão, bem como do desenvolvimento da carreira do magistério.

A política de pós-graduação tem como finalidade a formação de pessoal qualificado, com aptidão para o exercício de atividades profissionais de ensino, pesquisa e extensão. Assim, no IFRR ela será baseada nos seguintes princípios:

I – Estar sintonizada com o PDI;

II – Preparar recursos humanos para os campos da educação, da ciência e da tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica;

III – Formar profissionais para a pesquisa aplicada, para a inovação tecnológica, para a transferência de tecnologia à sociedade e para o exercício profissional especializado, em estreita observação das demandas e dos setores produtivos regionais;

IV – Criar programas de pós-graduação qualificados, mantendo a sua constante evolução;

V – Intensificar ações que visem à integração entre a graduação e a pós-graduação;

VI – Conceber programa de avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;

VII – Fortalecer ações que visem à integração entre os cursos de pós-graduação e a sociedade;

VIII – Desenvolver projetos institucionais e interinstitucionais que levem à implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular os adequados às necessidades da região e os que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento;

IX – Elaborar cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em especial os adequados às necessidades da região e os que promovam a integração

de diferentes áreas do conhecimento, como forma de desenvolver a educação continuada.

X – Estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para o atendimento de demandas localizadas e específicas.

Nesse sentido, a política institucional, em relação aos cursos de pós-graduação, deve levar em conta, de forma ampla, os interesses e os princípios do IFRR relacionados à formação de recursos humanos, além das demandas da sociedade e das ações efetivas e urgentes, como também as orientações das regulamentações em vigor.

3.3.1.4 Verticalização da Educação

A Lei n.º 11.892/2008, em seu art. 6º, dispõe, no inciso III, que entre as finalidades e características dos institutos federais está a promoção, a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

Conforme prevê a verticalização, os estudantes devem ter acesso a todas as etapas do ensino em uma mesma instituição, desde o curso técnico de nível médio até a pós-graduação, progredindo na área de formação inicial e possibilitando, desse modo, a construção e a reconstrução contínua de saberes.

Portanto, os IFs devem privilegiar, nos projetos pedagógicos, o planejamento e a organização curricular por meio de itinerários formativos que garantam a sintonia entre necessidades sociais, econômicas e culturais locais e o diálogo entre os diferentes cursos ofertados com vistas à verticalização.

A verticalização ocorre quando se cria na mesma instituição espaços de ensino e aprendizagem, a fim de estreitar a grande distância existente entre os diferentes níveis e modalidades de educação, visando construir percursos de formação integrada. Pacheco (2011, p. 25) afirma que:

A verticalização, por seu turno, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a

verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica graduação e pós-graduação tecnológica.

Dessa forma, na organização curricular do IFRR, busca-se a flexibilidade de itinerários de formação que permitam um diálogo rico, diverso em seu interior, a integração dos diferentes níveis de educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além da oferta da educação continuada dentro de um eixo tecnológico e da verticalização do ensino.

Cabe destacar que, para além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, como princípio de organização curricular, a verticalização prevê um diálogo enriquecedor e diverso entre os níveis de formação da educação profissional e tecnológica.

A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, permite que os discentes compartilhem diferentes espaços de aprendizagem, possibilitando a realização de percursos formativos da educação básica à pós-graduação.

À medida que o IFRR privilegia, na oferta de seus cursos, a formação integral do ser humano, o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a verticalização curricular, sintoniza-se com a diversidade e com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho para a formação integral do ser humano, independentemente do nível de ensino em questão.

A proposta curricular do IFRR não se limita à oferta da formação puramente acadêmica, mas pauta-se numa construção formativa que busca a perspectiva da transversalidade. Conforme Pacheco (2011), a transversalidade contribui para a consolidação da verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, e, portanto, da ação pedagógica.

3.3.1.5 Políticas de Ensino para Educação a Distância

A Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização

de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Decreto n. 9.057/2017).

De acordo com a LDBEN, a EAD é uma modalidade de ensino que dispõe de estratégias de ensino-aprendizagem consonante com os sistemas de ensino e as políticas de democratização do ensino, visando universalizar o conhecimento por meio do uso das tecnologias.

Considerando as características geográficas do Estado de Roraima, a Educação a Distância (EAD) apresenta-se como importante alternativa para a expansão e a interiorização dos serviços educacionais oferecidos pelo IFRR, especialmente em atenção às características socioeconômicas e geográficas regionais, que impõem uma série de desafios para o acesso de grande parcela da população roraimense à educação por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Desse modo, o IFRR tem atuado na modalidade EAD ofertando cursos de formação inicial continuada, técnicos, de licenciatura, de tecnologia, bem como de pós-graduação *lato sensu*, com fomento externo, introduzindo gradativamente em sua rotina as ofertas com esforço próprio por meio de seus *campi*, estrategicamente localizados na Capital e no interior, representando, assim, um compromisso que vem ao encontro de demandas mais amplas impostas pelas necessidades específicas das regiões, tendo compromisso com a educação e o saber.

Conforme as diretrizes nacionais e internas, a EAD no IFRR apoia-se em ações voltadas a:

I – Definir e acompanhar as políticas institucionais com uso de tecnologias de educação a distância;

II – Promover a capacitação de profissionais que atuam na educação a distância para a utilização das tecnologias educacionais e assistivas nos processos de ensino-aprendizagem;

III – Promover o desenvolvimento, a elaboração e a utilização de tecnologias educacionais e multimídias no ensino, na pesquisa, na extensão e em atividades de apoio educacional;

IV – Elaborar e apresentar projetos para captação de recursos visando à adesão a fomento de políticas de educação a distância;

V – Manter atualizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem e a rede de dados;

VI – Pesquisar e divulgar a prospecção tecnológica visando à inovação de ferramentas a serem utilizadas no ensino, na pesquisa e na extensão;

VII – Fomentar e promover a construção de projetos/programas de capacitação/formação em EAD;

VIII – Promover capacitações específicas referentes à construção de projetos/programas com os servidores do IFRR e colaboradores externos para uso das tecnologias digitais e aprimoramento do AVA;

IX – Apresentar, articular e realizar parcerias para a realização dos projetos/programas de capacitação/formação em EAD;

X – Fomentar e apoiar a adoção de estratégias didático-pedagógicas que contribuam para o acesso, permanência e êxito nos cursos ofertados no IFRR;

XI – Apoiar e promover a incorporação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais digitais nos processos de ensino-aprendizagem em seus diferentes níveis e modalidades, bem como em sua interface com pesquisa, extensão, gestão de pessoas, inovação e administração;

XII – Orientar e implementar projetos que utilizem as tecnologias como suporte pedagógico, sobretudo os cursos massivos;

XIII – Propor e gerenciar padrões para o aprimoramento da utilização de recursos e objetos de aprendizagem no AVA.

A oferta de cursos na modalidade a distância tem se tornado alternativa promissora, tanto para o atendimento da população residente em municípios onde não há *Campus* do IFRR quanto para o fortalecimento das ações de ensino nos municípios que já contam com uma unidade de ensino da instituição. A demanda nessas localidades é crescente, especialmente no que concerne à formação técnica de estudantes, formação continuada de professores e formação de profissionais específicos importantes para o desenvolvimento da região.

O IFRR, para o atendimento da demanda existente, tem executado programas de ampliação do acesso à educação profissional fomentados pelo

governo federal, estabelecendo parcerias com os municípios para a oferta de cursos na modalidade a distância. Vale ressaltar, no entanto, que os programas são pontuais e temporários, ao passo que a demanda nos municípios é contínua.

Embora a experiência com a educação a distância tenha se mostrado promissora no cumprimento de sua finalidade, a oferta de cursos na modalidade EAD apenas por meio de programas temporários se constitui como boa medida pontual, mas ainda aquém do real potencial que a modalidade pode oferecer para resultados efetivos em médio e longo prazo. Isso implica a construção de política institucional que vise à institucionalização da EAD, no âmbito do IFRR, para que a oferta de cursos a distância ocorra a partir de esforços institucionais próprios.

3.3.1.6 Política de Educação Inclusiva e Educação para a Diversidade

O IFRR, ciente da sua responsabilidade social, estabelece políticas para promoção de educação inclusiva e o respeito à diversidade, com base nos princípios de equidade, respeito, valorização cultural, tolerância e justiça social, com a finalidade de garantir o acesso, a permanência e o êxito de todos estudantes, considerando as necessidades específicas de atendimento educacional especializado, o combate às desigualdades socioeconômicas, às injustiças sociais históricas sofridas por diferentes grupos identitários com base em sua raça ou etnia ou a qualquer tipo de discriminação relacionada a gênero, orientação sexual ou a outra forma de diversidade.

Para tanto, faz-se necessário garantir que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas no cotidiano institucional, promovendo o diálogo e a formação permanente com base em princípios inclusivos, viabilizando ambientes acolhedores e adaptados para a comunidade escolar, desenvolvendo práticas pedagógicas e recursos diferenciados e adequados às especificidades dos estudantes, valorizando a diversidade cultural e histórica dos diferentes grupos étnicos, bem como combatendo qualquer atitude racista, discriminatória ou ofensiva.

Para assegurar e garantir aos estudantes com necessidades educacionais especiais condições básicas de acesso à educação profissional técnica, em todas as suas formas de ensino, e educação superior, atentando aos dispostos na Portaria do MEC n.º 3.284/200, no Decreto n.º 9.235/2017 e no Decreto n.º 5.296/2004, a

instituição busca equilibrar as especificidades e os ritmos de aprendizagem, de forma a assegurar uma educação de qualidade a todos por meio de metodologias de ensino apropriadas, adequações organizacionais, uso de recursos diversificados, parceria com as organizações especializadas, entre outros.

A política de educação inclusiva e de educação para a diversidade deve estar correlacionada a outras políticas e diretrizes do IFRR, visando fomentar e assessorar ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão que promovam o cumprimento efetivo das Leis n.º 10.098/2000 e n.º 13.146/2015, do Decreto n.º 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

Nesse sentido, a instituição procura viabilizar e atender aos direitos individuais dos estudantes com um currículo inclusivo e interdisciplinar, que desenvolva competências e habilidades necessárias, evitando a fragmentação das diferentes áreas do conhecimento, e possibilitando o acolhimento das diferenças, garantindo, dessa forma, o acesso e a permanência de todos.

3.3.1.7 Educação para a Sustentabilidade Ambiental

A educação para a sustentabilidade ambiental visa promover a conscientização e a responsabilidade com o meio ambiente, sua preservação e conservação, além do uso responsável dos recursos naturais voltado ao desenvolvimento sustentável; a conscientização sobre consumismo, uso de energias renováveis, destino adequado dos resíduos sólidos, adoção de práticas sustentáveis nos diferentes tipos de trabalho e atividades profissionais, industriais e empresariais, bem como proteção da biodiversidade.

No IFRR, a sustentabilidade ambiental deve estar prevista nos currículos dos cursos, sob o enfoque da educação ambiental, como tema transversal, articulando ensino, pesquisa e extensão, visando formar cidadãos conscientes e críticos no que tange aos desafios ambientais contemporâneos, especialmente aos relacionados ao mundo do trabalho e sua relação com os meios de produção.

3.3.2 Políticas de Extensão

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a extensão, regida por regulamentos próprios, à luz do que preconiza o artigo 207 da Constituição Federal, os artigos 43, 44, 52, 53, 77 da LDBEN, o inciso VII do art. 6.º e o inciso IV do art. 7.º da Lei de Criação dos Institutos Federais, é entendida como processo integrado ao ensino e à pesquisa de modo interdisciplinar e realizada por meio de atividades permanentes e/ou temporárias, de caráter educativo, cultural, artístico e/ou científico e tecnológico, desenvolvidas mediante ações sistematizadas voltadas a questões de desenvolvimento econômico, social e industrial da região onde o instituto está inserido, articulando educação, ciência e tecnologia de forma a priorizar o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a necessária dinamização do conhecimento.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser garantida e materializada na execução das atividades de extensão na perspectiva de que seja contemplada uma relação dinâmica entre os saberes, ensejando uma relação dialógica com a comunidade.

De acordo com a Lei de Criação dos Institutos Federais, Seção II, artigo 6.º, as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal.

O objetivo da extensão no IFRR é desenvolver programas, cursos e oficinas, projetos, eventos e prestação de serviços, integrados com a comunidade, de cunho educativo, científico, tecnológico e artístico-cultural, promovendo a integração entre teoria e prática na formação dos futuros profissionais.

A extensão, como ação integralizadora do ensino e da pesquisa e inovação, deve constituir-se em:

I – Meio de formar profissionais e cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

II – Alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado e de realização de ações simultâneas e transformadoras entre instituição e sociedade;

III – Veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

IV – Prática pedagógica com conteúdos interdisciplinares e transdisciplinares em que a relação escola-professor-estudante-sociedade se dá sob a forma de intercâmbio, interação, influência e modificação mútua, além de desafios e complementaridade;

V – Estímulo aos integrantes da comunidade acadêmica para a vivência social, política, profissional, solidária e coparticipativa entre a instituição e a sociedade;

VII – Instrumento de valorização humana, de reconhecimento das diferenças, de combate às desigualdades, de promoção da inclusão social e de inserção no processo produtivo;

VIII – Instrumento de articulação permanente e de integração com a comunidade externa, com a sociedade civil organizada, com o mercado de trabalho e com o processo produtivo, na perspectiva da aproximação institucional entre educação, ciência, tecnologia, inovação, trabalho e contexto social.

A extensão no IFRR tem como princípio exercer um conjunto de atividades que promovam a articulação entre o saber fazer e a realidade da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural da região onde está inserido. Ainda tem como princípios a contextualização, a flexibilidade e a interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico das ações/atividades e das ciências e tecnologias a elas vinculadas.

Essa concretização dá-se por intermédio das seguintes ações de extensão:

I – Aproximação do IFRR com a sociedade via parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada, contribuindo para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade;

II – Contribuição para a elaboração e execução de políticas públicas de inclusão social, como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando

e assessorando os programas e projetos de extensão, disseminando a produção do conhecimento, por meio de trocas de saberes, democratizando-o;

III – Promoção de ações extensionistas na área de atuação do IFRR;

IV – Oferta de programas para a capacitação docente nas diversas áreas de interesse do IFRR;

V – Realização de estudos de demanda para a oferta de cursos à comunidade, seja de atualização científica, seja de aperfeiçoamento profissional, seja de especialização técnica, entre outros;

VI – Realização de eventos (ciclos de debates, *workshops*, seminários, palestras, mesas-redondas) que abordem temas do cotidiano e outros de interesse geral, integrando comunidade acadêmica, setores governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada;

VII – Realização de ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONGs e outras organizações, em benefício das comunidades atendidas;

VIII – Ampliação e renovação de parcerias institucionais, objetivando o estabelecimento de vínculo entre o IFRR e outros setores da sociedade.

O IFRR fortalece sua relação com a comunidade, por meio das ações de extensão, participando de ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. À medida que socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetiva o compromisso que assume, em cumprimento à sua missão, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por intermédio da educação.

3.3.2.1 Diretrizes para a Extensão

As diretrizes para a extensão do IFRR estão estruturadas em cinco eixos:

I – Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percepção da função docente e da prática pedagógica de uma perspectiva mais ampliada, tendo estudantes e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização dos saberes.

II – Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: integração de áreas distintas do conhecimento para mobilizar diferentes competências, com vistas ao desenvolvimento de ações na comunidade.

III – Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre o IFRR e os setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão dupla, de troca de saberes, de suplantação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para o estabelecimento de uma aliança com movimentos sociais, industriais e empreendedorismo inovador para a superação das desigualdades e da exclusão.

IV – Impacto na formação do estudante: atividades extensionistas desenvolvidas por meio de programas e projetos interdisciplinares para promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento, propiciando uma formação integral ao estudante.

V – Impacto na transformação social: estabelecimento de vínculo entre o IFRR e outros setores da sociedade, possibilitando que as ações de extensão tenham um caráter transformador e promovam a autonomia das comunidades. Para isso, é importante estabelecer uma articulação com as administrações públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, e com a sociedade civil organizada.

3.3.2.2 Dimensões e Áreas Temáticas da Extensão

As dimensões da extensão, de acordo com o regulamento que dispõe sobre as atividades e ações de extensão do IFRR, são permeadas por ações ou atividades que envolvam indicadores e que atendem às orientações da Setec/MEC para a extensão da Rede Federal:

I – Programas: modalidade de extensão que contempla o conjunto de ações de caráter orgânico-institucional com duração superior a um ano, com clareza de diretrizes orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica), inclusive do ensino e da pesquisa;

II – Projetos: modalidade de extensão que contempla o conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais e contínuas de caráter educativo,

social, cultural, científico ou tecnológico que propiciam a relação entre teoria e prática;

III – Prestação de serviços: modalidade de extensão que envolve atividades não rotineiras de consultoria, assessoria, laudos técnicos com agregado tecnológico para a comunidade, empresas e/ou instituições públicas, mediante a celebração de parceria, quando o objeto assim requeira, considerando que os processos tecnológicos são atividades de transferência de conhecimento e tecnologia advindos do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão;

IV – Eventos: modalidade de extensão que contempla ações que implicam a apresentação e a exibição pública e livre, com clientela específica, do conhecimento ou do produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFRR, com classificação por interesse, número de participantes e metodologia. Enquadram-se nessa modalidade mostras, encontros, simpósios, seminários, oficinas, congressos, conferências, fóruns, debates, reuniões técnicas, palestras, feiras, entre outros;

V – Fomento a estágio e emprego: ações que visam à inserção dos estudantes e egressos do IFRR no mundo do trabalho por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como da captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego no setor produtivo;

VI – Cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional: modalidade de extensão que contempla as ações pedagógicas de oferta não regular, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com ementa, critérios de avaliação e carga horária previamente definidos, conforme estabelecido em regulamento próprio, em consonância com o Decreto nº 5.154/2004, o Decreto nº 5.840/2006 e a Resolução CNE/CP n.º 1/2021;

VII – Relação interinstitucional: estabelecimento de parcerias entre o IFRR e instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos como instrumento de melhoria do ensino, da pesquisa e da governança da extensão, conforme regulamentos específicos;

VIII – Atividades do Observatório do Mundo do Trabalho: articulação, integração e realização de estudos e pesquisas sobre a educação profissional,

científica e tecnológica, propondo a interação entre a instituição e o mundo do trabalho;

IX – Acompanhamento de egressos: ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso na perspectiva de identificar cenários no mundo do trabalho, de acordo com a política de acompanhamento de egressos prevista em regulamento próprio.

As atividades e ações de extensão do IFRR se alicerçam nas oito áreas temáticas propostas pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão (Forproext), quais sejam, comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho.

3.3.2.3 Curricularização da Extensão

A curricularização da extensão no IFRR, em atendimento às diretrizes para a extensão na educação superior (Resolução CNE/CES n. 7/2018), constitui-se em práticas pedagógicas processuais de natureza acadêmica necessariamente dialógica com o contexto social local. O processo de curricularização da extensão no IFRR prima pela indissociabilidade das relações entre ensino e extensão a partir de contextos sociais concretos e com sistematização específica de suas ações. A pesquisa e a inovação são consideradas no processo da curricularização, sendo percebidas e gestadas como desdobramentos decorrentes da necessidade de respostas aos desafios/problemas constantes no plano de ação específico da curricularização, seja em nível de projeto ou de programa registrado nos setores de extensão dos *campi*.

A curricularização constitui-se em processos contínuos de planejamento devidamente sistematizados e caracterizados como constructos dialógicos entre a extensão acadêmica, as práticas de ensino e as demandas sociais locais, mantidos e motivados por desafios inerentes aos contextos sociais locais, devidamente identificados e constantes no currículo, de forma específica e diferenciada.

No IFRR, a curricularização da extensão ocorrerá por meio das vivências experimentadas para favorecer a inter e a transdisciplinaridade, e o diálogo interprofissional, além de proporcionar o fortalecimento da aprendizagem a partir de

contextos sociais concretos, facilitando o intercâmbio com outras áreas de conhecimento e o fortalecimento de parcerias institucionais relacionadas ao mundo do trabalho, dando ênfase ao empreendedorismo e aos processos inovadores. Além disso, ela deve fortalecer o protagonismo estudantil, implementando, para isso, indicadores de efetividade e impactos da curricularização tomando por referência a formação profissional dos estudantes e seu reflexo na transformação social.

A carga horária correspondente às vivências/experiências da curricularização deve compor no mínimo 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, a qual deverá fazer parte da matriz curricular dos cursos, conforme preconiza o regulamento próprio no âmbito do IFRR.

As atividades de extensão nos cursos de graduação da Educação a Distância poderão ser realizadas de forma individual ou coletiva, devido à natureza do atendimento, mas também presencialmente, na comunidade externa, por se tratar de práticas de integração.

Já o registro das atividades da curricularização da extensão no IFRR deverá atender aos princípios da transparência e da organização pública, necessitando-se, para isso, da utilização de plataformas voltadas a esse fim, conforme o regulamento próprio.

3.3.3 Políticas de Pesquisa e Inovação

A pesquisa é componente pedagógico indissociável do ensino e da extensão. Visa ao desenvolvimento e à ampliação do conhecimento na perspectiva da formação omnilateral, que objetiva a formação integral do sujeito pelo trabalho produtivo e pela vida em sociedade.

A Lei n.º 11.892/2008, em seu art. 6.º, inciso VIII, determina a realização e o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico como uma das principais finalidades e características dos institutos federais. No que se refere especificamente à pesquisa e à inovação, a lei aponta o seguinte:

I – Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, a cultura, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

II – Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente daquelas voltadas à preservação do meio ambiente;

III – Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

A pesquisa, nos Institutos federais de educação, ciência e tecnologia, deve ter como objetivo o desenvolvimento humano e social, valorizando a ciência como princípio formativo central na formação do cidadão, na plenitude da sua condição humana e em melhorias para a humanidade e o meio ambiente.

Na perspectiva adotada pelo IFRR, a pesquisa é compreendida como o trabalho criativo realizado de forma sistemática com o objetivo de produzir e acumular conhecimentos, incluindo o conhecimento do ser humano, da cultura e da sociedade e o uso dessa produção de conhecimentos para atender a novas aplicações.

No IFRR, o desenvolvimento da pesquisa deverá atender às diretrizes estabelecidas pela comunidade acadêmica com o propósito de nortear a ação institucional no âmbito da pesquisa, da inovação e da pós-graduação, bem como ser, prioritariamente, de natureza aplicada e se desenvolver por meio de programas e ações que estimulam e apoiam pesquisas científicas e/ou tecnológicas realizadas por servidores e estudantes da instituição.

Os princípios listados para a pesquisa e a inovação não podem ser construídos de maneira dissociada do ensino e da extensão. Assim, apontam-se os princípios gerais e, em seguida, as diretrizes que nortearão o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e inovação:

I – Sinergia entre ensino e pesquisa, atendendo, de maneira equitativa, às diversas modalidades de ensino;

II – Atenção a todos os níveis de ensino com função transdisciplinar estratégica;

III – Sintonia com o contexto externo e com os arranjos produtivos sociais, culturais e locais;

IV – Desenvolvimento de pesquisas aplicadas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;

V – Produção e transferência de inovação e tecnologia para a sociedade na forma de competências científicas e tecnológicas dos egressos e dos pesquisadores; comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual;

VI – Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais;

VII – Articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão com as necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o IFRR tenha potencial de atuação nos âmbitos tecnológico, artístico, ambiental, cultural, político e educacional.

VIII – Oferta de cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, para o desenvolvimento de tecnologias capazes de alavancar o desenvolvimento regional;

IX – Diálogo dos cursos de pós-graduação com empresas, cooperativas, associações, movimentos sociais e outras formas organizativas para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas.

O principal objetivo da política institucional de pesquisa é definir as diretrizes e fomentar projetos e bolsas de pesquisa e inovação para servidores, estudantes e pesquisadores parceiros para desenvolverem projetos nas áreas de atuação do IFRR, como uma atividade indissociável dos processos de ensino e de aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, a pesquisa e a inovação representam os eixos formativos para os estudantes que ingressam no IFRR.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa no IFRR deve, de um lado, compreender a dimensão da produção do conhecimento básico como forma de articulação entre as áreas finalísticas institucionais e, de outro, ocorrer numa dialética que envolva a prospecção de demandas (instituições específicas), o desenvolvimento de soluções inovadoras, a partir da pesquisa aplicada, e a disseminação (entrega da solução) à comunidade demandante.

3.3.3.1 Inovação

A política de inovação tem como finalidade a proteção, a gestão e a transferência dos direitos de criação intelectual dos pesquisadores do IFRR, tendo como princípios:

I – Programas de pesquisa e inovação, que devem garantir a transferência de conhecimentos e novas tecnologias à sociedade;

II – Atividades de pesquisa e inovação, que devem estar pautadas nos parâmetros legais de proteção intelectual;

III – Assistência técnica e tecnológica a inventores independentes e setores produtivos;

IV – Comercialização de bens intangíveis, devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual;

V – Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais, em parceria com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais;

VI – Contribuição à inovação nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica;

VII – Estruturação de departamento de inovação que propicie o estímulo ao desenvolvimento de produtos, processos tecnológicos e proteção de propriedade intelectual.

3.3.3.2 Diretrizes para a Pesquisa e a Inovação

As diretrizes da pesquisa e da inovação no IFRR apoiam-se em ações voltadas a:

I – Institucionalizar constantemente ações para implantar/consolidar a pesquisa aplicada;

II – Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de ensino;

III – Capacitar servidores para a pesquisa aplicada;

IV – Construir a cultura de pesquisa, no contexto dos institutos, para que a pesquisa aplicada e a inovação sejam práticas permanentes como fonte de retroalimentação curricular;

- V – Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional;
- VI – Desenvolver programas institucionais de estímulo à produção científica e tecnológica voltados para pesquisa e inovação;
- VII – Estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos de pesquisa e inovação em sinergia com o ensino e a extensão;
- VIII – Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados;
- IX – Alocar recursos para a pesquisa aplicada, de acordo com os indicadores e as prioridades institucionais;
- X – Estimular a formação e a consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- XI – Implementar programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa e inovação;
- XII – Estimular a socialização e a divulgação interna e externa da produção científica do IFRR;
- XIII – Criar programa de valorização do pesquisador, como base na produção científica;
- XIV – Estimular a internacionalização da pesquisa, por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa, visando à ampliação da inserção científica internacional;
- XV – Apoiar a divulgação dos resultados dos projetos de pesquisas institucionais;
- XVI – Criar programa de mobilidade internacional de pesquisadores;
- XVII – Apoiar a criação e a consolidação de periódicos do IFRR, com indexação;
- XVIII – Apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas críticas para o desenvolvimento da região e do País, com ênfase na inovação;
- XIX – Criar ambientes de inovação e empresas juniores de inovação, com a finalidade de desenvolver pesquisas nessa área e realizar a transferência de tecnologia, visando institucionalizar o setor de apoio a patentes e a registros do conhecimento gerado no âmbito dos projetos de pesquisa do IFRR;

XX – Divulgar fontes alternativas de financiamento à pesquisa, ampliando as fontes de captação de recursos para o fundo de pesquisa da instituição;

XXI – Promover ciência e tecnologia de alimentos.

3.3.3.3 Linhas de Pesquisa Institucional

O IFRR adotará as seguintes linhas de pesquisa:

I – Administração Pública e Governo;

II – Agroecologia;

III – Bioeconomia, Bionegócios e Biotecnologias;

IV – Ciências do Movimento Humano;

V – *Design* e *Cultura Maker*;

VI – Educação e Educação do Campo;

VII – Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Formação Docente na Amazônia;

VIII – Energias Renováveis;

IX – Estudos Organizacionais;

X – Estudos Urbanos e Políticas Públicas;

XI – Gestão, Mercado e Trabalho;

XII – Gestão da Informação e Conhecimento, Tecnologia e Inovação;

XIII – Planejamento e Gestão do Turismo;

XIV – Saúde Coletiva e Análises Clínicas;

XV – Sociedade, Políticas Públicas e Sustentabilidade;

XVI – Sociobiodiversidade, Ecologia e Gestão Territorial;

XVII – Territorialidade, Interculturalidade, Línguas e Identidades Étnico-Raciais;

XVIII – Produção Vegetal e Animal;

XIX – Piscicultura.

3.4 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A política de atendimento aos estudantes têm a finalidade de fomentar e acompanhar o acolhimento, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição por meio de programas e ações de combate à evasão e retenção, que englobam, por exemplo, a concessão de auxílios financeiros e bolsas a estudantes participantes dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Os estímulos à permanência e ao êxito dos estudantes no IFRR levam em consideração o Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes, que tem por objetivo apoiar a implantação de ações para reduzir os índices de evasão e elevar os índices de aprovação nos cursos ofertados.

Duas dimensões organizam a política de atendimento aos estudantes no instituto: a socioeconômica, voltada aos estudantes matriculados nos cursos presenciais que possuem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, com comprovada situação de vulnerabilidade social; e a dimensão ensino, pesquisa e extensão, destinada a todos os estudantes matriculados nos cursos oferecidos pela instituição. Essas dimensões são compostas por programas, planos, projetos e ações aqui descritos.

Destaca-se que as ações institucionais de apoio pedagógico e a atendimento biopsicossocial também objetivam a permanência e o êxito dos estudantes, sendo de caráter universal, ou seja, destinam-se a todos os estudantes matriculados no IFRR.

3.4.1 Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão

São programas instituídos por meio de regulamento próprio do IFRR e caracterizados pela concessão de bolsa a estudantes matriculados em cursos técnicos de nível médio e de graduação.

3.4.1.1 Programa Institucional de Fomento a Projetos de Práticas Pedagógicas Inovadoras (Inova)

É um programa amparado por resolução específica. Visa estimular e apoiar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e a qualidade da educação por meio de projetos desenvolvidos nos cursos técnicos e de graduação, nas modalidades presencial e EAD.

3.4.1.2 Programa de Monitoria

É um programa amparado por resolução específica que visa contribuir para o fortalecimento da qualidade de ensino dos cursos técnicos e de graduação do IFRR, bem como favorecer a articulação entre teoria e prática, além da integração curricular em seus diferentes aspectos didático-pedagógicos, proporcionando a cooperação mútua entre estudantes e docentes, possibilitando àqueles a vivência das atividades técnico-didáticas.

3.4.1.3 Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX)

É um mecanismo institucional de fomento à política de extensão e de incentivo ao envolvimento e à participação de estudantes dos cursos de Formação Inicial e Continuada Integrada à Educação de Jovens e Adultos, Técnicos e Superiores do IFRR como atores executores de projetos de extensão e envolvimento com a comunidade.

O Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (Pbaex) do IFRR é um mecanismo institucional de fomento à política de extensão e incentivo ao envolvimento e à participação de estudantes dos cursos técnicos e superiores, como atores e executores de projetos de extensão, em ações de integração entre a instituição e a comunidade, tendo em vista o atendimento de suas demandas e o desenvolvimento social e econômico.

Esse programa visa contribuir para o processo de formação profissional do estudante; favorecer a integração e a articulação entre IFRR/*campi* e a comunidade;

contribuir para o desenvolvimento comunitário; estimular o protagonismo do estudante no contexto de sua formação profissional; e contribuir para o processo de combate às desigualdades e de inclusão social, por meio de ações profissionais, culturais, esportivas e de lazer.

O Pbaex tem como objetivo geral oferecer aos estudantes melhores condições para participação em ações de extensão, cultura e desporto no IFRR que contribuam para sua formação acadêmica, profissional e para o pleno exercício da cidadania, de acordo com a política de extensão institucional.

3.4.1.4 Programa Institucional de Incentivo a Projeto de Extensão (Pipex)

É um programa institucional de fomento à política de extensão e de incentivo que promove o envolvimento e a participação de servidores como atores executores e de estudantes como protagonistas no atendimento à comunidade por meio da proposição de projetos de extensão.

O Pipex apresenta como principal objetivo oferecer aos estudantes e aos servidores melhores condições para o desenvolvimento de ações de extensão, cultura e desporto no IFRR que contribuam para sua formação acadêmica, profissional e para o exercício da cidadania.

3.4.1.5 Programa de Arte e Cultura (Proarc)

O Programa de Arte e Cultura (Proarc) é um mecanismo institucional de fomento à política de extensão, ensino, pesquisa e gestão de pessoas que visa incentivar o envolvimento e a participação de estudantes, egressos, servidores (ativo ou inativo), terceirizados, estagiários e comunidade externa do IFRR como atores no processo artístico e cultural.

Além disso, o Proarc tem como objetivo geral oferecer aos estudantes melhores condições para o desenvolvimento do processo criativo por meio de ações de arte e cultura que contribuam para sua formação acadêmica, profissional e para o exercício da cidadania.

3.4.1.6 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibict)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibict), amparado por resolução específica, é destinado exclusivamente aos estudantes dos cursos técnicos e de graduação do IFRR. Objetiva estimular e apoiar o desenvolvimento do pensamento científico e da iniciação à pesquisa científica e tecnológica, como instrumento de complementação à formação acadêmica e profissional dos discentes, com real apoio dos servidores do quadro efetivo, contribuindo para a formação de recursos humanos para a pesquisa, ampliando o acesso e a integração dos estudantes à cultura científica, com o intuito de fortalecer a capacidade inovadora no País. O programa tem duas modalidades nas quais os estudantes podem se inserir:

I – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibict): nesta modalidade, os estudantes são contemplados com o recebimento de bolsas durante o período de execução dos projetos, conforme a norma vigente;

II – Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica (Pivict): nesta modalidade, os estudantes têm o mesmo período para a execução de seus projetos (oito meses), porém não recebem qualquer espécie de recurso.

Em outras palavras, o Pibict visa estimular e apoiar pesquisas científicas e/ou tecnológicas com o intuito de gerar produção científica, produtos e/ou processos inovadores, preferencialmente, com possibilidade de patenteamento. Essas pesquisas são desenvolvidas a partir de projetos de autoria e coordenação de docentes pesquisadores do IFRR e contam com o envolvimento de estudantes dos cursos técnicos e de graduação da instituição para auxiliar em seu desenvolvimento, o que possibilita a esses estudantes a vivência em ambientes de pesquisa aplicada.

3.4.1.7 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma iniciativa que integra a política nacional de formação de professores do Ministério da Educação e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o

aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. Disponibiliza bolsas aos licenciandos, aos professores das escolas da rede pública de educação básica e aos professores das instituições de ensino superior (IES), fazendo uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais de ensino.

3.4.1.8 Programa de Residência Pedagógica

É um programa amparado por legislação específica no âmbito da Capes. possibilita às instituições de ensino superior (IES) a implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática e que são conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura.

3.4.1.9 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic)

É um programa institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que objetiva contribuir para a iniciação de estudantes do ensino superior (exceto de cursos de complementação pedagógica) em atividades de pesquisa por meio da concessão de bolsas de iniciação científica.

3.4.1.10 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti)

É um programa institucional do CNPq que objetiva estimular os jovens do ensino superior em atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias do desenvolvimento tecnológico e de processos de inovação.

3.4.2 Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

No IFRR, a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino transversal em todos os níveis, etapas e modalidades da educação profissional e tecnológica que disponibiliza recursos e serviços e que realiza o atendimento educacional especializado (AEE), de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes público-alvo da educação especial.

Entende-se por necessidades educacionais especiais (NEE) todas e quaisquer condições que limitem as capacidades físicas, intelectuais, de aprendizagem, de sociabilidade e de interação social, transitórias ou permanentes.

Em sua estrutura, o IFRR conta com a Coordenação de Educação Inclusiva (CEI), setor da Reitoria responsável pela coordenação das ações de educação inclusiva desenvolvidas no âmbito do IFRR que contribuem para a permanência e o êxito dos estudantes. A CEI atua de forma sistêmica, em conjunto com a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Capne) do instituto (Resolução CONSUP/IFRR N° 772, de 25 de janeiro de 2024.) e demais setores das unidades, com a finalidade de fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão que promovam o cumprimento efetivo das Leis n.º 10.098/2000 e n.º 13.146/2015, do Decreto n.º 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos e que garantam a promoção da acessibilidade curricular aos estudantes com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e de graduação.

3.4.3 Núcleo de Assessoramento de Ações Afirmativas e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi)

O IFRR, em sua estrutura, conta com o Núcleo de Assessoramento de Ações Afirmativas, setor da Reitoria subordinado à Coordenação de Educação Inclusiva (CEI), responsável pelo acompanhamento das ações afirmativas que contribuem para a permanência e o êxito dos estudantes, público-alvo da educação inclusiva no IFRR.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do IFRR (Resolução do Consup/IFRR n.º 432/2019) deve ser um espaço para a produção de conhecimentos histórico-culturais e de estratégias que promovam uma educação antirracista e a igualdade nas relações étnico-raciais na escola e, em última análise, em toda a sociedade brasileira.

3.4.4 Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O IFRR, a partir de uma gestão democrática, viabiliza ações de promoção do protagonismo juvenil, fomentando, a partir da articulação política de representatividade estudantil, a participação dos estudantes nas decisões gerenciais do processo de ensino-aprendizagem. Essa participação estudantil está garantida no Grêmio Estudantil, nos centros acadêmicos, nos conselhos de classe, na Comissão Própria de Avaliação, entre outros. É importante ressaltar que, além desses espaços, o corpo estudantil tem assento nos órgãos colegiados institucionais, por meio de representantes eleitos, como o Conselho Superior. Outrossim, o IFRR, em suas unidades de ensino, disponibiliza instalações físicas e equipamentos para o funcionamento dos centros acadêmicos.

3.4.5 Política de Acompanhamento dos Egressos

A Política de Acompanhamento de Egressos tem por objetivo geral fomentar, orientar e disciplinar a continuação e a manutenção do vínculo entre os *campi* e seus egressos, por meio do planejamento e da execução de ações de extensão de forma articulada com o ensino e a pesquisa, podendo ser de cunho educativo, técnico, científico, tecnológico, desportivo, artístico e cultural.

Legitimada por resolução específica, a política constitui-se em um conjunto de ações planejadas e executadas pelos *campi*, visando à atualização e/ou coleta de dados e informações para o cadastramento do egresso em um banco de dados institucional; ao acompanhamento; à formação continuada; à orientação profissional; ao encaminhamento e à facilitação para a inserção no mundo do trabalho; à integração entre a comunidade acadêmica e os egressos; e à manutenção do

vínculo institucional com os egressos, visando ao cadastramento, ao acompanhamento, à orientação profissional, à formação continuada, à inclusão/inserção no processo produtivo; ao encaminhamento para o mundo do trabalho; à coleta de dados e informações; à integração entre estudantes e egressos; e à manutenção do vínculo institucional com o ex-estudante, garantindo, desse modo, o cumprimento das diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), no que se refere às ações de avaliação dos estudantes, com foco na inserção no mundo do trabalho, nas posições, nas vivências e nas dificuldades profissionais dos egressos, além de fomentar a participação desses atores na vida da instituição.

3.4.6 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), regulamentada pelo Decreto n.º 7.234/2010, é uma iniciativa institucional para permanência e êxito de estudantes e apresenta um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações voltadas para a democratização da permanência e do êxito dos discentes nos cursos ofertados pela instituição, estimulando o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa política não deve ser vista apenas como uma questão de concessão de recursos financeiros para o atendimento dos estudantes em suas necessidades de ajuda de custo, e sim como uma política social inclusiva, que busca equiparar as desigualdades sociais, desde a forma de acesso até a permanência e o êxito educacional, por meio de programas sociais de assistência estudantil e de acompanhamento dos discentes, visando contribuir para o melhor desempenho acadêmico dos estudantes.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é composta por um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação e a execução de ações educacionais e assistenciais que visam à promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes, na perspectiva da inclusão social, da produção de conhecimento, da

melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida dos estudantes. Ela será operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I – Programa de Auxílio-Moradia Estudantil
- II – Programa de Auxílio-Alimentação;
- III – Programa de Auxílio-Transporte;
- IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V – Programa de Inclusão Digital;
- VI – Programa de Incentivo ao Esporte;
- VII – Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte;
- VIII – Programa de Auxílio-Creche;
- IX – Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- X – Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;
- XI – Programa de Apoio Pedagógico;
- XII – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação; e
- XIII – Programa de Apoio aos Estudantes na Modalidade EAD.

O acesso aos programas de assistência estudantil, com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada *campus*, respeitando-se as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

A operacionalização dos programas previstos nesta política é de responsabilidade da equipe interdisciplinar, a qual envolve profissionais de diferentes áreas do conhecimento, tais como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Arte e Assistência às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

3.4.6.1 Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico aos Beneficiários

É uma estratégia de permanência e êxito institucional que consiste em uma abordagem multidisciplinar que compreende as dimensões biológica, psicológica e social dos estudantes.

O acompanhamento ocorrerá por meio de atendimentos psicológicos, pedagógicos, sociais, de enfermagem, médico-odontológico e nutricional, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de ações de prevenção, promoção e atenção integral aos estudantes, bem como de intervir nos processos de ensino-aprendizagem visando à permanência e ao êxito dos estudantes, respeitadas as particularidades organizacionais e das equipes de trabalho da Assistência Estudantil de cada *campus*.

O acompanhamento pedagógico aos beneficiários são estratégias preventivas de atendimento ao estudante realizadas pelo professor, pelo coordenador de curso e pela equipe técnico-pedagógica, visando à superação das dificuldades de aprendizagem, ao apoio emocional, à organização e ao aproveitamento dos estudos, minimizando os índices de retenção e evasão.

Tanto o acompanhamento biopsicossocial quanto o acompanhamento pedagógico são estratégias de permanência e êxito institucionais destinadas a todos os estudantes do IFRR e realizadas a qualquer momento do ano letivo.

3.4.6.2 Programas de Assistência Estudantil de Apoio Financeiro Externo

Implantados pelo governo federal e geridos pelo MEC ou por outras instituições/órgãos federais, esses programas preveem a concessão de auxílio financeiro para matriculados em instituições federais de ensino superior. Se aderidos pelo IFRR, dar-se-ão pelos programas abaixo:

3.4.6.2.1 Programa Bolsa Permanência (PBP)

É uma ação do governo federal instituída pela Portaria do MEC n.º 389/2013. Promove a concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em

instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a estudantes indígenas e quilombolas. Tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O recurso é pago diretamente ao estudante por meio de um cartão de benefício.

3.5 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A Política de Internacionalização do IFRR acompanha os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização da Educação Básica no Brasil do Ministério da Educação e propõe atender às demandas institucionais na busca do desenvolvimento local e regional.

Compreende-se a internacionalização como um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, internacionalização em casa, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país, o desenvolvimento de aspectos curriculares que impactem a prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior.

Em sentido amplo, trata-se de articular uma rede de cooperação acadêmico-científica, tecnológica e de inovação, visando proporcionar experiências de ensino, pesquisa e extensão a estudantes e servidores vinculados a contextos interculturais com outros países.

Assim, em consonância com as diretrizes para a elaboração da Política de Internacionalização das Instituições que Integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, estabeleceram-se os seguintes princípios norteadores para a construção da Política de Internacionalização do IFRR: internacionalização como intercâmbio de conhecimentos e aprimoramento de estudantes, docentes e técnicos administrativos; internacionalização como estratégia de desenvolvimento; internacionalização como promotora da solidariedade entre os países; e internacionalização como difusão das atividades das instituições integrantes da Rede Federal.

A partir da reestruturação organizacional, a internacionalização no IFRR fortaleceu-se como Assessoria de Relações Internacionais (Arinter), ficando

vinculada diretamente à Reitoria, por ser considerada uma política transversal no Instituto. São competências da Arinter:

I – Centralizar e distribuir informações sobre assuntos internacionais referentes à Instituição;

II – Promover, em conjunto com os diversos setores do IFRR, ações de parceria, convênios e intercâmbios internacionais com instituições de ensino, governos e órgãos não governamentais;

III – Divulgar informações sobre convênios, intercâmbios, cursos, estágios, bolsas de estudos e programas de instituições governamentais e não governamentais estrangeiras que sejam de interesse do IFRR;

IV – Viabilizar condições para aprofundar as relações internacionais da instituição;

V – Proporcionar apoio ao intercâmbio internacional no âmbito da instituição;

VI – Estabelecer vínculo com unidades de assessoria internacional de outras instituições de ensino e pesquisa;

VII – Desenvolver ações, em parceria com órgãos governamentais e iniciativa privada, que fortaleçam o processo de internacionalização da instituição;

VIII – Assessorar a consolidação de Setores de Relações Interinstitucionais nos *campi* do IFRR.

A Política de Internacionalização do IFRR deve estar alinhada aos preceitos básicos de respeito à diversidade, à inclusão, à sustentabilidade e à equidade de oportunidades aos povos indígenas, aos quilombolas e aos refugiados de outros países. Assim, são objetivos específicos da política, em consonância com os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização da Educação Básica (PNIEB):

I – Difundir a cultura de internacionalização como meio de qualificar as ações acadêmicas no IFRR;

II – Expandir e promover o estudo e uso das línguas estrangeiras no IFRR por meio dos Nucli em cada *campus*;

III – Promover oportunidades de educação no exterior em todas as áreas e níveis para estudantes e servidores;

IV – Promover e fomentar uma ambiência acadêmica internacional no IFRR;

V – Aumentar a participação de estudantes, professores e corpo técnico internacional no IFRR em todos os níveis acadêmicos;

VI – Promover a disseminação dos conceitos de internacionalização no IFRR para os servidores e a inclusão de pesquisadores estrangeiros ou com experiência internacional;

VII – Promover e ampliar as parcerias internacionais estratégicas para o IFRR;

VIII – Preparar os estudantes para desempenhar liderança em uma economia baseada em inovação e em uma sociedade global;

IX – Promover ensino, pesquisa e extensão em perspectiva inovadora e contextualizada com as necessidades globais, considerando as particularidades locais, regionais e mundiais;

X – Incorporar, de forma sistemática à cultura do IFRR os conhecimentos e as estratégias adquiridos no exterior por estudantes e servidores.

Pretende-se que o IFRR, por meio da Política de Internacionalização, contribua para a melhoria da qualidade dos programas acadêmicos, para o fortalecimento da internacionalização do currículo, para o fortalecimento da investigação e da produção do conhecimento, para a promoção de um perfil institucional mais ativo no cenário internacional e para a diversificação do público ingressante na instituição.

3.5.1 Política de Internacionalização em Casa

O conceito de Internacionalização em Casa, para as funções de ensino, pesquisa e extensão, foi apresentado por Bengt Nilsson no Fórum da Primavera do *European Association for International Education* (EAIE) como a oportunidade de desenvolver habilidades e competências interculturais aos estudantes dentro de seus *campi*.

Nesse sentido, a política de Internacionalização em Casa tem como propósito proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver a compreensão do mundo e as competências interculturais para convivência nesse cenário em seu *campus*. Para tanto, deve-se focar na internacionalização do

currículo, pois este é considerado o meio mais eficaz de proporcionar essa oportunidade, sem a necessidade da mobilidade internacional. Segundo a *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), o currículo com orientação internacional no conteúdo ou forma destina-se a preparar os estudantes para a atuação profissional e/ou social em um contexto internacional e multicultural.

Contudo, a internacionalização integral deve estar no centro dos esforços para garantir que estudantes, professores e demais profissionais do IFRR sejam contemplados, especialmente aqueles que não têm a oportunidade de estudar ou de vivenciar uma experiência em outro país.

Assim, o IFRR deve estimular e criar oportunidades, por meio da sua Política de Internacionalização, para que a comunidade acadêmica possa participar de forma ativa na promoção da interação e do respeito a diferentes culturas e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma cultura de paz.

3.5.2 Política linguística do IFRR

A quebra das barreiras linguísticas é fator inicial dentro do processo de internacionalização, portanto criar iniciativas de ensino de línguas de caráter permanente torna-se necessidade premente.

Assim, faz-se necessária a elaboração da Política Linguística do IFRR de forma a caracterizar o escopo linguístico de atuação na instituição. O ensino de línguas deve ser compreendido como viés estratégico para o desenrolar das ações de internacionalização do instituto, assim como um bastião das peculiaridades linguísticas da região onde está inserido.

De acordo com os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização da Educação Básica, o plurilinguismo refere-se à aquisição e ao uso da linguagem que favorece tanto os aspectos linguísticos quanto os interculturais em uma sociedade multilíngue, que requer diferentes competências e habilidades de seus participantes. A sua prática encoraja o reconhecimento e o respeito pela diversidade linguística, eliminando a ideia de prestígio entre as línguas e seus falantes.

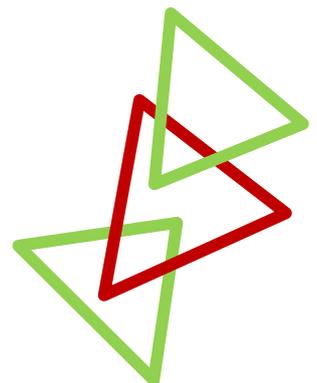
Nesse sentido, o Núcleo Sistêmico do Centro de Línguas (Nusceli), gerido pela Assessoria de Relações Internacionais (Arinter), tem como função organizar as atividades de ensino de línguas do IFRR por meio do Núcleo do Centro de Línguas

(Nucli) dos *campi*. É de responsabilidade deste propor cursos presenciais e/ou a distância, prioritariamente inglês, espanhol, Libras e português, para estrangeiros, e línguas indígenas locais, para as comunidades interna e externa ao IFRR; aplicar exames de proficiência em línguas estrangeiras; e orientar e acompanhar estudantes, professores, pesquisadores estrangeiros e visitantes em eventuais atividades de mobilidade internacional nas unidades da instituição.



4

**ORGANIZAÇÃO
DIDÁTICA**



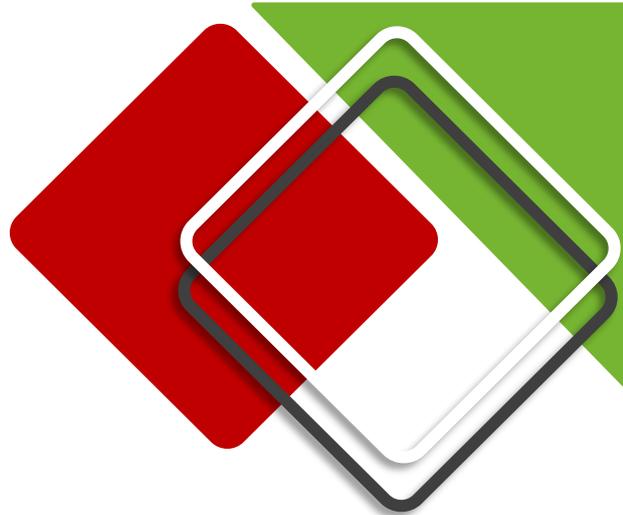
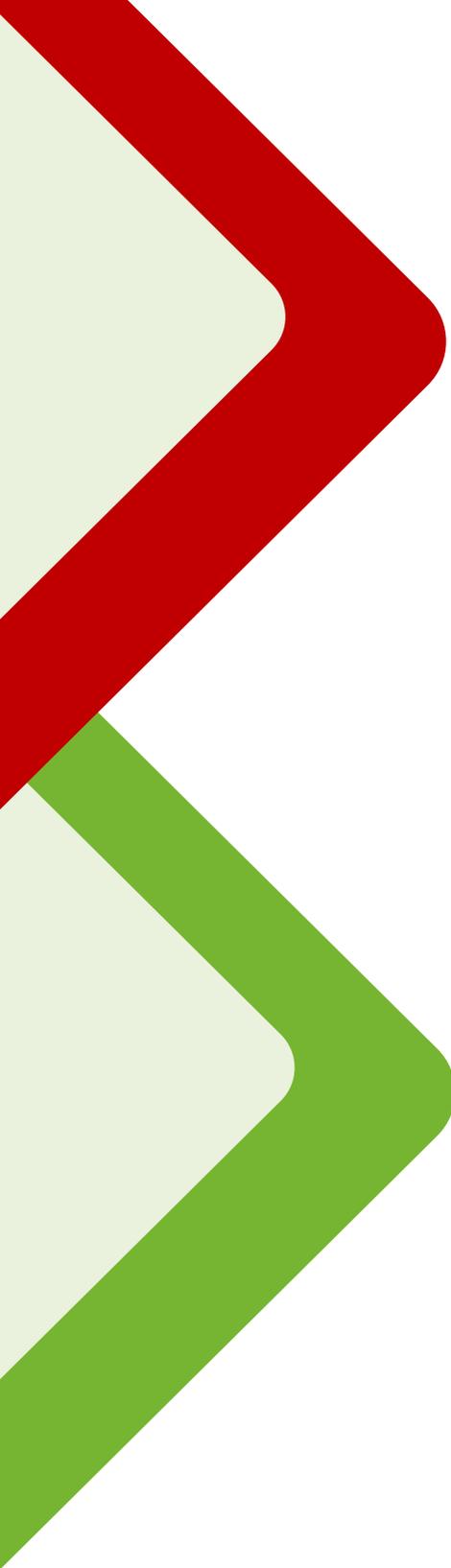
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

A Organização Didática (OD) é o documento que rege as decisões didático-pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), observando-se o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional; na Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica, e nos demais dispositivos legais referentes à educação.

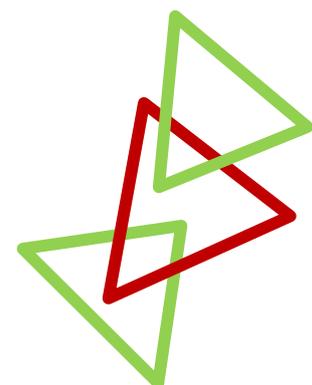
O conteúdo da OD está organizado nas seis partes seguintes:

- Título I – Aspectos Gerais a Todos os Cursos;
- Título II – Dos Cursos Técnicos;
- Título III – Dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- Título IV – Do Ensino a Distância (EAD);
- Título V – Disposições Finais;
- Anexos – Formulários e Fluxogramas.

Como desdobramento das concepções e das políticas expressas no PPI, a OD do IFRR é construída coletiva e democraticamente. O documento vigente foi aprovado pelo Conselho Superior, conforme a Resolução Consup/IFRR n.º 716, de 4 de janeiro de 2023. Ele pode ser encontrado na página do IFRR, neste [LINK](#).



5 **CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS (OCV)**



5 CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS (OCV)

O presente capítulo do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR apresenta o Plano de Oferta de Cursos e Vagas para o período de 2024 a 2028. O planejamento da oferta de cursos, realizado em conjunto com os *campi*, considerou os aspectos pedagógicos e estratégicos, de modo a garantir a oferta de cursos de qualidade, objetivando atender às expectativas da sociedade em relação à formação profissional de seus cidadãos.

É importante destacar que a oferta educacional do IFRR está alinhada às necessidades do mundo do trabalho, visando ao desenvolvimento regional e à formação de profissionais qualificados e capazes de contribuir para a transformação da sociedade.

O plano aqui apresentado dialoga com o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do IFRR e tem como embasamento legal:

I – A Lei 11.892/2008, que prevê em seu artigo 8.º: a) o mínimo de 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio; b) o mínimo de 20% de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica.

II – O Decreto 5.840/2006, que dispõe, no parágrafo 1.º do artigo 2.º, no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição para cursos EJA.

III – A Portaria MEC 713/2021, que dispõe sobre a configuração de códigos de vagas de servidores docentes e técnicos administrativos, conforme a tipologia de *campus*.

A proposição de cursos atenderá ainda aos critérios e procedimentos definidos pelo Regulamento para Criação, Suspensão Temporária de Oferta de Turmas, Reabertura e Extinção de Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Roraima (IFRR), a ser aprovado pelo Conselho Superior em 2024.

Observando a legislação pertinente, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o Instituto Federal de Roraima (IFRR) prevê a oferta total de 14.620 vagas nos cursos da educação profissional técnica de nível médio, da educação superior e da pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância.

5.1 DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA POR TIPO DE CURSO

A tabela 1 apresenta a distribuição de ofertas total de vagas em cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação no IFRR no quinquênio 2024-2028.

Tabela 1: Distribuição de Ofertas Total de Vagas em Cursos Técnicos, de Graduação e de Pós-Graduação

Ordem	Tipo de Curso	Modalidade	Vagas Ano/Semestre									
			2024		2025		2026		2027		2028	
			1.º	2.º	1.º	2.º	1.º	2.º	1.º	2.º	1.º	2.º
1	Técnico	Presencial	672	253	701	325	807	325	876	289	842	289
2	Técnico	EAD	140	70	140	70	175	70	140	35	175	35
3	Graduação	Presencial	315	175	420	140	420	140	530	140	530	140
4	Graduação	EAD	1978	-	143	-	170	-	105	-	445	-
5	Pós-graduação	Presencial	-	105	-	105	35	-	-	35	-	-
6	Pós-graduação	EAD	1175	250	205	-	250	30	175	-	-	-

5.2 DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA QUANTO À MODALIDADE DE ENSINO

5.2.1 Oferta de Cursos na Modalidade Presencial

5.2.1.1 Oferta de Cursos Técnicos Presenciais

Segue-se a distribuição da oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial (integrados, subsequentes, concomitantes e Proeja), por unidade acadêmica, para o quinquênio 2024-2028 do IFRR.

Tabela 2: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no *Campus* Amajari

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Aquicultura	Técnico	Integrado	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
2	Agropecuária	Técnico	Integrado	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
3	Agroindústria	Técnico	Subsequente	-	-	-	-	35	-	35	-	35	-
4	Agropecuária	Técnico	Concomitante	70	-	-	-	-	-	70	-	-	-

Tabela 3: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no *Campus Avançado Bonfim*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Agroecologia	Técnico	Concomitante	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Agropecuária	Técnico	Concomitante	-	-	70	-	70	-	70	-	70	-
3	Agropecuária	Técnico	Subsequente	-	-	35	-	35	-	35	-	35	-
4	Agronegócio	Técnico	Subsequente	-	-	35	-	35	-	35	-	35	-
5	Administração	Técnica	Integrado	-	-	35	-	35	-	35	-	35	-
6	Administração	Técnico	Concomitante	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-
7	Administração	Técnico	Subsequente	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35
8	Comércio exterior	Técnico	Subsequente	-	-	-	-	-	-	35	-	35	-
9	Informática	Técnico	Concomitante	-	-	70	-	70	-	70	-	70	-
10	Informática	Técnico	Subsequente	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35
11	Informática	Técnico	Integrado	-	-	-	-	35	-	35	-	35	-
12	Magistério Indígena	Técnico	Subsequente	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35

Tabela 4: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no *Campus Boa Vista*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Eletrotécnica	Técnico	Integrado	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
2	Eletrônica	Técnico	Integrado	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
3	Edificações	Técnico	Integrado	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
4	Secretariado	Técnico	Integrado	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
5	Informática	Técnico	Integrado	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
6	Informática	Técnico	Subsequente	-	36	-	36	-	36	-	36	-	36
7	Eletrotécnica	Técnico	Subsequente	-	-	-	36	-	36	-	36	-	36
8	Edificações	Técnico	Subsequente	-	36	-	36	-	36	-	36	-	36
9	Secretariado	Técnico	Subsequente	36	-	-	-	36	-	-	-	36	-

			te										
10	Enfermagem	Técnico	Subsequente	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
11	Análises Clínicas	Técnico	Subsequente	36	-	36	-	36	-	36	-	36	-
12	Energias Renováveis	Técnico	Subsequente	-	36	-	36	-	36	-	36	-	36
13	Guia de Turismo	Técnico	Subsequente	-	-	-	36	-	36	-	-	-	-
14	Edificações	Técnico	Proeja - integrado	-	-	30	-	-	-	30	-	-	-
15	Análises Clínicas	Técnico	Proeja - integrado	-	-	-	-	30	-	-	-	30	-

Tabela 5: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no *Campus Boa Vista Zona Oeste*

Ordem	Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
			2024		2025		2026		2027		2028	
			1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	<i>Design Gráfico</i>	Integrada	0	0	70	0	35	0	35	0	70	0
2	Publicidade	Integrada	35	0	35	0	35	0	35	0	35	0
3	Administração	Integrada	70	0	70	0	35	0	35	0	70	0
4	<i>Design Gráfico</i>	Subsequente	0	35	0	35	0	35	0	35	0	0
5	Publicidade	Subsequente	0	0	35	0	35	0	0	0	35	0
6	Administração	Subsequente	35	0	0	35	0	0	35	0	0	35
7	<i>Marketing</i>	Subsequente	0	0	0	0	0	0	35	0	0	35
8	Proeja Técnico em Recursos Humanos	Integrado	0	0	0	0	40	0	0	0	0	40

Tabela 6: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos Presenciais no *Campus Novo Paraíso*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Técnico em Agropecuária	Técnico	Integrada	70	-	35	-	35	-	35	-	35	-
2	Técnico em Agroindústria	Técnico	Integrada	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
3	Técnico em Aquicultura	Técnico	Integrada	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
4	Técnico em Agropecuária	Técnico	Subsequente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Técnico em Meio Ambiente	Técnico	Integrada	-	-	-	-	35	-	35	-	35	-

5.2.1.2 Oferta de Cursos de Graduação Presenciais

No quadro a seguir, apresenta-se a distribuição da oferta de cursos de graduação (licenciatura, tecnologia e bacharelado) na modalidade presencial, por unidade acadêmica, para o quinquênio 2024-2028 do IFRR.

Tabela 7: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no *Campus Amajari*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Aquicultura	Tecnologia	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-

Tabela 8: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no *Campus Avançado Bonfim*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Gestão do Agronegócio	Tecnologia	Não se aplica	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35
2	Gestão Comercial	Tecnologia	Não se aplica	-	-	-	-	-	-	35	-	35	-
3	Gestão Pública	Tecnologia	Não se aplica	35	-	-	35	-	35	-	35	-	35
4	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	Não se aplica	-	-	-	-	-	-	35	-	35	-

Tabela 9: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no *Campus Boa Vista*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Matemática	Licenciatura	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
2	Ciências Biológicas	Licenciatura	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
3	Educação Física	Licenciatura	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
4	Educação Física	Licenciatura	Não se aplica	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35
5	Letras-Língua Portuguesa e	Licenciatura	Não se aplica	-	35	35	-	35	-	35	-	35	-

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
	Língua Espanhola e suas Literaturas												
6	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	Não se aplica	-	35	-	35	-	35	-	35	-	35
7	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de sistemas	Tecnologia	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
8	Tecnologia em Gestão Hospitalar	Tecnologia	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
9	Tecnologia em Gestão de Turismo	Tecnologia	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
10	Tecnologia em Saneamento Ambiental	Tecnologia	Não se aplica	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
11	Tecnologia em Energias Renováveis	Tecnologia	Não se aplica	0	-	35	-	35	-	35	-	35	-
12	Tecnologia em Secretariado	Tecnologia	Não se aplica	-	-	-	-	-	-	40	-	40	-

Tabela 10: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Ordem	Curso	Tipo de curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Tecnólogo em Gestão Pública	Tecnologia	Não se aplica	40	0	40	0	0	0	40	0	0	0
2	Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	Tecnologia	Não se aplica	0	0	0	0	40	0	0	0	40	0

Tabela 11: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação Presenciais no *Campus* Novo Paraíso

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Agronomia	Bacharelado	Internato Pleno	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-
2	Alimentos	Tecnologia	Internato Pleno	-	-	35	-	35	-	35	-	35	-

5.2.1.3 Oferta de Cursos de Pós-Graduação Presenciais

No que tange à distribuição da oferta de cursos de pós-graduação na modalidade presencial, por unidade acadêmica, para o quinquênio 2024-2028 do IFRR, ela se dará seguinte maneira:

Tabela 12: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação Presenciais no Campus Boa Vista Zona Oeste

Ordem	Curso	Tipo de curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Especialização da Área de Gestão Pública	Especialização	Não se aplica	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0
2	Ensino de Ciências	Especialização	Não se aplica	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0

Tabela 13: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação Presenciais no Campus Novo Paraíso

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Produção Vegetal	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Especialização	-	10 5	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Produção Animal	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Especialização	-	-	-	10 5	-	-	-	-	-	-
3	Georreferenciamento de Imóveis Rurais	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Especialização	-	-	-	-	35	-	-	35	-	-

5.2.2 Oferta de Cursos na Modalidade Educação a Distância

5.2.2.1 Oferta de Cursos Técnicos na Modalidade EAD

Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição da oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade EAD, por unidade acadêmica, para o quinquênio 2024-2028 do IFRR.

Tabela 14: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos a Distância no *Campus* Amajari

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Aquicultura	Técnico	Subsequente	-	-	35	-	-	-	35	-	-	-
2	Agropecuária	Técnico	Subsequente	70	-	-	-	70	-	-	-	70	-
3	Agroindústria	Técnico	Subsequente	35	-	-	-	35	-	-	-	35	-
4	Meio Ambiente	Técnico	Subsequente	-	-	35	-	-	-	35	-	-	-

Tabela 15: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos a Distância no *Campus* Avançado Bonfim

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Agropecuária	Técnico	Subsequente	-	35	-	35	-	-	-	-	-	-
2	Agronegócio	Técnico	Subsequente	-	-	35	-	35	-	35	-	35	-
3	Administração	Técnico	Subsequente	35	-	35	-	35	-	35	-	35	-

Tabela 16: Distribuição de Ofertas de Cursos Técnicos a Distância no *Campus* Novo Paraíso

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Técnico em Alimentos	Técnico	Subsequente	-	35	-	35	-	35	-	-	-	-
2	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Técnico	Subsequente	-	-	-	-	-	35	-	35	-	35

5.2.2.2 Oferta de Cursos de Graduação na Modalidade EAD

A tabela a seguir apresenta a distribuição da oferta de cursos de graduação (licenciatura, tecnologia e bacharelado) na modalidade EAD, por unidade acadêmica, para o quinquênio 2024-2028 do IFRR.

Tabela 17: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no *Campus Amajari*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Intercultural em Ciências Naturais	Licenciatura	Não se aplica	160	-	-	-	100	-	-	-	160	-
2	Letras com Habilitação em Português/Língua Indígena	Licenciatura	Não se aplica	180	-	-	-	-	-	-	-	180	-

Tabela 18: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no *Campus Avançado Bonfim*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
01	Pedagogia intercultural indígena	Licenciatura	Não se aplica	-	-	108	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 19: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no *Campus Boa Vista*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Educação Física	Licenciatura	Não se aplica	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Letras-Espanhol e Literatura Hispânica	Licenciatura	Não se aplica	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Pedagogia com Ênfase em Educação Especial	Licenciatura	Não se aplica	-	175	-	-	-	-	-	-	-	-
4	História	Licenciatura	Não se aplica	-	-	175	-	-	-	-	-	-	-
5	Língua Inglesa e suas Literaturas	Licenciatura	Não se aplica	-	-	175	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 20: Distribuição de Ofertas de Cursos de Graduação a Distância no *Campus Novo Paraíso*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Tecnologia em Produção Pesqueira	Tecnologia	Não se aplica	-	-	35	-	35	-	35	-	35	-
2	Ciências Agrícolas	Licenciatura	Não se aplica	-	-	-	-	35	-	35	-	35	-
3	Educação do Campo	Licenciatura	Não se aplica	-	-	-	-	-	-	35	-	35	-

5.2.2.3 Oferta de Cursos de Pós-Graduação na Modalidade EAD

Segue-se, na tabela abaixo, a apresentação da distribuição da oferta de cursos de pós-graduação na modalidade EAD, por unidade acadêmica, para o quinquênio 2024-2028 do IFRR.

Tabela 21: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no *Campus Amajari*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Educação do Campo	Especialização	Não se aplica	-	-	100	-	-	-	100	-	-	-
2	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Especialização	Não se aplica	-	-	75	-	-	-	75	-	-	-

Tabela 22: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no *Campus Avançado Bonfim*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas por Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Docência na Educação Escolar Indígena	Especialização	Não se aplica	-	250	-	-	250	-	-	-	-	-

Tabela 23: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no *Campus Boa Vista*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Métodos e Técnicas de Ensino	Especialização	Não se aplica	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	Especialização	Não se aplica	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Planejamento e Gestão em Turísticos Sustentáveis	Especialização	Não se aplica	-	175	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Linguística Aplicada e Ensino de Línguas	Especialização	Não se aplica	-	175	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Gestão Escolar Indígena	Especialização	Não se aplica	-	175	-	-	-	-	-	-	-	-
6	Educação a Distância	Especialização	Não se aplica	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-

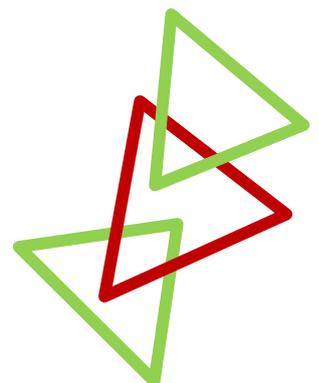
Tabela 24: Distribuição de Ofertas de Cursos de Pós-Graduação a Distância no *Campus Novo Paraíso*

Ordem	Curso	Tipo de Curso	Tipo de oferta	Vagas Ano/Semestre									
				2024		2025		2026		2027		2028	
				1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1	Agroecologia e Educação do Campo	Especialização	Não se aplica	-	-	30	-	-	30	-	-	-	-
2	Educação para o Trânsito e Cidadania	Especialização	Não se aplica	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Especialização em Gestão Profissional e Tecnológica (GestãoEPT)	Especialização	Não se aplica	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-



6

INFRAESTRUTURA



6 ESTRUTURA FÍSICA

Com o propósito de alinhar-se às diretrizes para expansão e otimização da infraestrutura física, o Instituto Federal de Roraima apresenta o Plano de Obras e Serviços de Engenharia para o quinquênio 2024-2028. Esse planejamento visa proporcionar uma orientação eficaz para os projetos, as obras e os serviços de engenharia que serão executados nas unidades da instituição ao longo desse período. Além disso, busca estabelecer uma conexão direta entre as obras e os serviços propostos e a qualidade da prestação educacional, tendo como foco primordial a realização da missão institucional.

São tratadas neste capítulo questões relativas aos espaços físicos, à acessibilidade e às bibliotecas dos *campi* do instituto, mantendo estrita relação com o Planejamento Estratégico e o Plano de Oferta de Cursos e Vagas. O capítulo está dividido em três pontos principais:

- Estrutura atual das unidades (ambientes e instalações gerais, acessibilidade e prevenção de combate a incêndio, energia renováveis, laboratórios e bibliotecas);
- Diretrizes para a ampliação e a adequação da infraestrutura física; e
- Plano de Obras e Serviços da Infraestrutura para o período de vigência deste PDI.

Dessa maneira, pretende-se, na área de infraestrutura, atender a algumas diretrizes de investimento, tais como processo de readequação dos PPCIs dos *campi*; melhorias de acessibilidade; manutenção e segurança das unidades; desenvolvimento de áreas para a prática de esportes; regularização de áreas; equipagem dos *campi* com uma estrutura mínima de forma a torná-los mais equânimes.

6.1 ESTRUTURA ATUAL

6.1.1 Ambientes e Instalações Gerais

O IFRR é composto por 1 Reitoria (unidade administrativa), 4 *campi* e 1 *campus* avançado. Dessas unidades de ensino, 3 estão localizadas no interior e 2, além da Reitoria, na Capital, distribuídas da seguinte maneira:

Quadro 13: Unidades do IFRR

Cidade	Unidade	Endereço	Área Total Construída (m ²)	Área do Terreno (hectare)
Boa Vista (Capital)	<i>Campus</i> Boa Vista	Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, Boa Vista-RR, CEP 69303-340	18.917,47	6,99
	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	Rua Prof. Nonato Chacon, 1976, Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista-RR, CEP 69318-000	8.072,75	5,00
	Reitoria	Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista-RR, CEP 69303-220	3.522,05	3,77
Amajari	<i>Campus</i> Amajari	Rodovia Antonino Menezes da Silva (antiga RR 342), vicinal que liga a balsa de Aparecida à Vila Brasil, Km 03, Amajari-RR, CEP 69343-000	9.226,52	256,93
Bonfim	<i>Campus</i> Avançado Bonfim	Av. Tuxaua de Faria, s/n, Bairro 13 de Maio, Bonfim-RR, CEP 69380-000	1.074,27	5,62
Caracaraí	<i>Campus</i> Novo Paraíso	RR-174, Km 512, Vila Novo Paraíso, Caracaraí-RR, CEP 69365-000	11.443,25	526,59
Total			52.256,31	803,50

Fonte: Deteo (2023)

Figura 9: *Unidades Atuais do IFRR*



Reitoria



Campus Boa Vista



Campus Boa Vista Zona Oeste



Campus Amajari



Campus Avançado Bonfim



Campus Novo Paraíso

Os dados relativos aos espaços físicos das unidades que compõem o IFRR foram coletados pela equipe técnica de engenharia e estão detalhados no APÊNDICE II – LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DO IFRR.

A análise conduzida pelo Departamento de Engenharia da instituição revela que, conforme o quadro 14, três dos cinco *campi* do IFRR já ultrapassaram uma década desde sua criação sem passar por significativas intervenções de reforma.

Destaca-se a relevância de preservar a funcionalidade e vida útil das edificações, em atendimento aos princípios da finalidade, interesse público e da precaução, visando transmitir valores como transparência e eficiência, elementos cruciais para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais.

Quadro 14: Idade Estimada dos Prédios Principais dos *Campi* do IFRR

Unidade	Idade do Prédio
<i>Campus Boa Vista</i>	30 anos
<i>Campus Novo Paraíso</i>	16 anos
<i>Campus Amajari</i>	11 anos
<i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	5 anos
<i>Campus Avançado do Bonfim</i>	4 anos
<i>Campus Boa Vista</i>	30 anos

Fonte: Deteo (2023)

Além disso, não consta no quadro acima o prédio da Reitoria, pois, até o momento, a unidade permanece sem sede própria. Por mais de 12 anos, as instalações têm sido em prédios locados, criando um cenário em que os servidores nunca desfrutam de um ambiente verdadeiramente adequado para o desenvolvimento de suas atividades administrativas, devido à constante limitação proporcionada por essas instalações temporárias, que carecem de segurança e de outros ambientes.

Nos últimos cinco anos, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima consignou significativos recursos para a melhoria da infraestrutura em seus diversos *campi*. Destacam-se os seguintes:

- No *Campus Avançado Bonfim* foram realizados investimentos para a conclusão da construção das instalações. Adicionalmente, foram construídos 1 muro/gradil, 1 guarita e 1 sala de aula modular. Essas iniciativas resultaram na entrega de um novo prédio à comunidade.
- No *Campus Amajari*, os investimentos foram direcionados à construção do muro e de uma cerca no entorno do *campus*, visando à segurança de todas as instalações. A unidade também foi beneficiada com a perfuração de poços, construção de 2 novos alojamentos, instalação de 2 salas de aula

modulares, 1 unidade educativa de produção, além de 2 laboratórios didáticos.

- No *Campus* Boa Vista, dada sua extensa área construída, foi realizada a 1ª etapa da reforma elétrica, assim como a execução da 1ª etapa da acessibilidade. O *campus* ainda recebeu manutenção corretiva nos poços, instalação de grupo gerador e *nobreaks* no DataCenter, construção de uma nova guarita, além de reparos nas calhas em frente ao auditório.
- No *Campus* Boa Vista Zona Oeste, houve investimentos para os serviços remanescentes da 1ª etapa de construção da unidade, construção da quadra de vôlei de areia, reparos na cobertura, forro e instalações hidrossanitárias. Adicionalmente, foi construída uma quadra poliesportiva e instalado um refeitório modular.
- No *Campus* Novo Paraíso, os investimentos foram destinados ao sistema de prevenção e combate a incêndio, à manutenção corretiva e preventiva do grupo gerador, aos serviços remanescentes da construção do almoxarifado, à instalação de salas de aula modulares e da unidade educativa de produção. O *campus* também passou por reformas no ginásio poliesportivo, perfuração de 3 poços semiartesianos, construção de 2 alojamentos e reforma de 3 alojamentos.

6.1.2 Acessibilidade e Prevenção e Combate a Incêndio

Nos últimos três anos, foram envidados esforços para regularizar a situação dos *campi* do IFRR em relação ao pleno atendimento de normas de acessibilidade mais atualizadas, assim como adotadas medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico. No entanto, como detalhado no quadro 3, ainda não foi possível satisfazer integralmente as exigências estabelecidas pelas normas técnicas nesses aspectos. O cumprimento dessas normas é crucial para assegurar um ambiente inclusivo e seguro para todos os usuários das instalações do IFRR, além de promover a proteção do patrimônio institucional e, acima de tudo, a preservação da vida.

Figura 10: Infraestrutura de Acessibilidade e Prevenção de Combate a Incêndio dos *Campi* do IFRR

Unidade	Infraestrutura de acessibilidade			Sistema de Prevenção e Combate a incêndio		
	Sim	Parcial	Não	Sim	Parcial	Não
<i>Campus</i> Boa Vista		X				X
<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste		X			X	
Reitoria			X		X	
<i>Campus</i> Amajari		X				X
<i>Campus</i> Avançado Bonfim		X			X	
<i>Campus</i> Novo Paraíso			X		X	

Fonte: Deteo (2023)

No tocante à acessibilidade, a comissão temática do eixo de Infraestrutura Física, responsável pela elaboração do PDI, elaborou seis perguntas específicas sobre acessibilidade, visando coletar contribuições das Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Capnes) de todos os *campi*, conforme demonstra o quadro 15. Esse processo resultou no cenário previsto pela subcomissão.

Quadro 15: Questionário Aberto sobre Acessibilidade Aplicado nas Capnes

Questionário
1) Quais os pontos positivos existentes no <i>campus</i> no que tange à sua infraestrutura física?
2) O que pode ser melhorado no que tange à sua infraestrutura física?
3) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade observadas por esta coordenação no que tange à utilização da edificação (infraestrutura física)?
4) Quais recursos tecnológicos, equipamentos e/ou ferramentas estão sendo utilizados para auxiliar as pessoas com deficiência (PCD)? Há necessidade de adaptação da infraestrutura para sua perfeita utilização? Se sim, quais?
5) Quais recursos tecnológicos, equipamentos e/ou ferramentas estão em fase de aquisição para auxiliar as pessoas com deficiência (PCD)? Há necessidade de adaptação da infraestrutura para sua perfeita utilização? Se sim, quais?
6) Quais seriam as intervenções necessárias, no que tange à manutenção da infraestrutura básica para utilização adequada por parte das PCD? Liste de forma prioritária.

Fonte: Deteo (2023)

A partir das respostas enviadas por quatro *campi*, constatou-se que, em relação à primeira indagação, três *campi* afirmaram contar com pontos positivos, ou seja, espaços acessíveis capazes de atender às demandas das pessoas com deficiência (PcD). Já a segunda pergunta revelou que todas as unidades reconhecem a necessidade de aprimorar a adequação da acessibilidade em diversos espaços já existentes, assim como a urgência de realizar obras ou reformas na infraestrutura para facilitar a locomoção entre os diferentes blocos do *campus*.

No que tange à terceira pergunta, as respostas apontaram que as dificuldades enfrentadas pelos *campi* concentram-se na necessidade de melhoria, reforma ou construção de espaços acessíveis. As respostas à quarta pergunta indicaram que, na maioria das unidades respondentes, não há recursos tecnológicos, equipamentos e/ou ferramentas disponíveis, mas as equipes gestoras estão em busca de créditos de investimento para aquisição desses recursos.

As respostas à quinta pergunta destacaram que a falta de consignação de créditos orçamentários inviabiliza a abertura de processos para aquisição desses recursos, sendo que a maioria informou não haver processo aberto de aquisição. Nas respostas à sexta pergunta, todas as unidades apresentaram necessidades semelhantes, como construção de passarela, de piso tátil, mapa em alto relevo e em Braille da estrutura física, rampas e corrimãos de acesso, adequação de banheiros, instalação de plataformas e elevadores, melhoria da acústica nas salas de aula, cobertura, sinalização e pavimentação.

Embora algumas intervenções nesse sentido tenham sido implementadas, como melhorias estruturais, é crucial ressaltar que, apesar de apresentarem certas condições e parâmetros favoráveis, ainda não proporcionam um ambiente integralmente acessível. Isso porque medidas práticas, indo além da quebra de barreiras arquitetônicas, como sinalização, mobilidade, mobiliário e outras, são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com deficiência.

Diante desse diagnóstico, bem como da legislação vigente, a equipe de engenharia priorizou a necessidade de consignar, no quadro 20, que trata do Plano Quinquenal de Obras e Serviços da Infraestrutura, a implementação e a adequação da acessibilidade e a prevenção e o combate a incêndio em todos os *campi*.

6.1.3 Energias Renováveis

No que diz respeito aos investimentos efetuados nos últimos anos, o IFRR direcionou recursos para a implementação de usinas solares fotovoltaicas, visando à geração de energia elétrica, conectadas a uma mesma estrutura de distribuição de energia, utilizando-se de um mesmo sistema de medição e controle de geração. O quadro 16 apresenta as usinas fotovoltaicas instaladas nas unidades do IFRR:

Quadro 16: Eficiência Energética do IFRR

Unidade	Início da Produção de Energia	Potência Total Instalada (kWp)
<i>Campus Amajari</i>	2017	70.00
	2022	92.40
<i>Campus Avançado Bonfim</i>	2022	162.40
<i>Campus Boa Vista</i>	2017	70.00
<i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	2023	135.00
<i>Campus Novo Paraíso</i>	2017	70.00
	2022	92.40
Potência total em quilowatts (pico)		662.20

Fonte: Deteo (2023)

Há usinas fotovoltaicas contratadas que ainda não entraram em operação, as quais estão em processo de instalação e atenderão, em 2024, às unidades listadas no quadro 17:

Quadro 17: Unidades com Previsão de Instalação de Usinas Fotovoltaicas em 2024

Unidade	Potência total Instalada (kWp)
<i>Campus Amajari</i>	150.00
<i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	75.00
<i>Campus Novo Paraíso</i>	225.00

Fonte: Deteo (2023)

O sistema em instalação no IFRR é automatizado. Dessa forma, não há necessidade de operacionalização de equipamentos, devendo apenas ser realizado o monitoramento remoto por meio do banco de dados dos inversores de frequência para identificar funcionamento inadequado ou desligamento não esperado.

6.1.4 Laboratórios para Práticas Didáticas

O levantamento de dados e informações sobre os laboratórios destinados às práticas didáticas nos *campi* foi conduzido pelo grupo encarregado pelo cadastramento do IFRR no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (Capda), conforme estabelecido na Portaria n.º 456/2021/GAB/IFRR, de 24/3/2021.

Além de servirem como espaço para a realização de atividades práticas, pedagógicas, científicas e tecnológicas, os laboratórios atendem às demandas da comunidade e de órgãos parceiros por meio da prestação de serviços e formação continuada.

No APÊNDICE III – DETALHAMENTO DOS LABORATÓRIOS DOS *CAMPI*, encontram-se detalhes específicos de cada laboratório. Eles foram organizados por *campus*, incluindo suas especificações e objetivos.

Os equipamentos e os recursos tecnológicos presentes em cada laboratório estão devidamente descritos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), sendo que o presente PDI não se dedica ao detalhamento desses elementos. Como complemento, ressalta-se a importância da integração contínua de novas tecnologias e atualizações nos PPCs para manter a relevância e eficácia desses espaços de aprendizado prático.

6.1.5 Bibliotecas

O Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRR (SIB/IFRR), formalizado pela Resolução do Consup n.º 242, de 16 de novembro de 2015, constitui o conjunto de bibliotecas da instituição. O SIB as organiza de modo funcional e operacional, interligando-as, com o objetivo de padronizar e otimizar os serviços ofertados por elas. Além disso, oferece suporte bibliográfico e informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, o SIB/IFRR é composto por cinco bibliotecas, distribuídas nos *campi* da instituição, a saber, Amajari, Avançado Bonfim, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso.

A finalidade do SIB/IFRR é despertar o interesse intelectual e favorecer o enriquecimento cultural, devendo atuar como um instrumento de apoio, facilitando aos usuários o livre acesso à informação em qualquer suporte destinado à formação profissional e tecnológica.

Os documentos institucionais norteadores das ações do SIB/IFRR são estes:

- Resolução do Consup/IFRR n.º 242/2015 – que trata do Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (SIB/IFRR);
- Resolução do Consup/IFRR n.º 394/2018 – que dispõe sobre o Regimento do Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Roraima; e
- Resolução do Consup/IFRR n.º 733/2023 – que dispõe sobre o Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e sua Política de Submissão, Gestão e Manutenção.

O sistema de gestão de biblioteca utilizado é o Pergamum, que propicia a pesquisa *on-line* de todo o acervo. Para a utilização dele como sistema de gestão, foi elaborado, em 2013, um projeto centrado na automação dos serviços de circulação, catalogação e relatórios. As ações previstas no projeto de automação para as bibliotecas tiveram como parâmetro as quatro funções gerenciais: planejamento, organização, direção e controle.

Com a aquisição desse *software*, criaram-se as condições necessárias à implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFRR, interligando as bibliotecas dos diversos *campi*.

O *software* da Rede Pergamum possibilitou a otimização dos processos referentes à rotina das bibliotecas, como catalogação do acervo, emissão de relatórios, consulta ao catálogo completo, empréstimo, devolução e renovação de materiais, cadastro de usuários, hoje realizados por meio da internet. Dessa forma, as bibliotecas do IFRR podem oferecer serviços de qualidade à comunidade acadêmica, atendendo, de forma mais rápida e eficiente, às necessidades dos usuários.

6.1.5.1 Acervo

O sistema de classificação do acervo adotado pelo SIB/IFRR é a Classificação Decimal de Dewey (CDD), e a catalogação é realizada conforme o Código Anglo-Americano (AACR2). Já a entrada de dados no sistema Pergamum segue o padrão internacional MARC21 (*Machine Readable Cataloging*), o que permite a padronização, a interoperabilidade e a catalogação cooperativa entre as bibliotecas.

Em complemento ao acervo físico, a comunidade acadêmica tem acesso à Biblioteca Virtual Pearson, com novos *ebooks* adicionados mensalmente; às normas da ABNT e ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com a disponibilização de conteúdo nacional e internacional atualizado que pode ser acessado tanto de modo presencial, nos computadores da instituição, quanto remotamente, em *smartphones* e *tablets*.

6.1.5.2 Horário de Expediente e Recursos Humanos

Os espaços das bibliotecas dos *campi* do IFRR têm normativa que garante ambientes específicos por *campus* destinados às atividades de estudos individuais e em grupo, miniauditórios, assim como locais para pesquisa bibliográfica e virtual.

Além disso, o Sistema de Bibliotecas do IFRR dispõe de horário de funcionamento específico para cada *campus*, contudo sempre são observados os dias úteis e os sábados letivos previstos no calendário acadêmico local. São beneficiados com os serviços do SIB/IFRR toda a comunidade acadêmica, o corpo técnico-administrativo, o corpo docente, os discentes, os terceirizados e a comunidade externa.

Para o cumprimento e a garantia dos serviços prestados aos usuários, o IFRR dispõe de um quadro efetivo de servidores: bibliotecários documentalistas, auxiliares de biblioteca, assistentes administrativos, entre outros. A distribuição desses servidores vem apresentada no quadro 18:

Quadro 18: Número de Servidores nas Bibliotecas

Campus	Servidores			
	Bibliotecários	Auxiliar de Biblioteca	Assistente Administrativo	Outros
Amajari	0	0	2	0
Boa Vista	2	0	2	10
Boa Vista Zona Oeste	1	0	0	5
Novo Paraíso	0	1	2	0
Avançado Bonfim	1	0	0	0

Fonte: Bibliotecas dos *Campi* do IFRR (2023)

São serviços oferecidos pelas bibliotecas do IFRR:

- Empréstimo domiciliar, devolução, reserva, renovação, consulta local e cadastro de usuários;
- Acesso *on-line* ao catálogo do acervo;
- Pesquisa virtual;
- Catalogação na fonte;
- Emissão de nada consta;
- Orientação à pesquisa e consulta às bases de dados brasileiras e estrangeiras;
- Orientação sobre o uso das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Acesso à Biblioteca Virtual Pearson;
- Orientação para uso da biblioteca;
- Intercâmbio de acervo entre bibliotecas do IFRR;
- Divulgação do acervo e dos serviços;
- Disseminação seletiva da informação; e
- Organização e promoção de eventos com vistas ao acesso à informação.

No APÊNDICE IV – LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES DAS BIBLIOTECAS DO IFRR, é possível verificar a disparidade de condições, especialmente no que se refere à necessidade de ampliação do espaço, do acervo e dos serviços em alguns *campi*.

6.2 AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.2.1 Diretrizes Gerais

O IFRR, com base em suas características, finalidades e objetivos previstos na Lei de Criação dos Institutos Federais, propõe diretrizes para a ampliação e a adequação de sua infraestrutura física. Essas diretrizes são estabelecidas com base em diversos documentos de referência, entre eles:

- A Lei n.º 10.861/2004, que criou o Sinaes e que estabelece, entre outros itens, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação;
- O Decreto n.º 9.235/2017, que estabelece, em seu artigo 21, inciso IX, a necessidade de descrição da infraestrutura física para as instalações acadêmicas; e
- O Decreto n.º 5.296/2004, que regulamenta a Lei n.º 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma, são apresentadas a seguir algumas diretrizes gerais para a ampliação e a adequação da infraestrutura física e, nas seções seguintes, as diretrizes para as bibliotecas, os espaços físicos e a acessibilidade:

- Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, aos recuos, às áreas de circulação e ao plano diretor municipal;
- Atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso, possibilitando, entre outros, a infraestrutura para pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão;
- Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e os programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes;

- Atender toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, dos mobiliários, dos equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, dos sistemas e meios de comunicação e informação, e dos serviços de tradutor e intérprete de Libras;
- Priorizar demandas de infraestrutura de acordo com critérios de impacto no cumprimento da missão e das metas do planejamento institucional e dos critérios técnicos de viabilidade de execução, no caso de obras e serviços de engenharias, conforme disposto no quadro 19.

6.2.2 Diretrizes Específicas para as Bibliotecas

Quanto às bibliotecas, deve-se considerar que as bibliotecas do SIB/IFRR atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar quanto ao de uma biblioteca universitária. Porém, os bibliotecários do IFRR definem essas bibliotecas como universitárias, porque a instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão também inerentes à formação universitária. Além disso, as bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais exclusivamente à comunidade acadêmica.

Considerando o *status* de biblioteca universitária, as bibliotecas do SIB/IFRR devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos *campi* e em quantidade que atenda às exigências do Sinaes. Assim, é obrigatório que todas as bibliotecas do sistema contemplem em seu acervo as bibliografias citadas.

As bibliotecas do IFRR devem atender à seguinte estrutura mínima:

- Adequação dos espaços físicos e pessoal conforme tamanho do acervo e dos serviços apontados e exigidos nas avaliações dos cursos realizadas pelo MEC;
- Mobiliário e equipamentos conforme as normas de acessibilidade: estantes e acessórios, armários, mesas, cadeiras, cabines de estudo, balcão

de atendimento, mural informativo, estação de acesso ao catálogo *on-line*, computadores, impressoras, guarda-volumes e sistema antifurto;

- Instrumento e *softwares* atualizados exclusivos para bibliotecas;
- Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição (AACR2);
- Classificação Decimal de Dewey (CDD) atualizada;
- Sistema de Gerenciamento de Acervo Pergamum;
- Acesso à Biblioteca Virtual Pearson;
- Acesso às normas da ABNT;
- Acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
- Acervo: obras de referência, obras literárias e bibliográficas presentes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Repositório Institucional.

Durante o período de vigência do PDI 2019-2023, o IFRR realizou a contratação dos serviços de acesso à Biblioteca Virtual Pearson e às normas da ABNT, bem como de manutenção preventiva e corretiva do sistema Pergamum.

A unidade do *Campus* Boa Vista realizou a aquisição e a contratação do serviço de manutenção de sistema antifurto, a fim de garantir a segurança do acervo, bem como a usabilidade dos equipamentos e dos softwares que os acompanham. A unidade do *Campus* Boa Vista Zona Oeste dispõe de equipamento antifurto e está sem funcionar há alguns anos, não tendo contrato de manutenção.

Já a unidade do *Campus* Amajari tem equipamento antifurto, porém este precisa de manutenção, pois, no momento, está sem funcionar, não tendo também contrato de manutenção.

A continuação da prestação dos serviços supramencionados é indispensável para a instituição, uma vez que atende a requisitos estabelecidos pelos processos de avaliação dos cursos superiores realizados pelo MEC, que instrumentaliza as atividades de ensino-aprendizagem com a ampliação do acervo com livros digitais e normas atualizadas, além de automatizar o serviço de circulação de materiais e todo o processo de gerenciamento e segurança do acervo, permitindo otimizar o tempo e os trabalhos realizados pelas bibliotecas.

Além disso, os acervos dos *campi* foram ampliados e atualizados por meio de compra e doações de materiais bibliográficos. Ressalta-se, porém, que, devido às limitações orçamentárias, não se contemplaram todos os projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela instituição. Portanto, é necessária a aplicação anual de recursos financeiros para aquisição de livros, a fim de garantir uma maior cobertura dos acervos.

Em 2023, o Consup aprovou a Resolução n.º 733/2023, que dispõe sobre o Repositório Institucional, sistema de informação cuja finalidade é garantir o livre acesso à produção técnico-científica do IFRR, a preservação da memória institucional e a disseminação do conhecimento. A implantação do sistema também visa atender às disposições legais estabelecidas pelo MEC, como ser critério de avaliação dos cursos de graduação com a disponibilização dos TCCs em repositórios institucionais próprios e acessíveis pela internet e a obrigatoriedade de divulgação digital das teses e dissertações produzidas em programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

6.2.2.1 Formas de Expansão e Atualização do Acervo

Sabe-se que a biblioteca é uma unidade informativa em constante crescimento e que sua expansão deve ser planejada para que não fique estática e descumpra sua função.

Nesse sentido, a ampliação das bibliotecas do SIB/IFRR deve estar relacionada diretamente ao tamanho do acervo, bem como aos espaços essenciais para a oferta dos serviços apontados e exigidos nas avaliações dos cursos realizados pelo MEC.

Por sua vez, a aquisição do acervo do Sistema de Bibliotecas do IFRR deve ocorrer de acordo com os recursos orçamentários disponíveis e ter como documento orientador a Política de Desenvolvimento de Coleções.

Deverão ainda ser previstos recursos para a obtenção de acervo bibliográfico, em formato físico e digital, assinatura de periódicos, de jornais impressos, de base de dados e demais fontes de informações justificáveis ao atendimento das necessidades da comunidade acadêmica. Sua ampliação é um

questo necessário e deve propiciar o acesso à informação atualizada com a finalidade de atingir níveis de avaliação educacional cada vez maiores.

Ainda com relação às tipologias, também serão disponibilizadas, em sítio próprio, referências de base de dados e periódicos de acesso aberto com o objetivo de proporcionar aos usuários a aproximação de conteúdos científicos de qualidade e informação gratuita.

A aquisição desses materiais tem o propósito de suprir as demandas dos cursos do IFRR de acordo com suas prioridades, dar apoio às atividades administrativas, auxiliar no desenvolvimento cultural e cognitivo da comunidade acadêmica e da sociedade, assim como resguardar o patrimônio histórico-científico da instituição.

6.2.3 Diretrizes Específicas para Adequações de Acessibilidade Espacial

A garantia da acessibilidade no ambiente construído contribui diretamente para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante estar consciente de que pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. São pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Uma das formas de promover a inclusão é prover acesso no ambiente construído, independentemente das habilidades do cidadão – seja ele estudante, seja servidor com deficiência –, sem deixar de garantir-lhe independência, conforto e segurança.

A partir do levantamento das lacunas de acessibilidade realizado nos *campi* do IFRR, é possível traçar ações para sua adequação conforme as normativas vigentes aplicáveis.

Caberá ao Departamento Técnico de Engenharia e Obras (Deteo), em articulação com os setores de administração dos *campi* e da Reitoria, providenciar os projetos e executar as obras de adequação de acessibilidade. Nesse sentido,

todo projeto de construção de novas edificações, de reformas ou de urbanização deve atender às seguintes normas:

- ABNT NBR NM 313/2007: que trata de elevadores de passageiros e dos requisitos de segurança para sua construção e instalação, além de requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo aquelas com deficiência.
- ABNT NBR 15599/2008: que fornece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, consideradas as diversas condições e percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais, inclusive em ambientes escolares;
- ABNT NBR ISO 9386-1/2013: que apresenta requisitos para segurança, dimensões e operação funcional das plataformas de elevação vertical motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida;
- Lei n.º 13.146/2015, de 6 de junho de 2015: a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- ABNT NBR 16537/2016: que dispõe sobre acessibilidade e sinalização tátil no piso e dá as diretrizes para a elaboração de projetos e instalação;
- ABNT NBR 15646/2016: que dispõe sobre acessibilidade por meio de plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em veículo de transporte de passageiros de categorias M1, M2 e M3, e que trata dos respectivos requisitos;
- ABNT NBR 9050/2020 Versão Corrigida 2021: que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 16858-2/2020 Versão Corrigida 2020: que dispõe sobre os requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas;
- ABNT NBR 16858-1/2021: que dispõe sobre os requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas;

- ABNT NBR 16858-3/2022: que dispõe sobre os requisitos de segurança para construção e instalação para acessibilidade em elevadores para pessoas, incluindo pessoas com deficiência de elevadores;
- ABNT NBR 16858-7/2022: que dispõe sobre os requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores.

Ressalta-se que, para resolver considerável parte das lacunas de acessibilidade, cabe às direções-gerais dos *campi* articular ações com organizações externas, por exemplo, concessionárias do transporte público municipal (pontos de ônibus) e prefeituras (travessias). As obras ou serviços de engenharia necessários ao atendimento à acessibilidade serão planejados pelo Deteo, levando em consideração relatórios/estudos das Capnes, da CPA, avaliações dos cursos, estando essas necessidades previstas nos Planos Anuais de Trabalho da instituição.

6.3 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

As demandas de infraestrutura física cresceram significativamente nos últimos anos, indo desde a necessidade de pequenas adaptações ou reformas, para a conservação e a manutenção da estrutura já existente, até grandes reformas e obras de construção maiores. Essas demandas têm se originado por fatores como a localização das unidades em áreas rurais, o tempo de existência das edificações e a falta de manutenção predial, de criação de novos cursos, entre outros.

Com o objetivo de cadastrar e classificar todas as necessidades do IFRR em níveis de prioridade conforme critérios preestabelecidos e, assim, nortear o trabalho do Deteo da instituição, as obras e os serviços de maior monta que necessitam de recursos gerenciados pela Reitoria terão a ordem de prioridade definida nos Planos Anuais de Trabalho elaborados por essa unidade, que atenderá no mínimo aos seguintes critérios preestabelecidos:

Quadro 19: Critérios Norteadores para o Planejamento da Infraestrutura no IFRR

CRITÉRIO		
Acessibilidade	Fomentar a infraestrutura adequada em todas as unidades do IFRR	Promover a instalação/adequação da infraestrutura de acessibilidade nos <i>campi</i> do IFRR
PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio	Promover a segurança dos ocupantes e usuários em todas as edificações do IFRR, por meio do PPCI aprovado	Execução dos PPCIs, readequação e/ou manutenção dos PPCIs já instalados nas unidades do IFRR
Eficiência Energética	Reduzir custos financeiros e promover a sustentabilidade ambiental	Investimento em energias renováveis e promovendo a sustentabilidade ambiental
Permanência, Êxito e Socialização	Auxiliar no atendimento dos indicadores de eficiência, a partir do apoio às políticas de permanência e êxito.	Construção ou adequação de espaços estudantis

Fonte: Deteo (2023)

6.4 PLANO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

6.4.1 Plano Quinquenal de Infraestrutura

Esta seção apresenta as principais demandas de infraestrutura das unidades do IFRR para que seja implantado o Plano de Oferta de Cursos e Vagas, em atendimento às diretrizes de organização de ambientes e com vistas ao preenchimento das lacunas de acessibilidade apresentadas neste capítulo e nas demais normas de segurança e conforto das edificações.

Estão levantadas para cada unidade as demandas em um quadro próprio e classificadas de acordo com uma tipologia de itens. Dada a necessidade de realização de projetos, estudos e detalhamento de especificações da maioria dos itens, bem como a imprevisibilidade orçamentária, o quadro não apresenta estimativas de custo e data de execução.

No que diz respeito à regularização dos *campi* perante os órgãos competentes, constata-se uma carência evidente nesse processo. Portanto, torna-se imperativo priorizar a implementação de medidas para regularizar os *campi* no que concerne à:

- Aprovação e regularização de projetos ou obras em andamento, bem como a obtenção de habite-se para obras já concluídas e em uso;
- Averbação das áreas construídas e retificação dos terrenos;
- Conformidade em relação às normas de prevenção de incêndios;
- Obtenção de licenças ambientais;
- Alvará de localização e funcionamento.

Essas ações visam assegurar a conformidade legal e normativa dos *campi*, promovendo a regularização documental completa perante os órgãos competentes.

Todas as ações descritas convergem na implantação de uma política institucional de infraestrutura que necessita observar o melhor aproveitamento dos espaços, em decorrência da necessidade real e das especificidades de cada *campus*, dos critérios legais, de acessibilidade, de sustentabilidade e participação da comunidade acadêmica, assim como a consolidação da infraestrutura da Reitoria.

Propõe-se, então, a adoção de um sistema de equilíbrio entre as unidades, de modo que os *campi* usufruam de infraestrutura adequada que respeite as suas particularidades e necessidades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, além da própria qualidade de vida dos servidores.

Para alcançar os objetivos para os próximos cinco anos, primeiramente foram estabelecidas prioridades e identificadas as necessidades de infraestrutura com base em critérios norteadores.

O levantamento das necessidades foi estruturado em categorias essenciais do tipo: obras gerais; acessibilidade; prevenção e combate a incêndio e pânico; e energias renováveis. Outrossim, o quadro 20 apresenta a descrição da demanda e a classificação entre construção, reforma e serviço. O planejamento foi elaborado a partir da necessidade apresentada por cada unidade.

Quadro 20: Plano Quinquenal de Obras e Serviços de Infraestrutura dos *Campi* e da Reitoria do IFRR

1 - OBRAS GERAIS	
Item	Demanda
CAMPUS AVANÇADO BONFIM	
1	Contratação de salas de aula
2	Construção de alojamentos
3	Construção de um refeitório

4	Construção de um almoxarifado
5	Construção de galpão/garagem
6	Construção de uma passarela e bicicletário/estacionamento
7	Reestruturação e ampliação da rede de cabeamento estruturado (dados, voz e imagem)
8	Elaboração de projeto de drenagem de águas pluviais
CAMPUS AMAJARI	
1	Reforma da rede elétrica (1ª primeira etapa) e ampliação da rede para as áreas didáticas de campo
2	Reforma predial (1ª etapa: restaurante; 2ª etapa: cobertura, calhas e drenagem; 3ª etapa: alojamentos)
3	Construção de salas de descanso para estudantes e servidores
4	Construção do bloco de salas de aula, sala de coordenação e salas para atendimento individual e coletivo dos cursos de graduação
5	Construção de bloco de laboratórios didáticos: Biologia e Química; Física e Matemática; Informática
6	Construção de galpão agrícola
7	Construção do pórtico com guarita
8	Reestruturação e ampliação da rede de cabeamento estruturado (dados, voz e imagem)
CAMPUS BOA VISTA	
1	Execução de serviços de engenharia de interligação das fossas à rede coletora de esgoto
2	Execução de serviços de engenharia para adequações físicas no laboratório do curso de Saneamento Ambiental para o IFRR/Campus Boa Vista, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências
3	Reforma dos ginásios poliesportivos e pedagógicos do Campus Boa Vista (1ª etapa)
4	Análise estrutural do piso superior da biblioteca
5	Reforma do bloco da CTI (que engloba a coordenação e os laboratórios)
6	Reestruturação e ampliação da rede de cabeamento estruturado (dados, voz e imagem)
7	Reforma do restaurante
8	Reforma do auditório
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	
1	Construção de bloco de salas de aula
2	Reforma predial/1ª etapa (civil, elétrica, hidráulica, centrais de ar e outros)
3	Construção de um auditório
4	Construção de uma biblioteca
5	Construção de um almoxarifado
6	Construção do bloco administrativo do Departamento de Ensino (Direção do Departamento de Ensino, Coordenações de Curso e Sala dos Professores)
7	Reestruturação e ampliação da rede de cabeamento estruturado (dados, voz e imagem)
CAMPUS NOVO PARAÍSO	
1	Muro do Centro de Referência em EAD
2	Reforma da rede elétrica (1ª etapa)

3	Construção/reforma hidrossanitária e da rede de esgoto com sistema de tratamento de efluentes
4	Reforma predial (cobertura, banheiros, revestimento de paredes e pintura)
5	Pavimentação, drenagem, iluminação externa e urbanização
6	Construção de um galpão/garagem
7	Pórtico com guarita
8	Centro de Referência em EAD do CNP
9	Reestruturação e ampliação da rede de cabeamento estruturado (dados, voz e imagem) do CNP
REITORIA	
1	Construção/aquisição da sede da Reitoria
2	Reestruturação e ampliação da rede de cabeamento estruturado (dados, voz e imagem) da Reitoria
2. ACESSIBILIDADE	
Item	Demanda
1	Adequação da acessibilidade do <i>Campus</i> Avançado Bonfim
2	Obra/serviço de acessibilidade do <i>Campus</i> Amajari
3	2ª etapa da adequação da acessibilidade do <i>Campus</i> Boa Vista
4	Adequação da acessibilidade do <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
5	Obra/serviço de acessibilidade do <i>Campus</i> Novo Paraíso
3. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO (PCIP)	
Item	Demanda
1	Adequação do sistema PCIP do <i>Campus</i> Avançado Bonfim
2	Obra/serviço de PCIP do <i>Campus</i> Amajari
3	Obra/serviço de PCIP do <i>Campus</i> Boa Vista
4	Adequação do sistema PCIP do <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
5	Adequação do sistema PCIP do <i>Campus</i> Novo Paraíso
4. ENERGIAS RENOVÁVEIS	
Item	Demanda
1	Adequar o padrão de entrada elétrica dos <i>campi</i> para atender aos requisitos da Roraima Energia, devido às usinas fotovoltaicas já instaladas
2	Aquisição de usina fotovoltaica para os <i>campi</i>

Fonte: CPDI (2023)

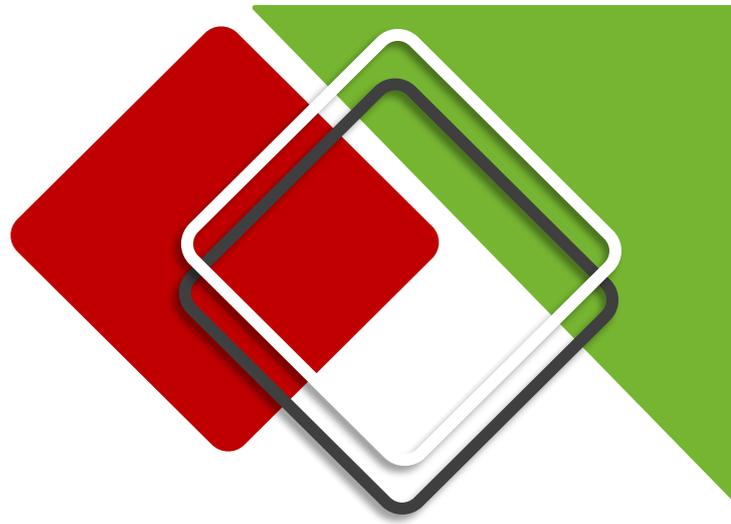
O planejamento da infraestrutura poderá ser revisado durante a vigência do PDI a critério do setor/comissão designado(a) para esse fim.

Além disso, em atendimento ao princípio da legalidade e da segurança jurídica, serão observadas as disposições do art. 16 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2020, para evitar a ocorrência de despesas que possam comprometer o equilíbrio orçamentário, além de explicitar a necessidade do planejamento como premissa e diretriz nas despesas públicas.

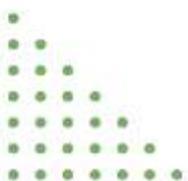
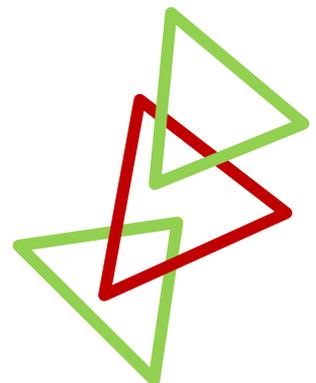
6.4.2 Do Desenvolvimento do Plano Diretor de Obras

O Plano Diretor Físico de um *campus* é um instrumento básico da Política de Controle do Uso e Ocupação do Solo, que tem por principais objetivos estabelecer critérios e parâmetros de controle e orientação da ocupação e uso do solo para o crescimento do *campus*; definir medidas que produzam a melhoria da qualidade de vida dos usuários e facilidades necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação; e criar condições para estabelecer políticas de participação visando à implantação de programas e projetos de urbanização dos espaços de uso coletivo.

Nos próximos cinco anos será desenvolvido o Plano Diretor de Infraestrutura Física do IFRR de todas as unidades com base no planejamento realizado no item 6.4.1, quando se pretende dispor de todas as futuras construções nas áreas de cada *campus* para saber o que será feito e onde será feito, tendo por base o PDI.



7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL



7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) é uma unidade organizacional de assessoramento, de atuação sistêmica, responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades voltadas ao cumprimento da Política de Gestão de Pessoas.

Além disso, busca organizar e promover ações participativas, articuladas com todas as unidades do IFRR, com a finalidade de envolver os servidores na construção e na fundamentação das estratégias e do planejamento da gestão, com vistas à melhoria dos processos de trabalho e do serviço público entregue à sociedade. As ações são alinhadas aos objetivos estratégicos do IFRR e pensadas na perspectiva da promoção, do desenvolvimento e do crescimento dos servidores.

A diretoria é composta por cinco coordenações: Coordenação de Cadastro (CCAD), Coordenação de Pagamento (CPAG), Coordenação de Desenvolvimento do Servidor (CDS), Coordenação de Qualidade de Vida e Seguridade Social (CQVSS) e Coordenação de Averbação, Aposentadoria e Pensão (CAAP). Elas são responsáveis pelos processos de admissão de servidores, administração de pessoal, desenvolvimento, capacitação, atenção à saúde, qualidade de vida, aposentadoria e pensões, bem como pelas demais atividades envolvidas no gerenciamento e na administração da vida funcional dos servidores que integram o quadro de pessoal do IFRR.

Além da DGP, o IFRR, em cinco dos seus *campi* (Amajari, Avançado Bonfim, Boa Vista, Novo Paraíso e Boa Vista Zona Oeste), possui Coordenações de Gestão de Pessoas, que atuam de maneira estratégica na execução de atividades de pessoal.

Alinhada ao Planejamento Estratégico do IFRR, a Diretoria de Gestão de Pessoas visa à integração das pessoas com as necessidades institucionais, com foco na missão institucional.

Neste capítulo estão apresentadas as informações relacionadas à Gestão de Pessoas do IFRR, tais como carreiras de professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de técnicos administrativos em educação; expansão do quadro de servidores; organização das ações e das políticas constituídas e a serem

implantadas, considerando o desenvolvimento de servidores como preponderante do ponto de vista do objetivo institucional.

7.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas do Instituto Federal de Roraima foi estabelecido pela Portaria MEC n.º 713, de 8 de setembro de 2021, sendo previsto para o IFRR o quantitativo de 380 professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 438 técnicos administrativos em educação, dos quais 181 são cargos de nível superior Classe E; 210, cargos de nível intermediário Classe D; e 47, cargos de nível auxiliar Classe C.

Atualmente o IFRR tem uma força de trabalho composta por **646** servidores efetivos, sendo **344** técnicos administrativos, **302** docentes e **23** professores substitutos. Esse total é proveniente da realização de admissão por meio de concursos públicos para os cargos efetivos e de processo seletivo simplificado para a contratação de professores substitutos.

7.1.1 Perfil do Corpo Docente

A composição de força de trabalho do corpo docente do IFRR e sua qualificação estão demonstradas no quadros abaixo:

Quadro 21: Perfil do Corpo Docente Efetivo por Regime de Trabalho

Campus	Regime de Trabalho			Total	Percentual do total (%)
	20 horas	40 horas	40 horas com dedicação exclusiva		
Amajari	0	0	40	40	13,20
Avançado Bonfim	0	0	15	15	5,00
Boa Vista	3	4	146	153	50,70
Boa Vista Zona Oeste	0	0	38	38	12,60
Novo Paraíso	0	1	55	56	18,50
Total	3	5	294	302	100,00

Fonte: Suap (2023)

Quadro 22: Qualificação do Corpo Docente Efetivo

Campus	Titulação					Total
	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Amajari	0	0	3	20	17	40
Avançado Bonfim	0	0	3	10	2	15
Boa Vista	4	0	27	87	35	153
Boa Vista Zona Oeste	1	0	8	23	6	38
Novo Paraíso	0	0	3	33	20	56
Total	5	0	44	173	80	302

Fonte: Suap (2023)

Quadro 23: Síntese da Qualificação do Corpo Docente Efetivo

Titulação	Quantidade	Percentual (%)
Graduação	5	1,60
Aperfeiçoamento	0	0,00
Especialização	44	14,60
Mestrado	173	57,30
Doutorado	80	26,50
Total	302	100

Fonte: Suap (2023)

Quadro 24: Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente Efetivo

Índice de titulação	
2019	3,66
2020	3,75
2021	3,90
2022	4,03

Fonte: PDI dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022

7.1.1.1 Experiência Acadêmica no Magistério e Experiência Profissional não Acadêmica

A experiência acadêmica no magistério do IFRR se dá por meio de sua atuação na execução de:

- Cursos de formação inicial e continuada;
- Cursos técnicos de nível médio;
- Cursos de graduação (licenciaturas e tecnologias); e
- Cursos de pós-graduação.

Já a experiência profissional não acadêmica se dá por intermédio da participação do docente em comissões institucionais que possam possibilitar-lhe o exercício de suas habilidades e competências profissionais.

7.1.1.2 Plano de Carreira dos Docentes

Os docentes do IFRR integram a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regulamentada pela Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, no qual consta o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei n.º 11.784, de 22 de setembro de 2008.

A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é estruturada em cinco classes: D I, D II, D III, D IV e Titular. Cada classe tem suas subdivisões em níveis, de acordo com o anexo I da Lei nº 12.772/2012. A passagem de um nível para o outro, dentro da classe, ou a promoção para a classe subsequente são realizadas depois do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e mediante aprovação em avaliação do desempenho individual.

Os docentes são submetidos a um período de estágio probatório de três anos, durante o qual permanecem na Classe DI. Depois do término do estágio probatório, que ocorre mediante aprovação em avaliação de desempenho, poderá haver a aceleração da promoção para a Classe D II, nível 1, vinculada à apresentação do título de especialista, e para a D III, nível 1, ligada à apresentação do título de mestre ou doutor (conforme o art. 15 da Lei n.º 12.772/2012).

A estrutura remuneratória é composta pelo vencimento básico e pela Retribuição da Titulação (RT), devida ao docente integrante da carreira, em conformidade com o cargo, a classe, o nível e a titulação comprovada.

No caso dessa carreira, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), em três níveis, sendo eles: o RSC-I, RSC-II e RSC-III. A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma: diploma de graduação, somado ao RSC-I, que equivalerá à titulação de especialização; certificado de pós-graduação *lato sensu* somado ao RSC-II, que equivalerá a mestrado; e titulação de mestre, somada ao RSC-III, que equivalerá a doutorado.

7.1.1.3 Procedimentos para a Substituição (eventual e definitiva) dos Docentes

Surgindo a necessidade de contratação de professor substituto, em caráter eventual, o IFRR realiza processo seletivo simplificado, de acordo com as previsões constantes na Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, conforme as necessidades de cada *campus*, condicionada à existência de dotação orçamentária e limite para a contratação.

De acordo com o § 2.º do art. 2.º da Lei n.º 8.745/1993, o número total de professores substitutos não poderá ultrapassar 20% do total de docentes efetivos em exercício em instituição federal de ensino. No IFRR, há um total de 23 professores substitutos, o que equivale a 7,61% do número de professores efetivos.

A seguir é apresentado o perfil dos professores substitutos do IFRR:

Quadro 25: Perfil do Corpo Docente Substituto por Regime de Trabalho 20 horas

Campus	Regime de Trabalho	Total	Percentual do Total (%)
	20 horas		
Amajari	0	0	0%
Avançado Bonfim	0	0	0%
Boa Vista	0	0	0%
Boa Vista Zona Oeste	0	0	0%
Novo Paraíso	0	0	0%

Campus	Regime de Trabalho	Total	Percentual do Total (%)
	20 horas		
Total	0	0	0%

Fonte: Suap (2023)

Quadro 26: Perfil do Corpo Docente Substituto por Regime de Trabalho de 40 horas

Campus	Regime de Trabalho	Total	Percentual do Total (%)
	40 horas		
Amajari	1	1	5%
Avançado Bonfim	0	0	0%
Boa Vista	11	11	55%
Boa Vista Zona Oeste	4	4	20%
Novo Paraíso	4	4	20%
Total	20	20	100%

Fonte: Suap (2023)

Quadro 27: Qualificação do Corpo Docente Substituto

Campus	Titulação					Total
	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Amajari	1	0	0	0	0	1
Avançado Bonfim	0	0	0	0	0	0
Boa Vista	0	0	1	7	3	11
Boa Vista Zona Oeste	1	0	1	2	0	4
Novo Paraíso	2	0	1	0	1	4

Campus	Titulação					Total
	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Total	4	0	3	9	4	20

Fonte: Suap (2023)

Em se tratando da substituição em caráter definitivo, a contratação de docente efetivo é realizada por meio de concurso público de provas e títulos, conforme levantamento das necessidades de cada *campus* da instituição.

Os provimentos são autorizados pela autoridade máxima do IFRR mediante justificativa detalhada das unidades, respeitando-se o planejamento previsto na Lei Orçamentária do exercício. A autorização mediante justificativa tem por objetivo prover somente o necessário, de modo a manter em equilíbrio a relação aluno-professor (RAP) do IFRR.

Esporadicamente são realizados processos de redistribuição de servidores de outras instituições para substituírem docentes desligados do IFRR.

7.1.2 Perfil do Corpo Técnico-Administrativo

Com relação ao perfil do corpo técnico-administrativo, sua composição e qualificação serão demonstradas nos quadros abaixo:

Quadro 28: Composição do Corpo Técnico-Administrativo

Unidade	Nível de Classificação					Total	Percentual do total (%)
	A	B	C	D	E		
<i>Campus Amajari</i>	0	0	7	13	8	28	8,10
<i>Campus Avançado Bonfim</i>	0	0	1	4	5	10	2,90
<i>Campus Boa Vista</i>	0	4	27	50	34	115	33,50
<i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>	0	0	7	15	15	37	11,00
<i>Campus Novo Paraíso</i>	0	0	7	16	12	35	10,00
Reitoria	0	0	10	50	59	119	34,50
Total	0	4	59	148	133	344	100

Fonte: Suap (2023)

Quadro 29: Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo

Campus	Titulação						Total
	CAM	CAB	CBV	CBVZO	CNP	Reitoria	
Doutorado	1	0	4	0	0	3	8
Mestrado	6	3	24	6	10	36	85
Especialização	13	7	56	26	16	57	175
Graduação	6	0	14	3	7	18	48
Ensino Técnico	0	0	7	0	1	1	9
Ensino Médio	2	0	10	2	0	4	18
Ensino Fundamental	0	0	0	0	1	0	1
Ensino Fundamental Incompleto	0	0	0	0	0	0	0
Total	28	10	115	37	35	119	344

Fonte: Suap (2023)

Quadro 30: Síntese da Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo

Titulação	Quantidade	Percentual (%)
Doutorado	8	2,40
Mestrado	84	24,50
Especialização	175	50,90
Graduação	48	14,00
Ensino Técnico	9	2,60
Ensino Médio	18	5,30
Ensino Fundamental	1	0,30
Ensino Fundamental Incompleto	0	0,00
Total	344	100,00

Fonte: Suap (2023)

7.1.2.1 Jornada de Trabalho

O regime de trabalho para os servidores ocupantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação do IFRR é de 40 horas semanais, ressalvados os casos regulamentados por lei.

Por solicitação do servidor e autorização pela autoridade máxima do IFRR, há aqueles que possuem jornada de trabalho de 20 ou 30 horas semanais.

A seguir será demonstrado o quantitativo de servidores ocupantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação do IFRR por jornada de trabalho:

Quadro 31: Quantitativo de Servidores por Jornada de Trabalho

Jornada de trabalho	Quantidade de servidores
20 horas	2
25 horas	5
30 horas	7

Fonte: Suap (2023)

7.1.2.2 Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

Os servidores ocupantes dos cargos administrativos do IFRR fazem parte da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, regulamentada pela Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação dessa carreira no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Ela é estruturada em cinco níveis: A, B, C, D e E, classificados de acordo com requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho das respectivas atribuições. No âmbito do IFRR, os cargos de níveis A e B são cargos em extinção, portanto o quadro de referência é composto apenas por cargos de níveis C, D e E.

O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, progressão por capacitação profissional ou progressão por mérito profissional, respeitado o interstício de 18 meses em cada uma.

Já a progressão por capacitação profissional, que se desenvolve em quatro níveis, se dá por meio da participação em cursos de capacitação compatíveis com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida. A progressão por mérito profissional, por sua vez, se desenvolve em 16 níveis, mediante a aprovação em avaliação periódica de desempenho.

A obtenção de titulação superior à exigida para o ingresso no cargo assegura ao servidor a obtenção da Gratificação de Incentivo à Qualificação, com o acréscimo de percentual sobre a remuneração do servidor na forma definida no anexo IV da Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Quadro 32: Acréscimo de Percentual sobre a Remuneração do Servidor

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Ensino fundamental completo	10%	-
Ensino médio completo	15%	-
Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	20%	10%
Graduação completo	25%	15%
Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas.	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

Fonte: Anexo IV da Lei n.º 11.091/2005

7.2 CRITÉRIO PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E PROFESSORES SUBSTITUTOS

O ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dará a partir da publicação de edital de concurso público para as áreas de ensino, conforme os cursos ofertados pelo IFRR. O processo de seleção será composto por prova objetiva, prova de desempenho didático e prova de títulos. Para o ingresso nessa carreira, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação.

Para o ingresso no cargo isolado de professor titular livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, será exigido título de doutor e dez anos de experiência ou de obtenção do respectivo título, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme regras previstas no art. 11 da Lei n.º 12.772/2012.

No caso dos técnicos administrativos em educação, o processo de seleção se dará por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional estão previstos na Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já os critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas, são definidos no edital do certame.

As nomeações de professor efetivo e de técnico administrativo serão realizadas conforme a disponibilidade de vagas, seguindo a ordem de classificação do concurso público, respeitando-se o planejamento orçamentário anual previsto na LOA do exercício.

A contratação de professor substituto está prevista na Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e pode ocorrer para suprir a ausência de professor efetivo em razão de vacância do cargo, afastamento ou licença, de acordo com o art. 14 do Decreto n.º 7.485, de 18 de maio de 2011, ou de nomeação para ocupar cargo de reitor, pró-reitor e diretor de *campus*.

7.3 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE E DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O plano de expansão do IFRR se dará conforme o quantitativo de cargos vagos disponíveis no Modelo de Dimensionamento dos Institutos Federais, estabelecido pela Portaria MEC n.º 713, de 8 de setembro de 2021, no Banco de Professor Equivalente, instituído pelo Decreto n.º 7.312, de 22 de setembro de 2010, com alterações promovidas pela Portaria Conjunta MGI/MEC n.º 28, de 28 de julho de 2023; e no Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto n.º 7.311, de 22 de setembro de 2010; e ainda em consonância com o disposto na Portaria Interministerial n.º 61, de 29 de março de 2018.

Os códigos são liberados pelo Ministério da Educação de acordo com a disponibilidade no Banco de Professor e Equivalente e no Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, previamente aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A liberação de novos códigos é apreciada pelo MEC conforme os critérios preestabelecidos.

7.4 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO IFRR

O Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019, institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Visando regulamentar a política nacional, foi publicada a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME n.º 21, de 1.º de fevereiro de 2021, com orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipec), quanto a prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), de que trata o Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019.

Em atenção à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, anualmente é construído o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), com o objetivo de registrar as necessidades de desenvolvimento dos servidores do IFRR e nortear a promoção de ações de capacitação ou qualificação, ou seja, ações de desenvolvimento profissional.

No âmbito do IFRR, a Política de Capacitação dos Servidores foi instituída pela Resolução n.º 298/Consup/IFRR, de 28 de julho de 2017, e tem por objetivo definir diretrizes gerais para o desenvolvimento humano e profissional dos servidores da instituição, mediante promoção e execução de ações e estratégias de ensino e aprendizagem que possibilitem ao quadro profissional a construção e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento profissional e para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Como ação acessória à política de desenvolvimento, visando fortalecer as ações de desenvolvimento do servidor, anualmente são ofertadas vagas para afastamentos integrais para pós-graduação *stricto sensu*, conforme previsto na Resolução n.º 499/2020/Consup/Reitoria/IFRR, de 3 de junho de 2020.

Dependendo da disponibilidade orçamentária, são ofertadas, mediante seleção em edital, Bolsas de Auxílio à Qualificação (Proquali), que têm como objetivo promover o desenvolvimento do servidor, conforme a Resolução n.º 531/2020/Consup/IFRR, de 22 de outubro de 2020.

O IFRR busca, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, realizar ações de desenvolvimento sempre alinhadas ao interesse institucional, com o

objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores nas competências necessárias à consecução da excelência na sua atuação.

7.5 POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE E À SEGURANÇA DOS SERVIDORES DO IFRR

No âmbito do IFRR, a Política de Atenção à Saúde e à Segurança dos Servidores (Pass) foi instituída pela Resolução n.º 282/Consup/IFRR, de 17 de fevereiro de 2017, e tem por objetivo definir diretrizes gerais para a implementação das ações de vigilância nos ambientes e nos processos de trabalho, tendo em vista a promoção da saúde do servidor da instituição. Trata-se de uma política transversal nos diferentes *campi* e na Reitoria do instituto, com diretrizes centrais de natureza normatizadora, mas com sua implantação descentralizada e coletivizada, por meio da gestão participativa dos atores envolvidos e com foco na integralidade das ações.

A concepção que fundamenta as ações de atenção à saúde e à segurança do servidor prioriza a prevenção dos riscos, a promoção e a manutenção da saúde, a avaliação ambiental e a melhoria das condições e da organização do processo de trabalho, de modo a ampliar a autonomia e o protagonismo dos servidores.

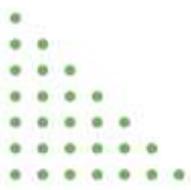
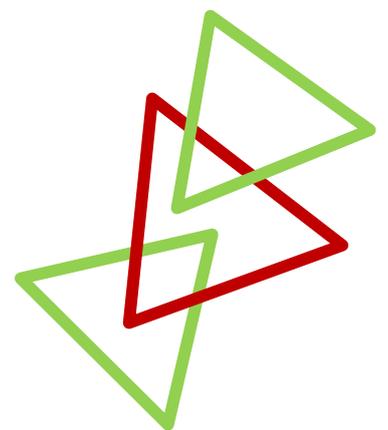
Para desenvolver as ações voltadas para a atenção à saúde e à segurança do servidor, o IFRR conta com a Coordenação de Qualidade de Vida e Seguridade Social, atualmente composta pela coordenadora, por 1 assistente em administração, 1 engenheiro de segurança do trabalho, 1 assistente social e 1 psicólogo. Essa coordenação atua com o monitoramento e o acompanhamento dos adoecimentos dos servidores, atestados médicos, elaboração dos laudos técnicos ambientais, análises das concessões de adicionais, licença-gestante, licença-paternidade, entre outros, bem como na devida implementação da Pass no IFRR.

A Coordenação de Qualidade de Vida e Seguridade Social monitora a execução da política e gerencia a sua implementação com o objetivo de minimizar os afastamentos por adoecimento, visando promover ações de prevenção, saúde, segurança e bem-estar dos servidores.



8

GOVERNANÇA



8 GOVERNANÇA

Muito se tem discutido recentemente acerca da necessidade de se reverem as estruturas de Estado, de modo a aumentar a capacidade de entrega dos resultados demandados pela sociedade, em termos de serviços e políticas públicas, reduzir seu custo e melhorar o gerenciamento dos seus riscos. A governança pública tem se mostrado uma opção para o alcance dessas necessidades, pois auxilia o Estado a aumentar e preservar o valor que este entrega aos que o mantêm.

Conforme o art. 2.º do Decreto n.º 9.901/2019, governança pública é o "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade". De forma mais objetiva, compreende tudo o que uma instituição pública faz para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

A governança pública é pautada em um conjunto abrangente de princípios que funcionam como valores interdependentes, servindo de guia para a atuação das organizações públicas na busca dos resultados pretendidos e fortalecendo a confiança da sociedade nessas organizações. São eles:

- Capacidade de resposta;
- Integridade;
- Transparência;
- Equidade e participação;
- *Accountability*;
- Confiabilidade; e
- Melhoria regulatória.

As atividades básicas da governança são:

- **Avaliar**, com fundamento em evidências, o ambiente, os cenários, as alternativas, o desempenho e os resultados atuais e os almejados;
- **Direcionar**, priorizar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e de planos, alinhando as funções organizacionais

às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e

- **Monitorar** os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Ter um conjunto predefinido de regras formais que favoreçam a formulação e a implementação de políticas e serviços públicos que de fato atenderão às necessidades da sociedade é estabelecer uma boa governança, ou seja, implementar boas práticas de governança. Sem governança adequada é muito menos provável que os interesses identificados reflitam as necessidades dos cidadãos, que as soluções propostas sejam as mais adequadas e que os resultados esperados impactem positivamente a sociedade.

Para garantir a execução de boas práticas de governança, o IFRR prioriza os índices de governança medidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo como meta elevar todos os índices de governança do levantamento do TCU para o nível "intermediário" em cinco anos. Para isso, elabora um plano de ações, o qual é publicado no site institucional para auxiliar no controle social. O monitoramento do plano é realizado mediante a utilização da ferramenta MAGo, que permite o acompanhamento da evolução dos índices a partir da execução de cada ação proposta.

8.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NO IFRR

As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas internas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São também responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público, servindo de elo principal entre agente e sociedade. Exemplos típicos dessas estruturas são os conselhos de administração ou equivalentes e a alta administração;

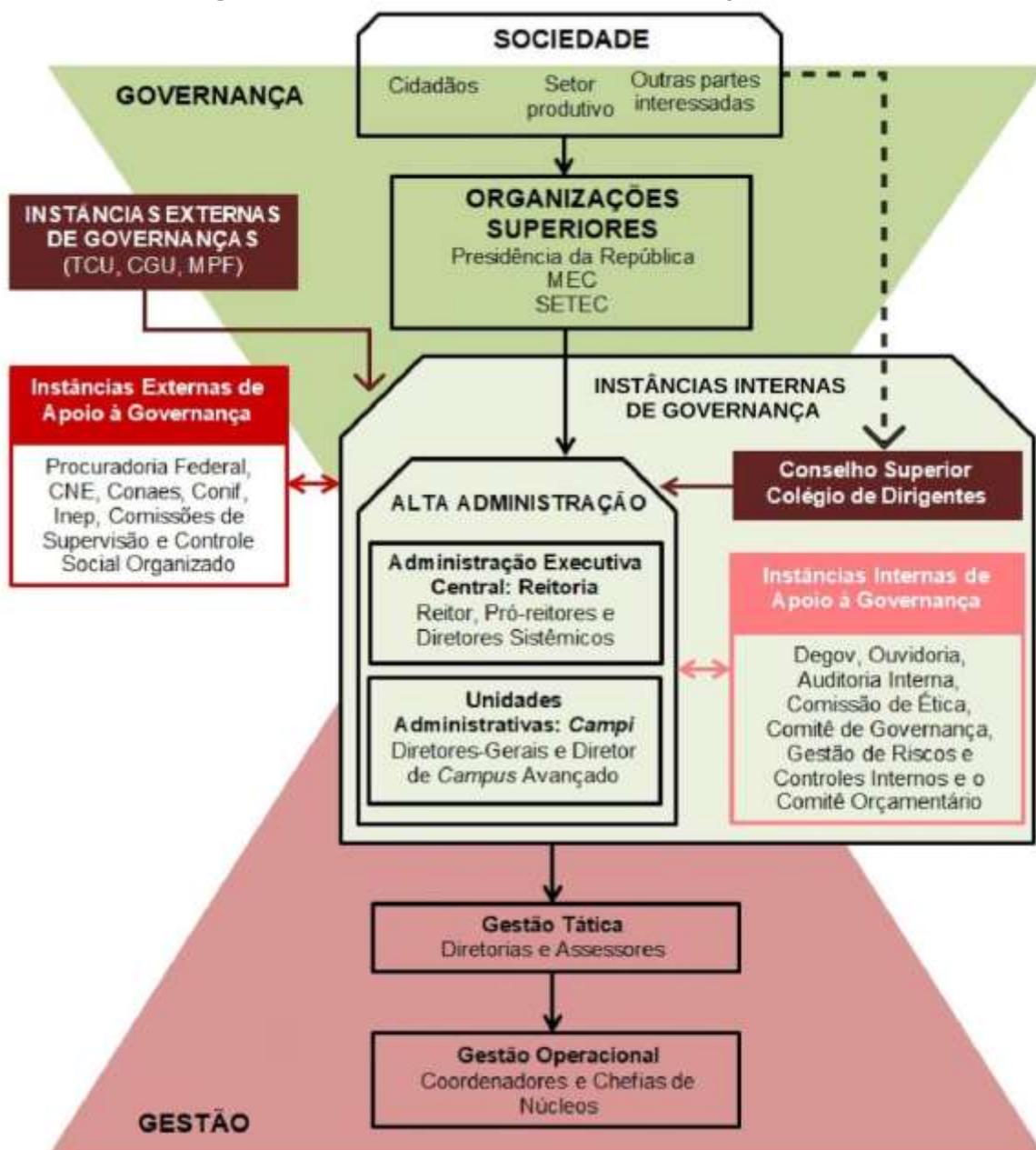
As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre as partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias

internas, que avaliam os processos de governança e de gestão de riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

No IFRR, as instâncias internas de governança são o Conselho Superior (Consup) e a alta administração, composta pela reitora, pelos pró-reitores, pelos diretores sistêmicos, pelos diretores-gerais dos campi e pelo diretor do *campus* avançado. Já as instâncias internas de apoio à governança são o Departamento de Governança e Gestão de Riscos (Degov), a Ouvidoria, a Auditoria Interna, a Comissão de Ética, o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, e o Comitê Orçamentário.

Para uma melhor compreensão, a estrutura de governança do IFRR é composta conforme demonstra a figura 11:

Figura 11: Estrutura Interna de Governança do IFRR



Fonte: IFRR (2023)

O Degov auxilia nas ações de melhoria da governança do IFRR, ou seja, de melhoria do desempenho institucional, para entregar os resultados esperados pelos cidadãos, atuando no treinamento das equipes internas sobre governança e na implementação efetiva da gestão de riscos e integridade em todas as unidades do instituto.

A Ouvidoria tem o papel de analisar as demandas dos cidadãos e encaminhar as informações solicitadas aos setores competentes, a fim de responder

com clareza às reivindicações, pois as manifestações da população à Ouvidoria devem servir de diretrizes para a melhoria dos serviços da instituição.

A Auditoria Interna é responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações de controle do IFRR baseadas em riscos. O resultado das auditorias é relatado mediante o apontamento dos atos identificados e das recomendações para a melhoria dos controles internos com fragilidades.

A Comissão de Ética é encarregada de orientar e aconselhar o servidor sobre a ética profissional a ser empregada no tratamento das pessoas e do patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento susceptível de censura.

O Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos é o órgão colegiado de natureza deliberativa, propositiva e consultiva que se ocupa da implementação, da execução, do monitoramento e da avaliação das políticas de governança, gestão de riscos e controles internos.

O Comitê Orçamentário, delegado pelo Conselho Superior, é o colegiado especializado, consultivo, normativo e propositivo da Reitoria no que tange às políticas orçamentárias do IFRR.

Como forma de ampliar o conhecimento sobre as estruturas de governança, bem como de suas atuações, foram criados a Cartilha das Instâncias Internas de Governança do IFRR, na qual constam as atribuições de cada uma delas, e o Boletim de Governança, no qual são divulgadas as decisões e as deliberações do Consup, bem como as ações em desenvolvimento em cada instância de governança.

8.2 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos busca assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis, tenham acesso tempestivo a informações suficientes sobre os riscos aos quais está exposta a organização. A partir do gerenciamento dos riscos, é possível aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento

adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização; além de evitar perdas e retrabalhos.

Em cumprimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 01/2016, o IFRR criou a Política Interna de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, aprovada por meio da Resolução n.º 462/Conselho Superior, de 17 de julho de 2019. Nela estão estabelecidos conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades no processo de governança, gestão de riscos e controles internos, bem como orientações sobre identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos institucionais.

Como complemento à política interna mencionada, foi criado o Manual de Gestão de Riscos do IFRR, que orienta o processo de implantação da gestão de riscos na instituição, definindo as ferramentas e os métodos para a execução do gerenciamento dos riscos inerentes aos processos organizacionais.

Para a implementação efetiva do gerenciamento de riscos no IFRR, os servidores recebem capacitação por meio do Programa Facilita, que ocorre na plataforma AVA/Moodle, na qual são treinados nas temáticas de Gestão por Processos e Gestão de Riscos. Como resultado da capacitação, são entregues processos de trabalho mapeados, modelados e com os riscos gerenciados. Os processos modelados pelos servidores durante as capacitações e validados pelo gestor competente da respectiva área são publicados no site institucional, na página do programa. As medidas de tratamento dos riscos identificados e avaliados são consignadas nos Planos de Implementação de Controles, também publicados no site institucional, na página do Degov, para monitoramento e controle social.

8.3 GESTÃO DA INTEGRIDADE

A integridade diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados. A adoção de políticas de integridade deve ser baseada em contexto, evidências e riscos, evitando-se programas de conformidade excessivamente rígidos, pois tendem a ser limitados e falham como impedimento ao

comportamento antiético. A estratégia de integridade pública deve ser fundamentada em três pilares:

- Implementar um sistema de integridade amplo e coerente;
- Cultivar uma cultura de integridade pública; e
- Possibilitar a prestação de contas, a responsabilização e a transparência.

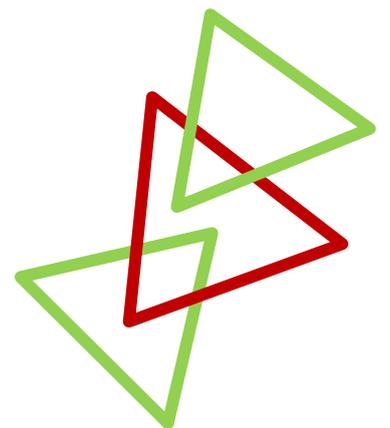
A gestão da integridade no IFRR é coordenada pelo Degov. Para tanto, o departamento realiza a capacitação de servidores de áreas sensíveis, em formato de oficinas, sobre gestão de riscos para integridade, em conformidade com os manuais da Controladoria Geral da União (CGU).

Com os resultados obtidos nas oficinas, o Degov realiza o aprimoramento e a atualização do Plano de Integridade do IFRR, composto, entre outros itens, pelas medidas de tratamento que visam mitigar a probabilidade e o impacto dos riscos para a integridade. São ainda previstas no plano capacitações sobre conflito de interesses, ética e transparência, a serem realizadas para os servidores da instituição.

Além disso, o IFRR tem como meta adotar, em cinco anos, todas as boas práticas do Roteiro de Atuação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), constantes no sistema e-Prevenção. O programa é um projeto colaborativo que tem como principal objetivo mobilizar as instituições de controle, suas redes constituídas e gestores públicos em uma estratégia para combater a corrupção em resposta aos anseios da sociedade.



Sustentabilidade
Financeiro-
Orçamentária do
IFRR



9 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DO IFRR

O IFRR, com o intuito de assegurar a continuação das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, deve gerir os recursos disponíveis de modo que atendam, de forma sustentável, ao seu planejamento, em consonância com as metas estabelecidas.

A execução orçamentária e financeira da instituição é descentralizada, ou seja, cada unidade tem uma unidade gestora (UG), exceto o *Campus Avançado Bonfim*, onde a execução ocorre na UG da Reitoria, unidade à qual está administrativamente subordinado, sendo separado seu orçamento somente por uma unidade gestora responsável (UGR). Todas as unidades têm autonomia para definir suas prioridades de custeio (funcionamento, assistência estudantil e capacitação), bem como seu investimento.

A gestão financeira é realizada em consonância com o art. 4.º do Decreto n.º 7.313, de 22 de setembro de 2010. Os critérios que definem a forma de distribuição orçamentária são determinados pelo Forplan, da Rede Federal, composto pelos pró-reitores de Administração de cada um dos institutos federais, pelos Cefets e pelo Colégio Pedro II. O Forplan realiza os estudos e apresenta as propostas, primeiramente, ao Conif, para sua aprovação, por meio de um instrumento denominado Matriz Conif. Aprovada a matriz, é definida a sistemática para a negociação com a Setec/MEC.

Com o intuito de tratar de assuntos relacionados à distribuição orçamentária interna, o IFRR instituiu um comitê orçamentário, composto pelos diretores-gerais das unidades e pelos pró-reitores. O comitê analisa também as prioridades e as especificidades de cada uma das unidades da instituição.

9.1 MATRIZ CONIF

É a ferramenta utilizada para apurar e determinar os valores a serem distribuídos a cada unidade pertencente à Rede Federal de Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com base nas diretrizes do Decreto n.º 7.313, de 22 de setembro de 2010.

9.2 ESTRUTURA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A estrutura de orçamento e finanças, condicionada à LOA, é o conjunto de ações de operacionalização dos recursos orçamentário e financeiro que, orientados pelas diretrizes apresentadas no PDI, visam ao atingimento de metas e objetivos preestabelecidos para o alcance de resultados. Essas ações têm o escopo de viabilizar as atividades-fim e as atividades-meio da instituição pelo fomento do desenvolvimento do ensino profissional, científico e tecnológico em todas as suas instâncias.

9.3 O ORÇAMENTO DO IFRR

O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um exercício, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas. O governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa, estabelecendo as prioridades, o que, de fato, deve ser feito com esses recursos. É no orçamento que o governo aloca os recursos para as despesas públicas a fim que o Estado possa fazer frente às suas obrigações sociais, políticas e administrativas. É nele que estão previstos todos os recursos que serão arrecadados e a destinação deles.

O orçamento tem como base o PPA, a LDO e a LOA. O IFRR é contemplado pelas seguintes fontes de financiamento ordinárias e não ordinárias:

9.3.1 Fontes Ordinárias de Financiamento

I – **Arrecadação da União:** é o denominado Orçamento de Custeio e Capital (OCC) advindo do montante presente no Orçamento Geral da União e alocado na Unidade Orçamentária para o desenvolvimento de suas atividades. É a parte mais representativa dentro do total das receitas. A alta dependência dessa categoria expõe a instituição a eventuais riscos econômicos e políticos advindos das mudanças de governo; e

II – Receita Própria Diretamente Arrecadada: são valores arrecadados originários de várias ações de captação, tais como prestação de serviços educacionais diversos, locação de espaços, entre outras. Atualmente, essa fonte de receita ainda se mostra incipiente.

9.3.2 Fontes não Ordinárias de Financiamento

As fontes não ordinárias de financiamento contemplam recursos oriundos de outros órgãos da administração pública federal, entre os quais os TEDs e as emendas parlamentares, além dos recursos de convênios da esfera estadual ou municipal.

9.4 METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS NO IFRR

O IFRR, na qualidade de unidade orçamentária (UO), é responsável pela avaliação de efetividade, eficiência e eficácia dos programas e das ações da instituição, pela análise da programação e da qualificação da proposta orçamentária, pela quantificação da proposta e pelo encaminhamento desta ao MEC.

Regimentalmente, a Pró-Reitoria de Administração é o setor responsável pela elaboração da proposta orçamentária do instituto. O processo de elaboração da proposta se inicia no ano que antecede o orçamento a ser executado, com a Pró-Reitoria de Administração realizando nos *campi* o levantamento das informações que se fazem necessárias. Seguem abaixo as etapas do processo:

- Seleção dos programas de governo disponibilizados pelo MEC;
- Seleção das ações de governo disponibilizadas pelo MEC;
- Definição das despesas fixas de funcionamento;
- Definição das despesas variáveis de manutenção e funcionamento;
- Definição das despesas com investimentos; e
- Distribuição do limite orçamentário disponibilizado pelo MEC nas ações e nos programas selecionados, garantindo-se as despesas fixas, as obrigatórias e as de investimentos.

A construção do orçamento tem como base o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Relatório da Comissão Própria de Avaliação, o Relatório Anual de Gestão, os relatórios do Plano Anual de Trabalho e o relatório das ações orçamentárias.

São definidas como despesas fixas no âmbito do IFRR aquelas que têm caráter contínuo e que são essenciais para o funcionamento da instituição, por exemplo, pessoal, energia, telefonia, água, correios, publicações no DOU, limpeza, vigilância, manutenção de veículos e equipamentos, combustíveis, manutenção de rede, terceirizações e outras semelhantes. A Pró-Reitoria de Administração identifica essas despesas, agrupa-as por rubrica e aloca-as nas ações e nos programas específicos.

As despesas variáveis são aquelas eventuais e esporádicas, porém necessárias ao pleno funcionamento do IFRR. São estas: aquisição de material de consumo, serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), serviços de hospedagem, reformas, consertos e reparos, entre outras que têm orçamentos e que são estimadas e alocadas nos respectivos grupos.

Já as despesas com investimentos são definidas conforme o PDI e a implementação do Plano Diretor de Obras. São aquelas destinadas a obras, instalações e aquisição de materiais permanentes, tais como equipamentos, mobiliários, veículos, máquinas, entre outros.

Realizada a identificação das despesas fixas, variáveis e de investimento, a Pró-Reitoria de Administração elabora a planilha de distribuição do limite orçamentário disponibilizado pelo Ministério da Educação entre os grupos de despesas, as ações e os programas selecionados. É importante destacar que o limite orçamentário é repassado pelo MEC ao IFRR e que este tem de elaborar sua proposta orçamentária anual e enviá-la àquele até o fim do prazo estabelecido, geralmente no fim de julho/agosto.

Esse limite orçamentário repassado pelo MEC é resultado da aplicação da matriz orçamentária definida e aprovada pelo Conif em conjunto com a Setec/MEC. Para cada ação selecionada pelo IFRR são alocados recursos para atender às despesas necessárias ao atingimento das metas institucionais, considerando as áreas de atuação do instituto.

Depois de intensa discussão com o grupo gestor e aprovação da proposta pela administração dos *campi* e da Reitoria, ocorre o lançamento da proposta no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), no qual é consolidada a proposta orçamentária anual do Ministério da Educação e, em seguida, submetida à Secretaria de Orçamento Federal (SOF). E, assim, encerra-se o processo de elaboração da proposta orçamentária anual do IFRR. É importante frisar que a instituição tem um único orçamento, mas que está detalhado de forma a especificar o crédito de cada *campus*, pró-reitoria e diretoria sistêmica, bem como do Gabinete da Reitoria.

Concluído o processo de elaboração, aprovação legislativa e sanção presidencial da LOA, é emitido o decreto de programação orçamentária e financeira e, a partir de então, inicia-se a execução orçamentária e financeira, momento em que o IFRR recebe os créditos orçamentários via Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

A distribuição interna dos créditos aos *campi* e à Reitoria é feita de acordo com a programação orçamentária e financeira, emitida por meio de decreto e/ou portaria do governo federal, que estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo Federal para o exercício vigente. A isso se denomina limite orçamentário, ou seja, o IFRR só poderá realizar empenhos no valor estabelecido nas cotas definidas pela setorial SPO/MEC.

A cota de limite disponibilizada ao instituto é rateada com todos os *campi*, pró-reitorias, Gabinete da Reitoria e diretorias sistêmicas de forma linear, ou seja, com o mesmo percentual de limites para todos. O repasse de créditos, quando solicitado pelos *campi*, leva em consideração as seguintes diretrizes:

- Cota de limite rateada aos *campi*;
- Comprovação de incidência da despesa no PAT, ou seja, na proposta orçamentária aprovada;
- Preenchimento de formulário padrão definido pela Pró-Reitoria de Administração (solicitação em si);
- Envio da solicitação de crédito, por e-mail, memorando ou ofício, à Coordenação de Orçamento da Reitoria.

No caso particular da ação de assistência estudantil, deverão ser considerados os dois primeiros itens acima, precedidos da autorização da Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis, ligada à Pró-Reitoria de Ensino. Caso a solicitação do crédito não esteja no PAT ou o pedido desse crédito seja superior ao estimado, o requerente poderá encaminhar solicitação de remanejamento orçamentário para atender à nova atividade não prevista ou para complementar a despesa, lembrando que isso só será possível caso o remanejamento seja na mesma ação orçamentária e no mesmo plano orçamentário (quando houver).

Todavia, se houver necessidade, é possível aumentar o crédito de determinada ação orçamentária mediante anulação de crédito de outra ação orçamentária, devendo ser seguidos todos os parâmetros estabelecidos em lei e em atos normativos estabelecidos em portaria emitida, geralmente em cada exercício, pela SOF. Esse procedimento é denominado de alterações orçamentárias e segue um fluxo e prazos preestabelecidos pela setorial SPO/MEC.

A distribuição de crédito orçamentário na Reitoria, que abrange o Gabinete, as pró-reitorias e as diretorias sistêmicas, ocorre geralmente no momento da alocação de crédito ou no pedido via memorando, no caso de descentralização de crédito da Reitoria para os *campi*. No entanto, estão adstritos também a cota de limite rateada e a comprovação de incidência da despesa no PAT, ou seja, na proposta orçamentária aprovada. Pode também ser feito à setorial o pedido de remanejamento de crédito internamente ou de alterações orçamentárias.

Em linhas gerais, é assim que ocorre a distribuição de crédito no IFRR. No entanto, convém esclarecer que, durante o exercício financeiro, podem ocorrer mudanças em virtude do desempenho da execução do orçamento da União e da arrecadação do País.

9.5 EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO IFRR 2019-2023

Durante os últimos cinco anos, o IFRR apresentou evolução em seu orçamento, puxada principalmente pelo aumento do número de servidores, o que representa 85% do orçamento total da instituição. Já em relação ao orçamento das despesas de custeio, apesar da tabela mostrar crescimento, na prática esse valor

serve apenas para pagar as despesas com renovação dos contratos dos serviços continuados, os quais representam 75% de todo o orçamento de custeio.

Os números apresentados a seguir representam a dotação orçamentária prevista anualmente. A execução do orçamento, entretanto, está sempre sujeita à conjuntura econômica e à liberação de cota limite para empenho por parte do MEC.

Nos exercícios de 2018 a 2023, o orçamento do Instituto Federal de Roraima apresentou-se conforme a tabela 25:

Tabela 25: Orçamento do IFRR nos Exercícios de 2018 a 2023

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
Dotação Inicial – LOA	R\$ 139.088.293,00	R\$ 124.662.264,00	R\$ 70.526.546,00	R\$ 154.693.169,00	R\$ 156.750.571,00
Pessoal e Encargos	R\$ 96.849.899,00	R\$ 107.756.877,00	R\$ 62.591.891,00	R\$ 130.379.114,00	R\$ 130.366.885,00
Custeio	R\$ 34.820.246,00	R\$ 13.291.505,00	R\$ 7.602.606,00	R\$ 20.682.900,00	R\$ 19.470.766,00
Capital	R\$ 7.418.148,00	R\$ 3.613.882,00	R\$ 332.049,00	R\$ 3.631.155,00	R\$ 6.912.920,00
Dotação Final – LOA + Créditos	R\$ 145.412.842,00	R\$ 143.810.070,00	R\$ 144.080.540,00	R\$ 153.420.693,00	R\$ 173.476.037,00
Pessoal e Encargos	R\$ 104.867.535,00	R\$ 118.996.865,00	R\$ 125.017.364,00	R\$ 130.653.298,00	R\$ 143.410.769,00
Custeio	R\$ 35.442.018,00	R\$ 18.875.667,00	R\$ 13.877.421,00	R\$ 19.136.240,00	R\$ 23.717.161,00
Capital	R\$ 5.103.289,00	R\$ 5.937.538,00	R\$ 5.185.755,00	R\$ 3.631.155,00	R\$ 6.348.107,00
Acréscimo/redução	R\$ 6.324.549,00	R\$ 19.147.806,00	R\$ 73.553.994,00	-R\$ 1.272.476,00	R\$ 16.725.466,00
Varição D. Inicial/Final	4%	13%	51%	-1%	10%
Orçamento Empenhado	R\$ 142.295.564,14	R\$ 137.097.855,70	R\$ 142.365.761,94	R\$ 152.208.997,58	R\$ 164.384.227,84
Pessoal e Encargos	R\$ 102.712.922,22	R\$ 115.449.880,73	R\$ 123.309.327,95	R\$ 129.476.304,80	R\$ 141.458.833,33

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
Custeio	R\$ 34.523.776 ,12	R\$ 15.714.010 ,30	R\$ 13.872.489 ,70	R\$ 19.103.285 ,63	R\$ 22.594.076 ,02
Capital	R\$ 5.058.865, 80	R\$ 5.933.964, 67	R\$ 5.183.944, 29	R\$ 3.629.407, 15	R\$ 331.318,49
% Execução	98%	95%	99%	99%	95%

Fonte: IFRR (2023)

Considerando a variação Inicial/final, o orçamento do IFRR, a partir do exercício 2019, apresentava crescimento em relação ao exercício anterior, mas em 2022 a instituição sofreu a redução de 1% no orçamento de custeio, devido a dois cortes orçamentários naquele ano. Isso representou a redução de R\$ 1.272.476,00 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

Em relação aos grupos, as despesas com pessoal e encargos sociais apresentou evolução no período de 2019 a 2023, em razão da contratação de novos servidores. Essas despesas representam a maior parte do orçamento da instituição em todos os exercícios. No período de 2019 a 2022, em relação à dotação final, a execução do orçamento ultrapassou o percentual de 90%.

Além do orçamento geral da União, o IFRR conta com orçamento de créditos descentralizados, captados por meio de termos de cooperação técnica entre unidades e de emendas parlamentares individuais, que reforçam as ações planejadas pela instituição.

9.6 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFRR PARA 2024-2028

A projeção orçamentária para 2024 das despesas com pessoal ativo e inativo, pensionista e benefícios, além de custeio e capital, levou em consideração o valor constante na proposta orçamentária para esse ano (ver tabela 26).

Como estimativa de projeção de orçamento para pagamento de pessoal e encargos para os próximos anos, foi aplicada a média dos últimos cinco anos, neste caso 5% a mais em cada ano projetado, gerando a estimativa orçamentária de 2024 a 2028.

Para a projeção de despesas correntes, foram levados em consideração os valores pagos com as renovações contratuais, além dos percentuais mínimos para

a ampliação de novas vagas e para o atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Neste caso, a estimativa foi de 17% por exercício. Para as despesas de capital, foi considerado o mesmo valor para todos os anos, visto que essa é a média de gastos nos exercícios anteriores. Desse modo, pode haver alteração, caso haja aporte orçamentário de investimento por parte da Setec/MEC e/ou aplicação de recurso por meio de emendas parlamentares.

Tabela 26: Projeção Orçamentária para os Anos de 2024 a 2028 do IFRR

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028
Projeção	R\$ 175.994.737 ,75	R\$ 187.239.650 ,22	R\$ 202.148.564 ,67	R\$ 219.371.817 ,59	R\$ 239.448.726 ,95
Pessoal e Encargos	R\$ 148.144.453 ,00	R\$ 155.551.675 ,65	R\$ 163.329.259 ,43	R\$ 171.495.722 ,40	R\$ 180.070.508 ,52
Custeio	R\$ 22.574.646, 00	R\$ 26.412.335, 82	R\$ 33.543.666, 49	R\$ 42.600.456, 44	R\$ 54.102.579, 68
Capital	R\$ 5.275.638,7 5	R\$ 5.275.638,7 5	R\$ 5.275.638,7 5	R\$ 5.275.638,7 5	R\$ 5.275.638,7 5

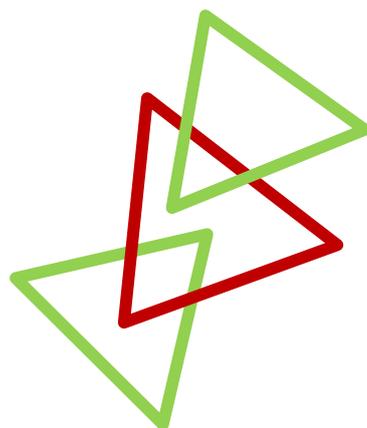
Fonte: IFRR (2023)



10



**ACOMPANHAMENTO
E AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**



10 ACOMPANHAMENTO E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual o IFRR, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar suas realizações, o modo como se organiza e atua. É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sinaes para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os principais objetivos da avaliação institucional são melhorar o mérito e o valor das instituições, das áreas, dos cursos e dos programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior; e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização. No IFRR, a autoavaliação não se limita apenas aos cursos superiores, mas também aos cursos técnicos de nível médio, levando em conta os fatores que impactam o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e de toda a instituição.

A fim de se efetivarem esses aperfeiçoamentos institucionais, os Relatórios de Autoavaliação anuais deverão ser encarados por toda a comunidade do instituto, principalmente por sua gestão, como um instrumento que possibilita as seguintes ações:

- Produção de conhecimentos pondo em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pelo IFRR;
- Identificação das causas dos problemas e das deficiências das ações empreendidas;
- Aumento da consciência pedagógica e da capacidade profissional do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;

- Fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- Efetivação e fortalecimento da vinculação da instituição com a comunidade interna;
- Julgamento da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- Prestação de contas à sociedade das ações acadêmicas e sociais; e
- Identificação das fragilidades e das potencialidades do IFRR, conforme as dimensões previstas em lei.

Em atendimento à Lei n.º 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, a qual tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados. Ela é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e está localizada na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além de alicerçar-se na Lei n.º 10.861, regulamentada pela Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 4 representantes dos professores (2 titulares e 2 suplentes), 4 representantes dos estudantes (2 titulares e 2 suplentes) e 4 representantes dos técnicos administrativos (2 titulares e 2 suplentes). Quanto à comunidade externa, há 2 representantes da sociedade civil organizada, (1 titular e 1 suplente), os quais são indicados pelos dirigentes de suas organizações.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação por meio do trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

10.1 EIXOS E DIMENSÕES DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O processo avaliativo visa atender às dimensões da avaliação descritas na Lei n.º 10.861/2004, as quais têm o objetivo de identificar o perfil das instituições de ensino superior e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. Os trabalhos da CPA são organizados com base nos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3.º da citada lei e listados no quadro a seguir:

Quadro 33: Dimensões do Processo de Autoavaliação

Eixo	Dimensão
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal
	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Fonte: IFRR (2023)

10.2 INSTRUMENTOS

A CPA realiza o processo de autoavaliação anualmente, geralmente no segundo semestre, por meio da aplicação de questionário direcionado a toda a comunidade interna do IFRR (professores, técnicos administrativos em educação e estudantes).

Para tanto, a comissão executa ações de sensibilização para que a comunidade reflita sobre a importância da participação no processo de avaliação com vistas à construção de uma instituição mais sólida e comprometida com os anseios da comunidade.

10.3 ETAPAS DO PROCESSO

A metodologia da autoavaliação no IFRR fundamenta-se em dois princípios norteadores: o da globalidade, que envolve todas as dimensões da instituição, e o da legitimidade, que significa o reconhecimento da importância da realização dessa avaliação por parte da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, o processo avaliativo deverá ser realizado nos *campi* e no âmbito da Reitoria, possibilitando que a comunidade acadêmica participe na sua integralidade, por meio da socialização da realidade, do conhecimento e da análise global da instituição, propondo medidas para seu aperfeiçoamento, tendo em vista a melhoria institucional.

A Nota Técnica INEP/Daes/Conaes n.º 65/2014 estabelece um “Roteiro para Elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional”. Dessa forma, a autoavaliação seguirá o seguinte fluxo:

- Elaboração do Projeto Institucional de Autoavaliação, segundo o ciclo de avaliação do MEC;
- Construção do Plano de Ação da CPA para o processo de autoavaliação, com a definição das estratégias e do cronograma/calendário a ser utilizado no processo;
- Elaboração de mecanismos/estratégias e procedimentos para assegurar a participação dos envolvidos na autoavaliação;
- Elaboração do instrumento de avaliação, com a respectiva elaboração ou revisão de indicadores;
- Sensibilização dos segmentos da comunidade por meio de reuniões de sensibilização, com a utilização de estratégias, metodologias e técnicas participativas e dinâmicas, com o objetivo de estimular o caráter participativo e continuado da comunidade acadêmica (professores, técnicos

administrativos, estudantes) e da comunidade externa sobre a importância de sua participação no processo avaliativo.

- Realização da autoavaliação, de forma anual, com toda a comunidade do IFRR;
- Levantamento, tabulação, sistematização dos dados, construção de gráficos e tabelas, análise quanti-qualitativa e interpretação dos dados obtidos por meio da autoavaliação;
- Elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, com as devidas sugestões de melhorias da instituição, devendo evidenciar tanto os aspectos globais quanto aqueles referentes a cada um dos *campi*;
- Divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional, na perspectiva de formar uma cultura de participação na autoavaliação, por meio de apresentação do relatório ao Conselho Superior, ao Colégio de Dirigentes e à comunidade acadêmica das unidades do IFRR; e
- Publicação do Relatório de Autoavaliação Institucional no *site* institucional, de modo a contemplar o coletivo institucional participante do processo, assim como a prestação de informações à sociedade.

Concluídas as etapas acima, será feito o acompanhamento das ações a serem implantadas para solucionar os problemas apontados pela comunidade acadêmica, bem como atender a suas reivindicações/sugestões, principalmente aquelas no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, por meio da construção e da apresentação do Plano de Melhorias/IFRR pela CPA ao Colégio de Dirigentes (Coldi), para que os gestores tomem conhecimento dos problemas encontrados e das sugestões apontadas pela comunidade durante a pesquisa.

10.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

O desenvolvimento de um programa de avaliação global e participativo exige um efetivo trabalho de sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica, objetivando sua adesão ativa ao processo avaliativo.

Nesse sentido, a comunidade acadêmica é o ator principal da autoavaliação do IFRR. Ela está inserida num processo contínuo por meio do qual a instituição

constrói conhecimento sobre a própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

A autoavaliação é entendida como uma oportunidade privilegiada para que toda a comunidade faça uma reflexão sobre as suas diversas atividades e tenha possibilidade de conhecer e analisar criticamente o IFRR em sua globalidade, propondo medidas corretivas, tendo em vista a qualidade dos serviços ofertados.

Desse modo, a CPA assegura a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnicos administrativos) em sua composição, que são eleitos por seus pares, assim como a garantia da representação da sociedade civil, indicada pela Reitoria. É vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um de seus segmentos. A CPA tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

Convém ressaltar que a divulgação dos resultados da autoavaliação institucional deverá ser feita pela CPA/CSAs, com a participação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, em todas as unidades de ensino do IFRR e na Reitoria, por meio da realização de reuniões e seminários, para discutir com a comunidade os resultados que constam no relatório elaborado pela comissão, buscando, assim, o envolvimento da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação, a fim de que os sujeitos percebam a importância e a necessidade de se comprometer em participar do processo autoavaliativo, bem como viabilizar um espaço deliberativo de discussão e levantamento de sugestões de melhorias para o planejamento institucional.

Assim, deverá o Relatório de Autoavaliação Institucional ser disponibilizado no *site* do IFRR, socializando os resultados do processo avaliativo para toda a comunidade.

10.5 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Portanto, o Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado pela CPA depois da realização das análises das respostas obtidas com a aplicação dos

questionários, deverá ser apresentado a toda a comunidade interna, com solicitação de participação dos gestores, dos professores, dos estudantes, dos técnicos administrativos, e, se possível, estendido à comunidade externa.

Visto que a autoavaliação possibilita o diagnóstico dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, isso permitirá que os gestores trabalhem para potencializar as fortalezas e neutralizar as fragilidades institucionais.

Além disso, conforme a legislação, a CPA deve produzir um documento, proveniente do Relatório de Autoavaliação Institucional, que sirva de base para que os gestores corrijam os prováveis pontos frágeis e melhorem os pontos fortes. Esse documento é o Plano de Melhorias. Nele constam as questões aplicadas/avaliadas, as sugestões de melhorias dadas pela comunidade acadêmica e um espaço em cada questão para que os gestores analisem e registrem as **metas** e as **ações** com foco na correção dos pontos. O plano é publicado no Suap. Desse modo, os gestores podem acessá-lo e alimentá-lo durante o exercício seguinte.

Por consequência, esse processo avaliativo se configura em um valioso instrumento para a elaboração das diretrizes a serem traçadas, devendo ser um dos instrumentos norteadores na elaboração do planejamento de curto prazo da instituição, como o PAT.

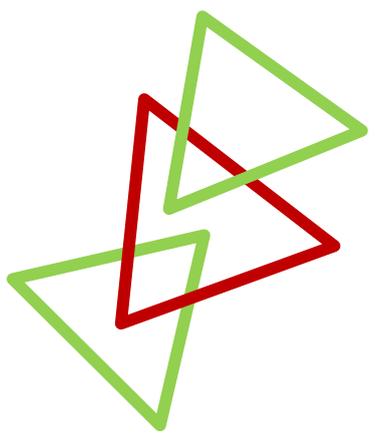
Outro importante impacto que os Relatórios de Autoavaliação podem causar é na construção do Plano de Oferta de Cursos e Vagas da Instituição e do Plano Diretor de Infraestrutura Física, principalmente no que diz respeito à acessibilidade e às melhorias estruturais voltadas para o ensino.

A importância do processo de autoavaliação institucional é tão grande que produz elementos que possibilitam a avaliação e a revisão, assim como subsidiam a elaboração dos planos institucionais de médio e longo prazos, como o Projeto Pedagógico Institucional e o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional.



1 1

**GESTÃO DA
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO**



11 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Tecnologia da Informação (TI) evoluiu de um papel clássico de suporte administrativo para uma posição estratégica nas instituições, indo além da sua função como ferramenta e tornando-se um fator crítico de sucesso. A aplicação efetiva de TI pressupõe a integração da estratégia de TI com o planejamento institucional.

No contexto educacional, a TI também se destaca como elemento essencial para o crescimento e o aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições de ensino, desempenhando um papel crucial para seu sucesso. Portanto, é cada vez mais importante alocar recursos financeiros de forma eficiente para atender às demandas de TI, considerando a complexidade do mercado, que oferece uma ampla gama de produtos e soluções altamente especializadas. Isso exige um monitoramento rigoroso no processo de planejamento e seleção das soluções a serem adquiridas.

Alinhada ao planejamento estratégico da instituição, a estratégia de TIC tem o objetivo de orientar o planejamento e o monitoramento de objetivos estratégicos e metas, consolidando a importância estratégica da TI e garantindo seu alinhamento com as áreas finalísticas da instituição.

A dimensão de TIC do IFRR dispõe de uma estrutura de governança para decisões estratégicas, avaliando, direcionando e monitorando iniciativas e projetos institucionais por meio dos comitês de Governança Digital (CGD) e de Gestão da Segurança da Informação (CGSI).

A DTI tem uma estrutura organizacional composta por 1 coordenação, a Coordenação de Desenvolvimento e Suporte a Sistemas (CDSS), e 3 núcleos especializados: o Núcleo de Governança (NGTI), o Núcleo de Infraestrutura e Redes (Ninf) e o Núcleo de Segurança da Informação (NSI). Nos *campi* CBV e CBVZO, há Coordenações de Tecnologia da Informação estabelecidas, enquanto que, nos *Campi* CNP e CAM, existem Núcleos de Tecnologia da Informação (NITs), associados aos Departamentos de Administração e Planejamento (DAPs). No CAB, ainda não foi formalizada uma estrutura administrativa específica para a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Portanto, a TIC contribui diretamente para o alcance dos objetivos institucionais, impulsionando a eficiência administrativa, melhorando a qualidade dos serviços educacionais, fortalecendo a governança de TI, ampliando o acesso à informação e promovendo a inovação. Além disso, ela facilita a tomada de decisões estratégicas e contribui para a integração de processos, promovendo o crescimento e a excelência institucionais.

11.1 ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Petic) tem como foco alinhar as necessidades da instituição com as estratégias de TIC para os próximos anos. Adotou-se, no âmbito do IFRR, uma abordagem ampla, utilizando-se métodos como o Questionário de Fatos e Dados, a Reitoria Itinerante, avaliações institucionais e de cursos, análise de legislações e documentos administrativos e revisão do Plano Anual de Trabalho. Nesse sentido, a equipe de TI concentrou-se nos temas mais relevantes, como equipamentos, serviços, governança, segurança da informação, sistemas de informações, garantindo uma abordagem participativa e inclusiva.

As necessidades foram coletadas da comunidade acadêmica, resultando em discussões em grupos de trabalho para definir objetivos estratégicos e metas. Essa abordagem holística busca assegurar que o Petic do IFRR seja eficaz na condução das ações de TIC e alinhado com as reais necessidades da instituição, promovendo a excelência no ambiente acadêmico.

Os objetivos estratégicos representam os resultados que a área de TIC do IFRR busca alcançar, tanto em quantidade quanto em qualidade. Esses objetivos são essenciais para cumprir a missão da instituição e realizar sua visão de futuro. Para medir o progresso em direção a esses objetivos, estabeleceram-se indicadores específicos, cada um com metas definidas para o período do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti). Identificou-se também uma série de iniciativas cruciais para o alcance dessas metas.

Foram categorizadas as necessidades institucionais de TIC em três segmentos (pessoas, processos e tecnologia), traçando-se um objetivo para cada um:

1) Objetivo relacionado às pessoas: investir em treinamento de pessoal com o objetivo de qualificar a equipe de TI para entrega de valor institucional, considerando a evolução na maturidade da governança, planejamento, segurança da informação, novas tecnologias e transformação digital;

2) Objetivo relacionado aos processos: implantar processos de gerenciais para a execução das atividades de forma organizada e em conformidade com a legislação vigente;

3) Objetivo relacionado à tecnologia: elaborar metas voltadas para a modernização de equipamentos e soluções e para a expansão da conectividade em todas as unidades do IFRR.

Figura 12: Categorização dos Objetivos de TIC em Pessoas, Processos e Tecnologia



Fonte: Elaborado pela Comissão Temática Responsável pelo Eixo 8 (2023)

A categorização das necessidades de TIC em pessoas, processos e tecnologia proporciona uma abordagem abrangente. Ao priorizar investimentos em treinamento para a equipe de TI, busca-se elevar a maturidade em governança, planejamento, segurança da informação, novas tecnologias e transformação digital. A implantação de processos gerenciais organizados e em conformidade com a legislação vigente destaca-se como meta essencial, enquanto que a modernização de equipamentos e soluções, aliada à expansão da conectividade nas unidades, constitui o cerne do objetivo relacionado à tecnologia, alinhando-se à evolução das demandas das partes interessadas.

11.2 PROCESSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Diante das transformações no cenário digital e das restrições de recursos, por exemplo, financeiros e humanos, torna-se crucial realizar o planejamento e a implementação de processos de gestão que contribuam para o alcance das metas institucionais no âmbito da TIC no IFRR. Destacam-se abaixo os processos considerados fundamentais para o êxito da estratégia:

I – Gestão da Estratégia:

- a) Artefato: elaboração do Petic/PDTIC.
- b) Objetivo: apoiar a estratégia de transformação digital da instituição e proporcionar valor por meio de mudanças planejadas.

II – Gestão da Segurança da Informação:

- a) Artefato: implantação do Framework PPSI da SGD/MGI.
- b) Objetivo: assegurar a integridade e a confidencialidade das informações por meio da implementação de boas práticas de segurança.

III – Gestão de Riscos:

- a) Artefato: implantação da Gestão de Riscos de TI (ISO 31000) e de Segurança da Informação (ISO 27000).
- b) Objetivo: identificar, avaliar e mitigar os riscos associados às operações de TI.

IV – Gestão de Projetos:

- a) Artefato: implantação de método ágil e sistema de gestão de projetos para a gestão dos projetos institucionais.
- b) Objetivo: implementar metodologia e sistemas para a gestão ágil de projetos, promovendo eficiência na execução de iniciativas estratégicas.

V – Gestão da Continuidade de Serviços:

- a) Artefato: elaboração do Plano de Contingenciamento e Resiliência dos Serviços de TIC da instituição.
- b) Objetivo: implantar o Plano de Contingência/Resiliência Institucional para garantir a continuidade operacional em situações adversas.

VI – Gestão de Mudanças:

- a) Artefato: elaboração do Plano de Mudanças Institucionais.

b) Objetivo: viabilizar a entrega rápida e confiável de mudanças nos processos de negócio, minimizando impactos na estabilidade e na integridade dos ambientes.

VII – Gestão de Dados:

a) Artefato: governança de dados.

b) Objetivo: garantir a efetiva utilização dos ativos de dados críticos para alcançar metas e objetivos corporativos.

VIII – Gestão de Operações:

a) Objetivo: coordenar e executar as atividades e procedimentos operacionais necessários à prestação de serviços de TIC internos e terceirizados.

IX – Gestão de Pessoas:

b) Objetivo: otimizar os recursos humanos para atender aos objetivos corporativos, promovendo a eficácia e a sinergia entre as equipes.

X – Gestão da Infraestrutura:

a) Objetivo: otimizar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para atender às demandas institucionais de forma eficiente e escalável.

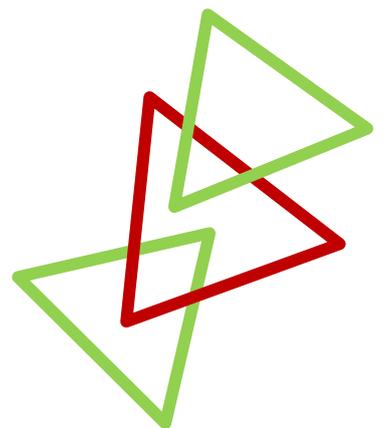
Esses processos representam uma abordagem ampla e estratégica para a Tecnologia da Informação no IFRR, buscando não apenas eficiência operacional, mas também o alcance dos objetivos gerais da instituição em um ambiente digital em constante mudança.

Um dos desafios do Petic é fortalecer a sinergia, transformando a Tecnologia da Informação em um setor estratégico, não apenas prestador de serviços, mas também parceiro vital para o alcance das metas de curto, médio e longo prazo.



12

**COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL**



12 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Entes públicos, de maneira geral, são instituições ou entidades criadas por lei com caráter público e, sobretudo, em funcionamento com orçamento público, sejam federais, sejam estaduais, sejam municipais. Têm como princípio básico a atuação voltada para a sociedade e, portanto, devem cumprir com diversos requisitos para o adequado funcionamento, entre eles transparência, prestação de contas e promoção do diálogo com os cidadãos.

A comunicação pública é uma das ferramentas para o cumprimento dos requisitos acima citados, pois, segundo a Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCP), visa promover acesso, agir com transparência, prestar informação ao público, além de estimular a participação das pessoas naquilo que lhes diz respeito, pois se trata de uma ação institucional que busca alcançar cada pessoa, vista na perspectiva de cidadã.

Para o devido atendimento dos requisitos de funcionamento de instituições e entidades públicas e para a execução de uma comunicação pública, a ferramenta das organizações públicas é a Assessoria de Comunicação Social, que, de uma maneira geral, tem uma atuação que integra os meios e os recursos disponíveis em prol do planejamento e da execução das ações de divulgação para informar e estimular a interação dos diversos públicos da instituição com as atividades e os serviços promovidos por ela.

O leque de atividades de uma Assessoria de Comunicação Social é amplo, abrangendo desde ações nas áreas de relações públicas, imprensa, publicidade e propaganda, até ações na área mais recentemente integrada, a de marketing. Vale destacar que todas essas áreas pontuadas acabam compondo uma que já se tornou também campo de atuação específico, que é a de mídias digitais/sociais.

Atualmente, a Assessoria de Comunicação Social e *Marketing* (Ascom) do IFRR, em funcionamento na Reitoria, atende diretamente, além da unidade gestora do instituto, a quatro dos cinco *campi* da instituição. O instituto conta com um total de 14 profissionais da área de comunicação, sendo 5 jornalistas, 1 relações públicas, 3 programadores visuais, 1 revisor de textos e 5 técnicos audiovisuais. Não dispõe de nenhum profissional especializado na área de *marketing*, apesar da designação do setor.

No entanto, desse total, 5 não atuam na Ascom: 3 técnicos audiovisuais (um lotado na CCS do *Campus* Novo Paraíso, um lotado na EAD do *Campus* Boa Vista e outro em um departamento de cultura, também do *Campus* Boa Vista), 1 programador visual e 1 (uma) jornalista (ambos lotados na CCS do *Campus* Boa Vista). Dessa forma, de maneira efetiva, mesmo atendendo a cerca de 90% da demanda geral do instituto com serviços de comunicação e, quando há necessidade, o *campus* que tem coordenação exclusiva de comunicação, o setor possui, de maneira efetiva, apenas 9 profissionais específicos da área.

Ainda assim, a equipe da Ascom, nos últimos dois anos, tem atuado com o propósito de realizar um trabalho de comunicação organizacional integrado, englobando estratégias de comunicação das diversas áreas de atuação profissional, com foco tanto em ações voltadas para a comunicação interna quanto para a comunicação externa.

Desde a instituição do Sistema Unificado da Administração Pública (Suap), incluindo o registro de demandas para a Ascom, é possível verificar a crescente produção da equipe de comunicação do IFRR que atua na Reitoria, com destaque para os serviços de mídias digitais/sociais (ver a tabela 27), que vêm sendo, a cada ano, mais demandados, levando-se em conta as tendências de comunicação mundiais, mas principalmente nacionais.

Tabela 27: Levantamento das Produções Realizadas pela Equipe de Comunicação do IFRR

Categoria de serviço	2019 (ano de implantação de demandas por Suap)	2020	2021	2022	2023
REVISÃO	8	878	663	847	625
JORNALISMO	184	580	492	456	495
MÍDIAS SOCIAIS	-	256	390	367	502
<i>DESIGN</i>	85	253	326	303	277
AUDIOVISUAL	54	55	53	117	116
RELAÇÕES PÚBLICAS (apoio a eventos)	19	19	47	48	53

*Os números referentes a 2023 não são os consolidados, pois, na entrega do documento, o ano ainda não havia fechado.

Fonte: IFRR (2023)

12.1 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

Entendendo o quão fundamental e estratégica é a comunicação pública, a atual gestão do IFRR vem trabalhando na construção de uma política de comunicação institucional, visando atuar com esse importante instrumento de relacionamento com os diversos públicos do instituto e, assim, além de consolidar a marca da instituição, ampliar o conhecimento dos serviços e das ações prestadas à sociedade, podendo alargar o raio de atuação, garantir o cumprimento de requisitos básicos de funcionamento de um ente público e contribuir para a disseminação de informações das áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica à sociedade.

A construção da política de comunicação do IFRR, pautada, sobretudo, no interesse coletivo, na contribuição para o exercício da cidadania, nos princípios da transparência e na garantia de prestação de contas, vem ocorrendo nos últimos dois anos por meio de uma proposta de realização de um processo dinâmico, permanente, de alinhamento da cultura de comunicação do IFRR com os objetivos, a missão e os valores institucionais, observados os perfis específicos dos diversos públicos do instituto.

O objetivo principal disso é estabelecer um conjunto de orientações ou diretrizes gerais, estreitamente alinhadas com os objetivos institucionais, com a cultura e a gestão organizacionais, que deverão pautar a relação da instituição com os diversos públicos de maneira estratégica no intuito de promover condições seguras para o diálogo, a consolidação de marca e, até mesmo, para o reposicionamento haja vista a possível ampliação de atuação ou situação de crise que possa ocorrer.

Para tanto, uma comissão temática foi criada em 2021, iniciando os diálogos com gestores de unidades de ensino e técnicos da área de comunicação, visando à sensibilização sobre a importância da criação do documento e a busca de contribuições para o início do processo.

Depois de superar déficits momentâneos de pessoal específico da área de comunicação, ocorrido em 2022, no ano de 2023, ao receber da atual gestão a confirmação de reconhecimento da importância estratégica da área de comunicação, como peça fundamental para o desempenho do instituto, com base nos resultados

que vêm sendo apresentados pela Assessoria de Comunicação Social e *Marketing*, a área passou a receber sinalização da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) para um possível fortalecimento do setor, partindo da admissão da necessidade urgente da construção e da implementação da regulamentação da política de comunicação do instituto.

Assim, seguindo a metodologia do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a comissão temática de comunicação apresentou uma proposta de construção democrática do documento, por meio de encontros setoriais, para ouvir o público interno, finalizando etapa inicial do processo com uma consulta pública, antes da aprovação pelo Conselho Superior (Consup).

Para isso, um planejamento/cronograma de encontros foi apresentado à comissão geral do PDI, visando obter o suporte de todo o instituto, ou seja, das cinco unidades de ensino, além da Reitoria, para a efetivação do plano voltado para a etapa consultiva de construção do documento institucional.

Além disso, uma minuta com um esboço inicial da política de comunicação, baseada em reuniões do Fórum de Comunicadores do IFRR, além de pesquisas bibliográficas a respeito de comunicação pública e comunicação corporativa, foi apresentada à comissão setorial responsável pelo eixo 4 do PDI, com a previsão da metodologia de apresentação do documento ao Consup e da implementação do formato regulamentado de atuação não apenas da Assessoria de Comunicação, mas também de todos os agentes públicos do instituto que passarão a contar com um guia para a otimização do setor em benefício coletivo.

Em 2024, pretende-se finalizar a minuta do documento, seguindo, ao máximo, os passos consultivos de construção e adotando medidas para a aprovação do texto final pelo Consup, visando à implementação da regulamentação até 2025.

12.2 PERSPECTIVA DE TRABALHO

Já comprovada como peça fundamental para uma gestão com desempenho positivo, a comunicação depende de um trabalho estruturado, e o caminho para o alcance de resultados efetivos para o público é a consolidação de seus objetivos, metas, iniciativas, indicadores e projeções no planejamento estratégico institucional,

que deve ser renovado sempre que necessário, seguindo-se as dimensões de trabalho, os objetivos e as metas estabelecidos.

Como parte integrante da construção do PDI, a equipe da Ascom apresenta a seguinte perspectiva de trabalho para otimizar e ampliar a atuação do setor:

Quadro 34: Perspectiva de Trabalho

Dimensões	Objetivos	Metas
Comunicação institucional	Regulamentação das ações de comunicação do IFRR	<ul style="list-style-type: none"> - Finalização da construção da Política de Comunicação do IFRR até o fim de 2024. - Aprovação da Política de Comunicação do IFRR pelo Consup até o fim do primeiro semestre de 2025. - Criação da estratégia de divulgação/implementação da Política de Comunicação do IFRR até o fim do primeiro semestre de 2025. - Execução do plano de divulgação da Política de Comunicação do IFRR até o fim de 2025. - Implementação da Política de Comunicação do IFRR durante o ano de 2026. - Revisão da Política de Comunicação do IFRR durante o ano de 2027. - Criação de um novo planejamento estratégico de comunicação com base nos resultados obtidos a partir da implementação da Política de Comunicação do IFRR.
Identidade/imagem do IFRR	Promoção/fortalecimento da identidade/imagem do IFRR	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um plano estratégico de comunicação para a promoção da imagem do IFRR e fortalecimento da identidade institucional até o fim do primeiro semestre de 2024. - Início da execução das ações do plano estratégico de comunicação para a promoção da imagem do IFRR e fortalecimento da identidade institucional até o fim de 2024.
Atividades de comunicação	Aperfeiçoamento da equipe de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de ações de atualização, aperfeiçoamento e capacitação dos profissionais da Ascom, sobretudo, nas áreas de produção de

Dimensões	Objetivos	Metas
o institucional	para otimização das atividades de comunicação institucional	<p>conteúdo, com ênfase em marketing e mídias sociais, além de acessibilidade para o maior alcance e ampliação dos resultados das atividades promovidas pela comunicação institucional (ações permanentes no quinquênio 2024-2028).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de capacitações específicas para equipes voluntárias dos núcleos de apoio. - Investimentos/esforços na gestão de conteúdo.
Canais/produtos de comunicação institucional	Fomento para a consolidação dos canais/produtos de comunicação institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos estratégicos na consolidação dos canais/produtos de comunicação institucional. - Criação de novos produtos de comunicação institucional. - Investimentos/esforços para unificação de mídias sociais concentradas no IFRR Oficial. - Fomento/investimentos em equipamentos/<i>softwares</i> para otimização do trabalho da comunicação.
Comunicação interna	Fortalecer a comunicação interna	<ul style="list-style-type: none"> - Criação/investimentos em ações voltadas para a melhoria das ações de comunicação interna do instituto.

Fonte: IFRR (2023)

C) CONCLUSÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) emerge como uma ferramenta fundamental para guiar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima em sua jornada em direção ao sucesso acadêmico, à inovação e ao impacto positivo de suas ações na sociedade. Ao esboçar uma visão prospectiva para os próximos cinco anos, o PDI não apenas delinea os objetivos estratégicos, as metas e as ações específicas do IFRR, mas também incorpora a identidade institucional, os valores, a visão democrática e a contribuição de toda a comunidade acadêmica.

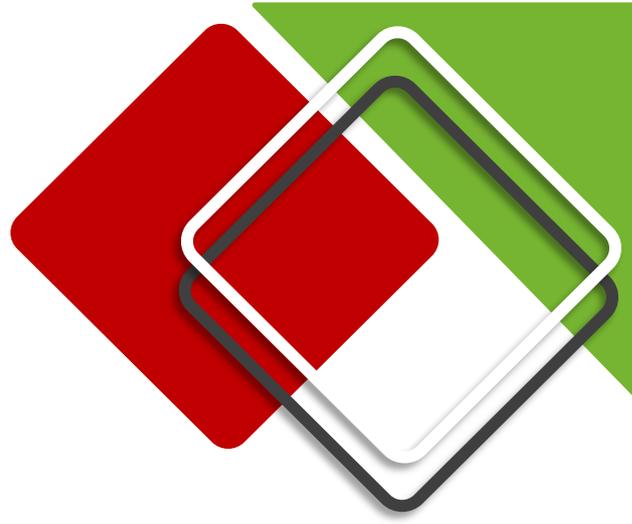
Ao explicitar metas claras alinhadas às necessidades da instituição e da comunidade onde a instituição está inserida, o PDI torna-se um farol, indicando o caminho para o desenvolvimento sustentável e a excelência na integração do ensino, da pesquisa e da extensão. A construção colaborativa desse documento, envolvendo os principais atores da comunidade acadêmica, reflete o compromisso democrático e participativo em direção a uma execução segura e a um futuro educacional robusto, que impactará o perfil do egresso, os arranjos produtivos, sociais e culturais, bem como a atuação dos servidores.

Ao chegar-se à conclusão deste documento, que se traduz na entrega dele à sociedade, é crucial ressaltar que o sucesso do PDI não repousa apenas em sua elaboração cuidadosa, mas também na execução diligente, no monitoramento, na análise e no controle efetivo de suas diretrizes. A implementação das metas propostas exige um comprometimento contínuo de todos os envolvidos, desde os gestores institucionais até os membros da comunidade acadêmica.

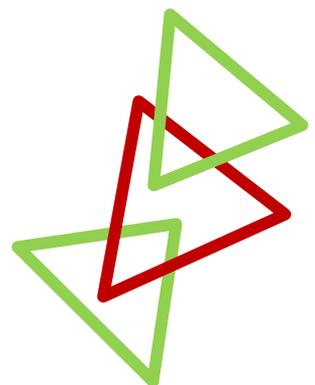
A conscientização sobre a importância da execução, do monitoramento e do controle do PDI deve ser disseminada amplamente, destacando que cada ação, por menor que seja, contribui para o alcance dos objetivos institucionais. A responsabilidade coletiva no monitoramento constante, na avaliação de resultados e na adaptação às mudanças do contexto educacional é essencial para garantir a relevância e a eficácia do plano ao longo de sua vigência.

Nesse sentido, insta-se os membros do IFRR a abraçar esse compromisso com entusiasmo e responsabilidade. A concretização dos objetivos delineados neste PDI não apenas moldará o futuro da instituição, mas também reforçará o seu papel

de agente transformador da sociedade por meio da educação, da ciência e da tecnologia. Espera-se que, de maneira democrática e colaborativa, todos continuem dedicando-se à construção de um IFRR cada vez mais forte, inovador e comprometido com o desenvolvimento educacional, social e econômico no âmbito do Estado de Roraima.



APÊNDICES



D) APÊNDICES

E) APÊNDICE I – LEGISLAÇÕES CONSULTADAS PARA ELABORAÇÃO DO PDI

Quadro 35: Síntese das Legislações Consultadas na Elaboração do PDI 2024-2028

LEGISLAÇÃO	OBJETO	REFERÊNCIA	IMPLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O PDI
Portaria do MEC n.º 1.466/2001, de 12/7/2001	Autorização de curso fora de sede	Art. 4.º	Pedidos de autorização devem ter como documentação o PDI, entre outros
Resolução CNE/CES 10, de 2002	Dispõe sobre credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.	Art. 6.º; Art. 7.º	O PDI deve ser desenvolvido conjuntamente entre a mantenedora e a mantida; apresenta listagem dos documentos que devem ser incluídos no PDI; coloca o PDI como requisito aos atos de credenciamento e reconhecimentos das IES; pode ser exigido no âmbito das ações de supervisão realizadas pela SeSu/MEC; e deve sofrer aditamento em caso de modificações.
Portaria do MEC n.º 7, de 19/3/2004	Aditamentos por modificações no PDI.	Art. 1.º	Alterações devem ser atualizadas no Sapiens em virtude de inclusão e exclusão de cursos, ensejando alterações no PDI.
Portaria n.º 2.051, de 09/7/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes.	Art. 15	As comissões externas de avaliação das instituições examinarão, entre outros documentos: I - O (PDI).
Decreto n.º 5.224/2004, de 1/10/2004	Dispõe sobre a organização dos Cefets que se tornaram IFs (institutos federais).	Art. 17 § 5.º; Art. 21	Credenciamento dos IFs condicionado à apresentação do PDI e a indic. institucionais de desempenho.

LEGISLAÇÃO	OBJETO	REFERÊNCIA	IMPLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O PDI
Portaria do MEC n.º 4.361, de 29/12/2004	Processos a serem protocolados no Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – Sapiens/MEC.	Art. 1.º; Art. 3.º; Art. 14, § 3.º	Necessidade do PDI (e aditamentos) para credenciamento e reconhecimentos das IES.
Decreto n.º 5.622, de 19/12/2005	Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Art. 12; Art. 26, inciso II, alínea a	Necessidade do PDI para pedido de credenciamento da instituição; necessidade de constar no PDI vínculos para a oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas.
Decreto n.º 5.773/2006, de 9/5/2006	Supervisão e Avaliação das IES e seus Cursos.	Art. 15; Art. 16	PDI como documento obrigatório no processo de credenciamento; apresenta elementos que devem constar no PDI.
Portaria Normativa MEC n.º 2, de 10/1/2007	Procedimento de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.	Art. 3.º, § 6.º	Cursos de EAD ofertados pelas instituições dos sistemas federal e estaduais devem estar previstos no PDI apresentado pela instituição, por ocasião do credenciamento.
Portaria Normativa n.º 40, de 12/12/2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.	Art. 2.º, §1.º; Art. 15, § 5.º; Art. 26; Art. 46; Art. 57; Art. 57, § 5.º; Art. 59	Análise dos dados inseridos no PDI pela Comissão de Avaliação durante visita <i>in loco</i> ; necessidade de o curso a ser autorizado constar no PDI; PDI como documento indispensável para o pedido de credenciamento para EAD; mudanças no PDI tramitem como aditamento ao ato de credenciamento ou reconhecimentos; pedido de credenciamento de <i>campus</i> fora de sede deverá envolver mudanças no PDI.

LEGISLAÇÃO	OBJETO	REFERÊNCIA	IMPLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O PDI
Resolução CNE/CES n.º 3, de 14/10/2010	Regulamenta o art. 52 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do sistema federal de ensino.	Art. 3.º; Art. 6	O credenciamento como universidade deve observar a compatibilidade do PDI e do Estatuto com a categoria de universidade, além de destacar a necessidade de inserir, eletronicamente em campo determinado, o PDI, entre outros documentos.
Resolução n.º 1, de 11 de março de 2016	Estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância.	Art. 2.º, § 1.º; Art. 5.º, § 1.º e §3.º; Art. 6.º; Art. 7.º, § 4.º; Art. 9.º, § 3.º; Art. 10; Art. 14, § 1.º; Art. 16; Art. 17; Art. 25, § 1.º	Necessidade de constar no PDI a modalidade educacional definida pela IES; os polos de EAD e a distinção entre polos; a expansão de cursos e os polos de EAD deverão estar subordinados aos termos do PDI; as IES devem estabelecer em seu PDI/PPI a previsão detalhada de áreas, cursos e programas de educação a distância; nos processos de credenciamento para EAD deverá constar o PDI.
Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.	Todos os artigos	O decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior (IES) e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino.
Instrução Normativa n.º 24, de 18 de março de 2020	Dispõe sobre a elaboração, a avaliação e a revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública	Todos os artigos	Disciplina a elaboração, a avaliação e a revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

LEGISLAÇÃO	OBJETO	REFERÊNCIA	IMPLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O PDI
	federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), estruturado nos termos do art. 21 do Decreto n.º 9.739, de 28 de março de 2019.		

Fonte: Adaptado do Livro ForPDI.

F) APÊNDICE II – LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DO IFRR

Quadro 36: Levantamento de Área do *Campus* Avançado Bonfim

Espaço	Área Útil (m²)
Hall de Entrada	29,34
Sala de Limpeza	7,27
Guarita	3,56
CTI	9,17
Sala de Equipamento	4,36
Almoxarifado	11,97
Protocolo	4,95
Administrativo I	26,04
Administrativo II	20,18
Diretoria	14,63
Coordenação	14,63
Descanso	21,64
Estúdio de Gravação	15,97
Sala de Atendimento 1	8,53
Sala de Atendimento 2	8,32
Sala de aula 1	59,35
Sala de aula 2	59,35
Laboratório de Informática	82,68
Copa	6,00
Cantina	12,75
Sala de Convivência	114,99
Biblioteca	56,75
Guarita Externa	7,14
Sala Modular	71,94

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 37: Levantamento de Área do *Campus* Amajari

Espaço	Área Útil (m²)
Coordenação de Transporte	13,23
Coordenação de Turno	12,85
Núcleo de EAD	15,97
Sala de Psicologia e Enfermagem	15,85
Departamento de Ensino	15,85
Coord. de Gestão de Pessoas	14,52
Coordenação Pedagógica	20,85
Departamento Técnico	17,52

Espaço	Área Útil (m²)
Coordenação de Extensão e Pesquisa	13,23
Coordenação Técnica	14,97
Coordenação de Alojamentos	13,32
Coord. de Registros Acadêmicos	10,57
Arquivo	16,06
Coord. de Assistência ao Estudante	15,69
Coordenação de Cursos Técnicos	14,80
Coord. de Cursos e Estágio	17,52
Copa	8,39
Rádio	14,52
Coord. de Tecnologia da Informação	28,76
Coordenação Pedagógica	13,44
Sala de Aula 1	54,55
Sala de Aula 2	54,55
Sala de Aula 3	54,55
Sala de Aula 4	54,55
Sala de Aula 5	54,55
Sala de Aula 6	54,55
Sala de Aula 7	54,55
Sala de Aula 8	54,55
Sala de Música	68,45
Sala dos Professores	68,45
Laboratório de Informática	68,45
Laboratório de Química/Biologia	72,11
Recepção da Coord. de Aquicultura	9,89
Coord. do Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura	32,72
Recepção da Coordenação de Almoxarifado	11,38
Coordenação de Almoxarifado	36,30
Almoxarifado	270,96
Recepção	28,65
Coordenação de Comunicação Social/Protocolo/Gabinete	27,93
Direção-Geral	32,70
Departamento de Administração e Planejamento	61,52
Alojamento 1	276,37
Alojamento 2	276,37
Alojamento do Servidor	55,58
Ginásio	1860,89
Refeitório	255,20

Espaço	Área Útil (m²)
Biblioteca/Sala de Pesquisa	31,22
Biblioteca/Sala de Coordenação	12,96
Biblioteca	125,68
Biblioteca/Proces. Técnico	26,46
Biblioteca/Estudo Individual e Periódico	41,03
Biblioteca/Acervo	147,18
Alojamento 3	291,42
Alojamento 4	291,42
Sala Modular 1	103,90
Sala Modular 2	103,90
UEP	143,00

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 38: Levantamento de Área do *Campus Boa Vista*

Espaço	Área Útil (m²)
ALMOXARIFADO	
Coordenação de Patrimônio	37,70
Corredor	43,74
Pátio	40,78
Coordenação de Almojarifado	28,52
Almojarifado	383,40
BLOCO ADMINISTRATIVO	
Diretoria de Extensão	31,24
Ceaeg	33,16
Coord. de Projetos e Extensão	23,23
Sala do Pronatec	20,31
Copa	14,44
Depósito	7,58
Sala de Espera	20,56
Arquivo	20,09
Dir. de Adm. e Planejamento	27,97
Deplan	49,35
Circulação	166,61
Banheiros	39,76
Sala de Reuniões	72,90
Gabinete da Direção-Geral	28,57
Secretaria do Gabinete	16,40
Direção-Geral	20,69
Comissão de Processo Seletivo e Vestibular	20,25
Coordenação de Contabilidade e Finanças	42,13
Diretoria de Pesquisa	27,43
Telefonista	10,79

Espaço	Área Útil (m²)
Diretoria de Pesquisa (Sala 2)	49,07
Diretoria de Pesquisa (Sala 3)	20,56
Sala de Pesquisa e Inscrição do Pronatec	14,33
Coord. de Protocolo e Arquivo	41,38
BLOCO DE SAÚDE (TÉRREO)	
Espaço de Convivência	152,35
Corredor	81,08
Coordenação de Assistência Estudantil (Caes)	17,33
Caes/Psicologia	10,53
Caes/Assistente Social	12,37
Caes/Consultório Médico	12,89
Caes/Enfermagem	12,73
Caes/Odontologia	29,58
Caes/Recepção	9,82
Caes/Atendimento Pedagógico	9,49
Caes/Banheiros	10,99
Jardim de Inverno	7,63
BLOCO DE SAÚDE (PAVIMENTO 1)	
Sacada	39,79
Depósito	40,69
Salas de Aula	97,84
Laboratório de Anatomia Humana	58,45
Laboratório de Procedimentos Complexos	30,93
Laboratório de Procedimentos Básicos	36,27
Banheiros	23,88
Corredor	49,35
BLOCO DE SAÚDE (PAVIMENTO 2)	
Sacada	35,16
Laboratório de Hematologia	36,80
Coordenação de Cursos	30,66
Laboratório de Bacteriologia	17,20
Laboratório de Bioquímica	17,35
Depósito	9,72
Sala 5	46,69
Circulação	13,31
Meio de Cultura	10,36
Central de Material Esterilizado	21,95
Laboratório de Parasitologia e Uroanálise	58,65
Corredor	47,17
Banheiros	23,22
Quadras de Esporte	1870,11
Salão de Dança	222,83
Sala de Aula	88,77

Espaço	Área Útil (m²)
Sala de Pesagem	56,86
Vestiários	111,52
Almoxarifados	80,66
Circulação	60,37
Banheiros	13,68
Departamento de Transporte	45,43
Setor de Limpeza (Descanso)	28,48
Depósitos	130,80
Garagem de Veículos	547,30
Arquibancada	264,99
BLOCO VII	
Banheiros	106,34
Refeitório	217,48
Cozinha	155,02
Laboratório de Informática	319,71
Coord. de Tecnologia da Informação	97,52
Salas de Aula	453,18
Academia	112,82
Laboratório de Pesquisa e Inovação (1)	49,09
Laboratório de Instalações Hidráulicas e Sanitárias	112,94
Lab. de Cartografia	55,68
Laboratório de Pesquisa e Inovação (2)	55,86
Laboratório de <i>Hardware</i>	64,20
Sala sem Denominação	84,74
Corredores e <i>Hall</i>	673,46
BLOCO II	
Napne	60,85
Salas de Aula	1.165,92
Corredor	524,65
Coordenação de Turnos	10,25
Portaria	82,89
Guarita	4,93
Banheiros	65,88
Diretoria de Ensino	25,34
Departamento de Apoio Pedagógico	63,86
Auditório	287,83
BLOCO IV	
Laboratório de Instalações Prediais	83,72
Depósito	28,04
Laboratório de Máquinas Elétricas	83,41
Coord. do Lab. de Eletrotécnica	28,33
Laboratório de Materiais de Construção e Mecânica dos Solos	272,9

Espaço	Área Útil (m²)
Corredor	824,96
Laboratório de Informática	159,71
Laboratório	73,6
Laboratório de Matemática	76,35
Sem Definição	27,02
Laboratório de Bioquímica 1	87,95
Coordenação de Laboratórios	21,86
Laboratório de Biologia	62,96
Laboratório de Saneamento Ambiental	76,56
Laboratório de Bioquímica 2	87,95
Sem Definição	21,86
Laboratório de Física	62,96
Neabi	21,79
Coae	23,58
Parfor	41,76
Sala de Reprografia	42,62
Departamento de Registros Acadêmicos	89,02
Sala de Informática	44,97
Sala de Coordenações	150,21
Mulheres Mil	306,24
Varanda	50,33
Recepção	32,36
Área de Serviço	5,85
Sala de Apoio	12,57
Banheiro	3,82
Coordenação	12,83
Cantina	89,27
Área Livre	89,27
Cantina	9,94
PISCINA	
Depósito	15,41
Banheiros	83,95
Vestiários	90,82
BLOCO DE ARTES	
Salas de Aula	551,06
Recepção	103,15
<i>Hall</i> de Entrada	40,04
Banheiros	24,12
Coordenação	23,93
Vestiários	18,51
DIVERSOS	
Guarita 1	29,98
Guarita 2	7,20

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 39: Levantamento de Área do *Campus* Boa Vista Zona Oeste

Espaço	Área Útil (m²)
Arquivo e Protocolo	22,12
Almoxarifado	20,97
Departamento de Administração e Planejamento (Sala 1)	305,70
Departamento de Administração e Planejamento (Sala 2)	11,60
Sala de Arquivo Deslizante	14,65
Coord. de Reg. Escolares (Sala 1)	22,66
Coord. de Reg. Escolares (Sala 2)	40,03
Banheiros Servidor (Masculino e Feminino)	32,67
Banheiro PNE	2,55
Hall dos Banheiros	1,45
Sala de Reuniões	24,40
Direção-Geral	28,67
Direção-Geral (WCs)	3,64
Direção-Geral (<i>Hall</i>)	4,78
Sala de Dados	6,70
Dados	9,42
Copa	8,39
Coord. de Comunicação Social	27,97
Gabinete	22,32
Consultório Médico	16,60
Consultório/Enfermaria	16,28
Coordenação de Assistência ao Ensino e Aprendizagem (Codaea)	16,60
Codaea/Sala de Esterelização	6,50
Codaea/Sala Psicóloga	13,41
Codaea/Recepção	15,16
Codaea/Assistência Social	13,41
Codaea/WC PNE/Masc.	6,21
Codaea/Depósito	97,64
Laboratório de Informática 1	97,64
Laboratório de Informática 2	97,64
Salas de Aula de 1 a 11	63,35
Laboratório de Física/Biologia	97,64
Laboratório de Química	97,64
Banheiro de Alunos (Masc.)	26,36
Banheiro de Alunos (PNE Masc.)	3,45
Banheiro de Alunos (<i>Hall</i> Masc.)	2,57
Sala dos Terceirizados	30,34
Laboratório de Química (Depósito)	15,24
Coordenação Pedagógica	15,38
Banheiro de Alunos (Feminino)	27,56
Banheiro de Alunos (PNE Fem.)	3,45

Espaço	Área Útil (m²)
Banheiro de Alunos (<i>Hall Fem.</i>)	2,57
Grêmio	30,34
Dados	15,37
Copa	15,23
Sala dos Professores	97,64
Miniauditório/Cinema	97,64
Biblioteca	296,05
Departamento de Ensino	63,35
Quadra de Vôlei de Areia	347,50
Quadra Coberta	785,00
Refeitório Modular	335,25

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 40: Levantamento de Área do *Campus Novo Paraíso*

Espaço	Área Útil (m²)
Protocolo	18,50
Guarita	18,50
Recepção do Gabinete	21,09
Gabinete	21,09
Direção-Geral	55,87
Sala de Reunião	42,18
Coordenação de Almojarifado	29,05
Almojarifado	117,00
Coord. Tecnologia da Informação	42,18
Coordenação do Curso Superior de Agronomia	20,81
Coord. de Registros Escolares	20,81
Coord. de Gestão de Pessoas	20,81
Coord. de Estágio e Extensão	20,81
Departamento de Administração e Planejamento	28,00
Coord. de Finanças	40,29
Laboratório de Informática	89,25
Cinema	89,25
Sala dos Professores	108,30
Depósito	23,52
Reprografia	23,52
Refeitório	190,00
Biblioteca	180,80
Biblioteca/Sala de Pesquisa	31,85
Biblioteca/Processamento Técnico	13,51
Biblioteca/Periódico	13,32
Biblioteca/Sala de Estudo Individual	41,44
Biblioteca/Acervo	146,70
Sala do Psicólogo	17,44

Espaço	Área Útil (m²)
Consultório Odontológico	16,79
Consultório Médico	14,04
Atendimento	11,31
Enfermaria	13,26
Coord. Pedagógica	21,09
Departamento de Ensino	20,52
Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária	20,52
Assistência de Aluno	20,52
Sala de Aula 1	54,21
Sala de Aula 2	54,21
Sala de Aula 3	54,21
Sala de Aula 4	54,21
Sala de Aula 5	54,21
Sala de Aula 6	55,30
Sala de Aula 7	55,30
Sala de Aula 8	55,30
Sala de Aula 9	55,30
Sala de Aula 10	55,30
Laboratório de Química e Biologia	65,55
Laboratório de Física e Agroindústria	75,21
Laboratório de Sementes	62,10
Laboratório de Solos	47,61
Sala de Aula 11	54,51
Sala de Aula 12	54,51
Sala de Aula 13	54,51
Sala de Aula 14	54,51
Sala de Aula 15	54,51
Depósito de Materiais	19,70
Sala dos Motoristas	19,70
Ginásio	2046,42
Residência do Servidor 1	75,51
Residência do Servidor 2	75,51
Residência do Servidor 3	60,93
Alojamento 1	291,76
Alojamento 2	292,76
Alojamento 3	293,76
Alojamento 4	291,42
Alojamento 5	291,42
Salas Modulares/Bloco 1	226,61
Salas Modulares/Bloco 2	162,96
UEP	143,00

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 41: Levantamento de Área da Reitoria

Espaço	Área Útil (M²)
Protocolo	15,94
Asmof. Terceirizados	23,40
Recepção/Posto da Guarda	6,00
Deteo 1	53,57
Decom/ CPP	53,57
Dirad	58,16
Comissão de Concurso Público	25,64
Audin	25,64
Comissão de Ética	25,64
Proad	25,60
Deorc	25,64
CMP	23,63
Dipead I	22,23
Dipead II	22,20
Dipead I II	22,23
Ascom I	22,23
Ascom II	40,49
Gabinete da Reitoria	25,20
Secretaria/Chef. de Gabinete	34,60
Gab./Recepção I	30,67
Gab./Apoio II	23,20
Arinter	12,20
AGU	44,78
DTI I	49,00
DCF	75,66
DTI II	38,50
Proen	71,00
CAP	9,00
Copa/Sala de Terceirizados	15,20
Sala de Reuniões	0,00
Proex I	33,60
Proex II	33,60
Prodin I	23,78
Prodin II	38,40
Propesq I	19,43
Propesq II	43,80
Ouvidoria	38,00
Deteo/Direção	26,90
CPPD/CQVS/CCAD/CAA/CPAG	143,73
DGP	59,60
CDS	19,60
Descanso/DGP	25,60

Espaço	Área Útil (M²)
Auditório	423,82
Copa	23,00
Almoxarifado	132,60

Fonte: Deteo (2023)

G) APÊNDICE III – DETALHAMENTO DOS LABORATÓRIOS DOS CAMPI

Quadro 42: Laboratórios do *Campus Amajari*

Especificação do Laboratório	Quant.
Laboratório de Informática/Inclusão Digital Objetivo: propiciar o exercício de atividades pedagógicas, científicas e tecnológicas.	1
Laboratório de Biologia/Aquicultura Objetivo: proporcionar aulas práticas e análise de experimentos de solos, pós-colheita, etc./aulas das disciplinas de Aquicultura, análise da água e análises biométricas.	1
Laboratório de Processamento e Beneficiamento de Alimentos Objetivo: dar suporte para o ensino dos cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia. Ensino técnico: Piscicultura, Nutrição de Organismos Aquáticos, Tecnologia do Pescado, Bovinocultura de Leite, Bovinocultura de Corte, Caprinos e Ovinos, Avicultura de Corte e Postura, Criações Alternativas, Forragicultura, Nutrição Animal e Suinocultura. Ensino superior de tecnologia: Fundamentos de Bioquímica, Biotecnologia Aplicada à Aquicultura, Piscicultura, Nutrição de Organismos Aquáticos, Tecnologia do Pescado e Elaboração de Alimentos Alternativos	1
Laboratório de Nutrição Animal Objetivo: dar suporte para o ensino dos cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia. Ensino técnico: Piscicultura, Nutrição de Organismos Aquáticos, Tecnologia do Pescado, Bovinocultura Leite, Bovinocultura de Corte, Caprinos e Ovinos, Avicultura de Corte e Postura, Criações Alternativas, Forragicultura, Nutrição Animal e Suinocultura. Ensino superior de tecnologia: Fundamentos de Bioquímica, Biotecnologia Aplicada à Aquicultura, Piscicultura, Nutrição de Organismos Aquáticos, Tecnologia do Pescado e Elaboração de Alimentos Alternativos.	1

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 43: Laboratórios do *Campus Boa Vista*

Especificação do Laboratório	Quant.
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Educação Matemática (Lepem) Objetivo: dar suporte didático à formação do professor em formação e aos professores que atuam no curso como professor formador com atividades de ensino, pesquisa e extensão. O laboratório conta com dois espaços: 1) Lepem – Laboratório de Práticas de Ensino de Matemática com Materiais Manipuláveis; 2) LAPEMT – Laboratório de Práticas de Ensino de Matemática com Novas Tecnologias Digitais da Informação de Comunicação.	1
Laboratório de Línguas Objetivo: prestar atendimento às aulas práticas de idiomas do curso de Letras/ Espanhol e Literatura Hispânica e aos cursos de extensão e	1

Especificação do Laboratório	Quant.
demandas do Centro de Línguas – Nucli.	
Laboratório de Desenvolvimento de <i>Software</i> Tads Objetivo: prestar atendimento às necessidades das aulas teóricas e práticas do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tads).	2
Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação TADS Objetivo: fomentar, criar e entregar projetos de tecnologias diferenciadas com alta contribuição para a sociedade e os arranjos produtivos locais.	1
Laboratório de Medidas e Avaliação Objetivo: auxiliar no aprendizado do componente curricular de medidas e avaliação, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão em atendimento à formação da Licenciatura em Educação Física, graduação, especialização e mestrado nessa área.	1
Laboratório de Psicomotricidade e Desenvolvimento Motor Objetivo: auxiliar no aprendizado do componente curricular de psicomotricidade, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.	1
Laboratório de Saneamento Ambiental Objetivo: realizar aulas práticas de análises físico-químicas de água e sedimentos para quantificação de poluentes específicos.	1
Laboratório Multidisciplinar - Biologia Objetivo: auxiliar no aprendizado dos componentes curriculares de formação pedagógica e técnica dos discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e demais licenciaturas, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.	1
Laboratório de Eletricidade e Eletrônica Objetivo: desenvolver atividades práticas, pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios da Eletrônica Básica, Eletrônica Digital e da Eletrônica de Potência, disciplinas estudadas no desenvolvimento dos cursos de Eletrotécnica, Eletrônica, Energias Renováveis e Informática.	1
Laboratório de Aacionamento e Comandos Elétricos Objetivo: desenvolver atividades práticas, pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios das instalações elétricas de baixa tensão, até 600 volts, e dos instrumentos e ferramentas usados no desenvolvimento do curso de Eletrotécnica.	1
Laboratório de Instalações Elétricas e Energias Renováveis Objetivo: desenvolver atividades, pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios das máquinas elétricas de corrente contínua e alternada, e dos instrumentos e ferramentas usados no desenvolvimento dos cursos de Eletrotécnica, Edificações e Energias Renováveis.	1
Laboratório de Instalações Elétricas Objetivo: desenvolver atividades pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios das instalações elétricas de baixa tensão, até 600 volts, e dos instrumentos e ferramentas usados no desenvolvimento do curso de Eletrotécnica.	1

Especificação do Laboratório	Quant.
<p>Laboratório de Maco/Meso – Materiais de Construção e Mecânica dos Solos</p> <p>Objetivo: desenvolver atividades pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios da Engenharia Civil. O laboratório é usado para o desenvolvimento das disciplinas de Mecânica dos Solos e Materiais de Construção Civil.</p>	1
<p>Laboratório de Informática Autocad</p> <p>Objetivo: desenvolver atividades, pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios da Engenharia Elétrica, Eletrônica e Civil. O laboratório é usado no desenvolvimento das disciplinas de Informática Básica e Informática Aplicada.</p>	1
<p>Laboratório de Desenvolvimento de <i>Software</i> – Deinf</p> <p>Objetivo: desenvolver atividades pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios da Engenharia de <i>Software</i>, atendendo às necessidade das aulas teóricas e práticas no desenvolvimento do curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio e nos demais cursos técnicos integrados ao ensino médio.</p>	1
<p>Laboratório de <i>Hardware</i></p> <p>Objetivo: desenvolver atividades pedagógicas, científicas e tecnológicas. Aulas práticas das disciplinas de Manutenção Básica de Computadores e Manutenção Avançada de Computadores, Redes, Sistemas Operacionais e Instalação de Computadores do curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio e Subsequente.</p>	1
<p>Laboratório de Labmaker</p> <p>Objetivo: desenvolver atividades de impressão de protótipos e peças para as áreas dos diversos cursos com impressora 3D.</p>	1
<p>Laboratório de Física</p> <p>Objetivo: desenvolver atividades, pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios da Física para o desenvolvimento do curso de Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Informática, Secretariado e os cursos das demais áreas de conhecimento que necessite contextualizar os ensinamentos específicos da Ciência.</p>	1
<p>Laboratório de Informática – Uso Geral</p> <p>Objetivo: desenvolver atividades, pedagógicas, científicas e tecnológicas, sendo de uso geral para todos os cursos do <i>Campus Boa Vista</i>.</p>	2
<p>Laboratório de Inovação (Dipesp)</p> <p>Objetivo: desenvolver inovações que atendam aos desafios da ciência; capacitar docentes, técnicos e alunos com percepções para todos os setores, transformar processos, atuando nas áreas de Engenharia de Processos, Energias Renováveis e Inovação Tecnológica.</p>	1
<p>Laboratório do Napne</p>	1

Especificação do Laboratório	Quant.
Objetivo: acompanhar estudantes matriculados no IFR e comunidade no fazer educativo na perspectiva da inclusão, promovendo a mediação pedagógica entre os estudantes, os servidores docentes e técnicos, os gestores e os pais quanto para garantir a permanência e o êxito acadêmico.	
Laboratório de Informática do Dead Objetivo: servir de espaço de apoio às atividades didático-pedagógicas de cursos ofertados no CBV, principalmente os desenvolvidos na modalidade Educação a Distância.	1
Laboratório de Análises Clínicas Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	2
Laboratório de Parasitologia e Uroanálise Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Laboratório de Hematologia Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Laboratório de Bioquímica Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Laboratório de Bacteriologia Objetivo: atender demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Central de Esterilização Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Laboratório de Saúde Coletiva e Obstetrícia Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Laboratório de Procedimentos Simples – Enfermagem Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências	1

Especificação do Laboratório	Quant.
biológicas.	
Laboratório de Procedimentos Complexos – Enfermagem Objetivo: atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Laboratório de Anatomia Objetivo: Atender a demandas dos cursos técnicos e superiores na formação profissional e tecnológica na área de saúde e ciências biológicas.	1
Laboratório de Robótica e Prototipagem Objetivo: desenvolver atividades pedagógicas, científicas e tecnológicas nos domínios da robótica, de microcontroladores, de impressão usados em atividades de impressão de protótipos e peças para as áreas dos diversos cursos com impressora 3D.	1

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 44: Laboratórios *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

Especificação do Laboratório	Quant.
Laboratório IF Maker Objetivo: implementar um espaço diferenciado e motivante que contribua para o processo de modernização educacional; integrar as dimensões de ensino, pesquisa, extensão e inovação a partir da institucionalização da cultura <i>Learning by Doing</i> e da Aprendizagem Baseada em Projetos, proporcionando um modelo de ensino multidisciplinar, colaborativo e uma aprendizagem significativa.	1
Laboratórios de Informática Objetivo: atender às aulas de Informática e de outras disciplinas que são ministradas pelo <i>campus</i> , bem como às demais atividades e ações de ensino e complementares de ensino, de pesquisa, extensão e inovação tecnológica.	1
Laboratório de Física e Matemática Objetivo: servir como ambiente para atividades de ensino, pesquisa, extensão e de olimpíadas locais, regionais e nacionais, de forma a proporcionar a observação, a análise e o compreensão de fenômenos em práticas relacionadas aos conteúdos de Física, Matemática e ou de disciplinas afins dos cursos ofertados pela instituição.	1
Laboratório de Química Objetivo: servir como ambiente para atividades de ensino, pesquisa, extensão, de forma a proporcionar a observação, a análise e a compreensão de fenômenos em práticas relacionadas aos conteúdos de	1

Química e ou de disciplinas afins dos cursos ofertados pela instituição.	
--	--

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 45: Laboratórios *Campus* Novo Paraíso.

Especificação do Laboratório	Quant.
Laboratório de Biologia e Química Objetivo: desenvolver ensino, pesquisa e inovação tecnológica nas áreas de Biologia, Química e afins	1
Laboratório de Análises de Solo e Planta Objetivo: auxiliar os estudantes (ensino médio, graduação e pós-graduação) nas aulas práticas e no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa.	1
Laboratório de Sementes e Bromatologia Objetivo: desenvolver o ensino, a pesquisa e a inovação tecnológica na determinação da qualidade de sementes e análises bromatológicas.	1
Laboratório de Agroindústria Objetivo: proporcionar práticas de ensino, pesquisa e inovação de produtos de origem vegetal.	1
Laboratório de Leites e Produtos de Origem Animal Objetivo: realizar práticas de ensino, pesquisa e inovação de produtos de origem animal	1
Laboratório IF Maker Objetivo: contribuir para o processo de modernização educacional que integre ensino, pesquisa, extensão e inovação, por meio da introdução da cultura <i>Learning by Doing</i> , utilizando-se da aprendizagem baseada em projetos, proporcionando um modelo de ensino multidisciplinar e uma aprendizagem significativa.	1
Laboratório de Informática Objetivo: realizar pesquisas por parte dos alunos e execução de orientação de pesquisa, ensino e inovação tecnológica a bolsistas e estagiários dos cursos.	1

Fonte: Deteo (2023)

Quadro 46: Laboratórios do *Campus* Avançado Bonfim.

Especificação do Laboratório	Quant.
Laboratório de Informática Objetivo: propiciar o uso de computadores e o desenvolvimento de atividades de informática.	1

Fonte: Deteo (2023)

H) APÊNDICE IV – LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES DAS BIBLIOTECAS DO IFRR

Quadro 47: Dados da Estrutura, do Acervo e dos Serviços das Bibliotecas do IFRR

Campus	Estrutura		Acervo								Serviços	
	Horário de Atendimento	Área (m ²)	Títulos		Exemplares		Títulos de Periódicos		Exemplares de Periódicos		Empréstimos domiciliares	
			2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023 (até novembro)
Amajari	Das 7h às 19h	457,65	454	454	2555	2555	25	25	512	512	22	67
Boa Vista	Das 7h às 22h	1.381	10.944	11.052	28.423	28.693	204	225	247	265	2.283	3.065
Boa Vista Zona Oeste	Das 7h às 22h	293,43	380	Não informado	1521	Não informado	Não dispomos de assinatura	228	194			
Novo Paraíso	Das 8h às 17h	466,82	2.527	2.527	9.337	9.337	Não dispomos de assinatura	2.270	1.875			
Avançado Bonfim	Das 8h às 22h	50	351	351	632	632	Não dispomos de assinatura	77	77			

Fonte: Bibliotecas dos Campi do IFRR (2023)

Documento Digitalizado Público

Versão Final do PDI 2024-2028 (Adequado com as observações do Consup)

Assunto: Versão Final do PDI 2024-2028 (Adequado com as observações do Consup)
Assinado por: Adnelson Batista
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Adnelson Jati Batista, PRO-REITOR(A) - CD0002 - PRODIN, em 19/03/2024 12:42:45.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/03/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 153111

Código de Autenticação: 88ebb569ca

